



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS - LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA - PPGL

PROPOSTA DE GLOSSÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ENTRE O PAR LINGUÍSTICO PORTUGUÊS-JAPONÊS

FAUSTO PINHEIRO PEREIRA

Brasília-DF
2019

FAUSTO PINHEIRO PEREIRA

PROPOSTA DE GLOSSÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ENTRE O PAR LINGUÍSTICO PORTUGUÊS-JAPONÊS

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília - PPGL. Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística. Linha de Pesquisa: Léxico e Terminologia como parte dos requisitos para a obtenção do grau de DOUTOR EM LINGUÍSTICA.

Orientadora: Prof.^a Dra. Enilde Faulstich.

Coorientador: Prof. Dr. Yuki Mukai

Brasília-DF

2019

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Enilde Faulstich (UnB/PPGL/LIP)

Presidente/Orientadora

Professora Doutora Kyoko Sekino (UnB/PGLA/LET)

Membro Efetivo

Professora Doutora Michelle Machado de Oliveira Vilarinho (UnB/PPGL/LIP)

Membro Efetivo

Professora Doutora Cleide Lemes da Silva Cruz (IFB/DF)

Membro Efetivo

Professora Doutora Alice Tamie Joko (UnB/PGLA/LET)

Membro Suplente

Dedicatória

A meu pai, Adão Pereira (*in memoriam*)

Agradecimentos

Agradeço a todos que me apoiaram nesse longo percurso. Em especial, expresso minha gratidão:

A minha mãe, Vilma Pereira, por seu amor e compreensão, seu apoio incondicional e também por me guiar desde meus primeiros passos no caminho do respeito, honestidade e igualdade.

A meu pai, Adão Pereira (*in memoriam*), por seu exemplo de integridade inabalável.

A minha esposa, Maressa Farias Rocha, por estar sempre ao meu lado nessa fase tão difícil.

A minhas filhas, Luna e Sofia, que encheram nossas vidas de felicidade desde metade do percurso do doutorado.

À professora Enilde Faulstich, por aceitar ser minha orientadora e por todo riquíssimo conhecimento que compartilhou.

Ao professor Yuki Mukai, por aceitar ser coorientador de minha pesquisa e por seus conselhos como colega e *senpai*.

Às professoras Michelle Machado de Oliveira Vilarinho e Cleide Lemes da Silva Cruz, por aceitarem participar da banca examinadora e por seu apoio como colegas.

À professora Kyoko Sekino, por aceitar participar da banca examinadora e pelo apoio que tem dado desde meus tempos de aluno de graduação.

À professora Alice Tamie Joko, que me guiou desde meus primeiros passos como professor de língua japonesa

A meus colegas professores, Yuko Takano, Marcus Tanaka de Ferreira Lira e Kimiko Uchigasaki Pinheiro, por seu apoio e compreensão em minha ausência durante a licença de doutoramento.

A minhas colegas, Cristiane Batista do Nascimento, Rebeka da Silva Aguiar, Patrícia Tuxi dos Santos, Altaci Corrêa Rubim, Neyara Macedo e Shisleny Lopes, por seu apoio.

Resumo

O tema desta tese, que se insere na linha de pesquisa Léxico e Terminologia, foi desenvolvido no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lexterm) da Universidade de Brasília. O objeto de estudo são nomes de instituições da Administração Pública da esfera superior do Brasil e do Japão, que são vistos como uma subclasse de crematônimos em estudos mais recentes (GALKOWSKI, 2011, 2014, 2016; RADU E COTOC, 2016) e possuem características que justificam a denominação de Nomes Complexos (FAULSTICH, 2003) e a análise pelo escopo da terminologia técnica. O objetivo é a descrição e registro das denominações dessas instituições e das reduções de denominações sob a perspectiva da harmonização linguística (FAULSTICH, 2015b). Para isso, identificamos os nomes da esfera superior do sistema de administração pública brasileiro e japonês, descrevemos os princípios teóricos de formação complexa de nomes e das reduções, propusemos um modelo de harmonização entre denominações linguísticas e apresentamos um modelo de registro de denominações de instituições de administração bilíngue entre o par linguístico português-japonês. A metodologia consiste na coleta análise e registro de dados, de acordo com a abordagem socioterminológica de Faulstich (1995a, 1998, 2001a). Utilizamos como fonte de dados não somente a legislação brasileira e japonesa, mas também os sites das instituições da administração pública. A análise de mecanismos de formação de nomes de instituições utilizou como base o Constructo de Faulstich (2003) que também serviu para a delimitação de parâmetros para a representação harmonizada entre o par linguístico. Para o registro dos dados, usamos as fichas terminológicas elaboradas por Faulstich (2001b), de forma adaptada para essa pesquisa à língua portuguesa e à língua japonesa. No glossário proposto, constituído de 65 entradas para o português e de 65 entradas para o japonês, incluímos, na microestrutura, o texto definitório, em geral ausente em dicionários bilíngues. O verbete é composto por entrada, categoria gramatical e gênero, definição, fonte de definição, variantes, remissivas e denominação em outra língua. Consideramos que a definição em nosso estudo é obrigatória, uma vez que o usuário precisa de conhecimento da estrutura da administração pública de outros países e, assim, somente a apresentação de denominações em outra língua não é suficiente para a compreensão do conteúdo semântico do nome da instituição. O modelo de glossário proposto será útil para o público alvo, por preencher uma lacuna existente entre o par linguístico português-japonês, que poderá ser expandido para outras línguas, em estudos futuros.

Palavras-chave: Crematônimos. Nomes Complexos. Língua Portuguesa/Língua Japonesa. Terminografia. Glossário de Administração Pública.

Abstract

This thesis is part of Lexicon and Terminology Studies developed at the Center for Lexicological and Terminological Studies (Centro Lexterm) of the University of Brasilia. The object of study are names of institutions of the higher stratum of Public Administration in Brazil and Japan, which are viewed in recent studies as a subclass of chrematonyms (GALKOWSKI, 2014a, 2014b, 2016; RADU; COTOC, 2016) and have characteristics that justify giving them the denomination of Complex Names (FAULSTICH, 2003) and analyzing them under the scope of technical terminology. Our objective is to describe and register the denomination of such institutions and the reduction of such denominations. For that purpose, we identified the names of institutions of the higher stratum of the Brazilian and the Japanese public administration. Also, we described the theoretical principles of complex formation of names and their reductions, we proposed harmonization models (FAULSTICH, 2015b) between linguistic denominations e presented a model for bilingual registry of denomination of public administration institutes in Portuguese and Japanese. The methodology consists in collection analysis and registry of data, based on Fausltich's socioterminological approach (1995a, 1998, 2001a). As data source not only Brazilian and Japanese legal text was used, but also the internet sites of public administration institutes. The analysis of formation mechanisms was based on the Faulstich Construct (2003), which also served to outline parameters for the harmonized representation on the linguistic pair. To record the data, we employed the terminological file elaborated by Faulstich (2001b), adapted for this study for use both in the Portuguese language and the Japanese language. In our glossary, which has 65 entries in Portugues and 65 entries in Japanese, we included, in the microstructure, the definition text, generally absent in bilingual dictionaries. We consider that the definition in our study is mandatory, since the user has no knowledge of the structure of public administration in other countries and thus the mere presentation of the denomination in the other language is not sufficient to understand the semantic content of the institution's name. The proposed glossary model will be useful for the target audience, by closing a large gap between the Portuguese-Japanese linguistic pair, and can also be expanded into other languages in future studies.

Keywords: Chrematonym. Complex Names. Portuguese Language/Japanese Language. Terminography. Public Administration Glossary.

要旨

本論文のテーマはブラジリア大学言語学・ポルトガル語・古典語学大学院プログラムの語彙・用語研究のうち、語彙・用語研究センター（**Centro Lexterm**）で研究されているものである。その研究対象として、ブラジル及び日本の国家行政機関の機関名を扱っており、近年の研究では、これらはクレマトニムのサブクラスと見なされている（**GALKOWSKI: 2011, 2014, 2016** 及び **RADU・COTOC: 2016**）。研究対象の特徴からこれらを複合名称（**Faulstich:2003**）と称し、技術用語学的アプローチによる分析をもってその研究の妥当性の根拠とする。また、研究の目的はこれら政府機関名およびその略称の言語調和（**FAULSTICH: 2015b**）の観点に基づいた記述と記録である。そのため、ブラジル及び日本の国レベルの行政機関の機関名及びその略称を特定し、複合名称の構成の論理的原理を説明し、二ヶ国語調和モデルを提唱し、ポルトガル語・日本語の行政機関名を記述した。方法論は、**Faulstich（1995a, 1998, 2001a）**の社会用語論的アプローチに基づいたデータ収集・分析・記録である。そのデータベースとしてブラジル及び日本の法律のみならず、行政機関の行政機関のウェブサイトを使用した。**Faulstich's Construct（2003）**に基づき、機関名の構成メカニズムの分析を行い、同時に二言語間の調和記述のパラメーターを設定した。データ登録には **Faulstich（2001b）**の用語登録ファイルを本研究に適応しポルトガル語・日本語の記録に使用した。本研究で作成した用語集はポルトガル語・日本語、それぞれ **65** 件の見出しで構成し、見出しの構造を見出し語、品詞、語釈、出典、代行名称、参照語及び他言語名称で構成した。語釈に関しては、用語集のユーザーが他国行政組織の構造を把握していないため、他言語名称の表示のみでは不十分と思われるため、必須項目として表記した。本研究で提唱する用語集モデルは対象ユーザーにとって有益であり、現在のポルトガル語・日本語用語集における不足部分を補うような形となっている。さらに、将来の研究で他の言語への拡張も検討している。

キーワード：クレマトニム。複合名称。ポルトガル語・日本語。用語記述。行政用語集。

LISTA DE ABREVIATURAS

IAP: Instituição da administração pública

JP: Língua japonesa

NC: Nome Complexo

PB: Língua portuguesa do Brasil

UTC: Unidade Terminológica Complexa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Definição de Agência Nacional de Mineração.....	46
Figura 2 - Definição <i>Gaimushô</i> (Daijisen).....	47
Figura 3 - Definição <i>Gaimushô</i> (Sanseidô Web).....	48
Figura 4 - Definição <i>Gaimushô</i> (Daijirin).....	49
Figura 5 - Situações de pesquisa por língua e país da instituição.....	90
Figura 6 - Modalidades de informações demandadas.....	91
Figura 7 - Demandas de informação para situação de consulta específica.....	91
Figura 8 - Ministérios brasileiros e estrutura de administração direta e indireta.....	96
Figura 9 - Subdivisão da administração direta japonesa.....	100
Figura 10 - Subdivisão da administração indireta japonesa.....	101
Figura 11 - Organograma do Ministério do Turismo do Brasil.....	104
Figura 12 - Página do Ministério do Turismo do Brasil.....	105
Figura 13 - Organograma do Ministério de Assuntos Estrangeiros do Japão.....	106
Figura 14 - Divisão do glossário em tomos.....	117
Figura 15 - Divisão dos tomos em partes.....	117
Figura 16 - Divisão das partes.....	118
Figura 17 - Divisão interna das seções.....	119
Figura 18 - Ministérios brasileiros e estrutura de administração direta e indireta.....	160
Figura 19 - Subdivisão da administração direta japonesa.....	164
Figura 20 - Subdivisão da administração indireta japonesa.....	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definição de Instituto Brasileiro de Turismo	14
Quadro 2 - Modelo do Constructo de Faulstich	15
Quadro 3 - Diferentes regras de formação de UTCs.....	16
Quadro 4 - Formativos de Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	17
Quadro 5 - Regras de formação de Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	18
Quadro 6 - Comparação de regras de formação de nomes PB e JP	18
Quadro 7 - Resultados de análise de casos do português	19
Quadro 8 - Resultado da análise de casos do japonês	20
Quadro 9 - Diferença entre denominação harmonizada e tradução.....	32
Quadro 10 - Formação do termo 'recursos humanos' em japonês.....	39
Quadro 11 - Redução de empréstimos linguísticos de palavra simples em japonês.....	59
Quadro 12 - Reduções de palavras de origens diversas.....	59
Quadro 13 - Frequência de reduções por padrão moraico.....	60
Quadro 14 - Reduções de palavras ideográficas	61
Quadro 15 - Padrões de reduções de palavras compostas	62
Quadro 16 - Classificação de reduções de Ôtsuki (2003).....	64
Quadro 17 - Reduções de denominações japonesas.....	65
Quadro 18 - Reduções tentativas de denominações japonesas	65
Quadro 19 - Diferença entre o sistema Hepburn e o <i>Kunreishiki</i>	70
Quadro 20 - Ordem de escrita das sílabas em japonês	71
Quadro 21 - Sonorização de consoantes com o uso de diacrítico	72
Quadro 22 - Classes de palavras japonesas.....	73
Quadro 23 - Combinações de ideogramas.....	77
Quadro 24 - Moras em língua japonesa	80
Quadro 25 - Fontes de dados sobre administração brasileira	83
Quadro 26 - Fontes de dados sobre instituições japonesas.....	84
Quadro 27 - Seções do Glossário: Ministérios do Brasil	96
Quadro 28 - Subseções do Glossário: entidades subordinadas ao MAPA	97
Quadro 29 - Ministérios do Japão	99

Quadro 30 - Seções do Glossário: Ministérios do Japão	102
Quadro 31 - Subseções do Glossário: Ministério das Finanças	103
Quadro 32 - Ficha terminológica em português	112
Quadro 33 - Ficha terminológica em japonês.....	113
Quadro 34 - Campos da microestrutura	120
Quadro 35 - Formação da microestrutura em português	121
Quadro 36 - Exemplo de verbete em português.....	121
Quadro 37 - Configuração de microestrutura em japonês.....	121
Quadro 38 - Exemplo de verbete em japonês	122
Quadro 39 - Formação da microestrutura em português	122
Quadro 40 - Formação da microestrutura em japonês	123
Quadro 41 - Verbetes 'Agência de Assuntos Culturais do Japão'	124
Quadro 42 - Regras de formação de Nomes Complexos da língua portuguesa	133
Quadro 43 Formação de <i>Rôdô Seisaku Kensyû Kikô</i>	138
Quadro 44 - Novas regras de formação de NCs da língua portuguesa.....	139
Quadro 45 - Formativos de Nomes Complexos brasileiros e japoneses.....	145
Quadro 46 - Estrutura do Glossário.....	148
Quadro 47 - Instituições incluídas no glossário	149
Quadro 48 - Ordem de escrita das sílabas em japonês	155
Quadro 49 - Quadro de uso oficial do rômaji 2.....	157
Quadro 50 - Quadro de uso oficial do rômaji 1.....	157
Quadro 51 - Sistema <i>Hebonshiki</i>	158
Quadro 52 - Seções do Glossário: Ministérios do Brasil	161
Quadro 53 Subseções do Glossário: entidades subordinadas ao MMA	161
Quadro 54 - Ministérios do Japão	163
Quadro 55 - Seções do Glossário: Ministérios do Japão	166
Quadro 56 - Subseções do Glossário: Dois ministérios do Japão.....	166

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 — Natureza de nomes de instituições: a constituição de Crematônimos e o Constructo de Faulstich	6
1.1 Introdução.....	6
1.2 Sobre a natureza de nomes de instituições	6
1.2.1 Nomes de instituições como linguagem de especialidade	11
1.2.2 Nomes de instituições como Nomes Complexos	12
1.3 O Constructo de Faulstich	15
1.4 Tipologia de Faulstich.....	23
1.5 Revisão de estudos relacionados ao Constructo de Faulstich.....	26
1.5.1 Siqueira (2004).....	26
1.5.2 Cruz (2013)	27
1.5.3 Abreu (2014)	28
1.5.4 Síntese da revisão de literatura sobre o Constructo de Faulstich	30
1.6 Sobre a harmonização entre línguas	31
1.7 Sobre os processos de formação de palavras.....	34
1.7.1 Composição de palavras em língua portuguesa	34
1.7.2 Composição de palavras em língua japonesa.....	35
1.7.3 Derivação de palavras em língua japonesa	36
1.8 Sobre o texto definatório em obras lexicográficas	40
1.9 Síntese do capítulo	50
CAPÍTULO 2 — Siglas e acrônimos como redução	52
2.1 Introdução.....	52
2.2 A redução como variante	52
2.3 Tipologia de reduções no português do Brasil.....	53
2.4 Tipologia de reduções em língua japonesa	57
2.5 Síntese do capítulo	66

CAPÍTULO 3 — Sobre a língua japonesa	67
3.1 Introdução.....	67
3.2 Família e tipologia linguística	67
3.3 A escrita japonesa	68
3.3.1 Ordenação silábica.....	70
3.4. Morfossintaxe	73
3.5 Léxico	74
3.6 Mora: ritmo da língua japonesa	79
3.7 Síntese do capítulo	80
CAPÍTULO 4 — Procedimentos metodológicos	82
4.1 Introdução.....	82
4.2. Análise de nomes complexos	82
4.2.1. Coleta de dados	82
4.2.2 Análise de dados.....	85
4.3 Elaboração de glossário: A escolha da abordagem metodológica e suas consequências.....	86
4.3.1 Sobre o perfil do usuário	89
4.3.2 Tipos de dados.....	90
4.3.3 Delimitação do <i>corpus</i>	93
4.3.4 Fontes de dados.....	104
4.4 Registro de dados.....	107
4.4.1 Fichas terminológicas.....	107
4.5 Elaboração de registro terminográfico	114
4.5.1 Considerações sobre Tipologia.....	114
4.5.2 Sobre a macroestrutura do glossário	117
4.5.3 Sobre a microestrutura do glossário.....	119
4.6 Síntese do capítulo	124

CAPÍTULO 5 — Análise de Nomes Complexos da área de Administração Pública	126
5.1 Introdução	126
5.2 A formação de Nomes Complexos em língua portuguesa.....	127
5.2.1 Formativos verificados em estudos anteriores	128
5.2.2 Formativos específicos a Nomes Complexos da Administração Pública brasileira.....	130
5.2.3 Sistematização das regras de Nomes Complexos da língua portuguesa	133
5.3 Formação de Nomes Complexos em língua japonesa	133
5.3.1 Formativos verificados em estudos anteriores	134
5.3.2 Formativos específicos a Nomes Complexos da Administração Pública Japonesa.....	135
5.3.3 Sistematização das regras de Nomes Complexos da língua japonesa	139
5.4 Variantes por redução em língua portuguesa	140
5.5 Variantes por redução em língua japonesa	141
5.6 Características da formação de Nomes Complexos em Administração Pública.....	144
5.7 Síntese do capítulo	145
CAPÍTULO 6 — Proposta de Glossário	147
6.1 Introdução	147
6.2 Glossário proposto.....	150
6.2.1 Notas introdutórias	152
6.2.1.1 O propósito do glossário	152
6.2.1.2 O público alvo	153
6.2.1.3 A abrangência do glossário	153
6.2.1.4 Fontes de dados do glossário.....	153

6.2.1.5 Dados inclusos no glossário	154
6.2.2 Sobre a escrita japonesa.....	155
6.2.3 Estrutura da Administração Pública brasileira	158
6.2.4 Estrutura da Administração Pública japonesa.....	161
6.2.5 Como utilizar o glossário	167
6.2.6 Símbolos e abreviações	169
6.3 Tomo I – parte I do glossário	170
6.3.1. Primeira subdivisão da Parte I (Seção 12)	171
6.3.2 Segunda subdivisão da Parte I (Seção 16).....	177
6.4 Tomo I – Parte II do glossário.....	181
6.4.1 Primeira subdivisão da Parte II (Seção 6).....	182
6.4.2 Segunda subdivisão da Parte II (Seção 11).....	186
6.5 Tomo II – Parte I do glossário (em japonês).....	192
6.5.1 Primeira subdivisão da Parte I (Seção 12, em japonês).....	193
6.5.2 Segunda subdivisão da Parte I (Seção 16, em japonês).....	198
6.6 Tomo II – Parte II do glossário (em japonês).....	202
6.6.1 Primeira subdivisão da Parte II (Seção 6, em japonês).....	203
6.6.2 Segunda subdivisão da Parte II (Seção 11, em japonês).....	205
6.8 Síntese do capítulo	212
Considerações finais	213
Referências	219
Apêndice 1 — Fichas terminológicas em português	229
Apêndice 2 — Fichas terminológicas em japonês.....	269
Apêndice 3 — Fichas de avaliação de dicionários	309
Apêndice 4 — Nomes Complexos da língua portuguesa	319
Apêndice 5 — Nomes Complexos da língua japonesa	322

INTRODUÇÃO

Esta tese está inserida na linha de pesquisa Léxico e Terminologia do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL – do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP – da Universidade de Brasília – UnB e desenvolvida no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos – Centro LexTerm/UnB. O objeto de estudo são nomes da administração pública do governo brasileiro e do governo japonês. Com o registro onomatográfico dessa nomenclatura em um glossário, visamos atender como público-alvo funcionários e servidores que atuam na esfera administrativa superior, tanto do governo brasileiro quanto do governo japonês.

A tese, a ser argumentada, considera que as denominações de instituições da administração superior pública são Nomes Complexos com estruturas linguísticas idênticas às das linguagens de especialidade, o que justifica serem estudadas no escopo da terminologia técnica, que responde pela formação de Unidades Terminológicas Complexas, como apresentaremos no capítulo 1. Neste estudo, os Nomes Complexos são harmonizados entre duas línguas distantes - o português e o japonês, visto que nos interessa fundamentar como se dá a redução dos nomes de instituições por meio de siglas ou acrônimos no léxico brasileiro e no japonês.

As decorrências da proposta estão refletidas na análise e no registro onomatográfico dessas denominações em um glossário bilíngue: dada a similaridade de formação entre uma unidade terminológica complexa e os nomes complexos, a descrição se apoia no Constructo de Faulstich (2003) e na abordagem socioterminológica de Faulstich (1995a, 1998a, 2001). Além disso, pela perspectiva da harmonização linguística (FAULSTICH, 2015), para o preenchimento de lacunas lexicais, itens do vocabulário são criados em concordância às regras de formação da língua, de modo que possam ser compreendidos e percebidos como naturais pelos falantes da língua-alvo. O registro onomatográfico dos nomes das instituições apresentadas precisa ser elaborado por especialistas que possuam compreensão das línguas envolvidas.

O objeto de estudo é a descrição dos mecanismos de formação dos Nomes Complexos e das reduções das denominações de entidades da Administração Pública do Poder Executivo do Brasil e do Japão e propor representações harmonizadas em casos de lacunas para o registro da nomenclatura em um glossário bilíngue, que possa atender a usuários que atuam na interface governamental entre os dois países.

A harmonização linguística, apresentada por Faulstich (2015b) é, nas palavras da autora, “a combinação de sistemas de línguas envolvidos no ato interlocutório, de tal forma que, no léxico e na gramática, o resultado apareça no bilinguismo explícito, em conformidade conceitual entre os níveis estruturais”. No contato entre duas línguas, a harmonização implica em um interlocutor se posicionar no lugar do outro e criar representações de conceitos harmonizadas, o que, em nossa pesquisa, se realiza através de denominações de instituições em conformidade com o receptor de cada língua envolvida.

Os objetivos específicos da pesquisa são:

1. Identificar os nomes do sistema de administração pública brasileira e japonesa, das esferas superiores, para definir quais instituições comporão o glossário e a organização da macroestrutura¹;
2. Descrever os princípios teóricos da formação complexa de nomes e das reduções a serem usados na análise de dados desta pesquisa;
3. Propor um modelo de harmonização entre denominações linguísticas portuguesas e japonesas com base na estrutura de formação de nomes complexos em cada língua;
4. Propor um modelo de registro de denominações de instituições de administração pública bilíngue entre o par linguístico português-japonês e sintetizar em glossário.

O estudo é descritivo e de natureza qualitativa, com pesquisa de nomes e variantes, em especial decorrentes de redução, como siglas e acrônimos. Nessa perspectiva, consideramos que siglas e acrônimos são variantes de Nomes Complexos e possuem elevado potencial de lexicalização em

¹ Macroestrutura em uma obra lexicográfica se refere à forma de ordenamento dos verbetes e à estrutura de informações adicionais, como apresentação da obra, guia de uso, lista de abreviações, guia de palavras e índices (HARTMANN; JAMES, 2001, passim)

determinadas linguagens de especialidade, sendo necessário reconhecer o papel primordial na comunicação e o adequado tratamento terminográfico.

As hipóteses que orientam a pesquisa, por sua vez, são as seguintes: 1) Nomes Complexos são entidades que possuem características similares às de termos, com relação de univocidade entre denominação e significado; 2) Nomes complexos têm mecanismos de formação que podem ser explicados pelo Constructo de Faulstich (2003), e pela representação harmonizada entre denominações de instituições administrativas de línguas distantes², como o português e o japonês; 3) a variação de denominações de instituições administrativas se apresenta por meio de reduções – siglas e acrônimos. Esses aspectos são analisados de acordo com a Teoria da Variação em Terminologia (TVT), criada por Faulstich (1995a, 1995b, 1996b, 1997, 1998a, 1998b, 1998/1999, 1999a, 1999b, 1999c, 2001, 2002, 2015), baseada na abordagem socioterminológica de Faulstich (1995a, 1998a, 2001) e no princípio de harmonização linguística de Faulstich (2015b).

A adequação do trabalho terminográfico ao perfil do usuário aparece na estrutura da obra terminográfica — sob a forma de glossário — tanto na macroestrutura quanto na microestrutura³, pois os usuários são vinculados às instituições da Administração Pública do Brasil e do Japão. A macroestrutura foi organizada em dois níveis: no primeiro nível, ordenamento temático em seções e subseções, de acordo com a hierarquia das instituições e, no segundo nível, ordenamento alfabético. Na microestrutura aparecem: nome da instituição, função da instituição, denominação na outra língua, variantes (em especial forma reduzida, como sigla ou acrônimo), relacionamento hierárquico e atribuições.

A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa advém da posição que o pesquisador ocupa, docente do curso de Licenciatura em Letras/Japonês da Universidade de Brasília, que forma professores que poderão atuar no ensino da língua japonesa, em espaços governamentais no Brasil ou no Japão. Nesse sentido, o glossário poderá ser utilizado por profissionais dessa área de atuação. Além disso, identificamos haver apenas um dicionário bilíngue japonês-inglês

² Utilizamos como referência para distância entre línguas a escala apresentada por Grannier (2002). Para mais detalhes, veja seção 1.6 dessa tese.

³ Microestrutura é a parte de obras lexicográficas que abriga as informações que compõem o verbete, como entrada, definição, remissões (HARTMANN; JAMES, 2001, p. 94).

especificamente da área de administração pública⁴, intitulado 'Gyôsei Yôgo Eiwa Jiten' [Dicionário Inglês-Japonês de Termos de Administração Pública] (SENDAI, 1995). Verificamos assim a insuficiência de obras para essa área.

Este trabalho de tese está constituído por seis capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos a natureza epistemológica dos nomes de instituições de administração pública e seu enquadramento como crematônimos (GALKOWSKI, 2014a, 2014b, 2016) e a justificativa para a configuração em Nomes Complexos (FAULSTICH, 2003). Em seguida, o Constructo de Faulstich (2003) é estudado como um recurso que permite identificar o mecanismo de formação de Nomes Complexos. Apresentamos, também, a revisão de literatura sobre os estudos que utilizam o Constructo de Faulstich para a análise da formação de Unidades Terminológicas Complexas (UTCs) e quais parâmetros serão utilizados na análise de Nomes Complexos (SIQUEIRA, 2004; CRUZ, 2013; ABREU, 2014). Por último, apresentamos uma discussão sobre os parâmetros de definição apresentados por Faulstich (2014), que serão aplicados no glossário.

No segundo capítulo, apresentamos o fenômeno da redução como variante (FAULSTICH, 2010, 2015a) e como os nomes de instituições administrativas são lexicalizados em siglas e acrônimos (GIRALDO ORTIZ, 2008; ABREU 2014; ITÔ 1990; ÔTSUKI, 2003; LIN, 2004).

No terceiro capítulo, discutimos as características da língua japonesa, relevantes para a análise terminológica: família e tipologia linguística (SHIBATANI, 1987); escrita (HAYASHI, 2004; MUKAI; SUZUKI, 2016); morfossintaxe, léxico (SAIKI; UCHIYAMA, 1995; SHIDA, 1995; NOMURA, 2001; MURAKI, 2004) e ritmo da língua (moras) (YOSHIKAWA, 2016). Destacamos que o registro da língua japonesa, transliterado para o alfabeto nesta pesquisa, será baseado no sistema Hepburn⁵ revisado, com substituição do *macron* por acento circunflexo.

⁴ O dicionário, publicado há mais de duas décadas, não tem reedições e está fora de estoque em livrarias japonesas. A obra apresenta diversos problemas, como a não explicitação de critério de seleção de entradas e ordenamento alfabético sem nenhum tipo de marcação temática ou de domínio de conhecimento.

⁵ Também conhecido como *Hebonshiki*, é o sistema de transliteração para o alfabeto criado por James Hepburn em 1884. Para mais detalhes sobre a escrita japonesa e sistemas de transliteração, ver seção 3.3 dessa tese.

No quarto capítulo, demonstramos os procedimentos metodológicos de coleta, análise e registro de dados – nomes de instituições de administração pública – e de elaboração de material lexicográfico bilíngue. Além disso, discutimos questões relacionadas à composição da macroestrutura e da microestrutura, como a elaboração do texto definitório e análise de obras lexicográficas existentes.

No quinto capítulo, analisamos os mecanismos de formação de Nomes Complexos, comparando com os resultados de Faulstich (2003), Siqueira (2004), Cruz (2013) e Abreu (2014). Assim, foram identificados os modelos de constituição de nomes de instituições administrativas brasileiras e japonesas e os mecanismos de variação, identificados com base na análise de *corpora* – 122 nomes da língua portuguesa, 122 reduções da língua portuguesa, 118 nomes da língua japonesa e 110 reduções de nomes da língua japonesa – além do cotejo entre a língua portuguesa e a língua japonesa.

No sexto capítulo, apresentamos a proposta de glossário bilíngue de nomes da administração pública português-japonês, que contém 65 entradas em português, sendo 39 entradas sobre instituições brasileiras e 26 entradas sobre instituições japonesas e 65 entradas em japonês, sendo 26 entradas sobre instituições brasileiras e 29 sobre instituições japonesas.

Ao final, incluímos as Referências, seguidas dos Apêndices: Apêndice 1 — Fichas terminológicas em português; Apêndice 2 — Fichas terminológicas em japonês; Apêndice 3 — Fichas de palavras-chave; Apêndice 4 — Fichas de avaliação de dicionários; Apêndice 5 — Nomes da língua portuguesa e Apêndice 6 — Nomes da língua japonesa.

Os quadros e figuras de nossa autoria, elaborados para essa pesquisa, foram marcados como '(Elaboração própria)'.

CAPÍTULO 1 — NATUREZA DE NOMES DE INSTITUIÇÕES: A CONSTITUIÇÃO DE CREMATÔNIMOS E O CONSTRUCTO DE FAULSTICH

1.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentamos a natureza epistemológica dos nomes e a configuração de nomes de instituições administrativas na condição de Nomes Complexos (NCs). Na terminologia técnica, os Nomes Complexos constituem uma categoria à parte e, por isso, durante as discussões de orientação, Faulstich (2019) reafirmou que o tipo de léxico, descrito nesta pesquisa, constitui o que a literatura denomina crematônimos. O conteúdo deste tipo de Nomes Complexos será desenvolvido mais adiante. Em seguida, o Constructo de Faulstich (2003) é estudado como um recurso que permite identificar o mecanismo de formação de Nomes Complexos. Na continuidade, apresentamos a revisão de literatura sobre os estudos que utilizam o Constructo de Faulstich para a análise da formação de Unidades Terminológicas Complexas (UTCs) e quais parâmetros serão utilizados na análise de Nomes Complexos. Por último, discutiremos os parâmetros de definição apresentados por Faulstich (2014), que serão aplicados no glossário.

1.2 SOBRE A NATUREZA DE NOMES DE INSTITUIÇÕES

Devido às suas características, os nomes de instituições da Administração Pública são incluídos na crematonímia. De fato, os nomes de instituições da Administração Pública podem ser considerados uma subclasse de crematônimos. O termo crematônimo, segundo Galkowski (2014b), vem do grego *chréma*, *chrématos*, que significa **coisa, objeto utilitário, produto, mercadoria**, mas comporta também as acepções de **fato, obra, ação, atividade, negócio, evento**.

Galkowski afirma que a classe dos crematônimos tradicionalmente era relegada a um segundo plano, em benefício de antropônimos, zoônimos e topônimos:

A crematonímia, de fato, é um local de acumulação de quase todos nomes próprios que não podem ser classificados na antroponímia,

zoonímia ou toponímia, mas esse agrupamento não precisa necessariamente ser considerado como [...] uma 'lixreira' onde diferentes unidades onomásticas 'rejeitadas' pelas classes tradicionais são acumuladas⁶ (GALKOWSKI, 2014b, p.151).

O estudo de crematônimos recebe maior destaque nos países de línguas eslavas e germânicas (GALKOWSKI, 2014b), nos últimos 40 anos. A contribuição de pesquisadores tchecos e eslovacos foi fundamental, segundo Galkowski (2014b), para o desenvolvimento da crematonomástica no plano internacional. Em oposição aos pesquisadores russos e alemães, que trabalham com uma definição estreita de crematônimos – como nomes individuais de produtos da cultura material, principalmente nomes comerciais – as escolas polonesas, em especial a escola Maximalista defendida por Breza, adotam uma definição mais ampla de crematônimos, como denominações de “nomes de objetos e de instituições da civilização contemporânea” (BREZA, 1998, apud GALKOWSKI, 2014b, p. 151).

Galkowski (2014a) considera a crematonomástica uma disciplina autônoma, dotada de atributos próprios que permitem a individualização, uma vez que os crematônimos são, na visão do autor, uma espécie particular de nomes próprios, composta de nomes que não podem ser incluídos em categorias como bionímia ou toponímia⁷.

Radu e Cotoc (2016) reiteram a posição de Galkowski, frisando a importância da categoria dos crematônimos:

Antropônimos e topônimos são as duas categorias onímicais mais importantes. Recentemente, pesquisadores cunharam uma terceira grande categoria, a dos crematônimos, que inclui nomes próprios ou expressões de diversos níveis de formalidade, desde um elemento lexical ou paralexical simples, com composições neológicas, até sentenças, referindo-se às coisas materiais e imateriais criadas intencionalmente pelo homem⁸ (RADU; COTOC, 2016, p. 112).

⁶ No original : "La chrématonymie, en effet, est un lieu d'accumulation de presque tous le noms propres qui ne peuvent pas être classifiés dans l'anthroponymie, la zoonymie ou la toponymie, mais cet amas ne doit pas forcément être considéré comme [...] une 'poubelle', où différentes unités onomastiques 'rejetées' par les classes traditionnelles s'entassent pèle mèle [...]". (tradução nossa).

⁷ Ou seja, categorias que abrangem nomes de seres vivos e nomes de lugares, respectivamente.

⁸ No original: "Anthroponyms and toponyms are the first two important onymic categories. Recently, researchers have coined a third major onymic category, that of chrematonyms, which includes proper names or expressions of various formal kinds, ranging from a simple lexical or

As autoras enfatizam a natureza heterogênea e difícil de atribuir uma definição precisa dos crematônimos, por incluir nomes de produtos ou marcas registradas, como *Kodak* e *Nutella*, objetos mediáticos e artísticos, como nomes de obras e de sites de internet, como *Guernica* e *gmail.com*, corporações e grupos sociais, incluindo partidos políticos; ações consistindo em uma ideia escrita sobre fatos tradicionais ou ocasionais da civilização humana, como *Páscoa* (RADU; COTOC, 2016).

Galkowski rejeita a abordagem restritiva que era dada aos crematônimos: “As primeiras tentativas de aplicar o termo crematônimo foram a busca de denominações de objetos estritamente materiais que escaparam da concepção reservada para nomes de lugares⁹”. (GALKOWSKI, 2014a, p. 81). Sob essa óptica, eram considerados crematônimos armas famosas, como a espada de Dâmocles ou construções memoráveis, como a pirâmide de Quéops. Por se tratar de objetos raros e marginais, como nomes de campanhas, de medalhas, ou objetos criados pelo homem com finalidade utilitária, intelectual, artística, espiritual, o estudo das denominações de objetos que hoje são integrados à categoria dos crematônimos era relegada a um segundo plano. (GALKOWSKI, 2016). Essa visão foi criticada por Galkowski, que apontou o tratamento inadequado a essa categoria de nomes:

Todavia, este juízo é muito relativo e em oposição à realidade do patrimônio cultural da humanidade. Os nomes próprios relativos às coisas materiais e imateriais, produzidas pelo homem [...] não se limitam a nossa época, em que a civilização impulsionou o homem à denominação apropriada e até, por vezes, necessária e vantajosa, para o uso social de diversos objetos e ações relacionadas¹⁰ (GALKOWSKI, 2016, p. 26).

Refinamentos posteriores levaram à exclusão, do quadro crematonímico, de elementos pertencentes a outras categorias, como ventos (objeto da

paralexical element, with neological compounds, to sentences, referring to the material and non-material things created intentionally by man” (tradução nossa).

⁹ No original: “Les premières tentatives de l’application du terme chrématonyme portaient sur la recherche des dénominations des objets rigoureusement matériels qui s’échappaient à la conception réservée aux noms de lieu” (tradução nossa).

¹⁰ No original: “Tuttavia questo giudizio è molto relativo e in opposizione alla realtà del patrimonio culturale dell’umanità. Il nomi propri relativi alle cose materiali e immateriali prodotte dall’uomo [...] no sono riservati alla nostra epoca in cui la civiltà ha spinto l’uomo alla denominazione propria a volte anche necessaria e vantaggiosa per l’uso sociale di vari oggetti e di azioni intraprese” (tradução nossa).

Anemonomástica) e cores (objeto da Cromonomástica). Com isso, o conceito passou a abranger todas as “coisas” produzidas pela ação humana, o que Galkowski define como objetos materiais e imateriais criados pela atividade humana:

Por ‘coisa’, entendo aqui qualquer resultado da atividade do homem que leva à criação e ao estabelecimento de um ‘objeto’ material ou imaterial que pode ou deve ser nomeado não apenas em relação ao seu conceito (por exemplo, ‘cigarros’), mas também em relação à sua predestinação extralinguística: artesanato, industrial, comercial, social, diária etc. (por exemplo, Marlboro)¹¹ (GALKOWSKI, 2014a, p. 81).

Galkowski não é o primeiro a trabalhar com uma definição mais abrangente de crematônimos. Smárek (1999 apud STEPANKOVA, 2018) já trabalha com a definição de crematônimos como objetos e produtos criados intencionalmente pelo homem, sem origem natural:

Smárek define [os crematônimos] como os nomes próprios que designam os objetos e os produtos criados intencionalmente pelo homem, o que quer dizer que não são ligados à natureza, mas a relações sociais, econômicas, políticas, culturais, etc.¹² (STEPANKOVA, 2018, p. 14).

Galkowski (2014a, 2014b, 2016) usa como base a tipologia de nomes próprios, estabelecida por Vaxelaire e amplia a categoria denominada “nomes de produtos da atividade humana¹³ (VAXELAIRE, p. 357)” para dar uma definição mais concisa para os crematônimos. É uma definição maximalista, que extrapola a restrição de denominar apenas objetos materiais inanimados, passando a abranger todo o resultado da ação humana. Essa definição ampliada de crematônimos, que Galkowski denomina crematônimos de uso, permite incluir objetos materiais e imateriais, resultados da ação humana de modo abrangente e compatível com a multitude de novas realidades criadas pela ação humana:

¹¹ No original : " Par « chose » je comprends ici tout résultat de l'activité de l'homme conduisant à la création et à la mise en place d'un « objet » matériel ou non matériel qui peut ou doit être nommé non seulement par rapport à son concept (p.ex. " cigarettes "), mais aussi par rapport à sa prédestination extralinguistique : artisanale, industrielle, commerciale, sociale, quotidienne etc. (p.ex. Marlboro)." (tradução nossa).

¹² No original: "Smárek définit [les chrématonymes] comme les noms propres qui désignent les objets et les produits créés intentionnellement par l'homme, cela veut dire qu'ils ne sont pas ancrés dans la nature, mais ils sont liés aux relations sociales, économiques, politiques, culturelles, etc." (tradução nossa).

¹³ No francês 'les noms de produits de l'activité humaine' (tradução nossa).

Os crematônimos de uso identificados entre três tipos principais constituem a combinação mais representativa de todos crematônimos aprovados e potenciais que a (Cremat)onomástica possa identificar na massa de denominações das realidades da civilização contemporânea¹⁴ (GALKOWSKI, 2014a, p. 82).

Assim, o autor os classifica em três categorias: a) crematônimos de marketing: nomes de produtos, marcas, companhias e empresas da área econômica; b) crematônimos ideativos: nomes de iniciativas, ações, produtos materiais e imateriais da área lúdica, artística, ideológica, educativa, etc. e c) crematônimos sociais: nomes de associações, fundações, organizações, grupos formais e informais na área social (GALKOWSKI, 2014b, p. 154; 2016, p. 28).

Os **crematônimos de marketing** são incluídos em um contexto econômico, comercial e social, e se referem aos produtos ou serviços que satisfazem as necessidades do homem, assim como as estruturas econômicas que fabricam e comercializam esses produtos e serviços (GALKOWSKI, 2014a, p. 83).

Os **crematônimos ideativos** são títulos de obras de arte: da literatura, da música, de artes visuais e audiovisuais, o que engloba uma grande gama de nomes visíveis na comunicação de massa e na internet. A crematonímia ideativa engloba, nas palavras do autor:

[...] os nomes de títulos de discursos, de orações, de festas religiosas ou seculares, datas especiais, cerimônias, concursos, festivais, colóquios, conferências, ações militares, projetos científicos, programas de desenvolvimento de infraestrutura, exposições; em uma palavra, diferentes fatos e ações que se distingue e transmite eficazmente pelo fluxo informativo¹⁵ (GALKOWSKI, 2014a, p. 85).

Os **crematônimos sociais** são nomes de associações, de fundações, de comunidades diversas, formais ou informais (GALKOWSKI, 2014a, p. 84), ou ainda por incluir conteúdos temáticos que manifestam diferentes facetas da vida

¹⁴ No original: "Les chrématonymes d'usage identifiés parmi ces trois types principaux constituent l'ensemble le plus représentatif de tous les chrématonymes approuvés et potentiels que la (chrémat)onomastique peut identifier dans la masse des dénominations des réalités de la civilisation contemporaine" (tradução nossa).

¹⁵ No original: "[...], les noms intitulant les discours, les prières, les fêtes religieuses ou laïques, les journées spéciales, les cérémonies, les concours, les festivals, les colloques, les conférences, les actions militaires, les projets scientifiques, les programmes de développement infrastructurel, les expositions, en un mot, différents faits et actions qu'il faut distinguer et transmettre efficacement dans le flux informatif" (tradução nossa).

social, como saúde, *hobbies*, educação, expressão de ideias políticas e de fé (GALKOWSKI, 2014b, p.154).

Instituições de administração pública são entidades formais, de criação governamental, para desempenhar funções da administração pública. Dadas essas características, como entidades formais, consideramos que nomes de entidades da administração pública se enquadram na categoria de crematônimos sociais.

1.2.1 Nomes de instituições como linguagem de especialidade

Considerar nomes de instituições como parte da linguagem de especialidade possibilita uma abordagem terminológica. Se compararmos os nomes de instituições a lexemas – léxico comum e a termos – parte da linguagem de especialidade (FAULSTICH, 1996a), verificamos que compartilham mais características com termos do que com lexemas. Assim, uma abordagem terminológica implica analisar nomes de instituições da administração pública como portadores de carga conceitual específica, utilizados em uma linguagem de especialidade. Como a autora observa: “a distinção epistemológica entre léxico e termo vem mais do recurso metodológico do que dos fundamentos conceituais de cada um” e “a natureza epistemológica do léxico e do termo são confirmados no desenvolvimento de trabalhos práticos, utilizando os métodos apropriados” (FAULSTICH, idem, p. 242).

Da mesma forma que um grupo específico de especialistas se integra numa sociedade, a linguagem que estes especialistas utilizam faz parte da língua compartilhada por toda a sociedade. Assim, uma linguagem de especialidade é parte da língua.

Para Pavel e Nolet, uma linguagem de especialidade é “um sistema de comunicação oral e escrito usado por uma comunidade de especialistas de uma área particular do conhecimento” (PAVEL; NOLET, 2002, p. 124). Para as autoras, para que uma palavra faça parte de uma linguagem de especialidade, é necessário haver “a relação unívoca com um conceito especializado” e “a estabilidade da relação entre forma e conteúdo em termos que tratam desse conceito” (PAVEL; NOLET, 2002, p. 19).

Como uma linguagem de especialidade está incluída no todo da língua, não há o isolamento entre as duas. Cabré (1998, p. 73) demonstra, através da comparação de um texto escrito na língua comum e um em linguagem de especialidade, que, no nível linguístico (lexical, morfológico e sintático) ambos compartilham um sistema de expressão, com mesmo sistema de escrita, mesmas regras de construção sintática, mesma morfologia, mesmo tipo de sentenças. As diferenças maiores estão no vocabulário.

Considerando que a linguagem de especialidade está incluída na língua comum, é lógico supor que, pelo menos em parte, há coincidência de vocabulário, o que é comprovado por Cabré. Assim, parte do vocabulário utilizado em um texto especializado é constituída de itens lexicais da língua comum; outra parte é constituída de itens que estão na fronteira entre língua comum e linguagem de especialidade, o que implica dizer que esse tipo de item pode ser encontrado também no discurso da língua geral; por último, há itens específicos a uma linguagem de especialidade. Assim, o fato de nomes de instituições de administração pública serem vistos com frequência no discurso comum não impede que sejam considerados linguagem de especialidade (CABRÉ, 1998).

Desse modo, os nomes de instituições de administração pública fazem parte da linguagem de especialidade da administração pública, o que justifica o tratamento terminográfico. Outro aspecto que justifica o tratamento terminográfico é a configuração como Nome Complexo, no sentido de que compartilha diversas características com Unidades Terminológicas Complexas, conforme apresentaremos a seguir.

1.2.2 Nomes de instituições como Nomes Complexos

Nesta pesquisa, apresentamos os nomes de instituições de administração pública, doravante IAP, como Nomes Complexos (NC). A denominação **nome**, em detrimento de **termo**, se justifica no enquadramento como classe de nome, nesse caso, como subclasse dos crematônimos. A denominação **complexo** provém de duas características, que apresentaremos a seguir.

Inicialmente, os nomes de IAPs são, necessariamente, formados por mais de uma palavra. Não é, entretanto, apenas o fato de haver diversos elementos que justificam a denominação **complexo**. Em segundo lugar, as palavras que compõem um nome de IAP se relacionam, de modo a fechar um conceito específico: cada nome de instituição é um contínuo de elementos semanticamente relacionados, onde o primeiro elemento, na língua portuguesa¹⁶, constitui o que denominamos **base**, que recebe a predicação de outros elementos, denominados ‘argumentos’ que modificam o conteúdo semântico do conjunto. Essa característica de relacionamento de elementos em estruturas complexas é vista em Unidades Terminológicas Complexas (UTC). A semelhança de formação justifica o tratamento no processo de análise de nomes complexos. Assim, como veremos na seção seguinte, mecanismos de análise de formação de UTCs podem ser aplicados na análise de Nomes Complexos. A seguir, apresentaremos as características de UTCs, realizando o cotejo com Nomes Complexos.

Uma Unidade Terminológica Complexa (UTC) se diferencia de uma unidade simples por ser constituída de mais de um elemento linguístico. No entanto, essa não é a única característica que a define, pois, a adição de termos indiscriminada não é condição para a criação de uma UTC. Na posição de Base conceitual, está um substantivo, que ocupa posição de sujeito, modificado por outros itens, os predicadores. Por exemplo, na UTC da área de biologia **célula-tronco embrionária neuronal**, **célula** é a base, que é modificada pelos predicadores **-tronco, embrionária e neuronal**¹⁷. Assim, “a incidência de um predicador sobre o sujeito forma predicções e, conseqüentemente, novos significados”. (FAULSTICH, 1995a, p. 26).

Para Faulstich (2003), os argumentos de uma UTC são reoperadores do significado de cada conjunto sintagmático antecedente com a função de especificar este. Assim, uma base lexical de caráter genérico, que é o formativo mais geral, sustenta o predicado. Essa predicação é, segundo a autora, dada

¹⁶ A relação entre os elementos é determinada pela tipologia da língua. Como veremos posteriormente, a língua japonesa, de tipologia distinta, SOV, apresenta ordenação de elementos diferente da língua portuguesa e, devido a isso, a base de um nome complexo em japonês é o elemento mais à direita, sempre precedida das predicções, localizadas à sua esquerda. Para mais detalhes, veja seção 3.2 desta tese.

¹⁷ Exemplo extraído de Faulstich 2003, p. 17.

com a adição de argumentos que dão ao conjunto sintagmático maior especificidade, numa reoperação conceitual sequenciada, de modo que o último argumento adicionado encerra o conteúdo semântico da UTC (FAULSTICH, 2003).

Reverendo o exemplo anterior, na UTC **célula-tronco embrionária neuronal**, a UTC tem a base **célula**, que recebe complemento apositivo **-tronco** que lhe confere especificidade. O complemento **-tronco** é, em relação à base, um **argumento**, e a predicação do argumento sobre a base implica no aumento da especificidade da base, através da reoperação conceitual. A adição de um segundo argumento, **embrionária**, resulta em uma nova reoperação conceitual. O mesmo ocorre com a adição do último argumento preposicionado **neuronal**, que fecha o conceito da UTC.

Em comparação, a formação do nome da IAP como **Instituto Brasileiro de Turismo** pode ser analisada sob a mesma perspectiva: **Instituto** é uma base, geral; a adição do argumento adjetivado **Brasileiro** confere especificidade à base. Já a adição do argumento preposicionado **de Turismo** atribui à base nova informação e fecha o conceito, sintetizado na definição monofrasal:

Quadro 1 - Definição de Instituto Brasileiro de Turismo

<p>Autarquia especial do Ministério do Turismo que atua na execução da Política Nacional de Turismo, na proposição de normas e medidas necessárias a esse fim, na promoção internacional do mercado turístico nacional, na análise e no planejamento do mercado turístico e no fomento e financiamento de ações que visem o desenvolvimento da indústria do turismo.</p>
--

(Elaboração própria)

Os nomes de IAP são, necessariamente, formados por mais de um item lexical cuja base recebe a predicação de argumentos.

É com a compreensão de que há identidade de estruturas que a univocidade entre denominação e conceito, pois, os nomes de IAPs são parte da linguagem de especialidade, que se justifica a denominação de Nomes Complexos e o tratamento terminográfico.

Faulstich (2003) apresentou um mecanismo que identifica as regras de formação de UTCs, denominado Constructo de Faulstich. A seguir, apresen-

taremos o Constructo e demonstraremos a aplicação para evidenciar os mecanismos de formação de Nomes Complexos e identificar características idiossincráticas.

1.3 O CONSTRUCTO DE FAULSTICH

No artigo 'Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas', Faulstich (2003) publicou um modelo de constructo que permite identificar as regras de formação de Unidades Terminológicas Complexas (UTCs). Esse modelo será aplicado para explicar as regras de formação Nomes Complexos.

Para Faulstich, a construção de uma UTC segue uma série de regras conforme é visto, depois, nos trabalhos de Costa (2005), Maia Pires (2009), Cruz (2013) e em outros estudos, como no artigo de Abreu (2014). O Constructo foi desenvolvido com base na Teoria da Variação em Terminologia (FAULSTICH, 1998a), que é sustentada por cinco postulados:

- a) dissociação entre estrutura terminológica e homogeneidade ou univocidade ou monorreferencialidade, associando-se à estrutura terminológica a noção de heterogeneidade ordenada;
 - b) abandono do isomorfismo categórico entre termo conceito significado;
 - c) aceitação de que, sendo a terminologia um fato da língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática;
 - d) aceitação de que a terminologia varia e de que essa variação pode indicar uma mudança em curso;
 - e) análise da terminologia em co-textos linguísticos e em contextos discursivos da língua escrita e da língua oral.
- (FAULSTICH 2003, p. 12).

Nas publicações anteriores e posteriores, a autora desenvolve, passo a passo, cada postulado, mas é o terceiro postulado que serve de base para a elaboração do Constructo. O modelo do constructo é como aparece a seguir:

Quadro 2 - Modelo do Constructo de Faulstich

$$C = \langle T (F), LT, R \rangle$$

Fonte: Faulstich (2003, p. 13)

No modelo apresentado, T é terminologia, F é o formativo lexical, LT é o fundo lexical terminológico e R é a regra que fecha o encadeamento de formativos.

Assim, o Constructo (C) é formado pela terminologia, ou seja, pelos termos, composta de formativos, que pode ser um termo simples ou termo + predicados, que formam o fundo lexical terminológico, segundo uma regra R. Nas palavras de Faulstich (2003, p. 14), “os formativos se organizam numa sequência de base¹⁸ + predicado, até que as combinações sucessivas atinjam a exaustão semântica”, para fechar aquela R (regra). As condições dessa exaustão semântica são, segundo Faulstich,

- i) Formular regras para os termos de acordo com a gramática da língua em questão,
- ii) Encerrar um conceito evidente e
- iii) Proporcionar que seja formulada uma definição (FAULSTICH, 2003, p. 14).

No artigo, ‘Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas’, Faulstich (2003) afirma que nas condições para a criação do constructo T e F são disjuntos, LT é o axioma único e as regras R são produções simultâneas. Nessas condições pode-se derivar inúmeras cadeias de predicação, com suas respectivas regras.

As diversas possibilidades de formação de UTCs, a saber, as diversas formas de operação de significado por meio da adição de argumentos a uma base, são representadas em fórmulas, tais como vemos a seguir:

Quadro 3 - Diferentes regras de formação de UTCs

AF	Rx	termo simples (apenas a base)
AaF	Ry	base com acréscimo de predicação apositiva, como em ‘célula-tronco’
AaBF	Rz	base com acréscimo de apositivo e mais um formativo, como em ‘célula-tronco embrionária’.

Fonte: Faulstich (2003, adaptado)

¹⁸ No Constructo, a base é, na língua portuguesa o primeiro elemento do contínuo conceitual, sobre o qual são adicionados outros elementos, que predicam a base, e são denominados formativos.

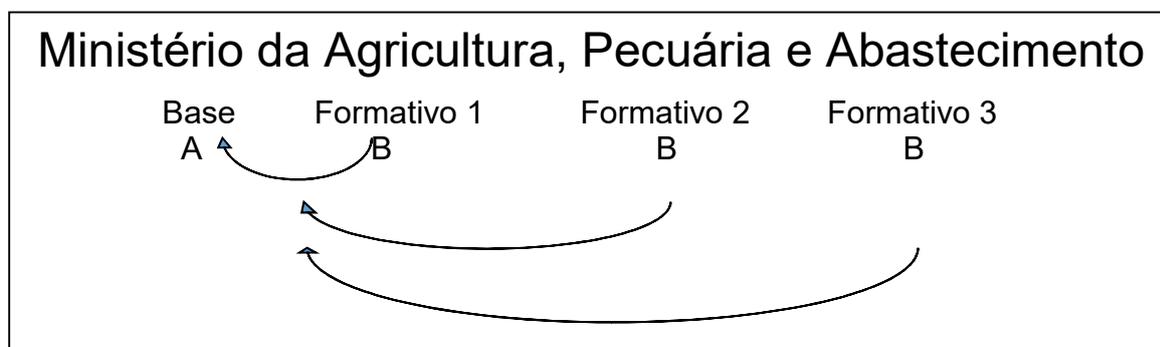
A indica a base da UTC. No caso de essa base ser acrescida de uma predicação apositiva, ela é identificada por **a**. Se há a adição de mais formativos, eles são indicados por letras maiúsculas, iniciando-se em **B** e seguindo a sequência alfabética. F ao final da regra indica que naquela posição pode entrar mais um formativo (mais uma expressão terminológica), pois há vaga para nova predicação. Quando o conceito do termo se completa, a regra R se fecha. A depender do termo sob análise, há a possibilidade de casas vazias, decorrentes da ausência de formativo, marcadas com \emptyset , o que indica haver na posição um formativo *in absêcia* (FAULSTICH, 2003), como no caso de **valvuloplastia \emptyset percutânea**, em que o formativo **aórtica** é elipsado (FAULSTICH, 2003). A casa vazia é um termo apagado, por estar implícito, na construção da regra.

Em síntese, a construção se dá “num contínuo conceitual que vai do +geral ao +específico, com uma base lexical de caráter genérico que opera um significado abrangente e da língua comum” (FAULSTICH, 2003, p.14). O que resulta é que essa base sustenta predicados, organizados em argumentos, que atribuem caráter de especialidade, formando uma Unidade Terminológica Complexa.

A síntese apresentada serve para demonstrar que, sob nosso ponto de vista, os nomes de instituições têm estrutura lexical semelhantes, porém com idiosincrasias de crematônimos, como no exemplo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No caso de Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a base ‘Ministério’ é acrescida de três termos que dão especificidade apenas à base:

Quadro 4 - Formativos de Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Assim, a base **Ministério**, recebe o argumento formativo preposicionado **da Agricultura**. Após esse formativo, são adicionados os formativos **Pecuária e Abastecimento**, em que as preposições 'da' e 'do' são suprimidas. Todos os três formativos são argumentos diretos da base, daí serem **argumentos coordenados**.

As setas indicam a predicação realizada por cada argumento. A representação de regras de predicação é como se vê a seguir:

Quadro 5 - Regras de formação de Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	[ABBBF]	R1
---	---------	----

(Elaboração própria)

A ordem dos argumentos é dada pelas regras da morfossintaxe da língua em questão. Veremos mais adiante que em línguas com tipologia diferente da língua portuguesa, como o japonês, toda a predicação precede a base (SHIBATANI, 1987), acrescida sempre à esquerda, ao contrário, portanto, do português. Assim sendo, as regras de predicação de NCs da língua portuguesa e da japonesa são diferentes, e podem no português ser expressas na ordem ABCF e ter como correspondente em japonês a ordem FCBA. No quadro a seguir, apresentamos as duas regras de formação, com a denominação em português à esquerda e a em japonês à direita:

Quadro 6 - Comparação de regras de formação de nomes PB e JP¹⁹

Português do Brasil (PB)	Japonês (JP)				
Instituto Nacional de Meteorologia	Kokuritsu	Kishô	Kenkyûjo		
	Nacional	Clima	Instituto		
ABCF	FCBA				
Agência de Exploração Espacial do Japão	Uchû	Kôkû	Kenkyû	Kaihatsu	Kikô
	Espaço	Navegação	Pesquisa	Desenvolvimento	Agência
ABCDF	FEDCBA				

(Elaboração própria)

¹⁹ Na primeira linha, há a denominação de uma instituição brasileira, 'Instituto Nacional de Meteorologia', com a denominação harmonizada já existente em japonês. Na segunda linha, há a denominação de uma instituição japonesa, 'Uchû Kôkû Kenkyû Kaihatsu Kikô', precedida da denominação harmonizada já existente em português, 'Agência Japonesa de Exploração Espacial'.

Em estudo anterior²⁰, pudemos identificar algumas regras de formação de nomes da área de administração pública, em português e em japonês, segundo o Constructo de Faulstich. A seguir, replicamos os resultados:

Quadro 7 - Resultados de análise de casos do português

<p>a) Departamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente Formação: [ABCDEF] formativos em contínuo conceitual.</p> <p>b) Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Formação: [ABBBF]: formativos coordenados preposicionados predicando a base, com elipse da preposição de nos dois últimos formativos, e conjunção aditiva e antes do último formativo.</p> <p>c) Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento Formação: [ABBCF]: dois formativos coordenados preposicionados ligados à base, ligados por conjunção aditiva e. O último formativo ao Desmatamento predica apenas o formativo Combate e funciona como complemento nominal.</p> <p>d) Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis Formação: [ABØBØBCF]: Os três formativos coordenados, de Desenvolvimento, de Produção e de Consumo estão ligados à base por preposição de, que aparece apagada (Ø) nos dois últimos formativos. Por sua vez, o formativo Sustentáveis reopera os conceitos de Desenvolvimento, de Produção e de Consumo, ligado por e ao penúltimo formativo.</p>
--

(Elaboração própria)²¹

No quadro anterior, podemos verificar que há Nomes Complexos, na área de administração pública com formativos em contínuo conceitual (caso a), com formativos coordenados, (casos b e c) e com combinação de formativos coordenados e em contínuo conceitual (caso d).

Pelo contraste das regras de formação dos nomes nas duas línguas, demonstramos que o acréscimo de termos à base ocorre em sentidos diferentes: na língua portuguesa, a base é localizada à esquerda, com a acréscimo de termos à direita da base enquanto, na língua japonesa, a base é localizada à direita com acréscimo de termos à esquerda. Isso é decorrente da diferença de

²⁰ Pôster intitulado “Aplicação do Constructo de Faulstich na análise de unidades terminológicas complexas na área de administração pública do Brasil e do Japão”, apresentado no XI ENGTLEX, Encontro do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, realizado entre 9 e 11 de agosto de 2017, não publicado.

²¹ As denominações de formativos foram modificadas para se compatibilizar às denominações utilizadas nessa Tese.

tipologias linguísticas: a língua portuguesa é de tipologia SVO, enquanto a japonesa é de tipologia SOV. É como se vê a seguir:

Quadro 8 - Resultado da análise de casos do japonês

<p>a) 循環型社会推進室</p> <p><i>Junkangata</i> ‘modelo reciclador’ <i>Shakai</i> ‘sociedade’ <i>Suishin</i> ‘promoção’ <i>Shitsu</i> ‘escritório’</p> <p>Formação: [FDCBA]: formativos em contínuo conceitual.</p> <p>Denominação em português: Escritório de Promoção da Sociedade Recicladora</p>
<p>b) 廃棄物・リサイクル対策部</p> <p><i>Haikibutsu</i> ‘detritos’ / <i>Risaikuru</i> ‘reciclagem’ <i>Taisaku</i> ‘medidas’ <i>Bu</i> ‘departamento’</p> <p>Formação: [FCCBA]: dois formativos finais coordenados combinados à base, ligados por sinal gráfico <i>nakaguro</i> (・).</p> <p>Denominação em português: Departamento de Medidas sobre Detritos e Reciclagem</p>
<p>c) 適正処理・不法投棄対策室</p> <p><i>Tekisei</i> ‘apropriado’ <i>Shori</i> ‘processamento’ ・ <i>Fuhô</i> ‘ilegal’ <i>Tôki</i> ‘despejo’ <i>Taisaku</i> ‘medidas’ <i>Shitsu</i> ‘escritório’</p> <p>Formação: [FDCDCBA]: dois formativos coordenados combinados à base, ligados por sinal gráfico <i>nakaguro</i> (・) precedidos de respectivos formativos.</p> <p>Denominação em português: Escritório de Medidas sobre Despejo Ilegal e Processamento Adequado de Detritos</p>
<p>d) 地球温暖化対策課</p> <p><i>Chikyû</i> ‘[Planeta] Terra’ <i>Ondanka</i> ‘aquecimento’ <i>Taisaku</i> ‘medidas’ <i>Ka</i> ‘divisão’</p> <p>Formação: [FDCBA]: Caso de repetição conceitual. A palavra <i>ondanka</i> ‘aquecimento’ já abrange o conceito ‘global’.</p> <p>Denominação em português: Divisão de Medidas sobre Aquecimento Global</p>
<p>e) 鳥獣保護管理室</p> <p><i>Chôjû</i> ‘aves e animais’ <i>Hogo</i> ‘proteção’ <i>Kanri</i> ‘gestão’ <i>Shitsu</i> ‘escritório’</p> <p>Formação: [FDCBA]: Formativos combinados de modo a aumentar a especificidade. O último termo (<i>chôjû</i>) é formado por ideogramas que abrigam individualmente o sentido combinado de aves e animais. Entretanto, uma vez que este está lexicalizado e os ideogramas não estão separados por sinal gráfico (・), são considerados um único termo.</p> <p>Denominação em português: Escritório de Gestão da Proteção de Aves e Animais</p>

(Elaboração própria)

Numa língua de tipologia SVO, como o português, a predicação ocorre principalmente para a direita; nesse sentido, uma base recebe novos termos que são acrescentados à direita, conferindo caráter mais específico à base. No caso da

língua japonesa, que tem tipologia SOV, a predicação ocorre para a esquerda (SHIBATANI, 1987, MUKAI; SUZUKI, 2016), pois novos argumentos são acrescentados à esquerda da base para conferir maior especificidade ao termo.

Verificamos que, na área de administração pública, tanto na língua portuguesa quanto na língua japonesa, há o que denominamos encadeamento de formativos em paralelo, que denominamos **argumentos coordenados**. É o caso de **Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração** em que a base **Subsecretaria** recebe a adição de três termos que se vinculam diretamente com a base **de Planejamento, de Orçamento e de Gestão**, com o apagamento da preposição **de** nos dois últimos termos, o que resulta em regra de formação ABBBF. Na língua japonesa, temos o exemplo 廃棄物・リサイクル対策部 *Haikibutsu Risaikuru Taisaku Bu* ‘Departamento de Medidas sobre Detritos e Reciclagem’, em que a base, localizada à direita, sofre acréscimo de termos à esquerda. Os termos *haikibutsu* ‘detritos’ e *risaikuru* ‘reciclagem’ são relacionados ao termo *taisaku* ‘medidas’, o que resulta em uma regra de formação FCCBA.

Identificamos que, na língua portuguesa, os termos adicionados em paralelo são separados por vírgula e pela conjunção **e**, e que, na língua japonesa, termos em paralelo são separados por ponto central (・), denominado em japonês *nakaguro*²² (HIRAMATSU, 1998), sem vírgulas e sem a utilização de partícula pós-posicionada²³. Na língua japonesa, há a possibilidade de não haver o uso do *nakaguro* na formação de nomes (OTA, 2011). É o caso de 厚生労働省 *Kôsei Rôdô Shô* ‘Ministério da Saúde, do Trabalho e do Bem-Estar Social²⁴’, que não tem separação por sinal *nakaguro*²⁵.

Ainda em relação à formação de termos em japonês, há a questão da fronteira de palavras, uma vez que não há, na língua, a utilização de espaço. A delimitação dos elementos que constituem um Nome Complexo em japonês é dada pela lexicalização destes, como será apresentado na seção 1.7.3.

²² Em ideograma, 中黒.

²³ Ou seja, no caso apresentado 廃棄物・リサイクル対策部 *Haikibutsu・Risaikuru Taisaku Bu*, ‘Departamento de Medidas sobre Detritos e Reciclagem’ o sinal gráfico *nakaguro* tem a função da conjunção ‘e’ da denominação em português.

²⁴ Denominação em português definida pela instituição.

²⁵ Nesse caso, as partículas pós-posicionadas

Muitos dos nomes analisados de ambas as línguas não possuem denominação já estabelecida na outra língua²⁶. Assim, torna-se necessário propor representações harmonizadas, criadas em concordância com os paradigmas de formação da língua em questão. Com o Constructo de Faulstich, podemos identificar os mecanismos de formação que ocorrem na área da administração pública em língua portuguesa e japonesa. Pela análise da formação de nomes na linguagem de Administração Pública, é possível criar um perfil de regras que ocorrem na língua portuguesa e na língua japonesa e, com isso, entender os paradigmas de registro de nomes em cada língua.

Para isso, inicialmente apresentaremos os tipos de formativos já identificados em diversas linguagens de especialidade em estudos anteriores, que analisam UTCs. Em primeiro lugar, apresentaremos a tipologia proposta por Faulstich (2003). O constructo de Faulstich já foi aplicado em diversos estudos, o que demonstra que adequadamente descreve a formação de termos complexos em linguagens de especialidade, conforme apresenta Cruz:

O modelo de Faulstich mostra-se adequado para a identificação dos formativos preposicionados ou não e da relação que eles estabelecem com os demais sintagmas da cadeia sintagmática compreendida pela UTC (CRUZ, 2013, p. 43).

Como apresentamos anteriormente, demonstramos, através da análise cujos resultados estão apresentados no capítulo 5, que o Constructo de Faulstich também pode ser aplicado para explicar a estrutura de formação de Nomes Complexos.

Além da tipologia de formação de UTCs de Faulstich (2003), estudos posteriores apresentaram novos tipos de formativos, verificados em diversas linguagens de especialidade. A seguir, apresentaremos a tipologia de Faulstich e novas contribuições: Siqueira (2004), Cruz (2013) e Abreu (2014). A partir desses estudos, pudemos delinear as características de formação de Nomes Complexos e evidenciar os aspectos idiossincráticos desses, conforme apresentamos no capítulo 4.

²⁶ Ou seja, muitas instituições brasileiras não possuem denominação estabelecida em língua japonesa, e, da mesma forma, muitas instituições japonesas não possuem denominação estabelecida em língua portuguesa. Há, entretanto, muitos casos de denominação criada pela própria instituição em língua inglesa.

1.4 TIPOLOGIA DE FAULSTICH

No constructo de Faulstich (2003), a autora apresenta uma tipologia de dez casos de formativos. A seguir apresentamos as características de cada tipo, com exemplos.

a. Formativo zero (Ø) e tautologia

A tautologia é resultado de existirem em uma UTC formativos que operam o mesmo conceito em relação à base. Logo, deve ser apagada da UTC, sob risco de desestruturá-la, pois, conforme Faulstich,

É preciso, no entanto, estar atento ao fato de que um conceito funcional não pode perder a referência do real, tampouco sua utilidade discursiva, sob pena de produzir definições inoperantes e incorretas (FAULSTICH, 2003, p. 19)

O espaço apagado, onde seria posicionada a tautologia é marcada com espaço vazio (Ø). O formativo zero foi verificado em duas modalidades: redundância e repetição conceitual. Para o caso de redundância, é apresentado como exemplo: **valvuloplastia aórtica percutânea com balão**, de cadeia de formação [ABCDF²⁷] (FAULSTICH, 2003). O argumento B **aórtica** pode ser apagado, por haver redundância com a base, já que **valvulo-** e **aórtico** aludem ao referente **coração** (FAULSTICH, idem). Assim, há a possibilidade de uma variante **valvuloplastia Ø percutânea com balão**, com cadeia de formação distinta, [AØCDF].

Para o caso de repetição conceitual é apresentado o exemplo: **morte súbita cardíaca por cardiopatia**, de cadeia de formação [ABCDF]. Nesse caso, o formativo [C], **aórtica** pode ser elipsado, uma vez que “**cardíaca** e **cardiopatia** se referem ao mesmo referente **coração**. Como ocorre tautologia por repetição de conceitos, pode ocorrer na área de especialidade de medicina variação com a elipse de [C] ou de [D], o que resultaria em **morte súbita cardíaca**, de cadeia

²⁷ A cadeia de formação em questão implica que os três formativos à direita da base ‘A’, ‘BCD’ aumentam a especificidade do termo, num contínuo de adições. Assim, AB é mais específico que A; ABC, é mais específico que AB e ABCD é mais específico que ABC. A última parte da cadeia, ‘F’, indica a posição em que há vaga para nova predicação, o que leva a uma nova regra Rⁿ (FAULSTICH 2003, p. 14-16).

de formação [ABCØF] ou **morte súbita por cardiopatia**, de cadeia de formação [ABØDF] (SIQUEIRA, 2004).

b. Formativo 'a' e significado apositivo

O formativo 'a' ocupa o lugar do primeiro argumento, sendo da mesma categoria de 'A', ou seja, ambos são substantivos'. O papel de 'a' não é adjuntivo, mas apositivo, em uma relação de identidade entre 'A' e 'a' que pode ser lida como 'A' que é 'a' (FAULSTICH, 2003). Não pode haver a inclusão de nenhum termo entre 'A' e 'a', o que levaria à alteração do conceito. São exemplos: **cópia carbono**, **página padrão**, ambas de cadeia de formação [AaF].

c. Formativo preposicionado

É o formativo em que a base não necessariamente pertence a uma linguagem de especialidade e o argumento é representado por sintagma preposicionado [de ± art + subs], em conformidade com a valência da expressão imediatamente anterior. Não é possível, nesse modelo, alterar ou apagar formativos, sob risco de perder o conceito (FAULSTICH, 2003). É exemplo **condição do exercício do direito de ação**, de cadeia de formação [ABCDF], sem haver variantes.

d. Formativo adjetival

É formativo adjetivo, em que não cabe comutar adjetivos por sintagmas preposicionados. É exemplo **disciplina acadêmica universitária**, de cadeia de formação [ABCF] (FAULSTICH, 2003).

e. Formativo sob alçamento

É formativo que é posicionado entre outros formativos. No caso apresentado por Faulstich **lista eletrônica de endereços** é distinto de **lista de endereços eletrônicos**, pois a alteração da ordem dos argumentos leva à mudança no conceito referido. Se **lista de endereços**, for alçado por **eletrônica** gera um novo termo (FAULSTICH, 2003).

f. Formativo [A] com base nominalizada

É caso de formativo cuja base não é capaz de fechar conceito, que só é encerrado com a adição de argumentos. É exemplo **distribuidor automático de correio**, de cadeia de formação [ABCF].

g. Formativo marcado por determinante

É caso de formativo em que há a adição de artigo, atuando como determinante. Segundo Faulstich, “o artigo é, comumente, um atualizador, um determinante que atribui ao substantivo a que se refere um valor específico, concretizando e particularizando a existência do objeto” (FAULSTICH, 2003, p. 24). Essa função do artigo, segundo a autora, ocorre também na formação de UTCs. É exemplo **elemento religioso indissociável do fenômeno jurídico**, de cadeia de formação [ABCDEF], em que o artigo ‘o’, combinado com a preposição **de** “atribui à expressão abstrata **fenômeno** um caráter de objeto concreto da área jurídica” (FAULSTICH, 2003, p. 24).

h. Formativo valente e formativo antecedido por preposição diversas

São formativos com preposição que introduz argumento, determinada pela valência do formativo que a antecede. Faulstich apresenta casos de preposição **para**, **com**, **em** e **por**, com relações semânticas de **finalidade**, **associação**, **interioridade** e **modo**, respectivamente. É exemplo **navegador para modo texto** (FAULSTICH, 2003).

i. Formativo com prefixo não-

O prefixo não- indica relação negativa entre formativo e termo predecessor. Não gera um novo formativo independente, pois atua como um prefixo do argumento. É exemplo **correspondência não-solicitada**, de cadeia de formação [ABF] (FAULSTICH, 2003).

j. Formativo com sufixo –mente

O formativo que recebe sufixo –mente é advérbio modalizador derivado de base lexical adjetiva. Há alteração na ordem de argumentação, em que o

formativo com esse sufixo é argumento do termo que o sucede, como no exemplo **espécie sexualmente compatível**.

1.5 REVISÃO DE ESTUDOS RELACIONADOS AO CONSTRUCTO DE FAULSTICH

Estudos posteriores ao artigo de Faulstich (2003) demonstraram que o Constructo de Faulstich pode receber novos tipos de formativos. A seguir, apresentaremos as contribuições ao Constructo de Faulstich, em ordem cronológica.

1.5.1 Siqueira (2004)

O primeiro estudo a aplicar o constructo de Faulstich para a análise de UTCs é de Siqueira (2004), que busca, na dissertação de mestrado, identificar o grau de adequação descritiva do constructo aos dados da análise sensorial enológica, por meio de análise quantitativa e qualitativa. Siqueira aplicou o constructo para a análise de 309 UTCs, e teve como resultados:

a) identificou que o maior número de ocorrências era de UTCs com formativos adjetivais (50,96% das ocorrências);

b) identificou três novos tipos de formativos:

1) **UTCs com formativo com verbo nominalizado**, como **saber beber**;

2) **UTCs com formativo com conjunção aditiva**, como em **denominação de origem controlada e garantida e**

3) **UTCs com base elíptica**, em que a base é omitida, como em '(odor de) café verde'.

c) UTCs de maior número de formativos foi quatro.

O caso de elipse de base, como infere Siqueira, é decorrente do uso constante da base por enólogos e degustadores, especialistas da área, que, "por usarem tais UTCs com muita frequência, acabam subentendendo a base por julgarem desnecessária a sua utilização. No entanto, a recuperação da base só é possível para os experts da área" (SIQUEIRA, 2004, p. 110). É o caso de **(sabor de) avelã tostada**, em que a base sofre elipse.

1.5.2 Cruz (2013)

Cruz (2013) averigua, na tese de doutorado, o comportamento das UTCs nas Normas Brasileiras de Regulamentação (NBRs) da Engenharia Civil, aplicando o Constructo de Faulstich, para estabelecer as regras de formação de UTCs na área de Engenharia Civil. Analisou 500 dados linguísticos e conseguiu identificar novas regras de formação de UTCs na área de Engenharia Civil:

a) formativo preposicionado que dá origem à sigla

É caso de variante entre duas UTCs. A primeira é formada com base pertencente à língua comum que, por isso, depende de argumentos que dão à base a característica de linguagem de especialidade. A segunda UTC segue as mesmas regras, mas os formativos são substituídos pela letra inicial, gerando uma sigla. São exemplos, **grau de compactação** e **GC**.

b) formativo por locução

É caso em que o formativo é uma locução, que complementa a base. É exemplo **descarga de resíduo a céu aberto**, no qual **a céu aberto** é formativo por locução. A cadeia de formação é [ABCF], indica que o formativo é uma locução, indicada por [C].

c) formativo com conjunção aditiva ‘e’ que liga duas UTCs

É caso em que há duas UTCs unidas pela conjunção aditiva ‘e’. Duas UTCs são unidas pela conjunção ‘e’, que se torna um formativo. Nas palavras da autora: “Nossa leitura é a de que o formativo [...] deve ser marcado para informar a junção das duas UTCs” (CRUZ, 2013, p. 136), sendo que, após a junção, constitui-se uma nova UTC, como no exemplo **teor de umidade e massa específica aparente seca**, que tem cadeia de formação [ABCDEFF], no qual as UTCs **teor de umidade** e **massa específica seca**, são unidas pela conjunção ‘e’, indicada como formativo [C], formando uma nova UTC, com conteúdo semântico próprio.

d) formativo com predicador representado por uma letra do alfabeto

É caso em que o formativo é letra do alfabeto. Na linguagem de Engenharia Civil, indica, nos exemplos apresentados, característica de tipo e formação do solo, são indicadas por letras do alfabeto e recebem, assim, classificações como A ou B: “Os formativos estão condicionados ao tipo e à formação do solo, por isso a classificação do tipo de solo em A ou B, acrescido ou não por adjetivo” (CRUZ, 2003, p. 137). É exemplo **horizonte B textural**, de regra de formação [ABCF].

e) formativo com predicador representado por acrossemia

É caso de formativo que é redução, sigla ou acrônimo. É exemplo **determinação do pH**, caso em que pH é sigla de **potencial hidrogeniônico**. Com a redução, os dois formativos, **potencial hidrogeniônico** passam a ser um, **pH**.

f) formativo com conjunção alternativa ‘ou’

É caso de formativos de conjunção alternativa ‘ou’ que, segundo Cruz, “devem ser analisados da mesma forma que os formativos com a conjunção aditiva ‘e’ que liga termos simples” (2013, p. 139). Ou seja, dois formativos ocupam uma mesma posição na cadeia de formação e ocupam o mesmo lugar no Constructo. É exemplo **tabela de sondagem ou ulagem**, que tem cadeia de formação [ABBF].

g) formativo com advérbios intensificadores

É caso de formativo que é advérbio intensificador, que modifica o formativo que o sucede. É exemplo **rocha pouco alterada**, de cadeia de formação [ACBF].

1.5.3 Abreu (2014)

Abreu (2014) busca, “verificar se a posição em que o formativo preposicionado ocorre na extensão da UTC é determinada pelo tipo de relação que a preposição veicula no conceito” (ABREU, 2014, p. 488). Essa autora tem como objeto termos de vocabulários da Hemodinâmica e da Biologia Molecular,

extraídos do Banco de Dados da Língua Geral do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para análise, extraiu de um *corpus* de 356 UTCs, 93 constituídas de formativos preposicionados, sendo 40 da Biologia e 53 da Hemodinâmica.

A autora seleciona seis padrões de formações de UTCs demonstrados por Faulstich que considera poderem apresentar formativos preposicionados em sua constituição: a) formativo zero (\emptyset) e tautologia; b) formativo preposicionado; c) formativo sob alçamento; d) formativo [A] com base nominalizada; e) formativo marcado por determinante e f) formativo valente e formativo antecedido por preposições diversas.

Para a avaliação do tipo de relação entre formativos, Abreu utiliza a tipologia de Oiticica (1958 apud ABREU, 2014), que descreve 35 valores relacionais de preposições e locuções prepositivas. Para a análise, Abreu se limita às preposições apresentadas por Oiticica (a, até, com, como, conforme, contra, de, durante, em, entre, mais, mediante, para, por, segundo, sem e sobre).

Como resultados, 1) verificou que, dentre a tipologia apresentada por Faulstich, os casos mais frequentes foram a) formativo preposicionado (36 ocorrências), formativo [A] com base nominalizada (29 ocorrências) e formativo marcado por determinante (12 ocorrências); 2) verificou que, em relação à frequência de preposições, a preposição **de** é mais frequente dos formativos preposicionados, formativos [A] com base nominalizada e dos formativos marcados por determinantes; a preposição **por** é a segunda mais frequente, enquanto as preposições **em**, **com** e **para** não apresentaram ocorrência significativa; 3) verificou que, em relação aos valores relacionais, a) a preposição **de** apresentou valores de matéria, lugar, modo, quantidade e proveniência; b) a preposição **em** realizou apenas o valor de modo; c) a preposição **para** realizou valor de fim; d) a preposição **por** não realizou nenhum dos valores indicados na tipologia de Oiticica e e) identificou valores relacionais não apresentados na tipologia de Oiticica: valor relacional de fim, de medida, de lugar, de duração e de instrumento para a preposição **de** e valor relacional de modo e meio para a preposição **por**.

Na conclusão, Abreu apresentou as hipóteses de que 1) os formativos preposicionados de uma UTC podem ser separados em a) formativos

preposicionados qualificadores de N, em que N é base pertencente à língua comum ou linguagem de especialidade e b) formativos que funcionam como argumento de N, em que N é predicador pertencente à língua comum ou linguagem de especialidade e 2) a estrutura prepositiva na cadeia de uma UTC é fixada “se o núcleo terminológico é o N do NP interno ao formativo preposicionado” e pode ser substituída por formação adjetiva “se o núcleo terminológico é selecionador do formativo preposicionado” (ABREU, 2014, p. 513-514).

1.5.4 Síntese da revisão de literatura sobre o Constructo de Faulstich

Os estudos posteriores a Faulstich (2003) demonstraram que o Constructo de Faulstich é um recurso que permite identificar as características de formação de UTCs em áreas específicas de conhecimento.

Siqueira (2004) identificou 3 novos tipos de formativos na área de Enologia: a) UTCs com formativo com verbo nominalizado; b) UTCs com formativo com conjunção aditiva e c) UTCs com base elíptica. Identificou a elipse de bases em diversos casos e inferiu que a elisão ocorre por as bases, como **aroma** ou **sabor** serem termos de uso frequente no discurso enológico e, por consequência, os especialistas julgarem desnecessária sua utilização.

Cruz (2013) analisou o comportamento de UTCs nas Normas Brasileiras de Regulamentação na área de Engenharia Civil e identificou novas regras de formação de UTCs: a) formativo preposicionado que dá origem à sigla; b) formativo por locução; c) formativo com conjunção aditiva ‘e’ que liga duas UTCs; d) formativo com predicador representado por uma letra do alfabeto; e) formativo com predicador hifenizado; f) formativo com predicador representado por acrossemia; g) formativo com conjunção alternativa **ou**; h) formativo com advérbios intensificadores.

Abreu (2014) analisou termos da Hemodinâmica da Biologia Molecular e analisou os valores relacionais de preposições nas UTCs. No *corpus* estudado, identificou como preposições mais frequentes **de** e **por**. Comparando com a tipologia de valores relacionais de Oiticica (1958), identificou além dos apresentados por ele, novos valores relacionais para a preposição **de** e **por**.

O conjunto de regras de formação apresentado nessa seção foi utilizado como referencial para traçar as características de formação de nomes complexos, identificando os aspectos que compartilham com UTCs, assim como os que são específicos de Nomes Complexos na linguagem de especialidade de Administração Pública.

1.6 SOBRE A HARMONIZAÇÃO ENTRE LÍNGUAS

Os nomes de instituições de administração pública (IAP) são, conforme demonstramos, Nomes Complexos, inseridos na linguagem de especialidade da Administração Pública. Dessa forma, fazem parte da visão de mundo da língua de onde se originam. Conforme apresenta Pavel:

As diversas línguas de especialidade, pertencentes a uma mesma língua geral, refletem a visão de mundo própria da civilização de que originária essa [língua geral]. Ademais, cada especialidade pode ter uma visão ou várias visões próprias dos fenômenos que estuda (seu paradigma). (PAVEL, 2003, p. 100).

Por essa perspectiva, os nomes de Instituições de administração pública são criados de acordo com a visão de mundo de cada país, o que implica em distintas formas de denominação.

Utilizando como referência a distância linguística apresentada por Grannier (2002)²⁸ – que situa a língua portuguesa e a língua japonesa como tendo maior distância entre línguas orais, Faulstich (2015b) apresenta as implicações em relação à harmonização entre línguas. Conforme Faulstich afirma:

Harmonizar línguas é combinar sistemas, de modo que o resultado seja uma relação abstrata no plano discursivo – a harmonização linguística – que expõe, no léxico e na gramática a representação de um bilinguismo explícito por causa da conformidade conceitual consistente entre signos. [...] **Não basta, por exemplo, traduzir línguas.** (FAULSTICH, 2015b, p. 64, grifo nosso).

²⁸ Grannier (2002) apresenta uma escala de sete níveis, representando a distância entre diversas línguas. No primeiro nível, há o português em variedade urbana. No segundo, o português em variedade não urbana. O espanhol está no terceiro nível, enquanto outras línguas românicas, como italiano, francês, romeno, etc. estão no quarto nível. No quinto nível, estão o inglês, alemão, holandês e outras. No sexto nível estão árabe, japonês, xavante, etc., sendo a máxima distância entre línguas orais. As únicas línguas mais distantes estão no sétimo nível, e são não orais, ou seja, LIBRAS, ASL e outras línguas de sinais.

Assim, harmonizar línguas implica considerar as diferenças entre si e, em nossa pesquisa, identificar como ocorre a denominação de instituições nas duas línguas.

Vejamos o caso da instituição **Fundação Japão**. A denominação em japonês desta instituição é 国際交流基金 *Kokusai Kōryū Kikin*. Se fossem traduzidos um por um os elementos que compõem o nome, a denominação seria **Fundação de Intercâmbio Internacional**. A denominação **Fundação Japão** foi criada pela instituição para a utilização internacional, em língua portuguesa. Pela perspectiva da harmonização linguística, deve-se respeitar denominações já existentes para outras línguas, e registrar essas denominações como abaixo:

Quadro 9 - Diferença entre denominação harmonizada e tradução

Denominação em português	Denominação em japonês	Tradução para o português
Fundação Japão	<small>Internacional Intercâmbio Fundação</small> 国際交流基金 kokusai kōryū kikin	Fundação de intercâmbio internacional

(Elaboração própria)

Esta perspectiva de harmonização é apresentada por Faulstich, que enfatiza os interlocutores numa situação de contato entre línguas, se posicionarem na perspectiva da outra parte:

Harmonização linguística é, portanto, combinação de sistemas de línguas envolvidos no ato interlocutório, de tal forma que, no léxico e na gramática, o resultado apareça no bilinguismo explícito, em conformidade conceitual entre os níveis estruturais [...] A representação é uma operação que vai além da relação binária do signo, uma vez que a linguagem não exerce apenas a função de nomear ou designar. Representar é estar em lugar de, é estar numa tal relação como 'um outro' que, para certos propósitos, é considerado por alguma mente como se fosse esse outro. (FAULSTICH, 2015b, P. 64).

Isso implica, então em identificar e utilizar denominações já existentes para outras línguas, que podem ser tanto denominações criadas pela própria instituição, quanto denominações existentes em uso. A perspectiva da harmonização deve ser levada em consideração também no caso de haverem lacunas. Assim, é necessário esclarecer como se forma a denominação nas duas línguas, para que a representação harmônica possa ocorrer. Em nossa pesquisa

isso implica conhecer os mecanismos de formação de Nomes Complexos das duas línguas.

A harmonização tem também decorrências no trabalho lexicográfico, pois ocorre como decorrência de políticas linguísticas incidentes no processo de registro e análise. Políticas linguísticas são definidas por Faulstich, como a “habilidade de compartilhar normas da linguagem humana por meio de planejamentos que atuem diretamente no comportamento e nas atitudes de comunidades de fala”. (FAULSTICH, 2015b, p. 66). São divididas em política interna e externa. Política linguística interna tem como objeto a língua – léxico, gramática, estilo – e é formada por regras sobre o sistema de comunicação e interação dentro do meio social que usa a língua em questão. Política externa exige métodos para discernir questões de uso de línguas no plano social, levando em consideração a relação entre as línguas envolvidas e os impactos desse relacionamento no plano econômico e social.

A harmonização linguística, assim, decorre de políticas linguísticas, como indica Faulstich: “a harmonização está, portanto, na ordem da política linguística, porque pressupõe uso de mais de uma língua no processo de combinar um panorama funcional de movimento discursivo” (FAULSTICH, 2015b, p.65). Cabe lembrar que uma política linguística, como apresenta Auroux (2009) não necessariamente é executada por governos ou instituições. Assim, justifica-se falar em políticas linguísticas.

Assim, é possível aplicar as considerações de Faulstich (2015b, p.75-76), que apresenta relato de caso de contato de línguas distantes – português do Brasil e LIBRAS, e traz considerações relevantes a nossa pesquisa, em especial à produção de glossário bilíngue. Se a harmonização implica nos interlocutores assumirem a posição **do outro** interlocutor, o mesmo se dá na produção de dicionários:

Se levarmos essas reflexões para a produção de dicionários, um lexicógrafo precisa perceber essas dificuldades [ou seja, da comunicação entre falantes e surdos] e posicionar-se como se fosse o outro – o consultor de um repertório léxico – no momento de representar conceitos e significados. [...] Em vista das especificidades, um elaborador de dicionário bilíngue português-libras e libras-português deverá conhecer as duas línguas para, necessariamente, representar os léxicos de acordo com os conceitos em harmonia. (FAULSTICH, 2015b, p. 75).

Essa abordagem é igualmente válida para outros contatos entre línguas distantes, como o par linguístico português-japonês, objeto da presente pesquisa. Para a elaboração do glossário bilíngue, assim como a descrição dos Nomes Complexos em português e japonês, é necessário que o elaborador possua conhecimentos das duas línguas envolvidas e, dessa forma, seja capaz de posicionar-se tanto como produtor quanto como receptor – ou seja, usuário – do glossário.

1.7 SOBRE OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS

Nessa seção, apresentaremos os processos incidentes na formação de palavras, de modo a evidenciar características relevantes à análise de Nomes Complexos, tanto da língua portuguesa quanto japonesa. Na língua comum, os processos de formação de palavras são a derivação e a composição, tanto em língua portuguesa quanto japonesa.

1.7.1 Composição de palavras em língua portuguesa

Pela composição, duas ou mais palavras são combinadas, para compor uma nova forma. Em geral, formam-se substantivos e adjetivos, porém, o procedimento também pode resultar em novos verbos e advérbios (CARDOSO, 2015). O processo de formação por composição:

Resulta da redução de uma frase de base em que os dois membros do vocábulo composto aparecem sob a forma de elementos da relação predicativa – sujeito ou predicado. Se o sujeito não está representado no composto criado, ele se encontra implicitamente (GUILBERT, 1975 apud CARDOSO, 2015, p. 111).

Em português, as composições são provenientes da redução de frases como *substantivo1 + que é (que tem características de) + substantivo2*, que resulta em *substantivo1 + substantivo2* ou frases resultantes de elipse, como *substantivo1 + preposição + substantivo2*, resultando em *substantivo1 + substantivo2* (CARDOSO, 2015).

As combinações podem ser também: *substantivo + adjetivo*; *substantivo + preposição + substantivo*; *verbo + substantivo*; *adjetivo + adjetivo*. As combinações *substantivo + adjetivo* são reduções de frase com uma base em que o substantivo exerce função de sujeito e o adjetivo de predicativo,

geralmente na ordem determinado/determinante. Já as composições *substantivo + preposição + substantivo* seguem a sintaxe da língua, sendo cristalizações de um sintagma nominal (CARDOSO, 2015).

1.7.2 Composição de palavras em língua japonesa

A composição de palavras em língua japonesa resulta em verbos, substantivos e adjetivos²⁹. Uma vez que a língua japonesa tem a característica de toda predicação ocorrer à esquerda da base, a classe da composição é determinada pelo último elemento, à extrema direita da palavra (OTA, 2011).

OTA (2011, p. 79) apresenta que a formação de palavras em língua japonesa pode ocorrer com “a junção de elementos de origem japonesa, chinesa e ocidental”, sendo mais comum, segundo ela, que a junção ocorra em elementos de mesma origem. Assim como no português, pode ocorrer por derivação ou por composição. A derivação pode ocorrer por prefixação ou sufixação, enquanto a composição ocorre pela combinação de dois ou mais radicais. Ota (2011) apresenta como radicais elementos lexicais autônomos, que classifica em: substantivos; radical de adjetivo; verbo e advérbio. A junção de dois radicais pode levar à alteração fonética do segundo elemento combinado.

Como apresenta Ota, a classe de palavra do último elemento envolvido na composição (o mais à direita) determina a classe do resultado (OTA, 2011). Como a base está sempre à direita, combinações envolvendo substantivo, adjetivo, verbo e advérbio, como o elemento mais à direita, resultam em palavras das mesmas respectivas classes.

A composição resultante em substantivo é denominada *fukugô meishi*³⁰, e pode ocorrer por meio de elementos nominais assim como deverbais (OTA, 2011). As características da composição são coerentes com a ordem sintática japonesa. Podem ocorrer, assim, três tipos de relação:

²⁹ Há a discussão sobre a denominação da categoria 形容詞 *keiyôshi*. Pela perspectiva gramatical, há correntes que preferem a denominação ‘predicador de qualidade’. Outras correntes preferem a denominação adjetivo, sendo essa a denominação utilizada geralmente no ensino de língua japonesa como língua estrangeira (MUKAI; SUZUKI, 2016). Em nossa pesquisa, utilizamos a denominação adjetivo.

³⁰ Em ideograma 複合名詞 ‘substantivo composto’ (tradução nossa).

1. Relação de modificador + modificado entre primeiro e segundo elemento (S1+S2). É um relacionamento análogo ao de uma estrutura preposicionada em português S2 de S1, mas realizada com a posposição da partícula の *no*³¹, resultando em S1 の S2 (OTA, 2011, p. 98);
2. Relação em que o primeiro elemento é sujeito do segundo: nesse caso, o segundo é elemento verbal ou predicador de qualidade [adjetivo]³²;
3. Relação em que o primeiro elemento complementa ou modifica o segundo³³. (OTA, 2011, p. 97)

Em nosso estudo, verificamos que não há ocorrência de Nomes Complexos com posposição de partícula³⁴, o que implica que o primeiro processo de composição, na linguagem de especialidade da administração pública, é extremamente comum, e deve ser considerado na criação de denominações harmonizadas em língua japonesa de Nomes Complexos em língua portuguesa.

1.7.3 Derivação de palavras em língua japonesa

A derivação ocorre “quando um radical se liga a um afixo, ou seja, prefixo ou sufixo” (OTA, 2011, p. 79). Ota (ib idem) utiliza o termo radical ao invés de palavra, e classifica os radicais em: substantivo; radical de adjetivo; adjetivo; verbo e advérbio. Mediante derivação, modifica-se uma palavra simples, não havendo, assim, a formação de um termo composto. Uma peculiaridade da língua japonesa é a possibilidade de formação de radicais de naturezas diferentes. O léxico japonês é formado de palavras de origem japonesa, como *sakura* ‘cerejeira’, de origem sino-japonesa, como *sokudo* ‘velocidade’, bem como de outras origens estrangeiras, como *kôhî* ‘café’³⁵. Há, segundo Ota, a tendência de elementos de mesma origem se ligarem entre si³⁶.

³¹ A partícula *no* possui diversas funções, de acordo com o contexto de uso. No caso em questão, tem significado semelhante ao da preposição *de* da língua portuguesa.

³² Ota (2011, p. 99) apresenta como exemplos 雨上がり *ameagari*, ‘parada da chuva’, como resultante da modificação da frase 雨が上がる *ame ga agaru* ‘a chuva para’; 栄養不良 *eiyo furyô* ‘desnutrição’, resultante da modificação da frase 栄養が不良だ *eiyo ga furyô da* ‘a nutrição não é boa’.

³³ Ota (idem, loc. cit.) apresenta como exemplo 山歩き *yama aruki* ‘caminhada pela montanha’, como composição baseada na modificação da frase 山を歩く *yama o aruku* ‘caminhar pela montanha’. É um caso de base verbal.

³⁴ Ou seja, há casos de composição como 外務省 *Gaimu Shô* ‘Ministério das Relações Exteriores’, mas não 外務の省 *Gaimu no Shô*, com a utilização de posposição *no*.

³⁵ Em escrita japonesa, 桜, 速度 e コーヒー, respectivamente.

³⁶ Os termos em japonês são: 名詞 *meishi*, 形容詞 *keiyôshi*, 準名詞 *junmeishi*, 動詞 *dôshi* e 副詞 *fukushi*, respectivamente. Utilizamos a denominação **adjetivo** para *keiyôshi* e *junmeishi*; essas

A derivação ocorre, no japonês, por prefixação ou sufixação. A prefixação é feita, via de regra, por adição de substantivos (KIKUCHI, 2011) e ocorre, na maioria das vezes, por meio de palavras sinojaponesas (MURAKI, 2004). Entre as palavras que Kikuchi (2011) lista como prefixos, destacamos *sai* ‘novamente’, *sai* ‘máximo’, *sô* ‘geral’ e *fuku* ‘vice’³⁷, como casos de maior probabilidade de ocorrerem nos termos coletados.

A derivação por sufixação pode ou não alterar a classe da palavra. Como o termo mais à direita de uma palavra japonesa torna-se a base, se o sufixo for de classe diferente da palavra modificada, haverá mudança de classe, como o caso de *riron* ‘teoria’, substantivo que é alterado para adjetivo com o sufixo *teki*: *rironteki* ‘teórico’³⁸.

Para Ota (2011), os elementos constituintes na composição podem ser tanto elementos nominais quanto deverbais, em qualquer das posições. A disposição entre os termos segue a ordem da sintaxe da língua japonesa. Os casos mais comuns, segundo Ota (2011) são 1) os que os elementos mantêm a relação modificador-modificado, análoga à composição em que os elementos formadores são ligados por posposição の *no*, o que implica a relação S1 の S2, que equivale a S2 de S1 no português; 2) o primeiro elemento é sujeito do segundo e 3) o primeiro elemento complementa ou modifica o segundo.

A priori, poder-se-ia considerar os processos de derivação irrelevantes ao nosso estudo, uma vez que não forma palavras complexas. Entretanto, na língua japonesa, há dois aspectos que não podem ser ignorados: em primeiro lugar, o fato de a língua japonesa não ter fronteiras visualmente identificáveis para palavras – pois não há espaçamento entre as formas livres, o que as torna indistinguíveis das formas presas – poderia conduzir à falsa conclusão de que o processo de composição não ocorre na língua, quando de fato ocorre (MURAKI, 2004; OTA, 2011)³⁹. Em segundo lugar, há na língua japonesa, formações

categorias são tradicionalmente denominadas ‘adjetivo’ no ensino de japonês como língua estrangeira, mas diferenciam-se da classe de adjetivos da língua portuguesa por terem caráter verbal.

³⁷ Em ideograma: 再, 最, 総 e 副, respectivamente.

³⁸ Em ideograma, 理論, 的 e 理論的, respectivamente.

³⁹ Ou seja, em casos como 環境省 ‘Ministério do Meio Ambiente’, não há como distinguir a fronteira entre as palavras constituintes: *kankyô* 環境 ‘meio ambiente’ e *shô* 省 ‘ministério’. Mesmo em casos de sistema de escrita distintos (ver seção 3.3 dessa tese), como 資源エネルギー

decorrentes de derivação que se configuram em composição na língua portuguesa e vice-versa, como é o caso de *kakinaosu*, palavra formada pela composição resultante da união entre o verbo *kaku* 'escrever' na forma flexionada e o verbo *naosu*⁴⁰ 'refazer', que equivale, em português a reescrever, palavra formada por derivação. Dessa forma, torna-se necessário incluir o processo de derivação em nossas considerações.

A fronteira de palavras em língua japonesa não pode ser dada pelo ideograma, que pode ser combinado de modo a gerar unidades com carga semântica distinta da contida nos ideogramas individualmente considerados. A questão da delimitação de elemento lexical autônomo é apresentada por Teramura (1982), que demonstra quais elementos devem ser considerados como mínimos. Segundo ele, nas palavras compostas, a separação dos elementos constituintes em morfemas individuais é difícil e não econômica. Contrastando palavras (exemplo: *obâsan* → *o+bâ+san*⁴¹) pode-se ver que são formadas por unidades menores (morfemas), mas, quando são integradas à sentença, são vistas como uma unidade coesa, como um substantivo, no exemplo em questão. Assim, são palavras registradas em dicionários com classe gramatical especificada (TERAMURA, 1982).

O critério de Teramura (1982), então, é a integração da palavra no léxico. O autor apresenta que os falantes da língua instintivamente são capazes de identificar palavras. Como critério objetivo, consideramos a utilização de dicionários gerais para a verificação de unidades mínimas, como apoio à interpretação em eventuais casos em que a distinção entre fronteiras lexicais de grupos de ideogramas não seja evidente.

Pelo exposto, apenas os ideogramas não são suficientes como delimitadores da fronteira semântica, uma vez que ideogramas individuais podem ser combinados resultando em palavras de natureza distinta dos

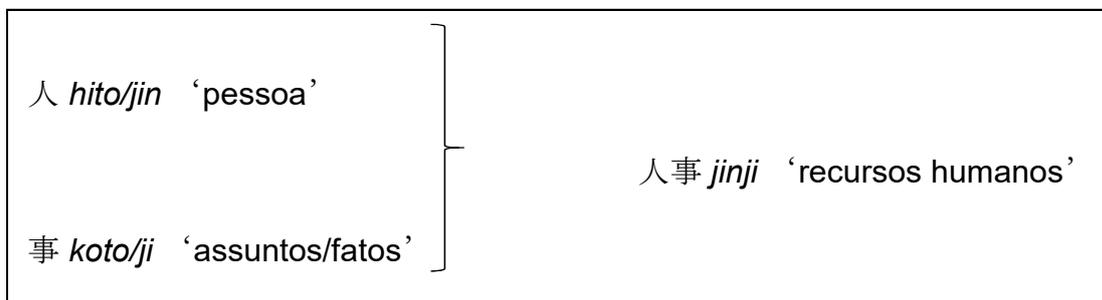
ギー庁 'Agência de Recursos Naturais e Energia' a fronteira entre as palavras *shigen* 資源 'recursos naturais' *enerugi* エネルギー 'energia' e *chô* 庁 'agência' não é necessariamente evidente para quem não tenha conhecimento sobre a escrita japonesa.

⁴⁰ Em ideograma, 書き直す, 書く e 直す, respectivamente.

⁴¹ Como apresenta Teramura, deve-se considerar a palavra *obâsan* 'avó' como uma unidade e não como a soma dos elementos *o* 'prefixo honorífico' *bâ* 'avó' *san* 'sufixo honorífico'.

significados dos ideogramas individualmente⁴² considerados, como no exemplo a seguir:

Quadro 10 - Formação do termo ‘recursos humanos’ em japonês



(Elaboração própria)

Dessa forma, os ideogramas individuais não podem ser considerados como fronteira de palavras na formação de termos, uma vez que há alteração semântica decorrente da combinação destes. Assim, adotando o critério de Teramura, consideramos 人事 *jinji* como ponto inicial para a combinação de palavras, como 人事課 *jinjika* ‘divisão de recursos humanos’, que é resultado da adição de 課 *ka* ‘divisão’.

A interpretação de sequências de ideogramas que formam palavras obedece à relação de modificação nominal⁴³ em que o ideograma base recebe à esquerda os ideogramas que o complementam – uma vez que a predicação em japonês ocorre da direita para a esquerda – de modo que são interpretados como um contínuo:

Ideogramas em uma sequência contínua normalmente são interpretados como uma única palavra composta. Não se interpreta a modificação nominal apenas a uma parte de um substantivo composto [...] (HIDA, 1998, pl. 67).

⁴² Os ideogramas apresentados no quadro, assim como a maioria dos ideogramas da língua japonesa, possuem mais de uma leitura, separada no quadro por barra (/). Neste exemplo, a primeira leitura é japonesa e a segunda é leitura chinesa atribuída a cada ideograma.

⁴³ Que resultam no que Hida chama de 連体修飾語 *rentai shūshoku go* ‘palavras de modificação adnominal’ (tradução nossa).

1.8 SOBRE O TEXTO DEFINITÓRIO EM OBRAS LEXICOGRÁFICAS

Conforme apresentamos anteriormente, há uma relação de univocidade entre um NC e seu conteúdo conceitual, que pode ser expresso através de um texto definitório.

Defendemos em nosso trabalho que a inclusão do texto definitório na estrutura do verbete é obrigatório. Verificamos como característica comum de diversos dicionários especializados bilíngues não apresentar texto definitório. Essa característica, entretanto, não é única aos dicionários especializados. O uso de definições em dicionários bilíngues não é comum, como apontam Atkins e Rundell (2008, p. 208):

Em dicionários monolíngues, a maneira óbvia de transmitir o significado da entrada é através da definição. Em dicionários bilíngues, definições são muito raras, apesar de ocorrerem em dicionários bilingualizados, i.e., dicionários de aprendizado monolíngues que são parcialmente explicados em outra língua para um mercado linguístico particular, normalmente pela tradução do total ou de partes de cada entrada. Dicionários bilíngues padrões utilizam o componente de tradução como o principal meio de dizer ao usuário o que a entrada significa⁴⁴.

É frequente em obras lexicográficas bilíngues a simples inclusão da denominação em outra língua. Entretanto, em nosso trabalho, consideramos que o usuário principal do glossário que propomos – funcionário da esfera superior da administração pública do Brasil e do Japão – possui uma natureza dual. De um lado, é especialista na área de seu país e, por outro lado, é leigo na de outro país, por não conhecer, necessariamente, a visão de mundo e definições de prioridades que ordenam o sistema administrativo do outro país. Com isso, a inclusão de texto definitório torna-se imprescindível, por ser o único recurso que permite a compreensão total do conteúdo semântico do nome de uma dada instituição.

Verificamos, por meio da análise de duas obras existentes entre o par linguístico japonês-português, a lacuna criada pela falta do texto definitório. São

⁴⁴ No original: “In monolingual dictionaries, the obvious way of transmitting the meaning of the headword is by means of the definition. maStandard bilingual dictionaries use the translation component as the principal way of telling the user what the headword means” (tradução nossa).

estes, *Ponichi Hôritsu Yôgoshû*⁴⁵ Glossário Português-Japonês de Termos Jurídicos (MORI; NINOMIYA, 2001) e *Hôritsu Yôgoshû*⁴⁶ Glossário de Termos Jurídicos (SAKAMA; LUQUE (org.), 2015)⁴⁷. Constatamos que, apenas pela leitura dos verbetes, não é possível, mesmo para especialistas, identificar a diferença de uso de acepções diferentes listadas dentro de cada verbete. Os próprios autores reconhecem as dificuldades decorrentes da heterogeneidade do *corpus* (MORI; NINOMIYA, 2001). Como solução para a lacuna, consideramos que a inclusão de texto definitório pode permitir a adequada compreensão do conteúdo semântico contido na entrada, como propomos em nosso glossário.

O texto definitório tem como base os dados extraídos do *corpus* de análise. Não se pode configurar numa cópia literal do conteúdo original, não apenas por questões éticas, mas também pelo princípio de economia visual. Assim, como frisam Pavel e Nolet (2002, p. 24),

[...] a importância de respeitar os direitos de autor e evitar o uso excessivo de citações, a exigência de concisão, qualidade e originalidade do conteúdo do produto terminológico e a necessidade de utilizar um estilo de redação uniforme dentro de um mesmo banco de terminologia obrigam o terminólogo a reformular a maioria de suas definições.

É necessário, assim, apresentar ao consulente apenas o conteúdo que satisfaça as necessidades de informação, com a maior eficiência visual e espacial. A seguir, traçaremos algumas considerações sobre a natureza do texto definitório para obras lexicográficas gerais e o texto definitório em terminologia, de modo a apresentar os aspectos que regem a formatação e o conteúdo do texto definitório utilizados por nós.

⁴⁵ Em ideograma: 日法律用語集 'Glossário de termos jurídicos português-japonês'.

⁴⁶ Em ideograma: 法律用語集 'Glossário de termos jurídicos'.

⁴⁷ Esses glossários jurídicos não são produzidos por especialistas em Lexicografia, mas em Direito. As obras foram criadas para atender à falta de material específico à área jurídica entre Brasil e Japão. Assim, o público-alvo são profissionais de Direito que atuam entre os dois países. São dicionários de bolso, ordenados alfabeticamente, para a seção português-japonês e na ordem *gojûonjun* 'ordem de cinquenta sons' – ordenamento silábico – para a seção japonês-português. O dicionário de 2015 foi elaborado para complementar o de 2001, de acordo com os autores. As obras são relevantes, especialmente considerando-se a grande escassez de obras disponíveis, porém, podem ser aprimoradas.

A definição é parte da microestrutura de uma obra terminográfica e tem a função de explicar a entrada. Há uma relação, assim, entre entrada e definição, como apresentado por Hartmann e James:

Uma parte componente da MICROESTRUTURA de uma OBRA DE REFERÊNCIA que dá a explicação do significado de uma palavra, frase ou termo. A definição fornece uma função essencial: é o local onde compiladores posicionam e usuários localizam informação semântica. [...] A relação entre palavra explicada (definiendum) e a explicação (definiens) é complexa e depende do ESTILO DE DEFINIÇÃO usado⁴⁸. (HARTMANN; JAMES, 2001, p. 36)

Howard Jackson apresenta a definição como a caracterização não exaustiva do sentido da entrada e em dicionários monolíngues, como “a língua voltada para si mesma”, no sentido de a língua ser utilizada para descrever a própria língua (JACKSON, 2001, p. 93). O autor aponta como princípios a serem observados i) o uso de palavras mais simples que o termo explicado; ii) não circularidade de definição; iii) alternabilidade entre definição e termo definido e iv) uso de diferentes formas de definição para diferentes tipos de palavra (JACKSON, 2001).

Atkins e Rundell apresentam a definição como a explicação do significado da entrada de uma maneira particular e identificam três práticas de definição em dicionários monolíngues da língua inglesa: i) descrições tradicionais de vários significados da palavra, em que clareza não é sacrificada para benefício da brevidade; ii) uso de estilo textual semelhante a uma resposta ‘em tom natural’ à pergunta ‘o que significa a palavra?’ e iii) apresentação de série do que os autores denominam ‘semi-sinônimos’ para transmitir o sentido da palavra. Dessas, a terceira maneira é criticada pelos autores por demandar conhecimento semântico dos sinônimos (ATKINS; RUNDELL, 2008). Para dicionários bilíngues, os autores listam o uso de tradução direta, de tradução contextualizada, da apresentação de semi-equivalente e de nota explicativa.

⁴⁸ No original: “A component part in the MICROSTRUCTURE of a REFERENCE WORK which gives an explanation of the meaning of a word, phrase or term. The definition provides an essential function: it is the place where compilers locate and users find semantic information. [...] The relationship between the word to be explained (‘definiendum’) and the explanation (‘definiens’) is complex and depends on the purpose of the definition and the DEFINITION STYLE used” (tradução nossa, grifos do autor).

A respeito da formatação da definição, os autores enfatizam que a definição deve ser orientada pelo perfil do usuário e se basear em parâmetros de conteúdo e forma, ou seja, qual informação é incluída na definição e como esta informação é estruturada:

O usuário é (ou deve ser) o ator central aqui, e qualquer informação que a definição fornece deve levar em conta o conhecimento anterior do usuário, competência linguística e compreensão de convenções de referência⁴⁹ (ATKINSON; RUNDELL, 2008, p. 411).

A formatação textual deve ser, assim, coerente com o domínio linguístico e técnico do usuário. Esse pensamento alinha-se com as considerações apresentadas por Faulstich como premissas metodológicas do trabalho socioterminológico (FAULSTICH, 1998, p. 142) de “precisar condições de produção e de recepção do texto científico e técnico”⁵⁰.

Além disso, as definições podem servir, de acordo com a necessidade do usuário, para decodificação ou referência e para codificação ou produção. No primeiro caso, o usuário busca saber o significado de termo desconhecido enquanto, no segundo, busca saber como expressar um significado que conhece ou em qual contexto deve utilizar um termo conhecido.

Outro aspecto do texto definitório observado por Atkinson e Rundell, é a extensão. O texto deve ser completo e preciso e, ao mesmo tempo, sucinto:

“A moral aqui é que é importante distinguir entre informação verdadeira e informação relevante [...] uma boa definição é aquela que satisfaz as necessidades do usuário sem fornecer mais informação que o necessário⁵¹” (ATKINS; RUNDELL, 2008, p. 420).

O modelo de definição tradicional não se apresenta como suficiente para dicionários especializados, como frisam Hartmann e James:

A fórmula de definição tradicional ('analítica', 'clássica', 'formal' ou 'lógica'), 'X é membro da classe Y distinta de outros membros pelas características N' funciona bem para nomes que são itens centrais do

⁴⁹ No original: “The user is (or should be) the central actor here, and whatever information the definition sets out to supply must take account of the user’s prior knowledge, linguistic competence, and understanding of reference conventions” (tradução nossa).

⁵⁰ Ver seção 4.2.

⁵¹ No original: “The moral here is that it is important to distinguish between information which is true, and information which is relevant [...] a good definition is one that meets its user’s needs without providing more information than is necessary” (tradução nossa).

vocabulário em domínios lexicais restritos, mas é menos aplicado para definir verbos e adjetivos ou CONCEITOS mais especializados⁵² (HARTMANN; JAMES, 2001, p. 36).

Neste sentido, é necessário lançar mão de um conteúdo definitório mais apropriado para definições terminológicas.

A definição terminológica, é apresentada por Pavel e Nolet como “uma fórmula lexicográfica sucinta que descreve os traços semânticos” (PAVEL; NOLET, 2002, p. 23). Assim, a definição deve apresentar o significado e não o uso de um termo (SAGER, 2000 apud PAVEL; NOLET 2002). O texto definitório, segundo os autores, deve seguir modelos existentes, com pouca variação estilística. Entretanto, pode haver variação decorrente de particularidades históricas, culturais etc. O modelo de definição apresentado pelos autores é constituído do identificador da classe mais ampla do conceito, seguido de características distintivas, que podem ser características intrínsecas, isto é, natureza, material ou tema de que se trata, ou características extrínsecas, ou seja, função ou modo de operação, origem, destino e referente (PAVEL; NOLET, 2002).

Faulstich (2014) apresenta um modelo de definição terminológica em que dois elementos conceituais de definição, a definição canônica e a definição pragmática, são emparelhadas, para relacionar meios e fins no texto definitório.

A definição canônica é, segundo a autora, a definição de modelo gênero+espécie, na qual “X (signo, objeto) condensa Y (significação, discurso)” (FAULSTICH, 2014, p. 380). Nesta definição, X é expansão de Y e Y é subclasse de X. Assim, “o significado de Y está contido em X porque o que interessa ao consulente de dicionário é compreender **o que é** o objeto ‘X’. (ib idem). A definição canônica normalmente é organizada na formatação termo+é+definição, sendo frequentemente utilizada em dicionários tradicionais.

A definição pragmática apresenta a informação da definição em estrutura de predicação, “que se compõe de proposições instrumentais, explicita

⁵² No original: “[...] The traditional (‘analytical’, ‘classical’, ‘formal’ or ‘logical’) definition formula ‘X is a member of the class Y distinguished from other members by the feature(s) N’ works well for nouns which are core items of the vocabulary in restricted lexical domains, but is less suitable for defining verbs and adjectives or more specialized CONCEPTS”. (tradução nossa, grifos do autor).

para que serve (Y) o objeto (X)” (FAULSTICH, 2014, p. 381). A autora apresenta dois tipos de proposições instrumentais: resultativas e factivas. As proposições resultativas são apresentadas no formato **X resulta de** enquanto as proposições factivas no formato **X foi desenvolvido por/para**. As duas proposições têm como ponto comum a noção de servir, indicando finalidade ou efeito. Assim, “a definição pragmática desempenha um papel discursivo com a função didática de ensinar a utilidade do objeto, contida no significado da palavra” (FAULSTICH, 2014, p. 382).

Tendo em vista o exposto acima, o texto definitório que será utilizado nas fichas terminológicas desta pesquisa e, conseqüentemente, integrado na composição da microestrutura, seguirá o modelo apresentado por Faulstich, um formato de texto definitório que contenha as definições canônica e pragmática, o que permitirá fornecer ao público-alvo do glossário proposto as informações necessárias para a compreensão do conteúdo semântico apresentado da definição.

A indicação canônica de uma instituição de administração pública deve incluir o hiperônimo da administração, extraído do documento legal que define as atribuições da instituição ou do sítio da instituição, quer dizer, das fontes primárias do nosso *corpus*. Por outro lado, consideramos necessário adicionar o órgão superior à qual a referida instituição é vinculada, com vistas a garantir a precisão necessária nesta definição. Desta forma, utilizaremos expressões como **X é órgão colegiado do Ministério Y** ou **X é entidade administrativa independente vinculada ao Ministério Y**, a fim de permitir a adequada compreensão da noção de **o que é**.

A indicação pragmática de uma instituição de administração demonstra que contém a noção de **para que serve**. Utilizaremos assim, a formatação **X atua em** para apresentar a atribuição. Uma vez que são frequentes os casos em que há mais de uma atribuição, esta formatação mostra-se útil por permitir incluir em uma listagem monofrasal das atribuições, apresentadas em verbos substantivados, numa lista separada por vírgulas. Isso permite assim, manter uma definição sucinta sem gerar definições em múltiplas frases.

Para as definições em português, utilizaremos, como dito acima, a combinação de definição canônica e pragmática, em uma única frase que, assim,

resulta no formato **X é Y que atua em Z**. Apresentamos, como exemplo, a definição da **Agência Nacional de Mineração**, de nossa autoria, criada para esta pesquisa, formatados com o entrada e texto definitório⁵³:

Figura 1 - Definição de Agência Nacional de Mineração

Agência Nacional de Mineração. s.f. Autarquia especial do Ministério de Minas e Energia que atua na regulação da exploração de recursos minerais, na outorga e fiscalização de títulos minerários e na articulação institucional relacionada ao setor mineral.

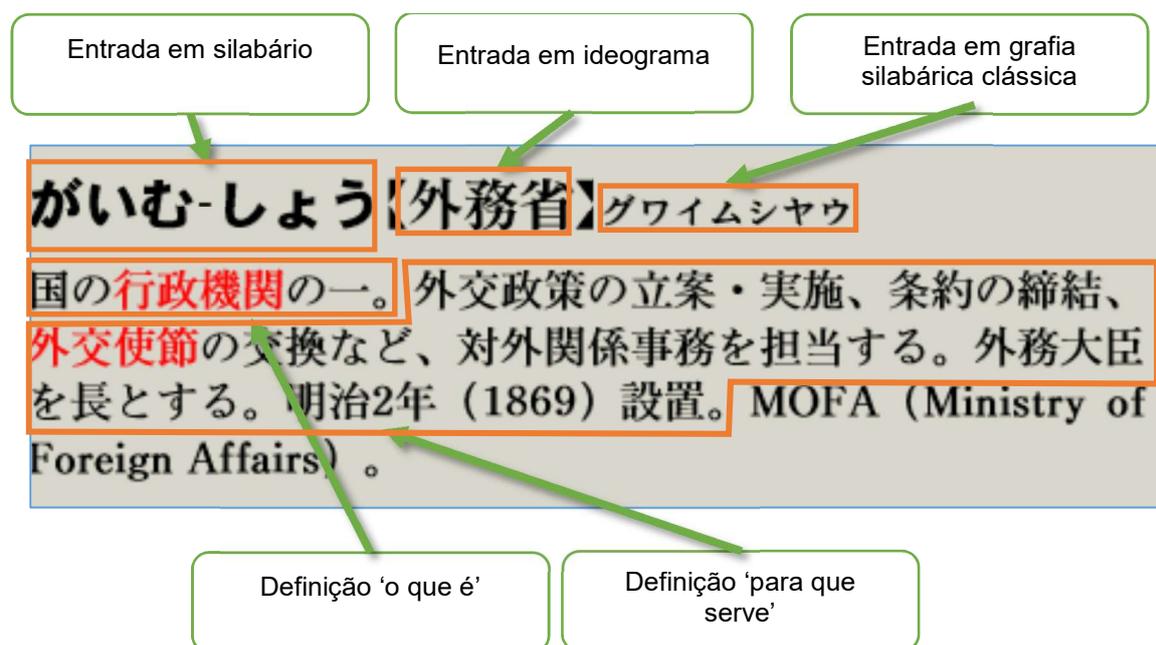
(Elaboração própria)

Temos então uma definição monofrasal que abriga os elementos de definição canônica e pragmática.

Para as definições em japonês, o modelo monofrasal não é adequado, se levarmos em consideração o princípio de utilizar uma estruturação que seja mais natural ao usuário. De modo a identificar os elementos que tradicionalmente compõem a microestrutura de dicionários japoneses, apresentamos a seguir alguns casos de entradas de dicionários de língua geral, indicando a constituição da microestrutura, com enfoque no texto definitório. Selecionamos, para os exemplos, a seguir, a entrada *Gaimushô* 'Ministério dos Assuntos Estrangeiros'⁵⁴.

⁵³ O detalhamento da constituição e formatação da microestrutura é apresentado no capítulo 5 desta Tese.

⁵⁴ Os dicionários apresentados foram selecionados por representar três modalidades principais de dicionário: aplicativo específico para computador (Daijisen), dicionário online (Sanseidô Web) e dicionário impresso (Daijirin).

Figura 2 - Definição *Gaimushô* (Daijisen)

Fonte: Digital Daijisen (2013, adaptado)

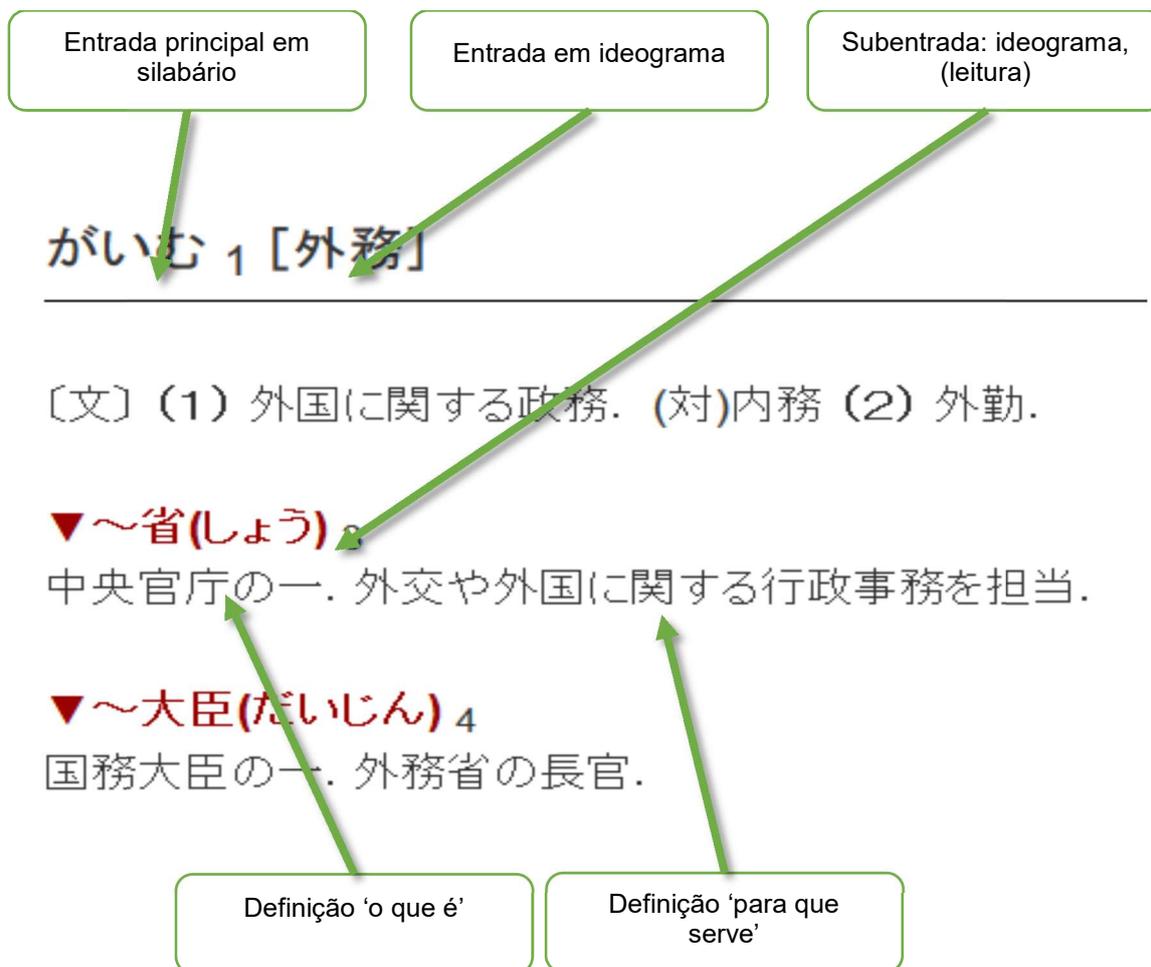
A microestrutura do dicionário eletrônico *Digital Daijisen*, disponível para a plataforma Microsoft Windows, é constituída pelos seguintes elementos: Entrada em silabário *hiragana*⁵⁵ (がいむしょう), escrita ideográfica da entrada, entre chaves japonesas (【外務省⁵⁶】), escrita em silabário *katakana*⁵⁷, em grafia histórica (グワイムシヤウ)⁵⁸. Na segunda linha, a primeira frase, com a definição canônica (国の行政機関の一), encerrada por ponto japonês (。), seguida da definição pragmática, encerrada por ponto japonês, informação enciclopédica (ano de criação) e denominação em inglês. A seguir, apresentaremos a estrutura do dicionário eletrônico *Sanseidô Web*.

⁵⁵ O silabário *hiragana* é um dos três sistemas de escrita da língua japonesa. É constituído de 46 grafemas, representando moras, desprovidos de carga semântica. A escrita japonesa é descrita em detalhes na seção 3.3 desta Tese.

⁵⁶ Tanto a entrada em silabário quanto a escrita ideográfica possuem a mesma leitura: *gaimushô*

⁵⁷ O silabário *katakana* é um dos três sistemas de escrita da língua japonesa. É constituído de 46 grafemas desprovidos de carga semântica.

⁵⁸ A grafia histórica é chamada em japonês 歴史的仮名遣い *rekisihiteki kanazukai*, e apresenta a grafia utilizada em meados do Período Heian (794-1185). Foi utilizada como ortografia oficial até 1946. (BRITANNICA JAPAN, 2008). Por ser relevante para estudos literários, muitos dicionários de língua japonesa monolíngue incluem esta grafia no verbete.

Figura 3 - Definição *Gaimushô* (Sanseidô Web)

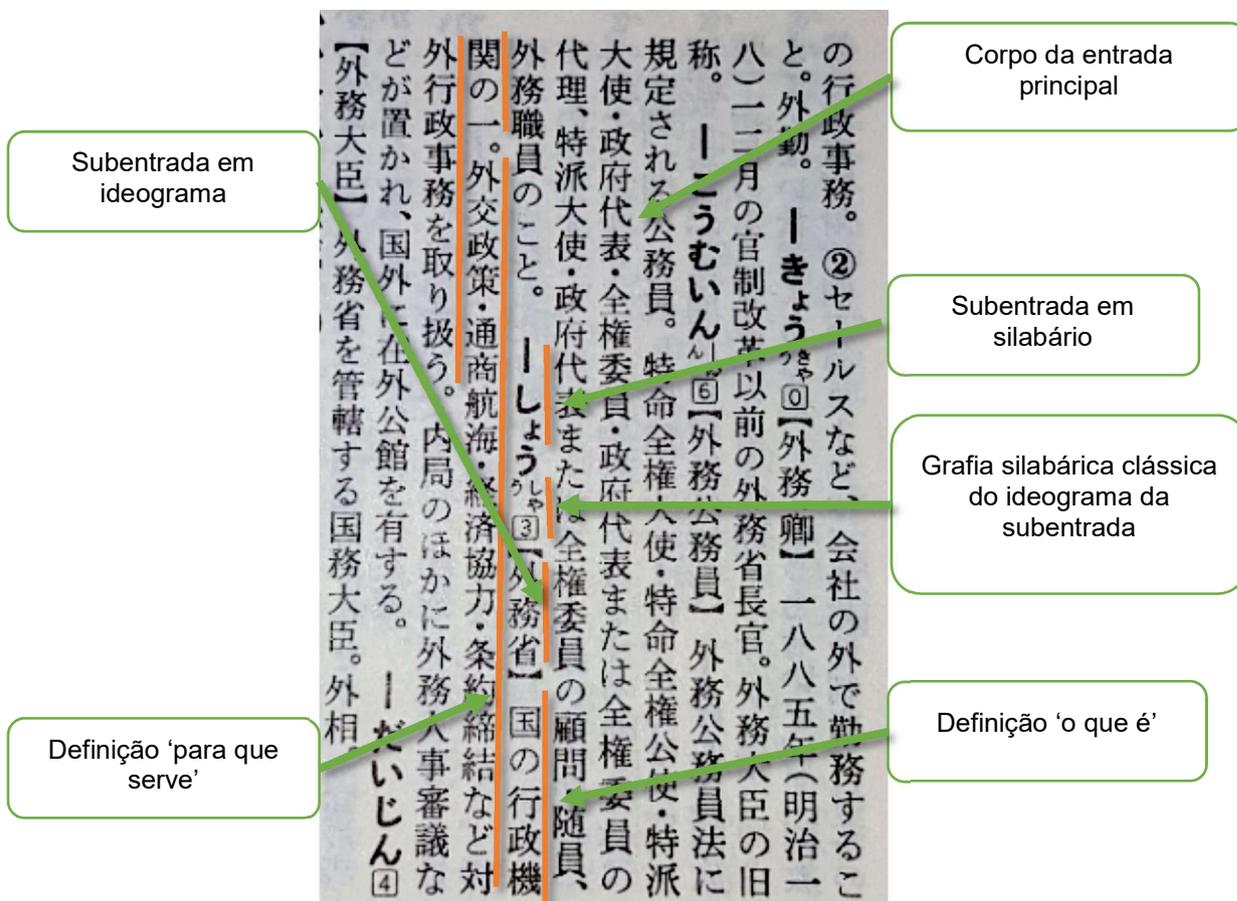
Fonte: Sanseidô Web Dictionary (2016, adaptado)

A microestrutura do dicionário eletrônico *Sanseidô Web Dictionary*, disponível na internet, é constituída pelos seguintes elementos: Entrada principal em silabário *hiragana* (がいむ) *gaimu* 'assuntos estrangeiros', escrita ideográfica da entrada, entre chaves ([外務省]) *gaimushô*, seguida da definição. *Gaimushô* aparece como primeira subentrada, com ideograma abreviado e leitura em silabário *hiragana*. (~省 (しょう⁵⁹)). Abaixo, a primeira frase, com a definição canônica (中央官庁の一), encerrada por ponto (.), seguida da definição pragmática, encerrada por ponto.

⁵⁹ Neste conjunto, o primeiro elemento ~ indica a posição da entrada principal. Em seguida, há o ideograma 省 *shô*, seguido da leitura em silabário しょう.

A separação entre definição canônica e definição pragmática em duas frases não ocorre apenas em dicionários eletrônicos. Como veremos a seguir, dicionários impressos, como o Daijirin, também utilizam essa divisão.

Figura 4 - Definição *Gaimushô* (Daijirin)



Fonte: Daijirin (1989)

A microestrutura do dicionário *Daijirin* (1989), organizado por Akira Matsumura, é constituída pelos seguintes elementos: como subentrada de (がいむ), dentro do corpo principal, a subentrada *Gaimushô* 'Ministério dos Assuntos Estrangeiros' aparece com leitura em silábário *hiragana*. (—しょう) *shô*, seguida da leitura histórica, também em *hiragana*, seguida da escrita ideográfica entre chaves japonesas (【外務省】). Na sequência, há a definição canônica (国の行政機関の一) encerrada por ponto japonês (。), seguida da definição pragmática, encerrada por ponto japonês.

A despeito das diferenças de formatação entre os três exemplos, verificamos que a separação entre definição canônica e definição pragmática é de uso comum em dicionários japoneses. Dessa forma, em nosso trabalho, utilizaremos essa divisão na elaboração do texto definitório em língua japonesa.

Outro aspecto importante a ser considerado é a formatação das definições. Na definição canônica em japonês, nos três casos apresentados, a sentença termina em substantivo, com a elipse da cópula *de aru*, utilizada na escrita formal. Essa estrutura, denominada *taigendome*⁶⁰, tem o efeito de simplificar a estrutura e, com isso facilitar a visualização da informação visual e, ao mesmo tempo, economizar espaço. Verificamos que, dentre os três exemplos apresentados, só ocorreu uma vez na definição pragmática. Dessa forma, consideramos aplicar a estrutura *taigendome* apenas na definição canônica.

Frisamos que alguns elementos característicos de dicionários monolíngues japoneses, como a grafia silabária clássica, foram apresentados, a título ilustrativo, mas não serão incluídos no glossário proposto por não serem informações necessárias para o público-alvo do glossário. A definição dos elementos da microestrutura da língua portuguesa e japonesa está na seção 5.4.3.

1.9 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, apresentamos as características de nomes de instituições da administração pública (IAPs). Inicialmente, detalhamos o enquadramento dos nomes de Instituições de administração pública como crematônimos. Após isso, detalhamos as características que justificam a denominação de Nomes Complexos e o tratamento terminográfico técnico no registro de nomes de Instituições de administração pública: 1) o fato de nomes de Instituições de administração pública serem parte de linguagem de especialidade da administração pública; 2) a existência de relação de univocidade entre um nome de instituições de Administração Pública e seu conteúdo conceitual e 3) a estrutura de formação de NC similar à de UTC.

⁶⁰ Em escrita japonesa, 体言止め.

Apresentamos, a seguir, o Constructo de Fausltich, que permite verificar a formação de Nomes Complexos.

Além disso, demonstramos as características da composição e derivação, com destaque à língua japonesa, que facilitarão a identificação dos processos de formação de NCs nesta pesquisa.

Por último foi feito o cotejo sobre o texto definitório de obras lexicográficas, apresentando seus elementos e sua formatação para o glossário proposto.

Esse capítulo gerou insumos para a harmonização de denominações, aplicada nos capítulos 5 e 6, e, ao mesmo tempo, por meio da análise das estruturas de predicação, identificamos as regras de predicação existentes na linguagem de especialidade da área de Administração Pública brasileira e japonesa e a formatação do texto definitório, parte da microestrutura do glossário.

Dessa forma, este capítulo servirá de base para a análise realizada no capítulo 5 que, por sua vez, forneceu elementos para a composição da proposta de glossário, no capítulo 6.

CAPÍTULO 2 — SIGLAS E ACRÔNIMOS COMO REDUÇÃO

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentaremos como as siglas e os acrônimos são variantes de nomes e, ainda assim, possuem mesmo conceito. Para isso, apresentaremos a tipologia de reduções na língua portuguesa e, em seguida, nossa definição, com base em Faulstich (2015a). Por último, apresentaremos propostas de tipologia de reduções em língua japonesa e como ocorre a formação de siglas e acrônimos na área de Administração Pública em língua japonesa.

2.2 A REDUÇÃO COMO VARIANTE

A redução lexical – siglas, acrônimos – está presente praticamente em todas as línguas, assim sendo, é um objeto de estudo relevante em linguística, primordialmente nos estudos do léxico de especialidade.

Nessa direção, Faulstich (2010) discutiu o papel de “casa vazia” que ocorre na linearidade de uma Unidade Terminológica Complexa (UTC) e constatou que os vazios são o ponto de partida para variante terminológica lexical e afirma que

O vazio, que marca o lugar da elipse, também entendida como zeugma, e o que marca o lugar da categoria vazia, é o ponto de partida para o surgimento de variante terminológica lexical. (FAULSTICH, 2015a, 353).

De acordo com a autora, neste tipo de variante, o apagamento em algum item da estrutura de uma unidade terminológica

Reduz a extensão do termo, mas não simplifica o significado, nem perturba a compreensão, porque a base e outros itens de predicação remanescentes preservam o conceito inerente ao termo naquele contexto (FAULSTICH, 2015a, p. 353).

Isto se aplica, segundo a autora, também à redução no corpo gráfico de uma unidade, como é o caso de abreviações, siglas e acrônimos. Nesses tipos de redução, a forma reduzida mantém a mesma carga semântica que a forma original, condição para que seja considerada uma redução produtiva. É exemplo o termo Produto Interno Bruto e sua redução, PIB (FAULSTICH, 2015a, P. 353).

Sob o ponto de vista da variação, as reduções são coocorrentes, o que implica no surgimento de uma relação de sinonímia terminológica, porque dois ou mais termos têm significados idênticos e podem ocorrer em um mesmo contexto sem alteração de conteúdo (FAULSTICH, 2002). Faulstich afirma que:

As terminologias científicas e técnicas são fontes ricas de criação e de aceitação de reduções. Como o conceito tradicional de terminologia evoluiu em vista do multilinguismo que o mundo globalizado nos impõe, torna-se cada vez mais necessário que as terminologias sejam difundidas por causa do comércio internacional que comanda o mundo. [...] Para os fins de comunicação eficiente, os dados precisam estar corretamente registrados; o conjunto das bases de dados deve ser organizado por critérios específicos; a busca linguística tem de satisfazer as necessidades políticas, comerciais e econômico-financeiras e resultar em sucesso (FAULSTICH, 2015a, p.360-361).

A redução como variante também ocorre em Nomes Complexos, na linguagem de especialidade da administração pública. Em nossa pesquisa, consideramos essencial o registro das variantes decorrentes de redução. Como afirma Faulstich, “as línguas são fortuitas na criação das siglas porque as formas reduzidas propiciam economia de espaço gráfico, de tempo e de valor financeiro em se tratando de publicação” (FAULSTICH, 2015a, p. 362).

Assim, esta forma de redução dentro da linguagem de administração pública é relevante, uma vez que: 1) a comunicação interinstitucional constantemente lança mão de formas reduzidas; 2) a lexicalização das reduções de nomes de instituições frequentemente ultrapassa os limites da comunicação especializada, sendo incluída no léxico comum da língua. Nos títulos de noticiários de circulação nacional, siglas e acrônimos de instituições da administração pública são abundantes; 3) a forma reduzida de instituições públicas – sigla ou acrônimo – é facilmente fixada no léxico comum.

2.3 TIPOLOGIA DE REDUÇÕES NO PORTUGUÊS DO BRASIL

A distinção entre os conceitos de acrônimos e siglas, exige estudo minucioso para que seja distinguida uma de outra, como veremos a seguir.

Faulstich apresenta três tipos de reduções, abreviaturas, siglas e acrônimos. Como característica comum a estes, ressalta que todos têm base semântica autônoma, normalmente seguida de colocativo – estrutura

dependente de base por apresentar um significado com dependência situacional (PASTOR, 1998, p.173 apud FAULSTICH 2015a).

Abreviatura é, segundo a autora, “a representação encurtada de uma forma expandida, com vistas a que a informação se mantenha em uma redução fixa” (FAULSTICH, 2015a, p. 355). Tem como norma: i) uso de ponto no local da abreviação, ii) expansão da abreviação após o ponto (por exemplo em prof.^a), com possível uso de sobrescrito, iii) manutenção da maiúscula inicial, se existir na forma expandida e iv) marca de plural, se for o caso. Lembramos que abreviaturas são utilizadas na Lexicografia para inclusão de informações relevantes no verbete, como marca de uso ou de categoria gramatical.

Siglas são, para Faulstich, “abreviações que se utilizam das letras iniciais de uma expressão composta, de um termo complexo, de uma fraseologia fixa” (2015a, p. 356). Ampliando essa definição, consideramos siglas também como abreviações de Nomes Complexos. A redução que gera a sigla é literal e tem resultado autônomo, ou seja, produz uma palavra nova, que pode ser derivada e flexionada. A pronúncia da sigla se dá de acordo com a leitura do nome de cada letra constituinte – como o caso de FMI, sigla de Fundo Monetário Internacional – ou, se ocorrer em sequência consoante e vogal é lida como palavra comum que é o caso de ONU, sigla de Organização das Nações Unidas.

Já o acrônimo é uma redução formada, assim como a sigla, de expressão composta, termo complexo ou fraseologia fixa que, segundo Faulstich (2015a, p. 357-358), “se estrutura em uma palavra, tendo como ponto de partida a sílaba inicial de cada um dos constituintes”. Acrônimos são pronunciados como palavras, porque possuem estrutura silábica. A distinção entre sigla e acrônimo é tênue em muitos casos. As fórmulas de formação muitas vezes são tomadas umas pelas outras.

Nadin (2013), em estudo de siglas e acrônimos da economia, não apresenta distinção entre eles, abrigo-os sob a denominação sigla. Veremos, a seguir, que esta generalização não é um comportamento isolado.

Giraldo Ortiz (2008), investigou a problemática das siglas e fez um levantamento dos estudos sobre reduções lexicais em espanhol. Ao citar Lopez Rua em suas considerações sobre acrônimos em inglês, enfatiza que a questão

da delimitação do sentido das siglas e acrônimos tem sido estudada há muito tempo:

Se voltamos à questão fundamental – o que é um acrônimo? – e buscamos uma resposta na grande quantidade de literatura disponível, o resultado não poderia ser mais desencorajador. A falta de concordância e explicitação por parte dos estudiosos no que se refere a terminologia, definições e classificações tem sido constante antes e mesmo depois que o termo específico acrônimo foi criado [...] confusão, sobreposição e inconsistência sobre critérios definicionais são geralmente reconhecidos e por vezes lamentados, mas raramente confrontados e apenas excepcionalmente desafiados.⁶¹ (LÓPEZ RUA apud GIRALDO ORTIZ 2008, p. 60-61)

Para confrontar a questão, Giraldo Ortiz (2008) fez o levantamento das definições em trinta dicionários monolíngues e bilíngues, além de artigos científicos. Como resultado, identificou três modos diferentes de conceber as siglas: a) autores que não diferenciam sigla e acrônimo, b) autores que estabelecem a distinção entre sigla e acrônimo e c) autores que consideram o acrônimo como um tipo de sigla.

Os autores, segundo o levantamento de Giraldo Ortiz (2008), que consideram que sigla e acrônimo são entidades lexicais distintas dividem-se por sua vez, entre os que a) distinguem o acrônimo por ter pronúncia silábica (LOSSON, 1990; ALGEO, 1991; ZOLONDEK, 1991 apud GIRALDO ORTIZ, 2008), b) consideram que o acrônimo se distingue por ser resultante da união de extremos opostos de duas palavras, inicial ou final (RODRÍGUEZ, 1981 e ALVAR e MIRÓ, 1983 apud GIRALDO ORTIZ, 2008), podendo ser formados de truncamentos de sílabas e letras (MARTÍNEZ DE SOUSA, 1984 apud GIRALDO ORTIZ, 2008), por combinações de dois ou mais segmentos de sintagma desenvolvido, com formas baseadas nos segmentos (CABRÉ, 1993 apud GIRALDO ORTIZ, 2008) ou ainda que exibem comportamento semelhante aos *blends* ‘misturas’, do inglês, sendo formados por fragmentos de duas ou mais

⁶¹ No original: “If one goes back to the fundamental question – what is an acronym? -, and looks for an answer in the large amount of literature available, the result could not be more discouraging. The lack of agreement and explicitness on the part of scholars concerning terminology, definitions and classifications has been a constant before and even after the specific term acronym was coined [...] confusion, overlapping and inconsistency concerning definitional criteria are generally acknowledged and sometimes regretted, but seldom confronted and only exceptionally challenged” (tradução nossa).

palavras ou por palavras inteiras combinadas com fragmentos (FIJO, 2003 apud GIRALDO ORTIZ, 2008).

Os autores que consideram acrônimos como tipos de siglas defendem que acrônimos são siglas que “têm uma estrutura silábica, geralmente não se costumam pronunciar seus constituintes em separado, já que se articulam como um todo⁶²” (ALCARAZ 2003 apud GIRALDO ORTIZ, 2008, p. 67); entidades que se lexicalizam e se adaptam às formas canônicas da linguagem (ALCARAZ; MARTÍNEZ 1997 apud GIRALDO ORTIZ, 2008) ou entidades formadas por combinações de letras e sílabas iniciais ou finais (MALDONADO 2002, apud GIRALDO ORTIZ, 2008).

Em nosso trabalho, que abarca as línguas portuguesa e japonesa, consideramos necessário traçar uma distinção entre siglas e acrônimos. Baseamo-nos em Faulstich (2015b), utilizando o conceito de siglas e expandimos o conceito de acrônimo de modo a incluir Nomes Complexos e Unidades Terminológicas Complexas, e também para abrigar elementos não só iniciais, mas também finais de palavras como critério para definição de acrônimo. Consideramos também como acrônimo o que é formado de combinações de sílabas e letras. Dessa forma, definimos:

- Siglas: reduções que se utilizam das letras iniciais de expressão composta, de nome complexo, de termo complexo, de fraseologia fixa, de unidades terminológicas complexas. A combinação resultante gera estruturas que podem ser lidas como sílabas ou pelo nome de cada letra constituinte. Um exemplo disso é: Ministério das Relações Exteriores e a sigla MRE.
- Acrônimos: reduções que utilizam das sílabas das extremidades inicial ou final de palavras constituintes de expressão composta, de nome complexo, de termo complexo, de fraseologia fixa, de unidades terminológicas complexas. A combinação resultante gera estruturas que são lidas como sílabas. Um exemplo é Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e o acrônimo EMBRAPA.

⁶² No original: “Tienen una estructura silabeable, no se suelen pronunciar sus constituyentes por separado, sino que se articulan como un todo” (tradução nossa).

Consideramos que estas definições apresentam distintos níveis de flexibilidade. Enquanto a definição de sigla é mais restritiva, limitando-se apenas a uma letra e combinação de letras iniciais, a definição de acrônimo é mais flexível, por abrigar combinações de sílabas e letras. Ambas possuem duas dimensões consideradas: paradigma de formação e possibilidade de leitura silábica. A possibilidade de leitura é um caráter distintivo insuficiente, uma vez que podem ocorrer reduções pronunciáveis tanto em siglas quanto em acrônimos. Dessa forma, é a regra de formação a característica mais relevante para a distinção.

A regra de formação de siglas, de caráter restritivo, leva à inclusão na categoria de acrônimos de casos não previstos, que ocasionalmente venham a surgir no processo de análise de dados. É possível a crítica de que a distinção seja, de fato, entre sigla e não-sigla: o que não corresponder à definição de sigla será considerado, por exclusão, acrônimo.

Assim, podemos abrigar em uma estrutura de classificação binária sucinta e simples, casos minoritários como a redução JAXA, derivada do nome *Japan Aerospace Exploration Agency*⁶³. Apesar de ser constituída de apenas uma letra de cada termo, o que seria suficiente para justificar a classificação como sigla, o uso da letra X é, na verdade, resultado do apagamento da letra E, parte da sílaba inicial de *Exploration*. Verificamos assim a existência das características satisfatórias para classificação como acrônimo.

A seguir, apresentaremos como ocorre o fenômeno da redução em língua japonesa.

2.4 TIPOLOGIA DE REDUÇÕES EM LÍNGUA JAPONESA

O fenômeno da redução também é observado em língua japonesa, tanto em palavras simples quanto compostas. Nessa seção, apresentaremos como ocorre o fenômeno da redução na língua japonesa como um todo e, em seguir, explicaremos as especificidades da redução na linguagem de especialidade da administração pública da língua japonesa. Uma vez que nosso trabalho focaliza

⁶³ Em português: Agência de Exploração Aeroespacial do Japão.

nomes complexos, necessariamente formados por mais de uma palavra, faremos apenas um breve cotejo sobre reduções de palavras simples.

Itô (1990) realizou estudo das reduções em japonês com base na morfologia prosódica da língua e identificou padrões de reduções que obedecem a requisitos mínimos para palavras simples, em especial de empréstimos linguísticos.

A autora contrasta, inicialmente, inglês e japonês, comparando estudos anteriores (MCCARTHY; PRINCE 1986; MCCARTHY; PRINCE, 1990; POSER, 1984 e POSER, 1990), tendo como base combinações de sílabas – o que a autora denomina ‘pés⁶⁴’ – como extensão mínima para redução. A autora apresenta duas possibilidades de elemento de combinação. O primeiro caso, é sílaba pesada simples⁶⁵. No segundo caso, é padrão bimoraico⁶⁶, constituído de sílaba pesada simples ou duas sílabas leves⁶⁷. A redução, entretanto, não se restringe a duas sílabas, verificando-se casos de três ou mais. Itô apresenta diversos exemplos, como:

⁶⁴ No original: ‘foot’. Entendemos, com base em ÔTA (2014), que o conceito de ‘pé’, neste caso, se refere ao elemento que não é apagado na constituição da redução. Ôta (2014, 63-65) apresenta visão semelhante a Itô, mas agrupa os pares de sílabas em pés, considerando-os como etapa intermediária entre sílabas e a palavra. Para o autor, os pés são base de formação de reduções.

⁶⁵ Ou seja, sílaba constituída de duas moras. São exemplo as sílabas de 東京 Tôkyô ‘Tóquio’, que é constituída por duas sílabas pesadas. Em oposição a isso, As duas sílabas de 都市 toshi ‘cidade’ são duas sílabas leves, por terem apenas uma mora cada.

⁶⁶ Ou seja, constituído por duas moras. Mora pode ser definida como ‘menor unidade de som de que os falantes da língua podem ter consciência’ (YOSHIKAWA, 2016, p. 41). A contagem de moras de uma palavra difere da contagem de sílabas. Como em japonês vogais longas se distinguem das curtas, uma sílaba pode ter uma ou duas moras. O conceito de mora será explicado em detalhes na seção 3.6 desta tese.

⁶⁷ Ou seja, uma sílaba de duas moras e duas sílabas de uma mora, resultando em ambos os casos em duas moras. Por exemplo a palavra *chô* ‘borboleta’ tem uma sílaba e duas moras enquanto a palavra *sora* ‘céu’ tem duas sílabas e duas moras.

Quadro 11 - Redução de empréstimos linguísticos de palavra simples em japonês

Forma original	Redução	Palavra de origem	Glosa
<i>Herikopotâ</i>	<i>Heri</i>	<i>Helicopter</i>	Helicóptero
<i>Terorizumu</i>	<i>Tero</i>	<i>Terrorism</i>	Terrorismo
<i>Ruporutâju</i>	<i>Rupo</i>	<i>Reportage</i> (francês)	Reportagem
<i>furasutoreeshoN</i> ⁶⁸	<i>Furasuto</i>	<i>Frustration</i>	Frustração
<i>Asuparagasu</i>	<i>Asupara</i>	<i>Asparagus</i>	Aspargo

Fonte: Itô (1990, p. 213, adaptado).

Como vemos, a maioria dos casos tem como base a parte inicial da palavra. Enfatiza a autora que os padrões de redução são completamente nativos, ou seja, coerentes com paradigmas da língua japonesa, não tendo nenhum embasamento em características morfológicas ou fonológicas da língua de origem, mesmo que haja coincidências:

Às vezes surgem confusões porque alguns casos acidentalmente contêm padrões de redução equivalentes nas duas línguas [...] ou a redução pode corresponder a um limite morfológico [...] Tais semelhanças, entretanto, são claramente coincidências, já que a vasta maioria dos casos não corresponde em inglês nem a unidades fonológicas nem a unidades morfológicas coerentes⁶⁹ (ITÔ, 1990, p. 216).

No que se refere a palavras compostas, a autora apresenta que é comum a composição envolvendo palavras japonesas, palavras sino-japonesas e palavras ocidentais:

Quadro 12 - Reduções de palavras de origens diversas

Forma original	Redução	Palavras de origem	Glosa
<i>Kara ookesutora</i>	<i>Karaoke</i>	<i>Kara</i> 'vazio' <i>orchestra</i>	Karaokê
<i>Ita chokoreeto</i>	<i>Itachoko</i>	<i>Ita</i> 'placa' <i>chocolate</i>	Barra de chocolate
<i>Arukooru chûdoku</i>	<i>Aruchû</i>	<i>Alcohol</i> , <i>chûdoku</i> 'intoxicação'	Intoxicação alcóolica

Fonte: Itô (1990, p. 216, adaptado).

⁶⁸ O 'N' apresentado por Itô (1990) indica caso em que o som /n/ ocupa uma mora, sendo então contado na composição de sílabas pesadas bimoraicas.

⁶⁹ No original: "Confusions sometimes arise because some cases accidentally have equivalent shortening patterns in the two languages [...] or the shortening may correspond to a morphological boundary [...] Such resemblances, however, are clearly coincidental since the vast majority of cases correspond in English neither to coherent phonological units [...] nor to morphological units" (tradução nossa).

Como resultado de seu estudo, identifica que a maioria dos casos de redução é de duas a quatro moras, que podem ser distribuídas em sílabas pesadas, de duas moras, e sílabas leves, de uma mora. Para palavras compostas, identifica que o padrão de maior ocorrência é de composição por duas moras de cada palavra⁷⁰:

Quadro 13 - Frequência de reduções por padrão moraico

Padrão moraico (μ =mora)	Ocorrências	Exemplo	Palavra original	Glosa
$2\mu = [1\ \mu + 1\ \mu]$	4	<i>Bea</i>	<i>Base up</i>	Aumento de salário
$3\ \mu = [2\ \mu + 1\ \mu]$	4	<i>Doreme</i>	<i>Dress maker</i>	Costureira
$4\ \mu = [2\ \mu + 2\ \mu]$	134	<i>Sukebô</i>	<i>Skate Board</i>	<i>Skate</i>

Fonte: Itô (1990, p. 221, adaptado).

Nos exemplos acima, verificamos que o número de moras não necessariamente é igual ao de sílabas⁷¹. As palavras *doreme* e *sukebô* tem ambas três sílabas, no entanto, três e quatro moras, respectivamente. Em *sukebô*, a última sílaba, que tem vogal alongada, tem duas moras. Outro exemplo de sílaba de duas moras é visto no próximo quadro, em que a palavra *KokureN* tem, igualmente, três sílabas e quatro moras, sendo a última sílaba bimoraica. Neste caso, utilizamos a representação de Itô, que utiliza N em maiúsculas para indicar ocorrência de mora separada.

Em contraste com os exemplos acima, compostos de combinações de palavras de origens diversas – japonesas, sino-japonesas⁷², ocidentais⁷³ – estas composições também podem ser realizadas em palavras japonesas, com escrita

⁷⁰ No quadro, 'padrão moraico' se refere às possíveis combinações de mora de Itô: 2 moras, sendo uma de cada palavra; 3 moras, na qual duas vêm de uma das palavras e 4 moras, na qual duas moras vêm de cada palavra. 'Ocorrências' se refere ao número de casos de redução verificados pelo autor.

⁷¹ Ver seção 3.6 desta Tese.

⁷² Palavras sino-japonesas são palavras de origem chinesa com entrada no léxico japonês. Devido a diferenças fonológicas entre as línguas chinesa e japonesa, no processo de lexicalização perdeu-se a pronúncia original. Distinguem-se, a priori, palavras japonesas de sino-japonesas por sua leitura, pois ambos casos são registrados em ideograma, e ideogramas individuais ou em combinação. Entretanto, há palavras criadas no Japão sob o molde de palavras sino-japonesas, o que torna a divisão entre os dois tipos mais tênue. Para efeito de simplificação, não buscaremos distingui-las.

⁷³ A maioria das palavras de origem estrangeira incluídas no léxico atual vem do inglês, mas há empréstimos de outras línguas, como o francês, alemão e português. O registro destas palavras é geralmente realizado no silabário katakana, mas há exceções.

ideográfica. A grafia de palavras reduzidas de origem composta é geralmente em silabário *katakana*, mas há exceções, como アル中 *aruchû* ‘intoxicação alcoólica’, que combina duas sílabas de *katakana* com um ideograma⁷⁴. A redução de composições de palavras ideográficas em geral resulta em palavra ideográfica, absorvendo a mesma leitura atribuída aos ideogramas nas palavras originais:

Quadro 14 - Reduções de palavras ideográficas

Forma original	Escrita ideográfica	Redução	Escrita ideográfica	Glosa
Kokusai reNgô	国際連合	KokureN	国連	União das Nações Unidas
Tôkyô Daigaku	東京大学	Tôdai	東大	Universidade de Tóquio
Katei SaibaNsho	家庭裁判所	Kasai	家裁	Vara de família (jur.)
Kokuyû Tetsudô	国有鉄道	Kokutetsu	国鉄	Ferrovias nacionais
Shiei DeNsha	市営電車	ShideN	市電	Bonde municipal

Fonte: Itô (1990, p. 229, adaptado)

Outros autores também constataram como frequente o padrão de redução resultante em quatro moras (OKADA; TAKAHASHI, 2008; ÔTA, 2014), além de caso excepcional de redução de palavra composta de doze para quatro moras: *Kansai Kokusai Kûkô: Kankû* (OKADA; TAKAHASHI, 2008).

Lin (2004) identifica que, como os empréstimos linguísticos para o japonês resultam em palavras de estrutura fonética extremamente longas, normalmente estes acabam sendo reduzidos para amenizar o esforço de pronúncia (LIN, 2004). O autor diferencia reduções derivadas de combinações apenas de palavras estrangeiras das de combinações mistas, de palavras estrangeiras, sino-japonesas e japonesas.

Além disso, Lin (2004) apresentou diversos padrões de redução que identificou na língua japonesa. As reduções, para o autor, ocorrem com apagamento parcial da palavra original, ou seja, retirada de algumas das sílabas constituintes. Desta forma, os padrões encontrados de apagamento são 1) da seção posterior da palavra ou dos ideogramas restantes, representado com

⁷⁴ Ou seja, アル *aru*, como redução de アルコール *arukôru* ‘álcool’ e 中 *chû* como redução de 中毒 *chûdoku* ‘intoxicação’.

'a()' ⁷⁵ e 2) apagamento da seção anterior da palavra ou ideogramas, representada com '()a'. Com base nestes padrões de redução, apresentou seis padrões de combinação, entre palavras abreviadas, em minúsculo, e palavras não abreviadas, representadas em maiúsculo. A primeira e a segunda palavras originais são representadas, respectivamente por a e b. Os modelos de redução encontrados são:

Quadro 15 - Padrões de reduções de palavras compostas

Tipo de redução	Exemplo	Palavras de origem	Glosa
a()+b()	<i>GeeseN</i>	<i>Geemu</i> 'jogo' <i>seNtâ</i> 'centro'	Fliperama
a()+()b	<i>Merokoa</i>	<i>merodikku</i> 'melódico' <i>hâdokoa</i> 'hardcore'	Gênero musical
()a+()b	<i>OkushoN</i>	<i>ichioku</i> '100 milhões' <i>manshoN</i> 'apartamento'	Apartamento de luxo
A+b()	<i>Basutei</i>	<i>Basu</i> 'ônibus' <i>teiryûjo</i> 'parada'	Parada de ônibus
A+()b	<i>Kâdohorikku</i>	<i>Kâdo</i> 'cartão de crédito' <i>arukohorikku</i> 'alcoólatra'	Comprador compulsivo dependente de cartão de crédito
a()+B	<i>Patokâ</i>	<i>Patorooru</i> 'patrulha' <i>kâ</i> 'carro'	Viatura policial

Fonte: Lin (2004, p. 61-62)

Michiko Ôtsuki (2003) apresenta uma tipologia de reduções em dois eixos, com 5 padrões de redução distribuídos dentro destes eixos. No eixo vertical, há três níveis de redução: nível 1) modificação da base mínima da palavra; nível 2) manutenção da base mínima com modificação de palavras de mais de dois morfemas; e nível 3) apagamento de palavra ou ideograma. No eixo horizontal, considera que há ou não modificação fonética. Dentro destes dois eixos, há 5 padrões.

O primeiro padrão (nível 1, com modificação fonética) abrange siglas como as definidas na seção anterior, mas inclui também siglas derivadas de palavras japonesas e gírias. São exemplos OL (office lady 'assistente de escritório'), ABC (*Asahi Broadcasting Corporation* 'Corporação Asahi de

⁷⁵ A representação em questão indica que em uma palavra de duas sílabas ocorre o apagamento da sílaba posterior, o que é indicado pelo espaço entre parênteses: '()'. Por exemplo, na redução de *geemu sentâ* 'Fliperama', apresentada no quadro 'Padrões de reduções de palavras compostas' deste capítulo, há o apagamento da seção posterior das palavras, resultando na redução *geesen* (*gee+sen*).

Radiodifusão'), KDD (*Kokusai Denshin Denwa* 'Telecomunicação telefônica internacional'), DN (*Dame Ningen* 'pessoa fracassada') e MM (*Mecha mukatsuku* 'enfurecedor').

O segundo padrão (nível 2, com modificação fonética) abrange palavras ideográficas com alteração de leitura. A alteração de leitura implica a mudança de leitura sonora para japonesa do mesmo ideograma ou vice-versa⁷⁶. São exemplos: *Hanshin* (Ôsaka e Kôbe⁷⁷), *Keihin* (Tóquio e Yokohama⁷⁸), *Sôdai* (Waseda *Daigaku* 'Universidade de Waseda'⁷⁹).

O terceiro padrão (nível 1, sem modificação fonética) abrange casos com corte parcial da palavra, simples ou composta. Neste padrão estão inclusos palavras estrangeiras, palavras japonesas não ideográficas e algumas palavras ideográficas. São exemplos: *puro* (*professional* 'profissional'), *sabi* (*wasabi* 'pasta de raiz forte) e *unadon* (*unagi donburi* 'prato de arroz com enguia').

O quarto padrão (nível 2 sem modificação fonética) abrange palavras japonesas e sino-japonesas ideográficas e combinações destas com outras. Há o apagamento de um dos ideogramas de palavras ideográficas. São exemplos *satsu* (*keisatsu* 'polícia'), *musho* (*keimusho* 'prisão'), *tokuban* (*tokubetsu bangumi* 'especial de televisão'), *jihanki* (*jidô hanbai ki* 'máquina de vendas automática) e *shinkumi* (*shin'yô kumiai* 'cooperativa financeira').

O quinto e último padrão, (nível 3, sem modificação fonética) abrange reduções de palavras compostas em que uma das palavras é suprimida completamente com manutenção das outras. São exemplos: *keitai* (*keitai denwa*,

⁷⁶ Ideogramas no japonês podem ser lidos em duas formas: kun'yomi (leitura japonesa) e on'yomi (leitura pelo som da língua chinesa adaptado à fonologia japonesa). A mudança de leitura não implica necessariamente na alteração semântica do ideograma.

⁷⁷ A combinação dos topônimos fica mais clara na escrita ideográfica: 大阪+神戸⇒阪神. Neste caso, os ideogramas final e inicial respectivamente são mantidos. A leitura do primeiro ideograma, 阪 muda de *saka* para *han*, ou seja, passa a utilizar a leitura chinesa ao invés da japonesa. No caso da segunda palavra, 神戸 os dois ideogramas combinados recebem a leitura Kôbe; em separado, são lidos *shin* e *to*. Na combinação, o ideograma 神 recebe a leitura *shin*. A combinação dos dois resulta em *Hanshin*.

⁷⁸ Nesta combinação de topônimos, temos a manutenção dos dois ideogramas finais: 東京+横浜⇒京浜. Nesse caso, há mudança de leitura do primeiro ideograma, 京, passa de *kyô* para *kei* e a leitura do segundo passa de *hama* para *hin*, passando do *kun'yomi* para *on'yomi*. A combinação dos dois 京浜 tem a leitura *Keihin*.

⁷⁹ Aqui há a combinação do primeiro ideograma de Waseda e o primeiro de Universidade: 早稲田+大学⇒早大. O primeiro ideograma recebe sua leitura chinesa, *sô* enquanto o segundo mantém a leitura *dai*. A combinação dos dois é lida *Sôdai*.

'telefone celular'), *tekkin* (*tekkin konkuriito* 'concreto armado') e *koyôhô* (*koyô taisaku hô* 'lei de políticas de emprego').

A seguir sintetizamos os padrões constatados por Ôtsuki, com os exemplos supracitados:

Quadro 16 - Classificação de reduções de Ôtsuki (2003)

Com modificação fonética		Sem modificação fonética
Nível 1	Padrão 1 OL (<i>Office Lady</i>) ABC (<i>Asahi Broadcasting Corporation</i>) KDD (<i>Kokusai Denshin Denwa</i>) DN (<i>Dame Ningen</i>) MM (<i>Mecha mukatsuku</i>)	Padrão 3 <i>puro</i> (<i>professional</i>) <i>sabi</i> (<i>wasabi</i>) <i>unadon</i> (<i>unagi donburi</i>)
Nível 2	Padrão 2 <i>Hanshin</i> (Ôsaka e Kôbe) <i>Keihin</i> (Tôkyo e Yokohama) <i>Sôdai</i> (<i>Waseda Daigaku</i>)	Padrão 4 <i>satsu</i> (<i>keisatsu</i>) <i>musho</i> (<i>keimusho</i>) <i>tokuban</i> (<i>tokubetsu bangumi</i>) <i>jihanki</i> (<i>jidô hanbai kî</i>) <i>shinkumi</i> (<i>shin'yô kumiai</i>)
Nível 3		Padrão 5 <i>keitai</i> (<i>keitai denwa</i>) <i>tekkin</i> (<i>tekkin konkuriito</i>) <i>koyôhô</i> (<i>koyô taisaku hô</i>)

Fonte: Ôtsuki (2003, p. 70).

Em relação ao formato das reduções criadas, constata-se que o padrão tetramoraico, resultante da união de dois grupos bimoraicos, realizado com combinações de sílaba pesada ou de duas sílabas leves, conforme apresentado por Ito (1990) é de fato majoritário.

Na língua japonesa, verifica-se uma composição de reduções de denominações mais complexa que na língua portuguesa. Inicialmente, frisamos que o padrão de redução bimoraica apresentada por Itô (1990), equivalente ao padrão 4 de Ôtsuki (2003) teve poucas ocorrências em nossos dados, como se verifica no caso de *Riken*, redução de *Rikagaku Kenkyûjo* 'Instituto de Pesquisa Química e Física'. O padrão mais verificado é a redução das denominações em inglês – sigla ou acrônimo. São exemplos:

Quadro 17 - Reduções de denominações japonesas

Nome de origem	Denominação em português	Denominação em inglês	Redução	Natureza
<i>Kokusai Kyōryoku Kikō</i>	Agência de Cooperação Internacional do Japão	<i>Japan International Cooperation Agency</i>	JICA	Sigla
<i>Kokusai Bōeki Shinkō Kikō</i>	Agência de Promoção do Comércio Exterior do Japão	<i>Japan External Trade Organization</i>	JETRO	Acrônimo
<i>Uchū Kōkū Kenkyū Kaihatsu Kikō</i>	Agência Japonesa de Exploração Aeroespacial	<i>Japan Aerospace Exploration Agency</i>	JAXA	Acrônimo
<i>Kokusai Kōryū Kikin</i>	Fundação Japão	<i>Japan Foundation</i>	JF	Sigla

(Elaboração própria)

A utilização de padrões derivados da denominação em inglês se justifica pelo princípio de comunicação clara. A utilização do nome em japonês acarretaria problemas de comunicação e compreensibilidade. Consideramos aplicar nos seguintes NCs a redução por siglamento (FAULSTICH, 2015) ou por combinação resultando em redução moraica⁸⁰:

Quadro 18 - Reduções tentativas de denominações japonesas

Equiv. Português	NC em japonês	Siglamento	Redução moraica
Agência de cooperação internacional do Japão	<i>Kokusai Kyōryoku Kikō</i> 国際協力機構	KKK	*Kokkyōki *国協機
Fundação Japão	<i>Kokusai Kōryū Kikin</i> 国際交流基金	KKK	*Kokkōki *国交基

(Elaboração própria)

Como vemos acima, há duas entidades distintas que resultariam na mesma sigla. Mesmo com a utilização do padrão de redução moraica, as duas denominações seriam muito próximas. A ineficiência de um padrão que leve a ambiguidades e duplicidade de resultados justifica, a nosso ver, a adoção de um padrão alternativo, como o utilizado em língua japonesa.

Outro fator a ser considerado é a ineficiência comunicativa no plano internacional. É possível inferir que a utilização da denominação em inglês,

⁸⁰ Denominamos aqui redução moraica a redução que utiliza combinações de moras das palavras constituintes. O resultado mais frequente verificado (ITÔ, 1990) é de quatro moras, mas pode resultar em mais moras, como se vê no quadro: *kokkyōki e *kokkōki têm 5 moras cada.

assim como de sua redução tem maior potencial de ser memorizada que as denominações originais e eventuais reduções criadas nos padrões acima apresentados. Isso se justifica pelo fato de que, como o japonês é uma língua de menor difusão que o inglês como língua de comunicação internacional, há maior probabilidade de o nome em japonês ser fonologicamente ininteligível se comparado com a denominação em inglês. Neste caso, enquanto aquele soaria como um grupo de fonemas desconexos este seria um grupo de palavras, passível assim de melhor reconhecimento e memorização.

Por meio deste raciocínio, concluímos que se justifica a intermediação das denominações em inglês para constituir reduções de nomes de denominações japonesas. Neste caso, as reduções também se constituiriam em variantes terminológicas lexicais, porém, derivadas das denominações em inglês.

2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, realizamos um cotejo sobre as reduções em língua portuguesa e japonesa. Para a língua portuguesa, apresentamos os critérios para definir sigla e acrônimo, com base nas definições de Faulstich (2015a). Para a língua japonesa, apresentamos diversas visões sobre a formação de reduções e demonstramos que, na área de administração pública, a utilização da redução das denominações em língua inglesa para formação de siglas e acrônimos, em detrimento de outros paradigmas próprios da língua japonesa se justifica.

Assim, verificamos que, na área de administração pública, tanto na língua portuguesa quanto na língua japonesa, ocorrem reduções por sigla ou acrônimo, no entanto, na língua japonesa, pode ocorrer a intermediação de outra língua, nos casos em que reduções são formadas a partir das denominações em língua inglesa.

CAPÍTULO 3 — SOBRE A LÍNGUA JAPONESA

3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentaremos as características da língua japonesa que devem ser consideradas na análise de formação e redução de termos. Para isso, apresentaremos a família linguística e características tipológicas, os sistemas de escrita japoneses, a morfossintaxe da língua japonesa, o léxico japonês, com foco na influência de palavras estrangeiras e, por último, as noções de mora e ritmo da língua japonesa, relevantes para a compreensão de mecanismos de redução de palavras japonesas.

3.2 FAMÍLIA E TIPOLOGIA LINGUÍSTICA

O posicionamento da língua japonesa em uma família linguística específica tem se apresentado como um grande desafio, não sendo poucos estudiosos, japoneses ou não, que consideram a língua única. Segundo Shibatani:

Foram apresentadas hipóteses ligando a língua japonesa a todas famílias linguísticas majoritárias: Austronésia Altaica, sino-tibetana, indo-europeia e dravidiana. A mais persuasiva é a teoria altaica, mas mesmo nela as evidências são tão consistentes quanto as que a relacionam com as línguas da família indo-europeia. [...] No que se refere às línguas individuais, ryûkyû, ainu e coreano são os candidatos mais fortes propostos como possíveis línguas irmãs⁸¹ (SHIBATANI, 1987, p. 856).

Mukai e Suzuki (2016) também abordam a questão controversa da forma de enquadrar a língua japonesa e indica que há vertentes que consideram que a língua nativa de Okinawa (Ryûkyû) e o japonês constituem o subgrupo das línguas japônicas. Já em relação à língua coreana, apresentaram discussões sobre as similaridades das línguas serem decorrentes da grande interação entre as línguas devido às grandes migrações, desde o séc. III a.C. Finalmente, concluíram que:

⁸¹ No original: “Hypotheses have been presented assigning Japanese to virtually all major language families: Altaic Austronesian, Sino-Tibetan, Indo-European and Dravidian. The most persuasive is the Altaic theory, but even here evidence is hardly as firm as that which relates the languages of the Indo-European family (...) With regard to individual languages, Ryûkyûan, Ainu and Korean have been the strongest candidates proposed as possible sister languages” (tradução nossa).

Embora ainda haja controvérsias, a tese mais aceita atualmente é a que considera as três línguas como pertencentes ao tronco das línguas altaicas, cujas características mais marcantes são, dentre outras, **a inexistência da categoria de gênero em nomes, a ocorrência da posposição em vez da preposição, complementos antecedendo o verbo, o modificador precedendo o modificado.** (MUKAI; SUZUKI, 2016. p. 20, grifo nosso)

A língua japonesa é uma língua eminentemente aglutinante, de tipologia SOV, sendo que **objeto** inclui objeto direto e complementos adverbiais. Shibatani (1990, p. 258) a considera uma “SOV ideal”, à medida que a ordem de palavras é mantida consistentemente com todos os tipos de constituintes. As características da língua são:

- a. Relações nominais são expressas com partículas posposicionadas;
- b. Demonstrativos, numerais, classificadores e adjetivos descritivos precedem o substantivo núcleo nesta ordem;
- c. O substantivo genitivo antecede o substantivo núcleo;
- d. Orações relativas precedem o substantivo modificado;
- e. O nome próprio precede o nome comum;
- f. O advérbio precede o verbo modificado;
- g. Auxiliares sucedem o verbo principal;
- h. Expressões comparativas seguem a ordem marcador de comparação – adjetivo (SHIBATANI, 1987, p. 257-258).

A ordem básica dos elementos de uma frase de verbo bivalente é:

Tarô ga Hanako ni ano hana o ageta.
Taro NOM Hanako DAT aquela flor ACC dar-PST

Como é possível verificar, há palavras gramaticais, denominadas partículas (*ga*, *ni* e *o* no exemplo acima), que são posposicionadas aos nomes e definem as funções sintáticas. O uso das partículas demonstra o caráter aglutinante da língua japonesa. As palavras japonesas não apresentam número ou gênero.

3.3 A ESCRITA JAPONESA

A escrita da língua japonesa é feita em três sistemas de escrita distintos e coocorrentes: um sistema de ideogramas – denominado *kanji* – e dois

silabários – denominados *hiragana* e *katakana*⁸² (quanto à definição, vide adiante). O sistema de ideogramas conta com um repertório de milhares de ideogramas, mas há uma restrição a um repertório oficial⁸³, cuja última revisão foi em 2010, de 2.136 ideogramas, sendo comum um ideograma possuir mais de uma leitura. Este sistema é utilizado para a composição de palavras lexicais e prefixos.

O segundo sistema, *hiragana*, é composto de 46 grafemas desprovidos de carga semântica⁸⁴, utilizado na maioria para flexão de verbos e adjetivos⁸⁵, partículas e marcadores posicionados de relação palavra-verbo e palavra-palavra. O último sistema, *katakana*, é composto por 46 grafemas igualmente desprovidos de carga semântica, sendo utilizado em palavras de origem estrangeira, onomatopeias sonoras e onomatopeias descritivas⁸⁶ e como recurso de ênfase. Esses dois sistemas de 46 grafemas, juntamente com o uso de diacríticos, permitem combinações com grupos específicos de grafemas, resultando em cerca de 105 grafemas para o *hiragana* e 125 para o *katakana*⁸⁷. Os três sistemas de escrita não são utilizados alternativamente, sendo necessário então o uso de todos eles na escrita cotidiana.

A escrita alfabética é dominada por todos japoneses e é utilizada oficialmente para a transliteração de nomes japoneses, frequentemente visto em sinais de trânsito, passaportes e outros. A transliteração da língua japonesa

⁸² Em japonês: 漢字, 平仮名 e 片仮名, respectivamente.

⁸³ Chamada 常用漢字 *Jōyō Kanji* 'ideogramas de uso comum' (tradução nossa), definida pela Secretaria de Assuntos Culturais do Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia do Japão, por meio da portaria número 2, de 30 de novembro de 2010. A portaria não tem força de lei, mas veículos de comunicação em massa evitam utilizar ideogramas não incluídos na portaria.

⁸⁴ Em oposição aos ideogramas, que sempre têm carga semântica.

⁸⁵ Os adjetivos em língua japonesa têm caráter verbal, ou seja, "não só tem as mesmas formas de flexão que os verbos, como também desempenham as mesmas funções sintáticas, sobretudo a de predicar" (MUKAI; SUZUKI, 2016, p. 95) e, por causa disso, são denominados também de predicadores de qualidade. Neste estudo, utilizaremos a denominação adjetivo.

⁸⁶ Além das onomatopeias conhecidas no português, denominadas de onomatopeias sonoras, há em japonês, palavras que descrevem situações e estados à maneira de onomatopeias sem, no entanto, descrever sons. São chamadas onomatopeias descritivas. Essa distinção é apresentada detalhadamente em Mukai e Suzuki, (2016, p. 65-67.)

⁸⁷ Resultado de contagem de casos apresentados no livro didático Kana – uma introdução ao silabário japonês

segue dois sistemas principais, a *kunreishiki*⁸⁸ e o Hepburn⁸⁹. A primeira modalidade é ensinada em escolas japonesas e unifica as consoantes de um mesmo grupo, como as grafemas iniciadas com S ou com T, que são foneticamente diferentes. Já a segunda modalidade apresenta grafias diferentes para sons diferentes. A diferença principal entre os dois sistemas está sistematizada no quadro a seguir:

Quadro 19 - Diferença entre o sistema Hepburn e o *Kunreishiki*

Sistema Hepburn					<i>Kunreishiki</i>				
さ	し	す	せ	そ	さ	し	す	せ	そ
sa	shi	su	se	so	sa	si	su	se	so
た	ち	つ	て	と	た	ち	つ	て	と
ta	chi	tsu	te	to	ta	ti	tu	te	to

(Elaboração própria)

O sistema Hepburn é utilizado em passaportes, na transliteração oficial de topônimos e no ensino de língua japonesa como língua estrangeira. O Hepburn passou por uma revisão que afetou a transliteração de grafemas terminados em ‘o’ e ‘u’ de duas moras com a inclusão de macron ao invés da vogal dobrada⁹⁰, além da partícula de caso を passar a ser transliterada para ‘o’ em vez de ‘wo’. Utilizamos em nossa tese o Hepburn revisado, em que se substitui o macron acento circunflexo⁹¹.

3.3.1 Ordenação silábica

Enquanto no português há a ordem alfabética, no japonês segue-se uma ordenação diferente. Esta ordem é chamada *gojūonjun*⁹², originada entre os séculos X e XI, e sua versão atual estabelecida em meados do século XIX

⁸⁸ Em ideograma 訓令式 ‘sistema legal’ (Tradução de MUKAI; SUZUKI, 2016, p. 31).

⁸⁹ Em japonês *Hebonshiki* ヘボン式. Esse sistema foi proposto por James Curtis Hepburn, autor do dicionário ‘A Japanese-English and English-Japanese Dictionary’, de 1884 (MUKAI; SUZUKI, 2016, p. 32).

⁹⁰ Por exemplo, 数学 ‘matemática’ é transliterada *suugaku* no sistema Hepburn tradicional e *sūgaku* no sistema Hepburn revisado.

⁹¹ A substituição de macron por acento circunflexo é um recurso aceito, especialmente nos casos em que o uso daquele seja difícil. Dada a extensão da tese, preferimos o uso do acento circunflexo.

⁹² Em ideograma 五十音順 ‘ordem de cinquenta sons’ (tradução nossa).

(HAYASHI, 2004). Há outras tentativas de ordenação, baseadas em poemas, como a ordenação *Iroha*⁹³ ou em sequências mnemônicas⁹⁴, como a ordenação *Ametsuchi*⁹⁵. Hayashi (2004) verifica que a maior vantagem do primeiro modelo é apresentar as sílabas em ordenação sistemática, daí seu uso continuado. A seguir apresentamos o modelo *gojûonjun*, em que cada primeira sílaba está no sistema *Hiragana*, seguida de seu equivalente no sistema *Katakana* e de sua transliteração para o alfabeto⁹⁶.

Quadro 20 - Ordem de escrita das sílabas em japonês

あア a	いイ i	うウ u	えエ e	おオ o
かカ ka	きキ ki	くク ku	けケ ke	こコ ko
さサ sa	しシ shi	すス su	せセ se	そソ so
たタ ta	ちチ chi	つツ tsu	てテ te	とト to
なナ na	にニ ni	ぬヌ nu	ねネ ne	のノ no
はハ ha	ひヒ hi	ふフ fu	へヘ he	ほホ ho
まマ ma	みミ mi	むム mu	めメ me	もモ mo
やヤ ya		ゆユ yu		よヨ yo
らラ ra	りリ ri	るル ru	れレ re	ろロ ro
わワ wa				をヲ o
んン n				

Fonte: Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia do Japão (2010)

As sílabas após a primeira linha na horizontal seguem a ordem de vogal **a i u e o**, na combinação consoante-vogal CV, em que as consoantes são: **k s t**

⁹³ A ordenação *iroha* tem base na poesia *Iroha Uta*, de 46 sílabas, que utiliza todos sons dos silabários japoneses sem repetição. Seus primeiros registros de uso datam do século XI (BRITANNICA JAPAN, 2008). Ainda hoje a ordenação *iroha* é utilizada como uma forma de ordenamento sequenciado, de modo análogo a listas ordenadas pelas letras do alfabeto.

⁹⁴ Denominamos aqui sequência mnemônicas os modelos de ordenação baseados em canções, ou poemas.

⁹⁵ A primeira sendo uma poesia de 8 estrofes, do gênero *Waka* também originada em meados do séc X e a segunda uma canção formada por palavras dissilábicas. (HAYASHI, 2004, p. 170).

⁹⁶ A transliteração segue o sistema *Hebonshiki*.

n h m y r w. O grupo ‘y’ é iniciado por semivogal em vez de consoante, mas é posicionado nesta estrutura. Este grupo também é utilizado, como diacrítico na composição de sílabas na combinação consoante-semivogal-vogal CJV, como しよ (/ʃo/), que se diferencia de しよ (/ʃjo/)⁹⁷. Nos casos de combinação CJV, a composição passa a ter apenas uma unidade rítmica – denominada mora⁹⁸. O grupo ‘w’ é composto por uma semivogal, mas só é utilizado para composição de sílabas CJV em casos de palavras de origem estrangeira. Dentre os grupos iniciados por ‘y’ e ‘w’, **ye, wi e we** foram eliminados no japonês contemporâneo, por serem substituídos por ‘e’, ‘i’ e ‘e’, respectivamente. As palavras são compostas por combinações dos 46 grafemas constituídas de vogal (V), consoante e vogal (CV) ou consoante, semivogal e vogal (CJV)⁹⁹.

Como se pode perceber, o quadro não inclui as consoantes **g d z p b**, apesar de estas estarem presentes no repertório fonético da língua japonesa. A razão está no fato de que os dois sistemas de sílabas permitem que as sílabas iniciadas pelas consoantes surdas **k t s h** representem as sílabas **g s d b**, com a adição do diacrítico *dakuten* (゜). É exemplo o quadro a seguir, escrito no silabário *hiragana*:

Quadro 21 - Sonorização de consoantes com o uso de diacrítico

か	き	く	け	こ	➔	が	ぎ	ぐ	げ	ご
/ka/	/ki/	/ku/	/ke/	/ko/		/ga/	/gi/	/gu/	/ge/	/go/

(Elaboração própria)

A sequência da consoante ‘h’, quando sonorizada, assume o som de ‘b’. Além disso, apenas esta sequência aceita mais um tipo de representação, assumindo o som de ‘p’ pela adição do sinal diacrítico *handakuten* (゜). Dessa forma, temos as possibilidades: は /ha/ ➔ ば /ba/ ou ➔ ぱ /pa/. O motivo da transformação de uma consoante alveolar aspirada para bilabial está no fato de que originalmente a sequência de **h** possuía o som /p/, evoluindo para /ϕ/ e finalmente para /h/. A sonorização então está relacionada ao paradigma anterior

⁹⁷ No primeiro caso, a segunda sílaba よ é reduzida em tamanho para indicar a combinação consoante-semivogal-vogal CJV.

⁹⁸ Ver mora (Seção 3.6).

⁹⁹ Watanabe, 1997, p. 29.

/p/-/b/. Como o som /p/ ainda é verificado na língua, em algumas sílabas de palavras nativas, assim como na sílaba inicial de palavras de origem estrangeira, este som é indicado pelo diacrítico *handakuten*. (HAYASHI, 2004).

No que se refere à ordem entre sons de consoantes surdas e sonoras, em dicionários que seguem a ordem *gojûonjun*, temos primeiro as surdas. Assim, *kan*(缶, lata) precede *gan*(癌, câncer), da mesma forma que *hai*(肺, pulmão) precede *bai*(倍, dobro), que, por sua vez, precede *pai*(パイ, [número] pi).

Além da sonorização de consoantes, outro aspecto significativo da língua são os prolongamentos de vogais¹⁰⁰. No que se refere à ordem das palavras, o prolongamento é considerado como uma repetição da vogal anterior. Assim, *kâdo* (カード, cartão) precede *kado*(角, esquina).

Por último, a mora **N** (correspondente aos grafemas ん ou ン¹⁰¹), nunca utilizada iniciando palavras, é resultante da elipse da vogal **u** da sílaba *mu* (む ou ㇿ). Durante muito tempo, esta não possuía representação gráfica, embora fosse falada. Integra a grafia moderna da língua, mas é posicionada por último na ordem *gojûonjun*. Historicamente, verificou-se distinção entre a escrita silábica formal e a pronúncia, mas esta não ocorre mais.

3.4. MORFOSSINTAXE

A língua japonesa possui três classes de palavras: palavras que possuem conteúdo semântico, palavras que possuem conteúdo gramatical e palavras que possuem conteúdo semântico-gramatical. Dessas, apenas verbos, auxiliares verbais e adjetivos são flexionáveis, como a seguir sistematizado:

Quadro 22 - Classes de palavras japonesas

Classe	Natureza	Subclasse	Tipo
Palavras de Conteúdo Semântico	Inflexionáveis	Substantivo	
		Pronome	
		Numeral	
		Substantivo pró-forma	
Palavras semântico-gramaticais	Inflexionáveis	Advérbios	
		Adnomes	

¹⁰⁰ Ver Mora (item 3.6)

¹⁰¹ Em ambos casos apresentados no parágrafo, as sílabas estão no silabário *hiragana* e *katakana* respectivamente.

	Flexionáveis	Verbos	
		Adjetivos	
Palavras gramaticais	Inflexionáveis	Partículas	Caso
			Modalização
			Enumeração
			Conexão
			Interlocução
			Interação
	Interjeição		
Flexionáveis	Auxiliares verbais		

Fonte: MUKAI; SUZUKI (2016, adaptado)

Em decorrência da tipologia SOV, as palavras de conteúdo semântico são sucedidas de palavras gramaticais, formando sintagmas (MUKAI; SUZUKI, 2016). Predicações em japonês que formam sintagmas nos quais se relacionam dois ou mais substantivos são geralmente intermediadas por partículas como *の* (*no*). Na formação de Nomes Complexos, na linguagem de especialidade da administração pública japonesa, entretanto, esse tipo de estrutura é menos frequente, como veremos posteriormente.

3.5 LÉXICO

As palavras que compõem o léxico japonês são classificadas de acordo com a origem e certas classes de palavras utilizam sistemas de escrita específicos. As palavras autóctones são denominadas *wago* ou *Yamato kotoba*¹⁰². A escrita dessas palavras pode ser em ideogramas ou no silabário *hiragana* e existem em todas as classes gramaticais. São utilizadas mais na linguagem falada e no vocabulário cotidiano (MURAKI, 2004).

Empréstimos de outras línguas são divididos em de origem chinesa (*kango*¹⁰³) e de outras línguas (*gairaigo*¹⁰⁴ ou *yôgo*¹⁰⁵); as de origem chinesa –

¹⁰² Em japonês 和語 e 大和言葉, respectivamente. Ambas podem ser traduzidas como ‘palavras do Japão’.

¹⁰³ Em japonês 漢語 ‘palavras [do povo] Han’(tradução nossa).

¹⁰⁴ Em japonês 外来語 ‘palavras vindas de fora’ (tradução nossa).

¹⁰⁵ Em japonês 洋語 ‘palavras ocidentais’ (tradução nossa).

kango – são escritas em ideograma, e as de outras origens – *gairaigo* – são normalmente escritas no silabário *katakana*.

Por último há palavras japonesas, baseadas no paradigma de formação destas. Ou seja, as palavras em ideograma criadas no Japão são designadas *wasei kango*, como *shinpai* ‘preocupação’ e as palavras no silabário *katakana* criadas no Japão são *denominadas wasei gairaigo*¹⁰⁶, como *gasorin sutando* ‘posto de gasolina’¹⁰⁷.

O léxico da língua japonesa tem características incomuns, vinculadas a seu sistema de escrita complexo. Outra questão significativa é a variedade de seu repertório lexical, rico em empréstimos. Sobre tal característica, Shibatani apresenta que

O fato de o Japão nunca ter sido invadido por forças estrangeiras ou colonizado por interesses estrangeiros causa surpresa para quem examina o léxico japonês, pois mostra a característica de línguas cujas terras estiveram sob controle estrangeiro em um momento ou outro (SHIBATANI, 1987, p. 860)¹⁰⁸.

Shibatani (1987) se refere ao fato de que, durante a longa história de contato com outros países, como China, Coreia, Portugal, Holanda e, mais recentemente, Estados Unidos e outros países da Europa, a língua japonesa incorporou novas palavras ao léxico.

As palavras de origem chinesa – *kango* – são normalmente escritas em combinações de ideogramas, na maior parte em pares, com poucos agrupamentos superiores a três. Devido ao fato de a entrada deste grupo de palavras no léxico japonês ter ocorrido em diversos períodos históricos, há uma subdivisão no que se refere à leitura, uma vez que a leitura variava de acordo com a dinastia (e, por conseguinte o dialeto) regente na China.

Outra peculiaridade dos *kango* está na leitura dos ideogramas. Na língua japonesa, é normal um mesmo ideograma ter duas ou mais leituras distintas,

¹⁰⁶ Em japonês 和製漢語 ‘palavra chinesa criada no Japão’ e 和製外来語 ‘palavra estrangeira criada no Japão’ (tradução nossa).

¹⁰⁷ As palavras de exemplo são escritas em japonês 心配 e ガソリンスタンド, respectivamente.

¹⁰⁸ O autor se refere ao fato de que o Japão manteve sua autonomia territorial pela história, com o contato com a língua chinesa feito indiretamente através da absorção voluntária do léxico da língua, desde o século VII (KONNO, 2014).

separadas em dois tipos: *on'yomi*¹⁰⁹ ou leitura chinesa e *kun'yomi*¹¹⁰ ou leitura japonesa. A primeira é uma adaptação da pronúncia original chinesa ao sistema fonético da língua japonesa, enquanto a segunda é a leitura de palavra com significado correspondente ao conteúdo semântico do ideograma. Embora normalmente os *kango* tenham leitura chinesa, o mero fato de uma palavra ser de leitura *on'yomi* não implica que seja necessariamente chinesa, por haver palavras de origem japonesa às quais foi atribuída tal leitura, mas não existem no léxico chinês (NOMURA, 2001)¹¹¹.

O volume de *kango* é significativo, de forma que mais da metade do léxico japonês pode ser considerada *kango* (NOMURA, 2001). A proporção entre *kango* e palavras japonesas – *wago* – muda, de acordo com o nível discursivo e a área de especialidade. Shida (1995) identificou que 47,5% das palavras de um *corpus* envolvendo 90 títulos de revistas de temáticas diversas são de origem chinesa, 36,7% de origem japonesa, 9,8% de origem estrangeira e 6,0% de origem mista. Por outro lado, na linguagem falada cotidiana, são mais frequentes as palavras japonesas e, no discurso formal ou na linguagem escrita, as palavras de origem chinesa. Em política, economia e estudos culturais, é mais comum o uso de *kango*, enquanto na biologia são mais comuns os *wago* (NOMURA, 2001).

Os *kango* são mais frequentes que os *wago* na linguagem escrita e são, na maioria, substantivos, em especial nas linguagens de especialidade, assim como em palavras que descrevem conceitos abstratos (MURAKI, 2004). A maioria dos *kango* é composta de um ou dois ideogramas, cuja construção Nomura (2001) classifica em quatro tipos: Coisas/fatos (N), cujo significado se relaciona a objetos e fatos; Dinâmica (V), cujo significado se relaciona a ações e efeitos; Aspecto (A), cujo significado se relaciona a estado ou características físicas ou psicológicas e Modo (M), cujo significado se relaciona a limitações, caracterizações ou gradação de ações e efeitos. Interpretamos que a classificação de Nomura se refere às categorias substantivo (N), verbo (V), adjetivo (A) e advérbio (M).

¹⁰⁹ Em ideograma 音読み 'leitura pelo som'.

¹¹⁰ Em ideograma 訓読み 'leitura japonesa'.

¹¹¹ Nomura indica como exemplos de palavras japonesas criadas na formatação de *kango* 火事 *kaji* 'incêndio', 心配 *shinpai* 'preocupação' e 出張 *shucchô* 'viagem de negócios'.

As combinações de ideogramas, em especial de ideogramas individuais – resultam em palavras cujo conteúdo semântico não necessariamente equivale à combinação do conteúdo semântico individual dos ideogramas originais – envolvem relações de complementação, modificação, paralelismo, oposição e repetição, como demonstrado a seguir¹¹²:

Quadro 23 - Combinações de ideogramas

Relação	Tipo Ideograma 1	Tipo Ideograma 2	
	N	A	Resultado
Complementação	胃 estômago	弱 fraco	胃弱 dispepsia
	A	N	
	有 existência	害 toxidade	有害 tóxico
	N	V	
	地 terra	震 tremor	地震 terremoto
	V	N	
	降 precipitar	雨 chuva	降雨 precipitação
	V	N	
Modificação I	読 ler	書 escrever	読書 leitura
	A	V	
	博 saber especializado	学 estudo	博学 erudição
	V	V	
	焼 queimar	死 morte	焼死 morte por incineração
	M	V	
	必 Certamente	要 Necessário	必要 Necessário
	M	A	
Modificação II ¹¹³	最 Máximo	高 Alto	最高 Ápice
	A	N	
	幼 infantil/jovem	兒 criança	幼兒 criança pequena
	V	N	
	祝 Celebrar	日 Dia	祝日 Feriado
	N	N	
Paralelismo	茶 Chá	道 Caminho	茶道 Cerimônia do chá
	N	N	
	道 rua	路 caminho	道路 estrada
	A	A	
	巨 enorme	大 grande	巨大 imenso
	V	V	
	増 adicionar	加 somar	増加 aumento

¹¹² Em japonês, 補足 *hosoku*, 修飾 I *shūshoku I*, 修飾 II *shūshoku II*, 並列 *heiretsu*, 対立 *tairitsu* e 反復 *hanpuku*, respectivamente.

¹¹³ Nomura (2001, p. 42) não especifica a distinção entre os dois tipos, mas é possível inferir que Modificação II se limita a casos em que o termo à direita é substantivo (N).

Oposição	N	N	
	左 esquerda	右 direita	左右 esquerda e direita
	A	A	
	高 alto	低 baixo	高低 alto e baixo
	V	V	
	生 viver	死 morrer	生死 vida ou morte
Repetição	段	段	段々 ¹¹⁴

Fonte: Nomura (2001, p. 42).

As palavras de outras origens – *gairaigo* – são, na maioria, derivadas do inglês. Mais de 80% desse grupo tem origem no inglês, mas há palavras com origem no francês, alemão, italiano, russo, português, coreano e outras línguas (SHIDA, 1995). A grafia é, na grande maioria, no silabário *katakana*, com algumas exceções, como o caso de algumas palavras portuguesas derivadas de contatos anteriores com o Japão. No século XVI houve o contato com jesuítas portugueses e comerciantes portugueses e holandeses, o que resultou na entrada de diversas palavras destas línguas, em especial o português, como *tabako* ‘cigarro’, *kappa* ‘capa de chuva’; *juban* ‘roupa de baixo de kimono’; *konpeitô* ‘confeito’¹¹⁵; *pan* ‘pão’ e *kasutera* ‘bolo [de Castella]’¹¹⁶. A difusão deste grupo ocorreu em diversas áreas de especialidade e há também casos de palavras originadas de diferentes línguas, mas semanticamente próximas entrarem em diferentes áreas, como é o caso de *karuta* ‘jogo de cartas’ (português), *kâdo* ‘cartão’ (inglês), *karute* ‘ficha clínica’ (alemão)¹¹⁷. (SHIDA, 1995).

Os *gairaigo* são, na maioria, substantivos e, quando foram assimilados no léxico japonês, tiveram a pronúncia original alterada para se adaptar ao sistema fonético da língua japonesa. Além disso, sofreram algum nível de alteração semântica, como por exemplo, a palavra alemã *arbeit* ‘trabalho’ tornou-se アルバイト *arubaito* ‘trabalho temporário’ (MURAKI, 2004).

¹¹⁴ O segundo ideograma indica repetição do ideograma anterior.

¹¹⁵ Em ideograma: 煙草, 合羽, 襦袢 e 金平糖, respectivamente. Como pode-se verificar, os quatro casos têm escrita ideográfica, mas isso se configura em exceção.

¹¹⁶ No silabário *katakana* パン e カステラ respectivamente.

¹¹⁷ Em silabário *katakana* カルタ, カード e カルテ respectivamente.

Além dos três tipos de palavras, classificadas por origem (palavra japonesa, *kango*, *gairaigo*), há também as palavras mistas (SHIDA, 1995). Estas são palavras compostas criadas pela combinação de duas ou mais palavras de diferentes origens: japonesa com chinesa; chinesa com estrangeira; japonesa com estrangeira ou estrangeira com estrangeira – para palavras oriundas de duas línguas estrangeiras distintas¹¹⁸. As combinações envolvendo palavras estrangeiras possuem escrita mista, envolvendo ideograma e o silabário *katakana*. Já as palavras que são resultantes da combinação entre palavras japonesas e chinesas são escritas em ideograma, mas possuem leitura combinada: leitura japonesa+chinesa¹¹⁹ ou chinesa+japonesa¹²⁰.

3.6 MORA: RÍTMO DA LÍNGUA JAPONESA

Em oposição ao português, que é uma língua de ritmo acentual e silábico, a língua japonesa é definida como de base moraica (JOKO, 2012). Por mora entende-se “a menor unidade de som de que os falantes da língua podem ter consciência” (MUKAI; SUZUKI, 2016, p. 41). Há diferença de ritmo dada pelo número de moras, que implica em diferenças capazes de gerarem par mínimo em um mesmo número de sílabas. Em japonês, o número de sílabas não é igual ao número de moras.

Moras, como constituintes das sílabas, também são definidas como unidades de ritmo da língua. Sílabas podem ser classificadas de acordo com a quantidade de moras que as constituem: sílabas leves são constituídas de uma mora e sílabas pesadas, de duas moras. A mora constitui a unidade primitiva do ritmo da língua, tendo a sílaba como organizadora de moras (DOI, 1997). Os segmentos rítmicos da fala na língua japonesa são organizados em grupos de duas moras, constituindo uma unidade de ritmo. Segmentos de três moras são organizados em dois grupos, de duas e de uma mora (JOKO, 2012). É mais fácil

¹¹⁸ SHIDA (1995) indica que este último tipo de palavra geralmente é criado no Japão.

¹¹⁹ Chamada em japonês de 重箱読み *jûbako yomi*

¹²⁰ Chamada em japonês de 湯桶読み *yutô yomi*.

visualizar as moras pelo sistema de escrita silábico do que pela transliteração em alfabeto:

Quadro 24 - Moras em língua japonesa

a カド	<i>Kado</i>	'esquina'	2 sílabas	2 moras
b カード	<i>Kâdo</i>	'cartão'	2 sílabas	3 moras
c ガカ	<i>gaka</i>	'pintor'	2 sílabas	2 moras
d ガッカ	<i>gakka</i>	'disciplina'	2 sílabas	3 moras
e キヨウ	<i>kiyô</i>	'hábil'	2 sílabas	3 moras
f キョウ	<i>kyô</i>	'hoje'	1 sílaba	2 moras
g カタン	<i>katan</i>	'extremo inferior'	2 sílabas	3 moras
h カンタン	<i>kantan</i>	'simples'	2 sílabas	4 moras

(Elaboração própria)

Há, assim, sílabas com vogais longas (b), sílabas com consoante dobrada (d) e sílabas com mora nasal (h), que resultam em sílabas pesadas, de duas moras. Há também o caso de sílaba iniciada com a semivogal 'Y' se juntar à anterior, formando uma única sílaba e reduzindo o número de moras (f).

3.7 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, apresentamos as características da língua japonesa que devem ser consideradas na análise de formação e redução de termos.

Esclarecemos que a tipologia da língua japonesa propicia uma cadeia de predicação que ocorre sempre da direita para a esquerda.

É válido acrescentar que a escrita japonesa é complexa, e os três sistemas de escrita são utilizados concomitantemente. Há a relação entre sistemas de escrita e origem da palavra: palavras sinojaponesas são escritas em ideograma e palavras estrangeiras de outras origens são escritas no silabário *katakana*, salvo raras exceções. De acordo com a área de conhecimento, é mais

comum haver certos tipos de palavra: palavras de origem chinesa são mais comuns nas áreas de política, economia e estudos culturais.

A compreensão das moras – unidade rítmica da língua japonesa – é relevante para a compreensão de certos mecanismos de redução de palavras japonesas, que se baseiam na estrutura de moras das palavras.

CAPÍTULO 4 — PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 INTRODUÇÃO

Nesta seção, apresentaremos a metodologia aplicada para a análise de Nomes Complexos, realizada no capítulo 5 e para a elaboração da proposta de glossário, apresentado no capítulo 6.

Inicialmente, apresentaremos como foram constituídos os corpora e como foi feita a análise de nomes complexos.

Em relação à elaboração do glossário, aplicamos a abordagem metodológica socioterminológica de Faulstich (1995) e, com isso, descreveremos as decisões tomadas em decorrência do perfil do usuário de nossa obra terminográfica e o modelo de glossário adotado. Assim, serão demonstrados os procedimentos de coleta de dados e as fontes e como é feito o registro dos dados em fichas.

Sobre a etapa do registro terminográfico, evidenciaremos a configuração de macroestrutura, ou seja, a estrutura em que os verbetes são dispostos, bem como há o registro de outras informações relevantes, como apresentação da obra, guia de uso, lista de abreviações, guias de palavras e índices e microestrutura, que é a parte que abriga as informações que compõem os verbetes, como entrada, definição, remissões (HARTMANN; JAMES, 2001).

4.2. ANÁLISE DE NOMES COMPLEXOS

Nesta seção apresentaremos como foi feita a coleta de dados para a criação dos corpora e como foi realizada sua análise.

4.2.1. Coleta de dados

Os corpora utilizados na análise foram baseados nos dados obtidos coleta preliminar de estudos, realizada para delimitar quais instituições serão incluídos na versão final do glossário de entidades de administração pública entre o par linguístico português e japonês, cujo modelo proposto apresentamos nessa tese.

A fonte dos dados são os dispositivos legais que determinam a composição dos ministérios e as instituições a eles subordinadas. Em relação aos 16 ministérios do Brasil, as fontes são as listadas no quadro a seguir:

Quadro 25 - Fontes de dados sobre administração brasileira

Controladoria-Geral da União	Decreto nº 9.681/2019
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Decreto nº 9.667/2019
Ministério da Cidadania	Decreto nº 9.674/2019
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Decreto nº 9.677/2019
Ministério da Defesa	Decreto nº 9.570/2018
Ministério do Desenvolvimento Regional	Decreto nº 9.666/2019
Ministério da Economia	MPV Nº 870/2019
Ministério da Educação	Decreto nº 9.665/2019
Ministério da Infraestrutura	Decreto nº 9.676/2019
Ministério da Justiça e Segurança Pública	Decreto nº 9.662/2019
Ministério do Meio Ambiente	Decreto nº 9.672/2019
Ministério de Minas e Energia	Decreto nº 9.675/2019
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	Decreto 9122/2017 - Decreto 9465/2018
Ministério das Relações Exteriores	Regimento interno MRE
Ministério da Saúde	Decreto 8.901/2016
Ministério do Turismo	Portaria nº 36/2019

Fonte: Brasil (2016, 2017, 2018, 2019, adaptado)

A partir de cada dispositivo legal foram coletados os nomes de instituições, apresentados em seções o art. 2º do Decreto 9.675, que apresenta a estrutura organizacional do Ministério de Minas e Energia, como se vê a seguir:

Art. 2º O Ministério de Minas e Energia tem a seguinte estrutura organizacional:

[...]

III - entidades vinculadas:

a) autarquias:

1. Agência Nacional de Mineração - ANM;
2. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;

e

3. Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

b) empresas públicas:

1. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM;
2. Empresa de Pesquisa Energética - EPE; e

3. Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA; e
- c) sociedades de economia mista:
 1. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras;
 2. Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.;
 3. Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; e
 4. Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP. (BRASIL, 2019)

Como é possível ver, a partir do texto do Art. 2º, foram extraídos tanto os nomes de instituições vinculadas ao Ministério de Minas e Energia como as formas reduzidas – siglas e acrônimos desses nomes.

Os dispositivos legais japoneses, da mesma forma, apresentam as instituições vinculadas aos ministérios. Para o caso das instituições japonesas, as fontes foram as apresentadas a seguir:

Quadro 26 - Fontes de dados sobre instituições japonesas

Ministério de Assuntos Internos e Comunicações	Lei 91/1999
Ministério da Justiça	Lei 93/1999
Ministério de Assuntos Estrangeiros	Lei 94/1999
Ministério das Finanças	Lei 95/1999
Ministério da Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia	Lei 96/1999
Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social	Lei 97/1999
Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas	Lei 98/1999
Ministério das Economia, Comércio e Indústria	Lei 99/1999
Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo	Lei 100/1999
Ministério do Ambiente	Lei 101/1999
Ministério da Defesa	Lei 164/1954

Fonte: Japão (1954, 1999)

A partir das fontes de dados, foram elaboradas 2 listas, contendo nomes de instituições brasileiras e japonesas e suas formas reduzidas. Ao total são 470 itens, sendo 121 Nomes Complexos de instituições brasileiras, 121 reduções de Nomes Complexos de instituições brasileiras, 118 Nomes Complexos de instituições japonesas e 110 reduções de Nomes Complexos de instituições japonesas. As listas de Nomes Complexos de instituições brasileiras e japonesas estão apresentados nos apêndices 4 e 5, respectivamente.

4.2.2 Análise de dados

A análise foi realizada em duas etapas: Na primeira etapa, foi analisada a formação de nomes complexos, tendo como referência o Constructo de Faulstich (2003) e estudos posteriores (SIQUEIRA, 2004; CRUZ, 2009). Assim, para cada língua, buscamos primeiramente identificar quais casos de verificados ocorrem em Nomes Complexos. Após isso, traçamos o perfil de formativos não enquadrados em estudos anteriores. Por último, sistematizamos o perfil de formação de Nomes Complexos da área de Administração Pública do Brasil e do Japão.

Cada Nome Complexo apresentava mais de um formativo, como se vê no exemplo **Agência Nacional de Águas**, que é formado de base **Agência**, com dois argumentos, o formativo adjetivo **Nacional** e o formativo preposicionado **de Águas**, ambos previstos em estudos anteriores. O número de formativos identificados em cada Nome Complexo foi contabilizado em planilha do programa Microsoft Excel.

Na segunda etapa, foi analisada a formação de reduções. Para o caso da língua portuguesa, foi feito o contraste entre os elementos que constituíam cada NC e sua respectiva redução. Assim, com base na definição, apresentada na seção 2.3, identificamos siglas acrônimos. Adicionalmente, analisamos os casos em que havia discrepância entre o NC e a redução, onde verificamos casos de apagamento parcial do NC original e casos de diferença entre o NC e a redução, indicativo de que ocorreu alteração na denominação da instituição que não teve reflexo na redução, como é o caso já apresentado de **Instituto Brasileiro de Turismo** e sua redução **EMBRATUR**.

Para a língua japonesa, a análise de formação de reduções teve uma etapa adicional, em decorrência do fato de serem frequentes as reduções da denominação da instituição em língua inglesa. Assim, foram listadas as denominações em inglês, quando existentes e, com base nessas determinações foi feita a distinção entre formação de siglas e de acrônimos, assim como a verificação de casos de apagamento parcial.

Com base nas análises das duas etapas, foi sintetizado o perfil da formação de NCs da área de Administração Pública das duas línguas e

estabelecido um referencial para harmonização no caso de preenchimento de lacunas de denominações em outra língua.

4.3 ELABORAÇÃO DE GLOSSÁRIO: A ESCOLHA DA ABORDAGEM METODOLÓGICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Utilizamos a Teoria da Variação em Terminologia de Faulstich como embasamento teórico para análise de dados com vistas à variação em terminologia. A Teoria da Variação em Terminologia é uma abordagem da socioterminologia que considera as dimensões de prática do trabalho terminológico e como disciplina descritiva. (FAULSTICH, 1995a). Coadunamos com a autora quando afirma:

Como prática do trabalho terminológico, fundamenta-se na análise das condições de circulação do termo, assentada no funcionamento da linguagem [e como] disciplina descritiva, analisa o termo dentro do uso da comunicação real. Para tanto, utiliza princípios da sociolinguística e da etnografia. A pesquisa socioterminológica envolve a participação de especialista em terminologia, especialista na área de conhecimento em análise e, se necessário, tradutor, especialista em informática e especialista em ciência da informação (FAULSTICH, 1995a, p. 1)

A base metodológica proposta por Faulstich apresenta diversas posturas que validam o trabalho socioterminológico (FAULSTICH, 1998), que explicaremos a seguir, com alguns ajustes para a pesquisa bilíngue em português.

Identificar o usuário do repertório terminológico é a etapa principal, pois o repertório deve servir como fonte real de consulta. Conhecer o usuário implica identificar a sua pragmática linguística e identificar variações. Nesse sentido, deve-se identificar os níveis de linguagem utilizados pelo usuário e as variações que ocorrem dentro da linguagem de especialidade, visto que uma obra terminográfica deve atender adequadamente às necessidades de um tipo específico de consulente. Esta afirmação é válida até mesmo para os dicionários de língua comum. O lexicógrafo Hiroaki Ima (2013), ao relatar o processo de criação do dicionário da língua japonesa Daijirin, organizado por Akira Matsumura, com primeira edição em 1988, afirma que foi necessário levar em

consideração não só os usuários finais do dicionário, estudantes, principalmente, de nível secundário; mas também outros envolvidos na escolha e compra do dicionário, como mães dos estudantes, o que levou à inclusão no repertório de áreas de conhecimento relacionadas ao cotidiano das mães japonesas. O ponto de vista de Lima (2013, p. 230) é de que planejar um dicionário “para todos” é o mesmo que fazer um dicionário que não atende a ninguém.

Para nosso glossário proposto, isso significa atender a um usuário de características específicas. O usuário primário são funcionários de instituições da esfera superior da Administração Pública do Brasil e do Japão. Consideramos que esse tipo de usuário possui características tanto de especialista, no sentido de que possui grande conhecimento da estrutura da administração pública de seu país quanto de leigo, uma vez que o conhecimento não se aplica à administração de outros países. Primariamente utilizam a linguagem escrita formal e, na comunicação interinstitucional, é frequente o uso de siglas e acrônimos, que são variantes dos nomes de instituições.

A adoção de atitude descritiva implica na descrição dos termos dentro do contexto de uso real, identificando as características e quais variantes esses termos podem apresentar.

A consulta a especialistas na área tem a finalidade de validar os termos, conceitos e definições. Nas palavras de Faulstich (1995, p. 2), “o especialista em terminologia, via de regra, não tem pleno domínio do significado dos termos das diversas áreas do conhecimento científico ou tecnológico”, por isso a consulta aos profissionais da área é fundamental. Em nosso caso, o especialista da área é o funcionário que atua na esfera superior da administração pública.

A delimitação do *corpus* determina os dados que comporão a elaboração do repertório terminológico, de modo a recolher e sistematizar os termos. Temos como *corpus* principal a legislação, que determina as atribuições das instituições governamentais e como *corpus* complementar os sites de internet das instituições, que fornecem informações adicionais, como a pormenorização da estruturação hierárquica das instituições.

A seleção de documentação bibliográfica deve levar em consideração o nível de discurso e níveis de linguagem apropriados, assim como o tipo de material necessário, incluindo-se, caso necessário, materiais audiovisuais, por exemplo. Em termos concretos, envolve a linguagem formal da legislação que determina as atribuições de instituições administrativas e a linguagem dos sites das instituições, com nível menor de formalidade, que apresentam informações adicionais, como a organização hierárquica e suas modificações de menor escala, que não necessariamente precisam de determinação legal.

A definição das condições de produção e de recepção do texto científico e técnico envolve “observar os critérios *quem escreve; para quem escreve; com que finalidade; em que situação de fala e de escrita o texto foi produzido, quais as condicionantes da variações e/ou mudanças linguísticas dos termos*” (FAULSTICH, 1998, p. 142). Como apresentamos acima, nosso público alvo utiliza primariamente a comunicação escrita com linguagem formal. Os nomes de instituições são utilizados, na comunicação intra e interinstitucional, na sua forma integral ou reduzida.

O registro de denominações¹²¹ e variáveis pressupõe a aceitação de que há variação em terminologia e esta deve ser registrada em diversos contextos de ocorrência. Em nosso caso, o objeto de estudo são os nomes de instituições de administração pública e as variáveis são reduções: siglas e acrônimos.

A redação de repertórios terminológicos envolve a seleção do tipo de repertório em função dos dados e dos usuários. Em nossa pesquisa, consideramos que o repertório terminológico adequado para satisfazer as necessidades de consulta dos usuários é o glossário bilíngue, com inclusão de definição e da denominação em outra língua.

A abordagem socioterminológica, que vê a linguagem como “instrumento de interação social entre seres humanos, usado com a intenção de estabelecer a comunicação” (FAULSTICH, 1998, p. 144), centraliza os esforços no emprego

¹²¹ No texto original, Faulstich (1998, p. 142) trata do registro de termos. Em adaptação a nosso trabalho, que tem por objeto Nomes Complexos, utilizamos a expressão denominação.

de uma perspectiva descritivista, que analisa as denominações em situações reais de uso. Neste sentido, deve-se dar atenção ao usuário da obra terminográfica, uma vez que é com base no perfil do público-alvo que são tomadas as principais decisões do trabalho final.

A obra terminográfica deve ser orientada de modo a atender às necessidades dos consulentes, consideramos em nossa metodologia diversas modalidades de consulta, ou seja, diversos tipos de informação a serem contempladas, de modo a atender demandas específicas do usuário.

Com base no exposto, apresentaremos o perfil do usuário, as considerações e as decisões decorrentes dessa escolha.

4.3.1 Sobre o perfil do usuário

O usuário que visamos atender com nosso estudo terminográfico são funcionários brasileiros e japoneses da administração pública que atuam na esfera mais elevada do Poder Executivo Federal no Brasil e Nacional no Japão, e que atuem na interface entre os dois países.

Se, por acaso, a delimitação possa apresentar-se como demasiado específica, por outro lado, há fatores que não podem ser ignorados. As duas nações possuem longo histórico de relações pacíficas, sendo parceiros econômicos mutuamente importantes. Em muitos casos, ocorre a intermediação de órgãos governamentais para facilitar o fomento de investimentos do outro país e, assim, são frequentes as comunicações entre instituições de ambos governos. Não obstante, há falta de obra terminográfica específica a essa área, pois as obras bilíngues existentes possuem diversas limitações, como demonstraremos em detalhes mais adiante. Desse modo, verificamos uma demanda clara do perfil do usuário.

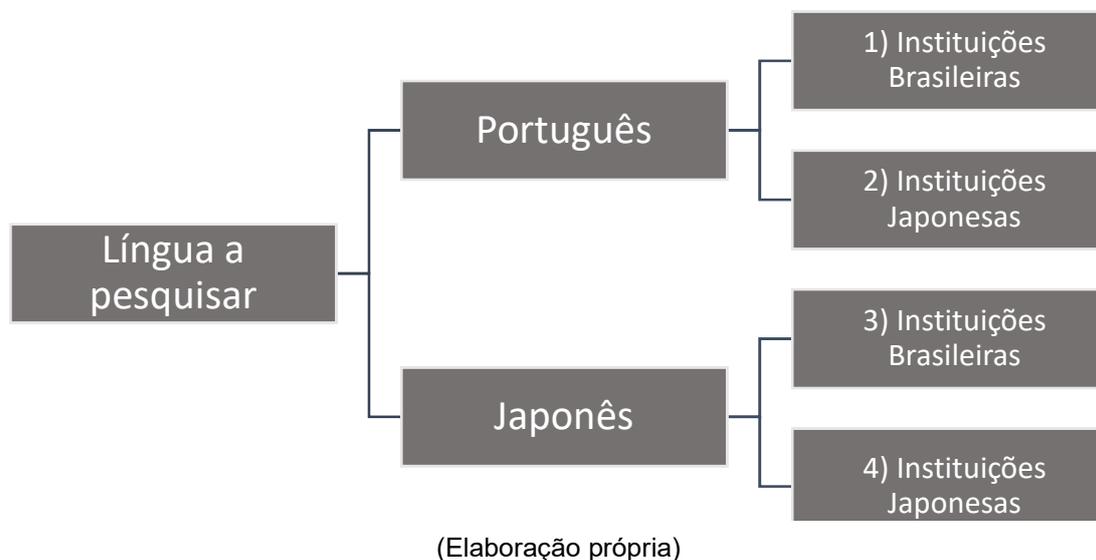
É necessário frisar que a linguagem da área de administração pública constitui uma linguagem de especialidade e o consulente esperado para nossa obra terminográfica, funcionário envolvido na interface entre os dois países, é um especialista da área. Entretanto, a estrutura administrativa e a organização hierárquica entre as instituições dos dois países são distintas. Mesmo que se verifiquem semelhanças entre aspectos pontuais, devemos considerar que um usuário brasileiro talvez não conheça a estrutura japonesa e vice-versa. Neste

sentido, o perfil de usuário é, ao mesmo tempo, de especialista e de leigo. Essa característica torna imprescindível a inclusão da definição das atribuições das instituições na microestrutura. Na seção 4.4.2, discutiremos os elementos constituintes da microestrutura em detalhes.

4.3.2 Tipos de dados

Inicialmente, discorreremos sobre o tipo de informação, aquilo que o consulente busca saber, pois uma obra terminográfica pode atender simultaneamente a diversas demandas. Em relação à língua, trata-se de obra bilíngue, mais especificamente português do Brasil e japonês. Para cada língua, trataremos de instituições brasileiras e japonesas. Isso leva então a quatro situações de pesquisa sobre instituições: 1) brasileiras em português; 2) japonesas em português; 3) brasileiras em japonês e 4) japonesas em japonês. A síntese dessas quatro possibilidades é como se vê a seguir:

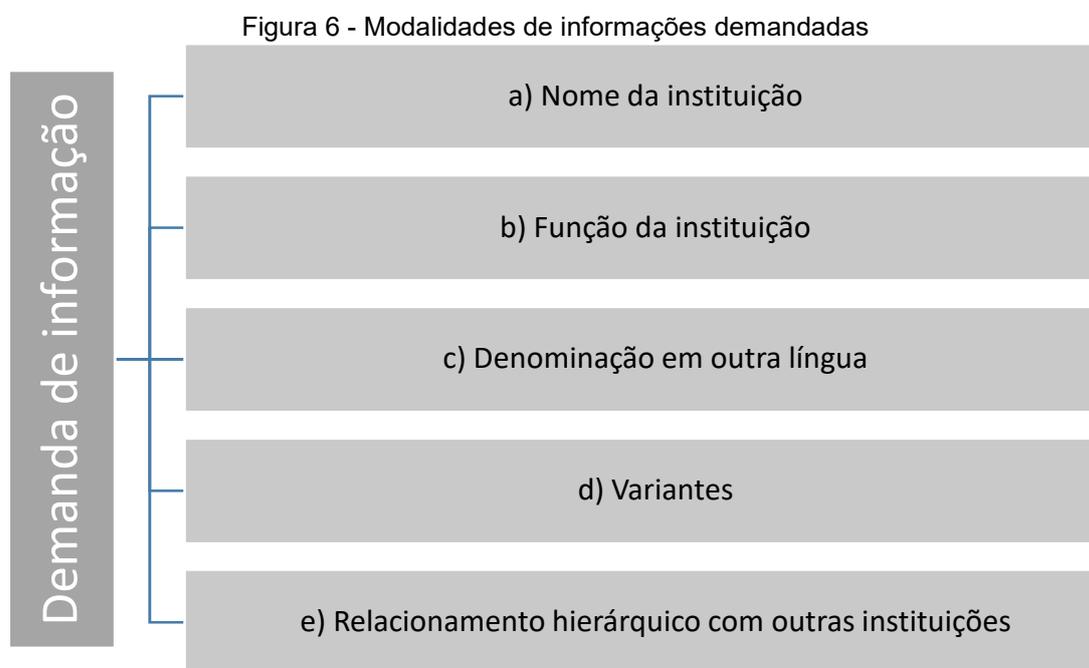
Figura 5 - Situações de pesquisa por língua e país da instituição



A partir das quatro situações acima listadas, consideramos seis tipos de demandas que procuraremos atender para cada situação. Inicialmente, há a) o **nome** e b) a **função de instituições**. O estudo terminográfico envolve duas línguas em interface, logo também é necessário apresentar c) a denominação **em outra língua**. Além disso, d) **variantes**, ou seja, forma abreviada do nome da instituição, sigla ou acrônimo, além de outras informações relevantes. Por último, consideraremos também e) a **relação das instituições dentro de suas**

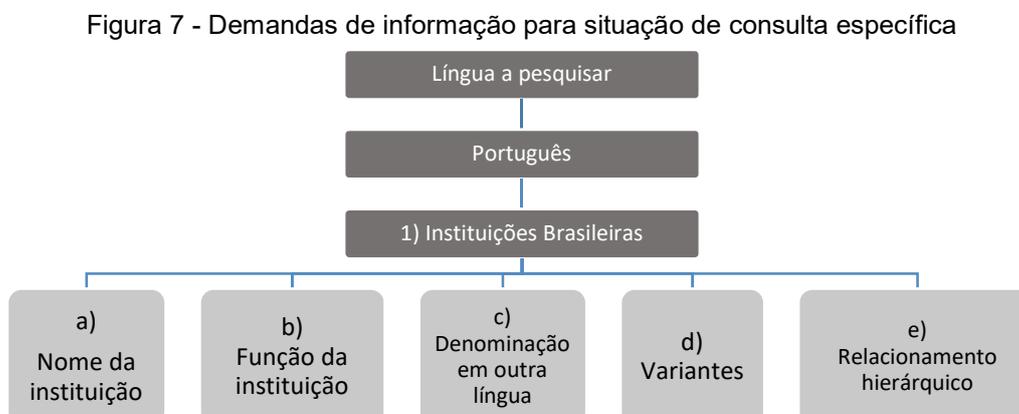
hierarquias, ou seja, a qual instituição está vinculada ou subordinada e quais instituições coordena.

Com base no apresentado, sintetizamos, na figura a seguir, as seis modalidades de demandas que esperamos atender:



(Elaboração própria)

Estas modalidades de demanda de informação devem estar disponíveis em todas as situações de consulta. Evidenciamos a seguir, exemplo de combinação das situações de consulta com modalidades de demanda para o primeiro caso, situação em que a consulta é sobre instituições brasileiras em português:



(Elaboração própria)

As estruturas administrativas do Brasil e do Japão são diferentes, o que leva a distintos esquemas de consulta em nosso estudo. No caso do Brasil, a organização de dados será feita em administração direta e administração indireta. No caso do Japão, será feita em administração direta, órgão externo e entidade administrativa independente¹²².

Tanto no Brasil quanto no Japão, as instituições da administração indireta são vinculadas às da administração direta. Assim, as entidades de administração indireta estão em relação de subordinação aos ministérios. No Japão, da mesma maneira, as entidades administrativas independentes estão subordinadas aos ministérios, o que terá influência na organização da macroestrutura da obra terminográfica. Na seção seguinte, explicaremos em detalhes a estrutura dos dois países.

Os cinco tipos de informações previstas nas demandas de informação levam a casos de consulta específicos, de acordo com o fato de o consultante saber ou não a que ministério a entidade em questão está vinculada. Porém, se souber o nome da instituição, mas não souber o vínculo, ou seja, a qual instituição está subordinada, a localização será feita por um índice, incluído no final da obra. Se souber o vínculo, espera-se que a hierarquia¹²³ ajude a localizar a entrada instituição.

Com base no nome da instituição específica, é possível localizar as informações inclusas na microestrutura: variante, sigla ou acrônimo,

¹²² Entidades administrativas independentes são estabelecidas por lei (Lei 103 de 1999), com definição de nome, objetivos e atribuições (art. 1) identificados em leis próprias (art. 1, § 2º). Os objetivos individuais destas entidades são orientados pelo objetivo maior de atuarem em 'assuntos públicos', ou seja, em benefício dos cidadãos japoneses e da estabilidade da sociedade econômica japonesa, em que não seja imprescindível o governo nacional atuar diretamente, mas haja risco de a sociedade não atuar ou de ocorrer monopólio (art. 2º). São classificadas em Entidades de gestão de metas de médio prazo (中期目標管理法人 *chûki mokuhyô kanri hôjin*), entidades nacionais de pesquisa e desenvolvimento (国立研究開発法人 *kokuritsu kenkyû kaihatsu hôjin*) e entidades de execução administrativa (行政執行法人 *gyôsei shikkô hôjin*).

¹²³ A macroestrutura é organizada em duas modalidades: sistemática e alfabética. Sistemática, por organizar as entidades em subordinação a ministérios específicos. Cada entidade maior, como por exemplo a Embratur – que está vinculada ao Ministério do turismo – terá uma subseção, onde os órgãos dela, como a Diretoria de Marketing e Relações Públicas estarão relacionados alfabeticamente. A organização de dados na macroestrutura será discutida detalhadamente na seção 4.4.2.

denominação em outra língua e função, essa última disponibilizada no texto definitório.

Informações adicionais, como relação hierárquica da instituição serão detalhadas na seção 4.4.2.

4.3.3 Delimitação do *corpus*

O *corpus* deve ser selecionado de acordo com o perfil de usuário. Como já relatamos antes, o usuário possui perfil duplo, de especialista e leigo, em relação ao próprio país e ao outro, respectivamente. Com base nisso, consideramos essenciais as informações a) nome da instituição; b) função da instituição; c) denominação em outra língua; d) variantes, incluindo-se siglas e acrônimos; e e) relacionamento hierárquico.

Além disso, devemos considerar o nível de linguagem utilizado pelo usuário. Os funcionários envolvidos na comunicação de caráter oficial, demonstram visão de mundo refletida na administração pública, o que exige linguagem textual de maior formalidade. Utilizamos fontes legais, uma vez que são os dispositivos legais, tais como leis e decretos, que definem funções, competências e estruturação hierárquica de instituições oficiais.

A partir dessas considerações, estabelecemos a delimitação das entidades que serão consideradas para a inclusão no *corpus*, no sentido de obter o recorte mais adequado. A primeira delimitação, já estabelecida, é o pertencimento ao Poder Executivo, o que exclui, assim, entidades do Poder Legislativo e Judiciário.

O Brasil é uma República Federativa, com o Poder Executivo chefiado pelo Presidente da república, auxiliado pelos Ministros de Estado. Desde o advento da República, todas as Constituições, desde a de 1891, primeira Constituição do Brasil como república, preservaram o princípio da divisão dos três poderes: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário (BONAVIDE, 2005). A administração brasileira é executada pelo ramo Executivo dos três poderes, e opera em três níveis: federal, estadual e municipal.

No Brasil, o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado¹²⁴. Há, entretanto, Ministros de Estado que não são vinculados ao Poder Executivo, como o Advogado-Geral da União¹²⁵.

Como já mencionamos, nosso estudo se limita ao Poder Executivo, não incluímos entidades de outros Poderes e nos limitamos à administração federal¹²⁶. A estrutura da administração federal é definida pelo Art. 4º do Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e compreende a administração direta, “que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios¹²⁷” e indireta, que compreende entidades dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas¹²⁸ e “vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade”¹²⁹. Nesta pesquisa, delimitamos a Administração Indireta apenas aos órgãos e as entidades apresentadas pelos próprios Ministérios.

A base principal para a delimitação das atribuições e limitações do Poder Executivo é a legislação, em especial a Constituição Federal de 1988 e leis complementares específicas que regulamentam ministérios e agências governamentais relacionadas. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Poder Executivo é controlado pelo presidente da república, que é auxiliado pelos ministros de estado, por ele designados:

Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

Art. 87. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

¹²⁴ BRASIL. Constituição Federal, art. 76.

¹²⁵ BRASI. Lei 13.502, art. 22, incisos II a VII.

¹²⁶ Se considerarmos que o usuário atua na interface entre países e esta ocorre, na maioria, em nível nacional e não regional – o que implica dizer a esfera federal no Brasil e o governo central no Japão – não há, a priori, necessidade de incluir as esferas menores. Como o Brasil possui 27 estados e o Japão 47 províncias, a inclusão de todas as entidades destas esferas administrativas implicaria a adição de possivelmente milhares de entradas, cuja necessidade é questionável, pelo tempo demandado para a coleta, análise e registro de dados.

¹²⁷ BRASIL. Decreto-Lei Nº 200, art. 4º inciso I.

¹²⁸ BRASIL. Decreto-Lei Nº 200, art. 4º inciso II, a-d.

¹²⁹ BRASIL. Decreto-Lei Nº 200, parágrafo único.

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;
II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos; (BRASIL, 1988).

Art. 88. A lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios. (BRASIL, 1988, *passim*).

A Constituição não delimita o número ou nome dos Ministérios, e a criação ou extinção destes é determinada por leis específicas para esse fim. Da mesma forma, a denominação, a estruturação e as atribuições dos Ministérios e agências vinculadas a estes, tanto da administração direta ou indireta, são definidas por leis federais. Quando necessário, a organização interna é definida complementarmente por regimento interno elaborado pelo ministério em questão.

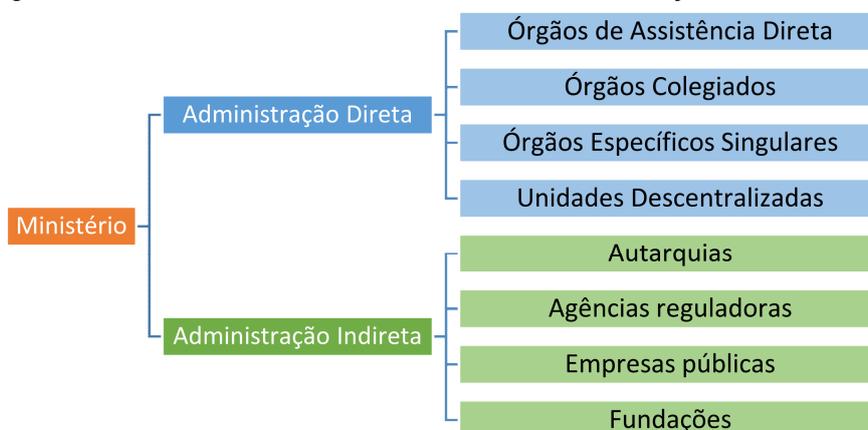
A administração direta “se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios”.¹³⁰ A administração direta é assim especificada no art. 76º da Constituição Federal de 1988.

A administração indireta é composta por “órgãos de personalidade jurídica própria, mas que desempenham funções do Estado de maneira descentralizada e em todas as esferas – federal, estadual, distrital e municipal” (BRASIL, 2017). Entre as entidades que compõem a administração indireta, há autarquias, fundações públicas, empresas públicas e agências executivas e reguladoras¹³¹, cujos funcionários são servidores públicos. A estrutura da administração direta e indireta pode ser sintetizada conforme pode ser observado a seguir:

¹³⁰ BRASIL. Decreto-Lei Nº 200, art. 4º inciso I

¹³¹ BRASIL. Decreto-Lei Nº 200, art. 4º inciso II

Figura 8 - Ministérios brasileiros e estrutura de administração direta e indireta



(Elaboração própria)

Na administração atual – ano de 2019 – há dezesseis ministérios¹³², que constituem a parte superior da administração direta¹³³. Dentro dos ministérios, há órgãos e conselhos vinculados diretamente. Há também agências externas, subordinadas aos ministérios, encarregadas da administração indireta.

Na administração direta, sob o comando de um ministério, há órgãos de assistência direta, órgãos colegiados, órgãos específicos singulares e unidades descentralizadas. Na administração indireta há, subordinadas a um ministério, autarquias, empresas públicas e fundações.

Nosso glossário será elaborado respeitando essa relação de subordinação, incluindo as agências como subseções dos ministérios. Assim, as seções relacionadas ao Brasil serão divididas em ministérios, alfabeticamente ordenados:

Quadro 27 - Seções do Glossário: Ministérios do Brasil

Seção 1	CGU	Controladoria Geral da União
Seção 2	MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Seção 3	MC	Ministério da Cidadania
Seção 4	MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Comunicação e Inovações

¹³² Não incluímos, em nossa Tese, órgãos que são considerados equivalentes a ministérios. Assim, das 22 pastas ministeriais vigentes em 2019, não foram incluídos: Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria-Geral da Presidência da República, Advocacia-Geral da União, Banco Central do Brasil, Casa Civil da Presidência da República e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

¹³³ Essa composição ministerial é definida pela Medida Provisória 870, de 1º de janeiro de 2019, atualmente em vigor e em tramitação na Câmara dos Deputados, podendo sofrer alterações.

Seção 5	MD	Ministério da Defesa
Seção 6	MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
Seção 7	ME	Ministério da Economia
Seção 8	MEC	Ministério da Educação
Seção 9	MI	Ministério da Infraestrutura
Seção 10	MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
Seção 11	MMA	Ministério do Meio Ambiente
Seção 12	MME	Ministério de Minas e Energia
Seção 13	MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Seção 14	MRE	Ministério das Relações Exteriores
Seção 15	MS	Ministério da Saúde
Seção 16	MTUR	Ministério do Turismo

Fonte: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL (2019, adaptado)

Dentro de cada seção, as agências subordinadas serão incluídas em subseções alfabeticamente ordenadas:

Quadro 28 - Subseções do Glossário: entidades subordinadas ao MAPA

Seção 1	MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Subseção 1	CEASA-MINAS	Central de Abastecimento de Minas Gerais SA
Subseção 2	CASEGMG	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
Subseção 3	CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
Subseção 4	CNAB	Companhia Nacional de Abastecimento
Subseção 5	EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Subseção 6	INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Subseção 7	INMET	Instituto Nacional de Meteorologia

Fonte: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (2019, adaptado)

A organização das instituições japonesas é semelhante, com a diferença de haver mais um tipo de entidade a ser considerada, como veremos adiante.

O Japão é uma Monarquia Constitucional, com o poder executivo chefiado pelo Primeiro-Ministro. Antes da Era Meiji¹³⁴, o Japão fechou as fronteiras ao mundo exterior, com exceção de pequenos pontos de acesso em Nagasaki, onde se manteve comércio com holandeses e chineses (JANSEN, 2008). Em 1853, Mathew Perry, Comodoro da Marinha dos Estados Unidos, chegou ao Japão conduzindo uma frota de navios e coagiu o governo japonês à

¹³⁴ 1867-1912.

abertura do país. Assim, em 1854, foram abertos os portos, fechados desde 1639 e, em 1859, reiniciou-se o comércio com o exterior (BEASLEY, 2008).

Com o advento da Era Meiji, o Japão adentrou abruptamente na era moderna. Foi um período de mudanças, em que o país buscou modernizar-se rapidamente com o objetivo de se integrar à Comunidade Internacional sem estar em posição de desvantagem em relação às nações mais poderosas da época, temeroso de que ocorresse o mesmo que a China, que na época foi forçada a firmar acordos comerciais com a Grã-Bretanha em termos desiguais (BEASLEY, 2008). Para isso, alterou drasticamente o sistema de administração e incorporou conhecimentos obtidos por emissários enviados a diversas partes da Europa, que apresentaram diversos modelos. O modelo constitucional que mais interessou ao Japão foi o da Prússia (QUIGLEY, 1947). A partir desse, foi elaborada a primeira constituição moderna do Japão, a Constituição Meiji, de 1889¹³⁵. Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão adotou uma nova Constituição, atualmente vigente. Em ambas as Constituições, foi respeitado o princípio da divisão dos três poderes: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário¹³⁶.

A administração japonesa é executada pelo ramo Executivo dos três poderes, e opera em três níveis: nação, províncias e cidades. As atribuições do Poder Executivo japonês são determinadas por leis, em especial a Constituição do Japão, de 1947, além de leis específicas a ministérios e agências governamentais relacionadas.

De acordo com a Constituição japonesa, o Poder Executivo é controlado pelo Primeiro-Ministro, que é auxiliado pelos ministros de estado, por ele designados:

Art. 65º. O Poder Executivo será investido ao Gabinete.

Art. 66º. O Gabinete Oficial consistirá do Primeiro-Ministro, que será seu chefe, e outros Ministros de Estado, como estabelecido em Lei.

O Primeiro-Ministro e outros Ministros devem ser civis. O Gabinete, no

¹³⁵ Também denominada 'Constituição do Grande Império do Japão', que vigorou entre 1889 e 1947.

¹³⁶ Com a reserva de que, na Constituição Meiji, o Imperador tinha controle sobre os três poderes. Como cada poder era exercido em última instância pelo Imperador ou em nome dele, o princípio da divisão dos poderes era apenas formalmente previsto.

exercício do Poder Executivo, deve ser coletivamente responsável perante a Dieta.

[...]

Art. 68º. O Primeiro-Ministro deve nomear os Ministros de Estado. Entretanto, a maioria de seu número deve ser escolhido dentre os membros da Dieta.

O Primeiro-Ministro pode remover os Ministros de Estado como decidir. (JAPÃO, Constituição do Japão, 1947, passim)¹³⁷.

O número de ministérios foi limitado pela Reforma da Administração Central de 2001 a 12 ministérios sob o controle do Gabinete Oficial¹³⁸, órgão central comandado pelo primeiro-ministro (JAPÃO, 2014).

Na estrutura atual, os ministérios são:

Quadro 29 - Ministérios do Japão

Nome em japonês	Nome em português
内閣府 ¹³⁹	Gabinete Oficial
総務省	Ministério de Assuntos Internos e Comunicações
法務省	Ministério da Justiça
外務省	Ministério de Assuntos Estrangeiros
財務省	Ministérios das Finanças
文部科学省	Ministério da Educação, Cultura, Desporte, Ciência e Tecnologia
厚生労働省	Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social
農林水産省	Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas
経済産業省	Ministério das Economia, Comércio e Indústria
国土交通省	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo
環境省	Ministério do Ambiente
防衛省	Ministério da Defesa

Fonte: GABINETE OFICIAL DO PRIMEIRO MINISTRO DO JAPÃO (2014)

¹³⁷ Em inglês:

Article 65. Executive power shall be vested in the Cabinet.

Article 66. The Cabinet shall consist of the Prime Minister, who shall be its head, and other Ministers of State, as provided for by law.

The Prime Minister and other Ministers of State must be civilians.

The Cabinet, in the exercise of executive power, shall be collectively responsible to the Diet.

Article 68. The Prime Minister shall appoint the Ministers of State. However, a majority of their number must be chosen from among the members of the Diet.

The Prime Minister may remove the Ministers of State as he chooses (tradução nossa).

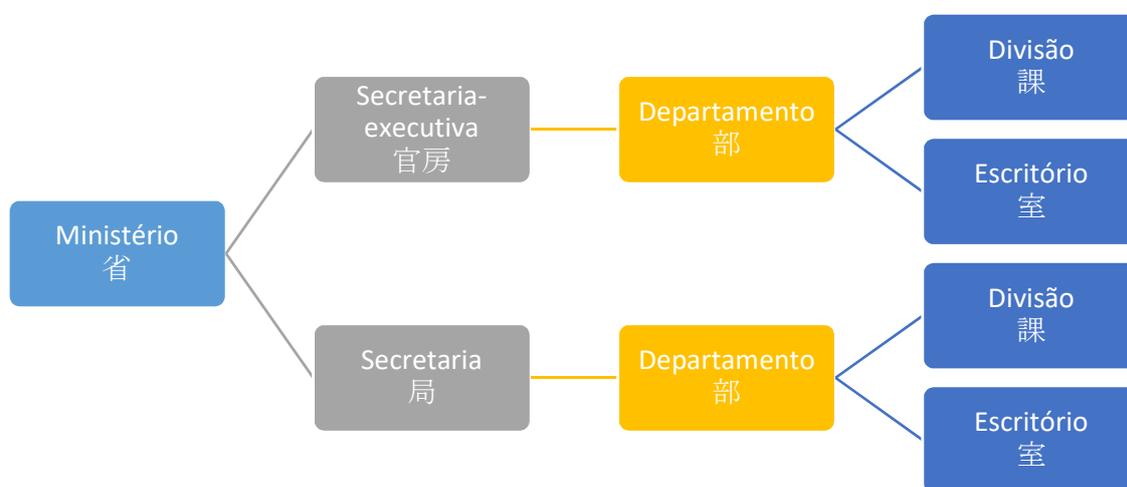
¹³⁸ Em japonês 内閣府 *naikakufu* (tradução da Embaixada do Japão no Brasil)

¹³⁹ As leituras são, respectivamente, *Naikaku fu*, *Sômu Shô*; *Hômu Shô*; *Gaimu Shô*; *Zaimu Shô*; *Monbu Kagaku Shô*; *Kôsei Rôdô Shô*; *Nôrin Suisan Shô*; *Keizai Sangyô Shô*; *Kokudo Kôtsû Shô*; *Kankyô Shô*; *Bôei Shô*.

Na administração atual (no ano de 2019), há 11 ministérios além do gabinete, este sob controle direto do primeiro-ministro e há diversas pastas ministeriais especiais, delegadas a pessoas que assumem o cargo de Ministro de Estado responsável por função especial¹⁴⁰. Essas pastas ministeriais são, em geral, confiadas a ministros que já chefiam outros ministérios e também não implicam na criação de órgãos específicos. Dessa forma, as Pastas Ministeriais Especiais não serão abrangidas neste estudo.

A administração direta é realizada pelo primeiro-ministro, encabeçando o Gabinete Oficial, e pelos ministérios. Os órgãos internos de ministérios e agências japoneses são: Secretaria-Executiva¹⁴¹, Comissões¹⁴², Secretarias, Departamentos, Divisões e Escritórios¹⁴³, como determinado pelo artigo 7 e parágrafos seguintes da Lei 120 de 1948 – Lei da Organização Governamental Nacional¹⁴⁴. Há uma relação de hierarquia entre alguns desses: divisões e escritórios são subordinados a departamentos que, por sua vez, são subordinados a secretarias, como ilustrado a seguir:

Figura 9 - Subdivisão da administração direta japonesa



Fonte: JAPÃO. Lei nº120 de 1948, art. 7º, parágrafos 2-7 (1948)

¹⁴⁰ Em Japonês 特命担当大臣 *tokumei tantô daijin* (tradução nossa).

¹⁴¹ Em japonês 官房 *kanbô*, (tradução nossa).

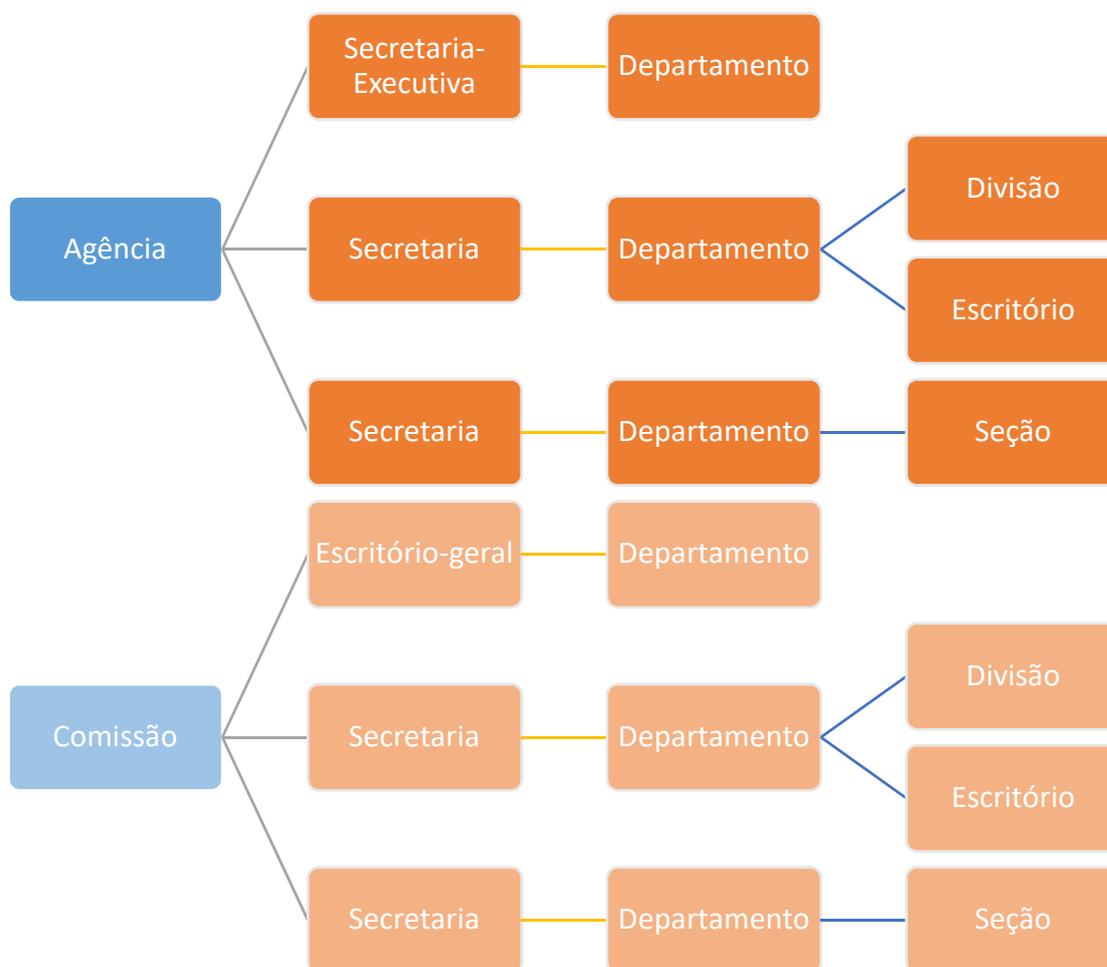
¹⁴² Em japonês 委員会 *i'inkai* (tradução nossa).

¹⁴³ Em japonês 局 *kyoku* 部 *bu*, 課 *ka* e 室 *shitsu*, respectivamente (tradução nossa).

¹⁴⁴ Em japonês 国家行政組織法 *kokka gyôsei soshiki hô* (tradução nossa).

Há também agências externas, subordinadas aos ministérios: comissões e agências, que executam ou coordenam parte da administração indireta¹⁴⁵. A figura do órgão externo é determinada pela Lei 120 de 1948 – Lei da Organização Governamental Nacional e a Lei 103 de 10 de junho de 1998, artigo 10º – Lei Base da Reforma dos Ministérios Centrais¹⁴⁶. Assim como ministérios, as agências são internamente constituídas de Secretaria-Executiva, Departamentos, Divisões e Escritórios:

Figura 10 - Subdivisão da administração indireta japonesa



Fonte: JAPÃO. Lei nº120 de 1948, art. 7º, parágrafos 2-7 (1948)

¹⁴⁵ A lei japonesa não utiliza os termos administração direta e indireta. Em analogia à legislação brasileira, adotamos classificar ministérios como administração direta e outros órgãos como administração indireta, de modo a uniformizar a apresentação de dados.

¹⁴⁶ Em japonês 中央省庁等改革基本法 *chûô shôchôtô kaikaku kihon hô* (tradução nossa).

Na administração indireta, diversas atribuições passaram a ser cumpridas por uma nova modalidade de agência, não mais integrada à administração direta, mas ainda subordinada a ministérios: as entidades administrativas independentes¹⁴⁷.

A figura das entidades administrativas independentes é estabelecida por lei (Lei 103 de 1999¹⁴⁸), com definição de nome, objetivos e atribuições (art. 1) identificados em leis próprias (art. 1, §2º), como a Lei da Agência Japonesa de Cooperação Internacional¹⁴⁹ (Lei nº 136 de 2002). Os objetivos individuais destas entidades são orientados pelo propósito maior de atuarem em “assuntos públicos”¹⁵⁰, ou seja, em benefício dos cidadãos japoneses e da estabilidade da sociedade econômica japonesa, em que não seja imprescindível o governo nacional atuar diretamente, mas que haja o risco de entidades da sociedade civil não atuarem espontaneamente ou de ocorrer monopólio (Lei 103, de 1999, art. 2º). São classificadas em **entidades¹⁵¹ de gestão de metas de médio prazo¹⁵², entidades nacionais de pesquisa e desenvolvimento¹⁵³ e entidades de execução administrativa¹⁵⁴**. Atualmente há 87 entidades administrativas independentes, sob a jurisdição do Gabinete Oficial e dos Ministérios.

A seção japonesa do glossário será elaborada respeitando essa relação de subordinação, incluindo as agências, comissões e entidades administrativas independentes como subseções dos ministérios. Assim, as seções relacionadas ao Japão serão divididas em ministérios, alfabeticamente ordenados:

Quadro 30 - Seções do Glossário: Ministérios do Japão¹⁵⁵

Seção 1	MAFF	Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas
Seção 2	MIC	Ministério de Assuntos Internos e Comunicações
Seção 3	MOE	Ministério do Ambiente

¹⁴⁷ Em japonês 独立行政法人 *dokuritsu gyōsei hōjin*.

¹⁴⁸ Disponível em <http://elaws.e-gov.go.jp/search/lsg0500/detail?lawId=411AC000000103/search/elawsSearch/elaws>.

¹⁴⁹ Em japonês 国際協力機構法 *Kokusai Kyōryoku Kikō Hō* (tradução nossa).

¹⁵⁰ Em japonês 公共上の事務 *kōkyōjō no jimu* (tradução nossa).

¹⁵¹ O termo 法人 *hōjin* normalmente é traduzido como ‘entidade jurídica’ ou ‘pessoa jurídica’ (MORI; NINOMIYA, 2001). Neste estudo, optamos por traduzir como ‘instituições’ de modo a manter coerência com a tradução de 独立行政法人 *Dokuritsu gyōsei hōjin* ‘Entidades administrativas independentes’.

¹⁵² Em japonês 中期目標管理法 *Chūki mokuhyō kanri hōjin* (tradução nossa).

¹⁵³ Em japonês 国立研究開発法人 *Kokuritsu kenkyū kaihatsu hōjin* (tradução nossa).

¹⁵⁴ Em japonês 行政執行法人 *Gyōsei shikkō hōjin* (tradução nossa).

¹⁵⁵ Denominações em português de elaboração nossa para essa pesquisa.

Seção 4	MOFA	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Seção 5	MOD	Ministério da Defesa
Seção 6	METI	Ministério das Economia, Comércio e Indústria
Seção 7	MEXT	Ministério da Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
Seção 8	MOF	Ministérios das Finanças
Seção 9	MOJ	Ministério da Justiça
Seção 10	MHLW	Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social
Seção 11	MLIT	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo

(Elaboração própria)

Dentro de cada seção, as agências subordinadas serão incluídas em subseções alfabeticamente ordenadas:

Quadro 31 - Subseções do Glossário: Ministério das Finanças¹⁵⁶

Seção 2	MOF	Ministério das Finanças
Subseção 1	FDMA	Agência de Gestão de Incêndios e Desastres
Subseção 2	NSTAC	Centro Nacional de Estatísticas
Subseção 3	EDCC	Comissão de Coordenação de Disputas Ambientais
Subseção 4	NICT	Instituto Nacional de Tecnologias de Comunicação e Informação
Subseção 5		Organização para Poupança postal, seguro postal e rede de correios ¹⁵⁷

(Elaboração própria)

Como vemos pelas estruturas apresentadas, a vinculação das entidades da administração direta e indireta a ministérios específicos justifica a organização dos dados centralizados em ministérios, o que traz efeitos na configuração da macroestrutura, mais especificamente no ordenamento de entradas. A discussão detalhada sobre o ordenamento será realizada na seção 4.4.2 desta tese.

A partir do exposto acima, estabelecemos, com base no perfil do usuário, tipos de dados, nível de linguagem a ser utilizada e recorte de dados adequado. Assim, nesta pesquisa, definimos como *corpus* 1) a legislação pertinente à definição de atribuições, competências e estruturação hierárquica de instituições

¹⁵⁶ Denominações em português de elaboração nossa para essa pesquisa.

¹⁵⁷ Em consulta direta à instituição, constatamos que não há sigla ou acrônimo oficial. Para as instituições japonesas, verificamos o padrão de utilizar o equivalente em inglês como base para o acrônimo (ver seção 3.3), o que resultaria, neste caso em OPSPLIPON. Uma alternativa a essa sigla seria a redução do nome em japonês, que é utilizada no site da instituição, YUCHOKAMPO. Ambas alternativas serão futuramente apresentadas à instituição em questão, no momento da composição da seção do glossário pertinente.

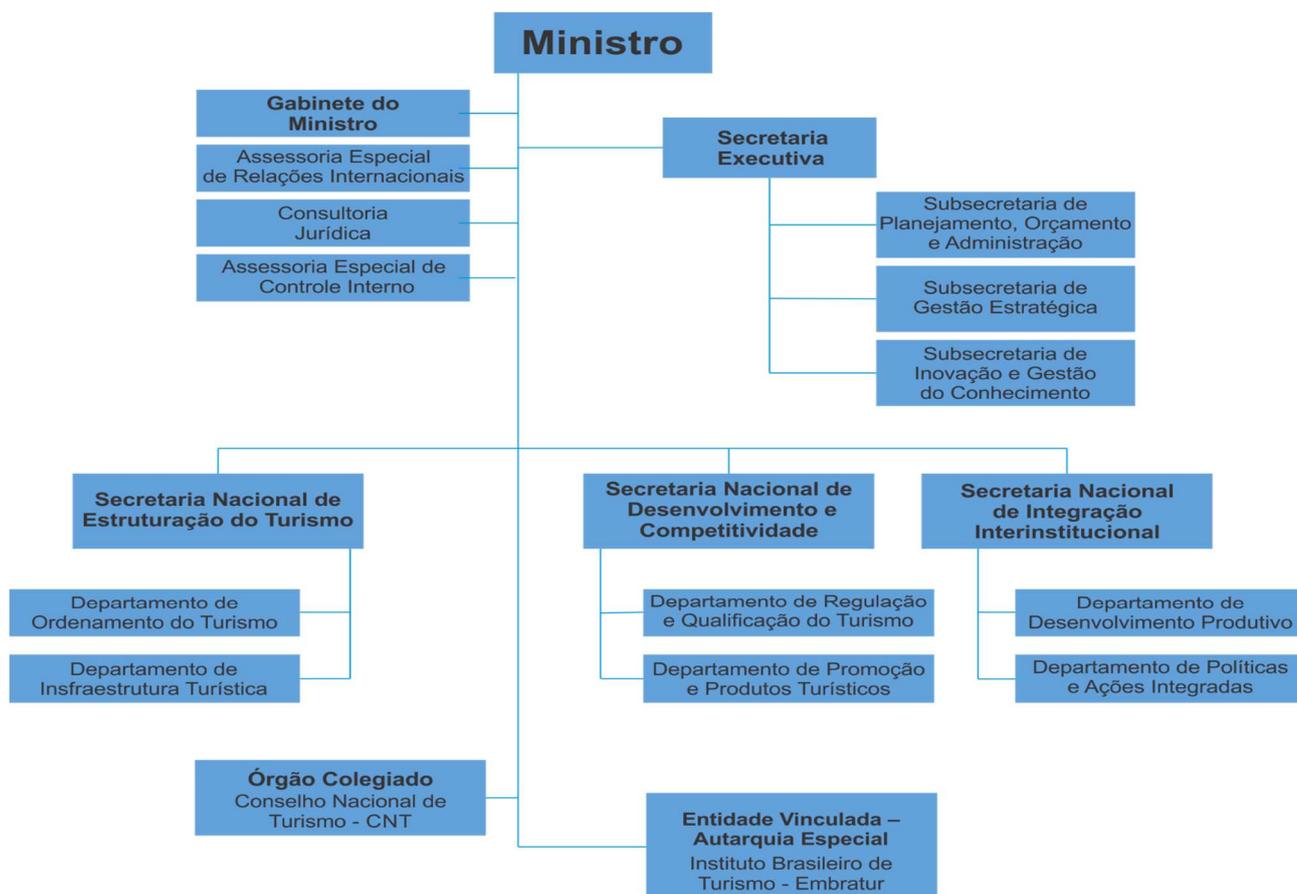
oficiais e 2) informações sobre as instituições disponibilizadas oficialmente em seus *sites* oficiais.

4.3.4 Fontes de dados

As fontes dos dados, conforme discorremos acima, são a lei e as páginas de internet. Devido à facilidade de acesso, buscou-se o meio digital como formatação primária. O nível de discurso da primeira fonte tem proximidade com o discurso jurídico, no que se refere à definição das funções das entidades e abriga também a terminologia específica às instituições a que a lei se refere. Já as páginas de internet possuem um nível de discurso, ainda que formal, é menos específico que o jurídico, por serem a janela de comunicação com a população geral.

As páginas das instituições, por sua vez, disponibilizam organogramas, que permitem, identificar, com facilidade, como as instituições se relacionam hierarquicamente:

Figura 11 - Organograma do Ministério do Turismo do Brasil



Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL. Organograma (adaptado) (2019)

Outro tipo de informação que pode ser obtida nos *sites* é a redução de nomes de instituições, siglas e acrônimos. Além disso, como há a possibilidade de alterações, decorrentes de mudanças em regimento interno, terem efeito na estruturação interna de uma entidade, pelas páginas é possível obter informações mais atualizadas. É necessário, entretanto, atentar-se ao fato de que as informações de organogramas são simplificadas. Por exemplo, a pesquisa realizada na página do Ministério sobre a Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo possibilita identificar subdivisões do Departamento de Ordenamento do Turismo desta secretaria, não apresentadas no organograma, marcadas dentro do retângulo vermelho na figura a seguir:

Figura 12 - Página do Ministério do Turismo do Brasil

Últimas notícias
Agenda Oficial
Investe Turismo
Estatísticas do Setor
Plano Nacional do Turismo
Mapa do Turismo Brasileiro
Rede de Inteligência de Mercado
FUNGETUR
Cadastur
Prêmio Nacional do Turismo
SIACOR

Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (SNETur)

Publicado: Quarta, 13 de Janeiro de 2016, 19h31 | Última atualização em Terça, 05 de Fevereiro de 2019, 16h06

Tweetar
Curtir 5 Compartilhar

A Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo é responsável pelo ordenamento e planejamento territorial turístico; apoio à implantação de infraestrutura turística; melhoria de ambiente jurídico para o ordenamento e desenvolvimento das regiões turísticas; atração de investimentos e articulações de linhas de créditos para o turismo.

Secretaria nacional de Estruturação do Turismo
Gabinete da Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo

Dep. de Ordenamento do Turismo

- Coord. Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo
- Coord. de Articulação e Fortalecimento Institucional do Turismo
- Coord. de Mapeamento Territorial do Turismo
- Coord. Geral de Planejamento Territorial do Turismo
- Coord. de Apoio a Elaboração de Planos de Desenvolvimento do Turismo
- Coord. de Apoio a Programas de Desenvolvimento do Turismo
- Coord. Geral de Fomento ao Empreendedorismo, Atração de Investimentos e Fungetur
- Coord. de Fomento ao Empreendedorismo.
- Coord. Geral de Atração de Investimentos
- Coord. de Apoio Técnico às Ações de Crédito e ao Fungetur

ACESSO À INFORMAÇÃO

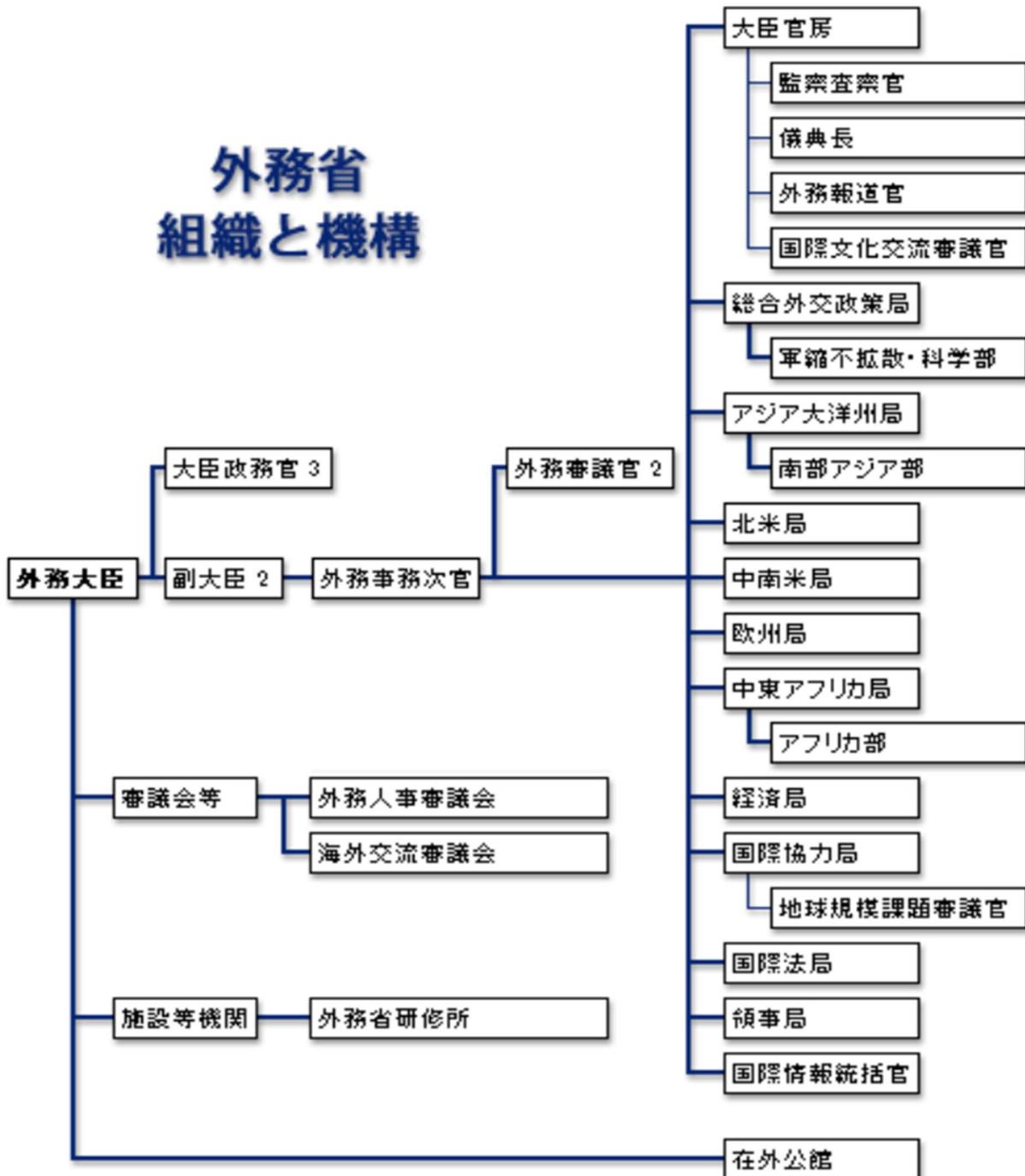
Institucional

- Gabinete do Ministro
- Secretaria Executiva
- Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo

Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL. Página SNETur (grifo nosso) (2018)

Da mesma forma que ocorre no Brasil, os sites de instituições japonesas disponibilizam informações como organogramas:

Figura 13 - Organograma do Ministério de Assuntos Estrangeiros do Japão



Fonte: MINISTÉRIO DE ASSUNTOS ESTRANGEIROS DO JAPÃO. Homepage (2018)

4.4 REGISTRO DE DADOS

O registro de dados é a etapa indispensável à geração do glossário terminológico. Foram extraídos os nomes complexos – os nomes das instituições – da base de dados, composta pela legislação e pelos sítios oficiais da internet. Com os mesmos dados, coletamos também as informações necessárias à criação do texto definitório em ambas as línguas. Os dados são então compilados em fichas terminológicas.

4.4.1 Fichas terminológicas

A ficha terminológica é constituída de diversos campos, na qual são registradas as informações relevantes para o registro dos termos. O conteúdo da ficha terminológica está relacionado ao contido no verbete, ou seja, as decisões sobre a estrutura de uma ficha terminológica são dependentes do tipo de informação que é incluído no verbete que, por sua vez, é estruturado, como dissemos antes, com base no perfil de usuário.

A respeito da relação entre verbete e ficha terminológica, constatamos que não é uma relação de igualdade. Todas as informações do verbete provêm da ficha, mas nem tudo que está na ficha é passado ao verbete (KRIEGER; FINATTO, 2004).

Faulstich (1995a, 2001b) apresenta um modelo de ficha para registro em pesquisa socioterminológica. Este modelo de ficha, que permite o adequado registro de variantes e suas subdivisões, será utilizado em nosso trabalho, adaptado.

Os campos de uma ficha terminológica devem ser todos preenchidos, sempre que possível, uma vez que se configura num pequeno dossiê sobre a pesquisa de um termo específico.

A ficha propriamente dita não precisa necessariamente ser preenchida à mão. Em coerência com as necessidades de trabalho eficiente, diversos autores, além de apresentarem um modelo de ficha terminológica, indicam a existência de programas específicos para auxiliar o trabalho terminológico (FAULSTICH, 1995a; AUBERT, 1996; PAVEL; NOLET, 2002 e KRIEGER; FINATTO, 2004).

Em nosso trabalho, decidimos realizar o registro de fichas no aplicativo Microsoft Excel, devido à facilidade de manuseio de dados e por não demandar conhecimentos específicos para a utilização. Além disso, permite a exportação de dados para formatos universais, o que possibilitará a geração de dados para a compilação de dicionário em versão eletrônica.

Os campos registrados na ficha são número, data, entrada, categoria gramatical, gênero, país, área, subárea, definição, fonte da definição, remissivas (hiperônimo, hipônimo, conceito conexo e sinônimo), variantes (acrônimos e siglas), denominação em outra língua, autor e nota. A seguir apresentaremos os campos em detalhes.

Número é o registro individual que identifica cada ficha terminológica. Em nosso trabalho, as fichas em português e japonês são geradas, simultaneamente e, assim, compartilham o número, por se tratar de uma mesma entidade registrada.

O campo **data** indica o dia da criação da ficha.

A **entrada** “possui o conteúdo semântico da expressão terminológica na linguagem de especialidade. É o termo propriamente dito, o termo principal” (FAULSTICH, 2001b, p. 12). Devido ao fato de a língua japonesa utilizar diversos sistemas de escrita, escolhemos criar, para a ficha japonesa, campo de entrada em escrita em japonês, que abriga os três sistemas de escrita e campo de entrada em alfabeto, em que a entrada em japonês é transliterada para alfabeto, segundo o sistema Hepburn¹⁵⁸.

Categoria gramatical indica “a categoria, na gramática da língua, a que pertence o termo ou da estruturação sintático-semântica do termo” (FAULSTICH, 2001, p. 12). Todos os termos abrangidos na língua portuguesa em nosso trabalho são, preliminarmente, da mesma categoria – substantivos. Não consideramos a exclusão desse campo, entretanto, por considerar que,

¹⁵⁸ O sistema de transliteração *Hebonshiki*, ou Hepburn, foi elaborado por James Curtis Hepburn, em 1884. Neste, as consoantes eram utilizadas como no inglês, e as vogais como no italiano, devido à proximidade da pronúncia. Este sistema recebeu na metade do século XX uma pequena alteração, o que resultou no que é chamado *hebonshiki* revisado.

tradicionalmente tal informação é adicionada e, para não causar estranheza de formatação por parte do usuário, não há prejuízo em manter o campo. Por outro lado, na língua japonesa todos os termos seriam da categoria koyû *meishi* (固有名詞), que equivale ao substantivo na gramática portuguesa. Considerando a familiaridade do usuário com formatos existentes, este campo não será mantido, uma vez que em dicionários japoneses não há marcação para substantivos, o que torna o campo supérfluo.

Gênero indica o gênero do termo na língua. Em português há masculino (m.) e feminino (f.). Em japonês não há distinção de gênero, logo o campo não existe na ficha de língua japonesa. A necessidade de incluir a marcação de gênero também é uma justificativa para manter o campo anterior, uma vez que, tradicionalmente, categoria gramatical e gênero são utilizados.

Os campos categoria gramatical e gênero são registrados combinados em um único campo, resultando em registros como ‘s.m.’ para ‘substantivo masculino’, por exemplo.

País indica o país a que a instituição pertence.

Área e subárea indicam a “área científica ou técnica em que o termo é usado” (FAULSTICH, 2001b, p. 12).

Definição é o “sistema de distinções recíprocas que servem para descrever conceitos pertinentes aos termos” (FAULSTICH, 2001b, p. 12). Na seção 4.3.2 apresentaremos considerações detalhadas sobre o processo de elaboração do texto definitório.

Fonte da definição é o campo no qual se registra a obra em que foi compilada a definição. “O campo deve ser preenchido mesmo que o autor do dicionário ou glossário seja o autor ou o adaptador das definições. Nestes casos, para evitar repetições desnecessárias, a referência pode aparecer na apresentação da obra” (FAULSTICH, 2001, p. 13). As fontes de dados principais de nosso estudo são leis e sítios de instituições estudadas. Estes são codificados e a lista de códigos e respectivas fontes por extenso será registrada no glossário.

Remissivas apresentam “relação de complementaridade entre termos” (FAULSTICH, 2001, p. 13). Os termos remissivos se relacionam de maneiras

diversas, dependendo da contiguidade de sentido: hiperônimo, hipônimo, conceito conexo e sinônimo.

Hiperônimo é “termo cujo significado inclui o significado de outros, por isso é também chamado de termo genérico. Em um dicionário ou glossário, o hiperônimo é, normalmente, a expressão léxica que inicia a definição”. (FAULSTICH, 2001, p. 13). Em nosso estudo, o hiperônimo de uma entidade se configura no tipo da entidade, ou seja, agência, fundação, órgão, etc., conforme esta informação aparece na fonte de dados.

Variantes são “alternativas de denominação para um mesmo referente”. Faulstich (2001b) apresenta como possíveis variantes as variantes terminológicas linguísticas e variantes terminológicas de registro. Em nosso estudo, consideramos principalmente variantes como siglas e acrônimos, ambas variantes terminológicas lexicais. Como a diferença entre siglas e acrônimos é registrada no texto definatório e, além disso, consideramos a possibilidade de variantes que não sejam reduções, haverá campos distintos para variantes, siglas e acrônimos. As definições de sigla e acrônimo são as que foram apresentadas no capítulo anterior:

Siglas são reduções que se utilizam das letras iniciais de uma expressão composta, de um termo complexo, de uma fraseologia fixa, de unidades terminológicas complexas. A combinação resultante gera estruturas que podem ser lidas como sílabas ou pelo nome de cada letra constituinte.

Acrônimos são reduções que utilizam das sílabas das extremidades inicial ou final de palavras constituintes de expressão composta, termo complexo, fraseologia fixa, de unidades terminológicas complexas. A combinação resultante gera estruturas que são lidas como sílabas¹⁵⁹.

Denominação em japonês/português é a denominação harmonizada elaborada em outra língua (FAULSTICH, 2015b)¹⁶⁰. Não se trata de equivalente. Há, entretanto, casos em que não há uma denominação estabelecida de instituição brasileira para o japonês – ou vice-versa. Da mesma forma, na entrada, escolhemos criar, para a ficha em português, campo de denominação

¹⁵⁹ A definição de sigla e acrônimo é apresentada na seção 2.3.

¹⁶⁰ A harmonização linguística é apresentada em 1.7.

escrita em japonês, que abriga os três sistemas de escrita e campo de transcrição em alfabeto, em que a entrada em japonês é transliterada para alfabeto, segundo o sistema Hepburn.

Autor é um campo necessário, por ser aquele em que se registra o responsável intelectual da ficha terminológica. É possível utilizar abreviações (FAULSTICH, 2001b).

Nota é o campo em que são registradas observações sobre outros campos, com perspectiva de possível inclusão no verbete.

Com base nos campos acima, foram elaborados dois modelos de ficha, baseados em Faulstich (2001b), um para entradas em português e um para entradas em japonês, vistas a seguir:

Quadro 32 - Ficha terminológica em português

Número	
Data	
Entrada	
Categoria Gramatical	
Gênero	
Pais	
Área	
Subárea	
Definição	
Fonte da definição	
Remissivas	
Hiperônimo	
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	
Denominação em alfabeto	
Autor	
Nota	

Fonte: Faulstich (2001b, adaptado)

Quadro 33 - Ficha terminológica em japonês

Número	
Data	
Entrada em japonês	
Entrada em alfabeto	
País	
Área	
Subárea	
Definição	
Fonte da definição	
Remissivas	
Hiperônimo	
Variante	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	
Autor	
Nota	

Fonte: Faulstich (2001b, adaptado)

4.5 ELABORAÇÃO DE REGISTRO TERMINOGRÁFICO

A partir dos dados registrados em fichas terminológicas e fichas de palavras-chave, é feito o registro terminográfico, ou seja, é compilada a obra terminográfica.

É necessário, antes, o cotejo das características que a obra terminográfica deve ter de modo a atender da melhor maneira as necessidades do consulente proposto. Neste sentido, apresentaremos considerações sobre possíveis lacunas nas obras existentes, como devem ser a macroestrutura e a microestrutura, e qual a tipologia lexicográfica adequada.

4.5.1 Considerações sobre Tipologia

Esta pesquisa contempla a proposta de um glossário bilíngue, por isso, discutiremos qual definição utilizar na tipologia e como é vista a questão do bilinguismo.

As obras lexicográficas são denominadas de diferentes formas, como dicionário, glossário, vocabulário, tesouro, léxico (HARTMANN; JAMES, 2001, BARROS, 2004, WELKER, 2004, BOUTIN-QUESNEL et alii, 1985, BARBOSA, 1995) e diversos autores apresentam modelos de classificação de obras lexicográficas. Como nosso objetivo é elaborar um glossário, utilizamos os critérios apresentados por Haensch (1982) e Faulstich (1995a).

Haensch (1982), expõe considerações sobre a tipologia lexicográfica, expondo a demanda de que historicamente há confusão entre os termos sobre obras lexicográficas:

A partir do séc. XVI se usam na lexicografía europeia, os termos 'vocabulary', 'dictionary', e também 'lexicon' mas, como já vimos, por infelicidade, estas denominações se aplicaram a obras de tipo muito diferente e, assim, surgiu uma grande confusão quanto às denominações dos distintos tipos de obras lexicográficas, confusão que é ainda maior em outras línguas (como o alemão 'Lexikon', 'Wörterbuch', 'vokabular', etc. Esta confusão se deve ao uso arbitrário destas denominações por parte dos distintos autores e casas editoriais e, até certo ponto, também a modas das distintas épocas ¹⁶¹ (HAENSCH, 1982, p. 107-108).

¹⁶¹ No original: "A partir [do século XVI], se usan, en la lexicografía europea, los términos 'vocabulary', 'dictionary' y también 'lexicon'; pero, como hemos visto ya, por desgracia,

O autor discorre sobre diversos critérios de classificação tipológica, o que nos ajuda a escolher a denominação glossário, em detrimento de dicionário, como explicaremos a seguir.

Em relação a esses termos, o autor apresenta que **dicionário**, **glossário**, **vocabulário** etc., tinham significados distintos na antiguidade, citando J. Grimm:

Os gregos e romanos não tinham ideia de um dicionário, e as denominações posteriores 'lexicon', 'glossarium', 'dictionarium', 'vocabulary', comuns em suas línguas, significam outra coisa. O lexikón (biblion), derivado de léxis e o dictionarium, derivado de dictio, reúnem locuções, expressões; o glossáron interpreta vozes antigas, obscuras, contém glosas; o vocabulário se refere somente a uns poucos vocábulos, que foram recolhidos para estudantes ou para outra finalidade ¹⁶². (GRIMM, *Kleinere Schriften*, reimpresión de la ed. Gütersloh, 1890, Hildesheim, 1966, t. VIII: *Vorreden, Zeitgeschichtliches und Persönliches*, p. 311 apud HAENSCH et alii, 1982, p. 104).

O glossário teve o início como anotações marginais de textos. A trajetória da lexicografia em sentido amplo surgiu da necessidade de explicar palavras que já não eram mais compreensíveis, por meio de glosas. Há glosas interlineares e marginais. As glosas eram marginais aos textos escolares, para explicar ao aluno o sentido de palavras escritas em língua estrangeira. Se estas palavras aparecem ao final de textos, em ordem alfabética ou sistemática, constituía-se um glossário.

Hoje, entretanto, um glossário pode ser descrito, segundo o autor, como:

Repertório de vozes, destinado a explicar um texto medieval ou clássico, a obra de um autor, um texto dialetal, etc.¹⁶³

estas denominaciones se aplicaron a obras de tipo muy diferente, y así surgió una gran confusión en cuanto a las denominaciones de los distintos tipos de obras lexicográficas, confusión que aún es mayor en otras lenguas (como en alemán, 'Lexikon', 'Wörterbuch', 'vokabular', etc. Esta confusión se debe al uso arbitrario de estas denominaciones por parte de los distintos autores o casas editoriales y, hasta cierto punto, también a modas de las distintas épocas" (tradução nossa).

¹⁶² No original: "Los griegos y romanos no tenían idea de un diccionario, y las posteriores denominaciones 'lexicon', 'glossarium', 'dictionarium', 'vocabulary', usuales en suas lenguas, significan otra cosa. El lexikón (biblion), derivado de léxis, y el dictionarium, derivado de dictio, reúnen locuciones, expresiones; el glossáron interpreta voces antiguas, oscuras, contiene glosas; el vocabulario se refiere tan sólo a unos pocos vocablos, que se han recogido para estudiantes o para otra finalidad" (tradução nossa).

¹⁶³ O autor apresenta na nota de rodapé que, infelizmente, nem todas obras lexicográficas que registram e explicam o vocabulário usado por um autor ou obra literária se chamam 'glossário'.

Repertório de palavras, em muitos casos de termos técnicos (monolíngue ou plurilíngue), que não pretende ser exaustivo, e em cuja seleção de palavras foi feita mais ou menos a esmo; por exemplo, glossário de termos ecológicos espanhol-inglês.¹⁶⁴ (HAENSCH et al, 1982, p. 106)

Das duas definições, adotamos a segunda, por permitir a distinção de dicionário terminológico por um critério objetivo: a exaustividade. Assim, enquanto um dicionário terminológico busca a seleção exaustiva de um domínio, o glossário se limita a um recorte específico.

Como em nosso caso, trabalhamos apenas com nomes de instituições, o que se constitui então em um recorte bastante delimitado que não abrange, por exemplo, expressões e locuções utilizadas na comunicação interinstitucional, a utilização da denominação glossário se justifica.

Faulstich apresenta (1995a) a distinção entre dicionário e glossário, em especial o terminológico, no nível de aprofundamento. O dicionário terminológico é exaustivo na composição do *corpus*, enquanto o glossário, é mais pontual. Isso reflete o propósito deste, que é responder a um tipo de dúvida específica do usuário. Em nosso caso, esperamos que o usuário seja capaz de identificar designação e função de órgãos específicos.

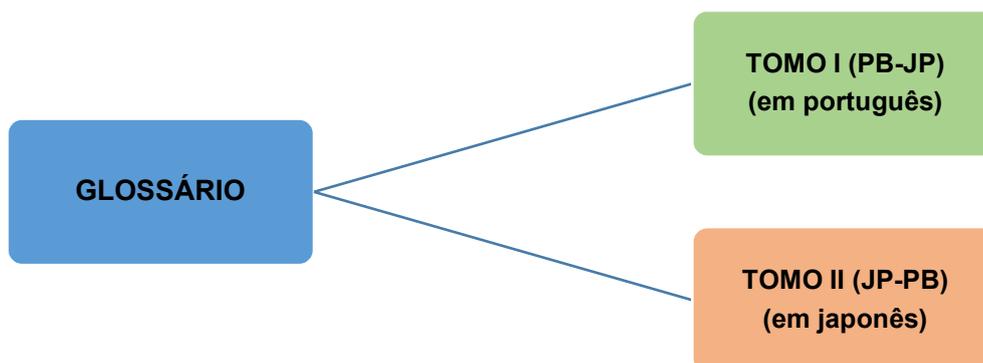
Em relação ao uso de duas línguas, ou seja, na constituição de glossário bilíngue, Schmitz (2001) discute sobre problemas decorrentes do uso de apenas equivalentes para entradas.

¹⁶⁴ No original: “Repertorio de voces destinado a explicar un texto medieval o clásico, la obra de un autor, un texto dialectal, etc. / Repertorio de palabras, en muchos casos de términos técnicos (monolingüe o plurilingüe), que no pretende ser exhaustivo, y en que la selección de palabras se ha hecho más o menos al azar; por ejemplo, glosario de términos ecológicos español-inglés (tradução nossa).

4.5.2 Sobre a macroestrutura do glossário

O glossário, que compõe esta pesquisa de doutoramento, será dividido em dois tomos, um para falantes de língua portuguesa e outro para falantes de língua japonesa. Assim, as definições do Tomo I serão em português do Tomo II em japonês, como se vê a seguir:

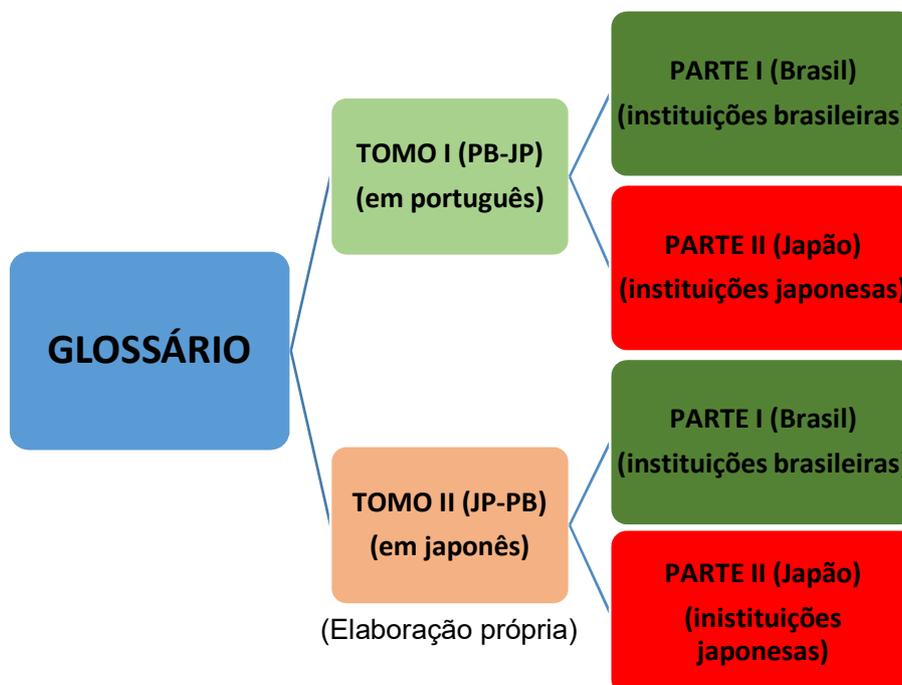
Figura 14 - Divisão do glossário em tomos



(Elaboração própria)

Cada tomo será dividido, por sua vez, em duas partes, uma para instituições brasileiras e outra para instituições japonesas, como a seguir:

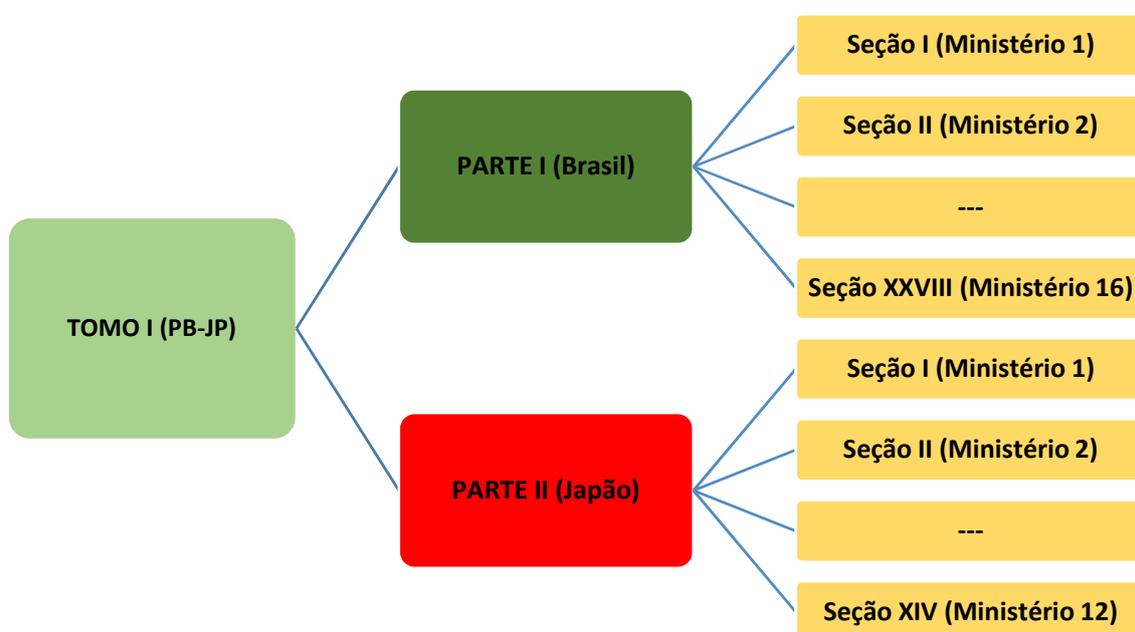
Figura 15 - Divisão dos tomos em partes



(Elaboração própria)

Cada parte é dividida em ministérios que, como mencionamos, são a base para a organização de dados, uma vez que as instituições que constituem a administração indireta são vinculadas a ministérios específicos. Considerando o número de ministérios de cada país, a parte I de cada tomo – que abrange instituições brasileiras – é dividida em 16 seções, enquanto a parte II de cada tomo – que abrange instituições japonesas – é dividida em 12 seções, como vemos no exemplo do tomo I:

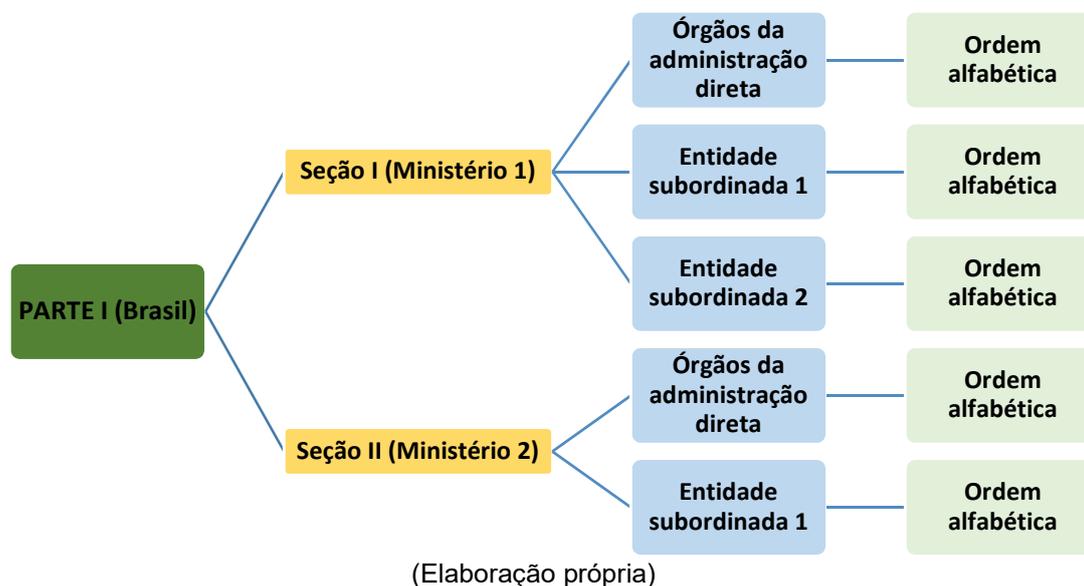
Figura 16 - Divisão das partes



(Elaboração própria)

Cada seção abriga os órgãos da administração direta, ou seja, os órgãos que constituem a subdivisão interna do próprio ministério e as entidades da administração indireta, vinculadas ao ministério em questão. Esses são, por sua vez, ordenados alfabeticamente, como exemplificado a seguir:

Figura 17 - Divisão interna das seções



A parte ordenada alfabeticamente, por sua vez, inclui os Nomes Complexos, que são os nomes de instituições e as reduções, que são suas variantes. Como discutimos anteriormente, as reduções recebem, em nosso trabalho, atenção especial, uma vez que têm grande potencial de fixação no léxico, podendo sobreviver a mudanças ocorridas no NC da qual se originam. Desta forma, consideramos necessário tratar as reduções como entradas individuais e não como subentradas de NCs.

Após a definição da organização das entradas, abordaremos o conteúdo interno das entradas e a microestrutura.

4.5.3 Sobre a microestrutura do glossário

Como a microestrutura do glossário é elaborada com base na ficha terminológica, ela não pode conter mais dados que a própria ficha fornece. No entanto, nem todos os dados da ficha terminológica devem ser incluídos na microestrutura.

Da mesma forma, como nem sempre um ou outro campo específico da ficha terminológica será preenchido, como é o caso do campo de variantes, a formatação da microestrutura, o que implica dizer, a formatação do verbete deve

seguir uma padronização sequencial, mesmo que uma ou outra informação específica não venha a ser incluída.

Em nosso trabalho, como há dois tipos de ficha terminológica, uma em português e uma em japonês, o glossário possui dois tipos de microestrutura, que apresentaremos no quadro 35. Os campos marcados com (+) necessariamente serão incluídos na microestrutura. Já os campos marcados com (±) só serão incluídos se houver o dado pertinente. Por último, os campos marcados com (-) apenas constarão na ficha, sem serem incluídos.

Quadro 34 - Campos da microestrutura

Fichas em português		Fichas em japonês	
Número	-	Número	-
Data	-	Data	-
Entrada	+	Entrada em japonês	+
Cat. Gram. e Gênero	+	Entrada em alfabeto	+
Área	-	Área	-
Subárea	-	Subárea	-
Definição	+	Definição	+
Fonte da definição	+	Fonte da definição	+
Remissivas	±	Remissivas	±
Hiperônimo	-	Hiperônimo	-
Variantes	±	Variantes	±
Siglas	±	Siglas	±
Acrônimos	±	Acrônimos	±
Denominação em japonês	+	Denominação em português	+
Transcrição em alfabeto	+	Autor	-
Autor	-		

(elaboração própria)

A partir da definição de campos obrigatórios, opcionais e não inclusos, é feita a estruturação dos verbetes, ou seja, a definição de formato de microestrutura.

A estruturação do verbete em português é como se vê a seguir:

Quadro 35 - Formatação da microestrutura em português

+Entrada +Categoria Gramatical e Gênero +Definição +Fonte da definição ±Variantes ±Remissivas +Denominação em japonês +Transcrição em alfabeto

(elaboração própria)

Essa estruturação resulta no seguinte formato de verbete:

Quadro 36 - Exemplo de verbete em português

<p>Instituto Brasileiro de Turismo. <i>s.m.</i> Autarquia especial do Ministério do Turismo que atua na execução da Política Nacional de Turismo, na proposição de normas e de medidas necessárias a esse fim, na promoção internacional do mercado turístico nacional, na análise e no planejamento do mercado turístico e no fomento e financiamento de ações que visem o desenvolvimento da indústria do turismo. Fonte: EMBRATURHP, DBR8181/1991:3 • EMBRATUR. ■ Ministério do Turismo. ブラジル観光局 Burajiru Kankô Kyoku</p>

(elaboração própria)

A estruturação do verbete em japonês é como se vê a seguir:

Quadro 37 - Configuração de microestrutura em japonês

+Entrada em alfabeto +Entrada em japonês +Definição +Fonte da definição ±Remissivas +Denominação em português +Transcrição em alfabeto

(elaboração própria)

Essa estruturação resulta no seguinte formato de verbete:

Quadro 38 - Exemplo de verbete em japonês

Burajiru Kankô Kyoku **ブラジル観光局** ブラジル観光省に所属する連邦独立政府機関。ブラジル全国観光政策の実施のため、必要な規則・政策の企画実施、ブラジル観光市場の促進、観光市場に関する分析・計画及び観光業の向上を目的とする政策の振興・支援をすることによって、ブラジルへの観光を促進する。出典：EMBRATURHP・LBR8181/1991:3。● EMBRATUR
 ■ブラジル観光省 **Instituto Brasileiro de Turismo**

(elaboração própria)

A configuração da microestrutura também deve incluir considerações sobre a aparência do verbete, o que implica dizer que é necessário identificar quais famílias e tamanhos tipográficos são adequados para garantir que o consulente seja capaz de identificar com clareza os elementos que constituem o verbete. Utilizamos as fontes **Times New Roman** para caracteres ocidentais e 'MS Mincho para caracteres japoneses. A formatação definida para verbetes em português em nosso trabalho foi como se vê a seguir:

Quadro 39 - Formatação da microestrutura em português

Entrada: Fonte tamanho 14, em negrito
Categoria Gramatical e Gênero: Fonte tamanho 10, em itálico
Definição: Fonte tamanho 12
Fonte da definição: Fonte tamanho 12, precedida da expressão 'Fonte: ', fontes separadas por barra inclinada (/)
Variantes: Fonte 12, em negrito, precedida de caractere especial (●)
Remissivas: Fonte 12, precedida de caractere especial (■)
Transcrição em alfabeto: Fonte 12, em negrito.

(elaboração própria)

A formatação definida para verbetes em japonês em nosso trabalho foi o seguinte:

Quadro 40 - Formatação da microestrutura em japonês

<p>Entrada em alfabeto: Fonte tamanho 14, em negrito</p> <p>Entrada em japonês: Fonte tamanho 14, em negrito</p> <p>Definição: Fonte tamanho 12</p> <p>Fonte da definição: Fonte tamanho 12, precedida da expressão ‘出典’, fontes separadas por barra inclinada (/)</p> <p>Variantes: Fonte 12, em negrito, precedida de caractere especial (●)</p> <p>Remissivas: Fonte 12, precedida de caractere especial (■)</p> <p>Denominação em japonês: Fonte 12, em negrito.</p> <p>Transcrição em alfabeto: Fonte 12, em negrito.</p>
--

(elaboração própria)

A utilização de caracteres especiais é justificada pelo princípio de dar uniformidade visual à obra terminográfica. Em obras japonesas, é mais comum indicar remissivas e alguns outros elementos da microestrutura com caracteres especiais, em vez de utilizar-se de expressões que marquem remissão. Por isso, preferimos utilizar o caractere especial (➡) no lugar de expressões mais ortodoxas, como **conf.** ou **ver.**

Por último, há a questão da inversão de posição entre denominações na língua do consulente e entradas no caso de entradas sobre instituições japonesas em português e instituições brasileiras em japonês. Consideramos que a entrada deveria ser o dado na língua do país da instituição em questão. Entretanto, verificamos que entradas na língua são de difícil compreensão por parte de não falantes dessa língua e não são, dessa forma, inteligíveis ou de fácil memorização. Uma vez que o perfil esperado de usuário não inclui, necessariamente pessoas fluentes nas duas línguas, consideramos que essa possibilidade de ininteligibilidade pode ser recorrente. Por outro lado, a utilização da denominação na língua do consulente como entrada garante a fácil localização e identificação pelo consulente, como se vê no verbete a seguir.

Quadro 41 - Verbetes 'Agência de Assuntos Culturais do Japão'

Agência de Assuntos Culturais do Japão. *s.f.* Agência externa subordinada ao Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, que atua no fomento da cultura e intercâmbio cultural internacional, no reconhecimento e na coleta de informações sobre entidades religiosas, na proteção da propriedade cultural e na orientação, no aconselhamento e nas recomendações a respeito de estabelecimentos culturais e de instituições educacionais e no licenciamento de profissionais públicos da educação. Fonte: LJP96/1999:4(17-19). • **ACA.** ■ Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia do Japão. 文化庁 **Bunka Chô**

(elaboração própria)

Assim, como vemos no verbete acima, a entrada é a denominação em português – ‘Agência de Assuntos Culturais do Japão’ – e não a denominação original em japonês – ‘Bunka Chô’. Consideramos que, no discurso em português, não se utiliza a denominação em japonês, mas sim a denominação em português.

4.6 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo apresentamos a metodologia de análise de Nomes Complexos, realizada no capítulo 5, detalhando a coleta de dados e análise de Nomes Complexos e de reduções em siglas e acrônimos nas línguas portuguesa do Brasil e japonesa.

Além disso, explicitamos a metodologia de trabalho socioterminológico de Faulstich (1995a, 1995b, 1998, 2001b), que foi aplicada na coleta e análise de dados em nosso estudo para a elaboração de obra terminográfica. Esta abordagem se caracteriza por abrigar o conceito de variação e observar o termo em situação real de uso.

Assim, apresentamos os dados a serem registrados em ficha terminológica, nas duas línguas.

A seguir, detalhamos o relacionamento entre organização hierárquica das instituições e ordenamento de entradas na macroestrutura.

Estabelecemos, com base nas demandas de informação por parte do usuário proposto, a estrutura da microestrutura.

Por último, apresentamos detalhes da apresentação visual dos verbetes.

CAPÍTULO 5 — ANÁLISE DE NOMES COMPLEXOS DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

5.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo indicaremos o resultado da análise de Nomes Complexos relacionados à Administração Pública Brasileira e Japonesa.

Como referencial para análise, utilizamos o Constructo de Faulstich e a tipologia de formativos apresentada por Faulstich (2003), de modo a identificar quais formativos se aplicam a Nomes Complexos. Da mesma forma, comparamos com outros tipos de formativos apresentados em estudos baseados em Faulstich (SIQUEIRA, 2004; CRUZ, 2013). Por último, verificamos novos formativos, que consideramos próprios de Nomes Complexos da linguagem de administração pública brasileira e japonesa.

Os *corpora* em que se baseou a análise foram constituídos a partir da lista de instituições da administração direta e indireta do Brasil e do Japão criada na coleta preliminar que serviu para delimitar os dados a serem utilizados na elaboração dessa tese e no glossário. A lista foi, posteriormente, corrigida para que fosse compatibilizada com as modificações ocorridas com a alteração da estrutura governamental do ano de 2019. Além disso, foram retiradas da lista entidades sem caráter administrativo, como instituições de ensino¹⁶⁵. Os dados são constituídos de 121 Nomes Complexos, 121 reduções de Nomes Complexos da Administração Pública brasileira, 118 Nomes Complexos e 110 reduções de Nomes Complexos da Administração Pública japonesa.

As reduções são, como apresentamos na seção 2.2, siglas e acrônimos. As siglas são formadas apenas pelas letras iniciais das palavras constituintes da expressão composta, enquanto acrônimos são formados por mais de uma letra da parte inicial ou final das palavras constituintes da expressão composta¹⁶⁶. Como apresentamos na seção 2.4, na linguagem de especialidade da Administração Pública japonesa, são raras as ocorrências de redução moraic (ITO, 1990; ÔTSUKI, 2003). Verificamos apenas três casos em nossos dados.

¹⁶⁵ O organograma do Ministério da Educação do Brasil inclui universidades federais e institutos federais em seu organograma, mas esses foram desconsiderados.

¹⁶⁶ Definição nossa, baseada em Faulstich (2015a).

5.2 A FORMAÇÃO DE NOMES COMPLEXOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Nessa seção, exemplificaremos as ocorrências de tipos anteriormente citados nos estudos de Faulstich (2003), Siqueira (2004) e Cruz (2009) que também foram localizados em Nomes Complexos. Os tipos que ocorrem são: a) formativo zero \emptyset ; b) formativo preposicionado; c) formativo adjetival; d) formativo com base (A) nominalizada; e) formativo marcado por determinante e f) formativo predicador representado por sigla.

Os nomes de instituições, por utilizarem em sua maioria palavras do léxico comum, não admitem variantes pela comutação ou apagamento de formativos. Como apresenta Faulstich,

Nesse modelo gramatical, não é possível nem apagar as preposições, nem substituir os sintagmas preposicionais por formativos adjetivais correspondentes, nem apagar qualquer formativo do termo, sob pena de perder-se o conceito e de tornar impossível a definição (FAULSTICH, 2003, p.22).

Assim, os formativos são apresentados por regra única (R1) sem ocorrência de variantes por apagamento de formativos, com exceção da redução por sigla ou por acrônimo, nas quais partes dos formativos são apagados. É caso distinto do apresentado por Maia Pires (2009), que apresenta UTCs de topônimos de Brasília, que admitem outras variantes além da redução, como, por exemplo, **Setor de Residências Econômicas Sul**, que tem como redução a sigla **SRES** e variante **Cruzeiro Velho**. Outro padrão bastante comum é formativos coordenados, como veremos em 4.2.2.

Frisamos que a numeração em parênteses que precede cada caso a seguir corresponde à ordem das listas de Nomes Complexos, apresentadas no apêndice 4 para NCs de língua portuguesa e no apêndice 5 para NCs de língua japonesa.

5.2.1 Formativos verificados em estudos anteriores

a) Formativo Zero Ø

No conjunto	[F, T]
(46) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [ABCDØDF] R1	
(60) Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência [ABØBCF] R1	

Os casos de formativo zero verificados são aqueles em que ocorre a elipse de formativo repetido, para evitar a redundância. Verificamos 21 ocorrências nos dados. No caso (46), a elipse de (C) **Desenvolvimento**, resulta da presença antes do formativo **Científico**. Já no caso (60), temos a elipse da primeira ocorrência de (C) **da Previdência**.

b) Formativo preposicionado

No conjunto	[F, T]
(3) Agência Nacional de Águas [ABCF] R1	
(17) Banco do Brasil S.A. [ABCDF] R1	

Identificamos, nos dados 85 casos de formativos preposicionados, descritos como “representados por formativos sintagmas preposicionados [de ± art ± subs], que se tornam dependentes da valência da expressão imediatamente anterior” (FAULSTICH 2003, p. 21). Como os exemplos permitem verificar, os formativos pertencem à língua comum e apenas a adição de novos formativos confere ao NC o nível de especialidade, não admitindo, assim, apagamento de partes do NC e consequentes variantes. A única possibilidade de variante é a redução – sigla ou acrônimo, que será apresentada em 5.4.

c) Formativo adjetival

No conjunto	[F, T]
(2) Agência Espacial Brasileira [ABCF] R1	
(58) Empresa de Pesquisa Energética [ABCF] R1	
(83) Indústrias Nucleares do Brasil [ABCF] R1	

Nos dados, identificamos 97 casos de formativos adjetivais (FAULSTICH, 2003). Em 48 dos casos um mesmo NC apresentava tanto formativos preposicionados quanto adjetivais e em 45 dos casos um NC possuía mais de um formativo adjetival. Na área de Administração Pública, são comuns formativos relativos à temática de governo federal, como **Brasileiro/a** (15 casos), **Nacional** (32 casos) e **Federal** (15 casos).

d) Formativo com base (A) nominalizada

(64) Financiadora de Estudos e Projetos	[F, T]
Financiadora de Estudos e Projetos	[ABBF] R1

É caso em que a base “não tem condição semântica de fechar uma regra por causa da extensão conceitual” (FAULSTICH, 2003, p. 23). Nos dados, localizamos uma única ocorrência, em que a base fecha a cadeia semântica com a adição de dois formativos preposicionais, em que o segundo formativo tem preposição elipsada.

e) Formativo marcado por determinante

No conjunto	[F, T]
(11) Agência Nacional do Cinema	[ABCF] R1
(23) Casa da Moeda do Brasil	[ABCF] R1
(93) Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	[ABCDF] R1

Nos três casos de NCs localizados nos dados, a combinação de artigo à preposição confere especificidade ao termo determinado, pois “o artigo aparece no formativo para especificar o significado do termo determinado”. (FAULSTICH, 2003, p. 24)

f) Formativo com predicador representado por sigla

(33) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais S.A	[F, T]
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais S.A	
[ABBCDEFF] R1	

Em nossos dados, não identificamos casos de formativo acrônimo. Verificamos 14 ocorrências, todas com o mesmo formativo sigla **S.A.**, redução de Sociedade Anônima. A redução neste caso gera dois formativos. Este caso é semelhante ao apresentado por Cruz (2013), denominado **Formativo com predicador representado por sigla**.

5.2.2 Formativos específicos a Nomes Complexos da Administração Pública brasileira

Nesta seção, apresentamos tipos de formativos da língua portuguesa que consideramos serem característicos de Nomes Complexos da linguagem de especialidade de administração pública.

a) Formativo em que base é sigla ou acrônimo

No conjunto	[F, T]
(110) Nuclebrás Equipamentos Pesados	[ABCF] R1
(121) Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	[ABBBCF] R1

Essas foram as únicas ocorrências em que a base é constituída de acrônimo. Em ambos os casos, a base se refere a uma instituição de existência anterior à instituição atual, como o caso da Nuclebrás, que foi designada Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear até 1974¹⁶⁷ e cuja subsidiária – Nuclebrás Equipamentos Pesados – foi criada em 1975¹⁶⁸.

b) Formativo coordenado separado por vírgula ou por conjunção ‘e’

No conjunto	[F, T]
(12) Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	[ABCCDCF] R1
(33) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais S.A.	[ABBCDEF] R1
(60) Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência	[ABBCF] R1

É extensão do formativo identificado por Siqueira (2004, p. 107), “Formativo com conjunção aditiva” e Cruz (2013, p. 136), “Formativo com

¹⁶⁷ BRASIL, 1974.

¹⁶⁸ NUCLEBRAS, 2019.

conjunção ‘e’ que liga termos simples”. Nesse caso há mais de um formativo com o mesmo referente, ou seja, um formativo se liga a dois ou mais formativos que o precedem. Em obediência à gramática da língua portuguesa as preposições ‘de’ são elipsadas no segundo formativo em diante; esse encadeamento é realizado com o uso de vírgulas e a conjunção ‘e’ antes do último formativo.

O encadeamento ocorre como se fosse a união de diversos NCs distintos, cada qual com seu encadeamento próprio:

(33) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais S.A. [ABBCDEF] R1
33a Companhia de Armazéns do Estado de Minas Gerais S.A. [ABCDEF] R1
33b Companhia de Silos do Estado de Minas Gerais S.A. [ABCDEF] R1

c) Formativo com base coordenada

No conjunto	[F, T]
(95) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	[ABBBF] R1
(97) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	[ABBBF] R1
(102) Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	[ABBBCF] R1

São casos em que o elemento referido por diversos termos é a base (A). O encadeamento ocorre como se fossem diversas ocorrências de uma base, cada qual com um único formativo predicador:

(95) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	[ABBBF] R1
95a Ministério da Agricultura	[ABF] R1
95b Ministério da Pecuária	[ABF] R1
95c Ministério do Abastecimento	[ABF] R1

Não consideramos, assim, caso de elipse de repetição de argumento, uma vez que um NC necessariamente tem um único elemento como base, que recebe predicções consecutivas, de modo a adquirir caráter mais específico.

Cada formativo pode receber predicção própria, sendo individualmente encadeado, como vemos no caso **(102) Ministério da Mulher, da Família e dos**

Direitos Humanos, no qual o formativo (C) **Humanos** se refere apenas a (B) Direitos, não predicando os outros formativos.

d) Formativo topônimo

No conjunto	[F, T]
(15) Banco Central do Brasil	[ABCF] R1
(42) Companhia Docas do Rio de Janeiro	[ABCF] R1
(43) Companhia Docas do Rio Grande do Norte	[ABCF] R1

Nos dados, foram encontradas 27 ocorrências. Topônimos são nomes de lugares, regiões, estados, cidades e, como tal, são percebidos como uma entidade individual, mesmo que sejam palavras compostas. Dessa forma, **Rio Grande do Norte** não pode ser interpretado como sendo o encadeamento de três entidades distintas (**Rio, Grande e do Norte**), mas como uma só. Assim, quando é formativo de um NC, todos termos compõem um único formativo. De um lado, essa lógica é análoga à apresentada por Cruz (2013), com relação a formativos que são locuções. Por outro lado, não consideramos como topônimos os formativos adjetivais que são adjetivos gentílicos. Assim, o formativo **do Brasil** do NC **(15) Banco Central do Brasil** é considerado formativo topônimo, enquanto o caso (31), apresentado a seguir, não é.

(31) Companhia Brasileira de Trens Urbanos [ABCDF] R1

e) Formativo não predicador

No conjunto	[F, T]
(75) Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	[ABCDEF] R1
(88) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	[ABCDF] R1

É o caso da inclusão no NC de nomes próprios de indivíduos, que não apresentam função de predicação. A inclusão de nomes de indivíduos não altera a carga semântica do NC. No entanto, não é possível a exclusão do nome, o que implicaria a alteração da denominação. Por serem nomes próprios de indivíduos,

são considerados ao todo, como um único formativo. É o caso de **Chico Mendes**, que é considerado como formativo **B**. Em nossos dados, localizamos 9 ocorrências.

5.2.3 Sistematização das regras de Nomes Complexos da língua portuguesa

A análise dos dados permitiu identificar formativos característicos de Nomes Complexos da linguagem de especialidade da administração pública brasileira, cujas linhas gerais são sistematizadas a seguir:

Quadro 42 - Regras de formação de Nomes Complexos da língua portuguesa

Regra	Exemplo	Regra
Formativo em que a base é sigla ou acrônimo	Nuclebrás Equipamentos Pesados	[ABCF] R1
Formativo coordenado separado por vírgula ou conjunção 'e'	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência	[ABBCF] R1
Formativo com base coordenada	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	[ABBBF] R1
Formativo topônimo	Companhia Docas do Rio Grande do Norte	[ABCF] R1
Formativo não predicador	Instituto Chico Mendes de Preservação do Meio Ambiente	[ABCDEF] R1

(Elaboração própria)

5.3 FORMAÇÃO DE NOMES COMPLEXOS EM LÍNGUA JAPONESA

Nos casos de Nomes Complexos em língua japonesa, o primeiro passo para a análise dos Nomes Complexos é identificar a fronteira entre os formativos. Como não há separação de espaços entre as palavras, o critério que utilizamos foi verificar se a combinação de ideogramas faz parte do léxico comum. Assim, consultamos dicionários de língua geral nos casos em que havia dúvida se uma combinação de ideogramas deveria ser considerada como formativo.

Em decorrência da tipologia da língua japonesa, toda a predicação ocorre da direita para a esquerda. Assim, as cadeias de formativos e regras de

formação são apresentadas na ordem inversa da língua portuguesa, com a base à extrema direita e predicadores à esquerda.

A seguir, explicitaremos os casos vistos em estudos anteriores e, posteriormente, novas regras identificadas em nossos dados. Incluímos espaços entre os formativos para facilitar sua identificação. Acima de cada termo, adicionamos sua leitura, em alfabeto e, abaixo, a glosa.

5.3.1 Formativos verificados em estudos anteriores

a) Formativo zero

(53) 海上・港湾・航空 技術 研究所					[F, T]
Kaijō 海上・	Kōwan 港湾・	Kōkū 航空	Gijutsu 技術	Kenkyūjo 研究所	[FCØCØCBA] R1
Marítima	portuária	aérea	Tecnologia	Instituto	

Assim como na língua portuguesa, os casos de formativo zero verificados são aqueles em que ocorre a elipse de formativo repetido, para evitar a redundância. Assim, no caso apresentado, os formativos *kaijō* ‘marítima’, *kōwan* ‘portuária’ e *kōkū* ‘aérea’ se relacionam ao formativo *gijutsu* ‘tecnologia’. De modo a evitar redundância, as duas ocorrências adicionais de *gijutsu* foram elipsadas. Identificamos 24 ocorrências nos dados.

b) Formativo adjetival

(45) 自動車 技術 総合 機構				[F, T]
jidōsha 自動車	gijutsu 技術	sōgō 総合	kikō 機構	[FDCBA] R1
Automóvel	tecnologia	nacional	agência	

Em nossos dados, identificamos 16 casos com formativo adjetival. O critério para definir um formativo como adjetival foi a natureza do formativo como entidade isolada, ou seja, se tem características de adjetivo. Foram identificados sete tipos de formativo adjetival e, em nove das dezesseis ocorrências,

verificamos o formativo 総合^{sôgô} ‘geral’ que, contextualmente, assumiu significado de ‘nacional’, como no caso (45), o que predica a base, 機構^{kikô}.

5.3.2 Formativos específicos a Nomes Complexos da Administração Pública Japonesa

Nesta seção, apresentamos tipos de formativos não verificados em estudos anteriores (FAULSTICH, 2003; SIQUEIRA, 2004; CRUZ, 2013), relacionados à língua japonesa. São eles: a) formativos intercalados por sinal gráfico *nakaguro*; b) formativos com partícula de caso elipsada; c) formativos com sufixo ideográfico de equivalência; d) formativos com palavra em katakana e e) formativo topônimo. Os quatro primeiros casos são decorrentes das características próprias da língua japonesa. Consideramos serem os casos apresentados, a seguir, característicos de Nomes Complexos da linguagem de especialidade de administração pública.

a) Formativo coordenado intercalado por sinal gráfico *nakaguro*

(53)	海上	・	港湾	・	航空	技術	研究所	[F, T]
(53)	Kaijô 海上	・	Kôwan 港湾	・	Kôkû 航空	Gi jutsu 技術	Kenkyûjo 研究所	[FCØCØCBA] R1
	Marítima		portuária		aérea	Tecnologia	Instituto	

O sinal gráfico *nakaguro* (・) serve para separar palavras de uma mesma categoria, em situação semelhante ao caso de formativos coordenados separados por vírgula e conjunção ‘e’, da língua portuguesa. Outra possibilidade de listar palavras de mesma categoria em língua japonesa é o uso de partícula de caso enumerativa to (と)¹⁶⁹. Tal recurso, entretanto, não é utilizado em palavras compostas (OTA, 2011).

Dessa forma, no caso (53), os termos *kaijô* ‘marítima’, *kôwan* ‘portuária’ e *kôkû* ‘aérea’ são predicadores de (B) *gi jutsu* ‘tecnologia’, e considerados, assim,

¹⁶⁹ MUKAI, SUZUKI (org.), 2015, p. 136.

três ocorrências do formativo (C), ou seja, casos de formativos coordenados. Nos dados, foram identificadas 15 ocorrências.

b) Formativo com partícula de caso elipsada

(45) 自動車 技術 総合 機構	[F, T]
jidôsha gijutsu sôgô kikô 自動車 技術 総合 機構	[FDCBA] R1
Automóvel tecnologia nacional organização	

Na língua japonesa geral, a formação de palavras compostas pode ocorrer, como apresenta Ota (2011), pelo encadeamento de palavras sem o uso de partículas pospositivas. As palavras são ordenadas segundo a estrutura sintática da língua. Dessa forma, os formativos 自動車 e 技術, por exemplo, podem ser intermediados pela partícula de caso *no* (の), e mantêm a mesma relação semântica:

Quadro 35: Formação de palavra composta em japonês

jidôsha no gijutsu 自動車 の 技術 ‘tecnologia automobilística’ automóvel tecnologia
jidôsha gijutsu 自動車 技術 ‘tecnologia automobilística’

Fonte: OTA, 2011, p. 98 (adaptado)

Esse tipo de formação de NC é bastante comum na língua japonesa, sendo identificadas 112 ocorrências no *corpus* de 119 NCs.

c) Formativo com sufixo¹⁷⁰ ideográfico de equivalência

No conjunto	[F, T]
(21) kôgai tô chôsa i' inkai 公害 等 調査 委員会	[FDCBA] R1
Poluição semelhante investigação comissão	
(36) churyûgun tô rôdôsha rômu kanri kikô 駐留軍 等 労働者 労務 管理 機構	[FFEDCBA]R1
Base militar semelhante trabalhador trabalho gestão organização	

¹⁷⁰ Segundo Kikuchi (2014), o ideograma 等 *tô*, nesse contexto, é considerado sufixo.

Nas duas ocorrências identificadas no *corpus*, o sufixo 等 *tô* tem, de acordo com o dicionário Kôjien eletrônico, o significado de palavra que “é afixada a outra, indicando que há mais elementos de mesma natureza”¹⁷¹. Nesse sentido, por indicar outros termos implicitamente, consideramos como um formativo à parte, com significado próximo a ‘entre outros’.

e) Formativo com palavra em *katakana*

No conjunto			[F, T]	
(26)	shigen 資源	enerugii エネルギー	chô 庁	[FDCBA] R1
	recursos naturais	energia	agência	
(39)	daigaku 大学	nyûshi 入試	sentâ センター	[FCBA] R1
	Universidade	exame admissional	centro	

São casos em que o formativo é palavra de origem estrangeira¹⁷² e, por isso, é grafada no silabário *katakana*. Em relação à seleção de palavras estrangeiras em detrimento de palavras chinesas – mais comuns na linguagem de administração pública, lançamos a hipótese de que a palavra em questão tem conteúdo semântico mais específico que outras possíveis alternativas de palavras – de origem japonesa ou chinesa, o que confere, assim, à expressão como um todo o nível de especificidade necessário ao NC. O formativo no silabário *katakana* pode ocorrer tanto na base (caso (39)) quanto nos argumentos (caso (26)). Em nossos dados, identificamos 14 ocorrências.

¹⁷¹ No original ある語に添えて、それに類する物事が他にもあることを表す。(tradução nossa).

¹⁷² Como apresentado em 3.5, são palavras de origem estrangeira que não são palavras de origem chinesa, denominadas *gairaigo*.

e) Formativo com base coordenada

No conjunto						[F, T]
(38)	Daigaku 大学	kaikaku 改革	shien 支援	gakui 学位	juyo 授与	機構 [FDCBCBA]R1
	Universidade	aprimoramento	apoio	concessão	acadêmico	organização
(93)	Nippon 日本	genshiryoku 原子力	kenkyû 研究	kaihatsu 開発	kikô 機構	[FDCBBA] R1
	Japão	energia nuclear	pesquisa	desenvolvimento	organização	
(103)	rôdô 労働	seisaku 政策	kenkyû 研究	kenshû 研修	kikô 機構	[FDCBBA] R1
	Trabalho	política	pesquisa	treinamento	organização	

Da mesma forma que na língua portuguesa, há mais de um formativo predicando a base. Assim, o encadeamento ocorre como se fossem diversas ocorrências de uma base, cada qual com um único formativo predador:

Quadro 43 Formação de *Rôdô Seisaku Kensyû Kikô*

(103)	rôdô 労働	seisaku 政策	kenkyû 研究	・	kenshû 研修	kikô 機構	[FDCBBA] R1
103a	rôdô 労働	seisaku 政策	kenkyû 研究			kikô 機構	[FDCBA] R1
103b	rôdô 労働	seisaku 政策			kenshû 研修	kikô 機構	[FDCBA] R1

(Elaboração própria)

Dessa forma, como na língua portuguesa, cada formativo pode receber predicação própria, sendo individualmente encadeado, como vemos no caso (38). Da mesma forma, um formativo pode predicar todos os sucessores, como no caso (103). Os formativos referentes à base podem ou não ser intercalados por *nakaguro* (・), como vemos em (93). Nos dados, identificamos 19 ocorrências.

f) Formativo topônimo

No conjunto					[F, T]	
(90)	Nippon 日本	bōeki 貿易	shinkō 振興	kikō 機構	[FDCBA] R1	
	Japão	comércio exterior	promoção	organização		
(93)	Nippon 日本	genshiryoku 原子力	kenkyū 研究	kaihatsu 開発	kikō 機構	[FDCBBA] R1
	Japão	energia nuclear pesquisa	desenvolvimento	organização		

Como na língua portuguesa, topônimos são percebidos como uma entidade individual, mesmo que sejam palavras compostas. O número de topônimos descritos foi, entretanto, consideravelmente menor, com apenas oito ocorrências, e sendo em sua maioria o topônimo **Japão**.

5.3.3 Sistematização das regras de Nomes Complexos da língua japonesa

A análise de nossos dados permitiu identificar novos casos. Por meio dessa amostra, podemos traçar linhas gerais da característica da formação de NCs em Administração Pública japonesa, como sistematizado a seguir:

Quadro 44 - Novas regras de formação de NCs da língua portuguesa

Regra	Exemplo	Regra
Formativo coordenado intercalado por sinal gráfico <i>nakaguro</i>	Kaijō Kōwan Kōkū Gi jutsu Kenkyūjo 海上・港湾・航空 技術 研究所	[FCØCØCBA] R1
Formativo com partícula de caso elipsada	jidōsha gi jutsu sōgō kikō 自動車 技術 総合 機構	[FDCBA] R1
Formativo com sufixo ideográfico de equivalência	kōgai tō chōsa i' inkai 公害 等 調査 委員会	[FDCBA] R1
Formativo com palavra em <i>katakana</i>	shigen enerugi chō 資源 エネルギー 庁	[FDCBA] R1
Formativo com base coordenada	Nippon genshiryoku kenkyū kaihatsu kikō 日本 原子力 研究 開発 機構	[FDCBBA] R1
Formativo topônimo	Nippon bōeki shinkō kikō 日本 貿易 振興 機構	[FDCBA] R1

(Elaboração própria)

5.4 VARIANTES POR REDUÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

A redução de um NC, na linguagem de administração pública do Brasil, leva normalmente à criação de uma sigla ou acrônimo. Nosso estudo identificou, para 122 ocorrências de NCs, 66 siglas e 56 acrônimos, sendo que, em apenas um caso, dois NCs se referiam ao mesmo acrônimo.

A redução, independente de gerar sigla ou acrônimo, resulta, na maioria dos casos, do apagamento de parte de todos os formativos do NC, isto é, uma sigla de um NC com três formativos terá três letras e, em um acrônimo formado por NC semelhante, terá parte de todos os três formativos, mesmo que resulte em mais letras. Assim, temos a seguir, respectivamente, um exemplo de sigla e de acrônimo:

(96)	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	[ABBBF] R1
	MAPA	[ABBBF] R2
(77)	Fundação Nacional de Artes	[ABCF] R1
	Funarte	[ABCF] R2

Verificamos, entretanto, 37 casos em que ocorreu apagamento parcial do NC original, ou seja, a letra ou grupo de letras correspondente à base ou outro formativo, não consta no conjunto de letras da redução:

(94)	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	[ABCDF] R1
	ITI	[AØCDF] R2
(114)	Serviço Federal de Processamento de Dados	[ABCDF] R1
	SERPRO	[AØCØF] R2

Além disso, há seis ocorrências em que a sigla ou acrônimo difere do NC a que se relaciona:

(100)	Ministério da Educação	[ABF] R1
	Ministério da Educação e Cultura	[ABCF] R1
	MEC	[ABCF] R2
(87)	Instituto Brasileiro de Turismo	[ABCF] R1

Empresa Brasileira de Turismo	[ABCF] R1
EMBRATUR	[ABCF] R2

Nesses casos identificamos que ocorreu a mudança do NC original, mas a redução se manteve, o que consideramos comprovar o poder de fixação da redução no léxico.

No *corpus* em análise, há um único caso de uma variante além da redução. Neste caso, os dois primeiros Nomes Complexos estão em relação de variação. A denominação da empresa é dada pela Lei 12.304, de 2 de agosto de 2010. Em seu primeiro artigo, é apresentada a denominação:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, denominada **Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A.** (PPSA), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com prazo de duração indeterminado (BRASIL, 2010, grifo nosso).

(53) Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.	[ABCDEF] R1
(111)Pré-sal Petróleo S.A	[ABCF] R1
PPSA	[ABCF] R2

A nosso ver, todo o conteúdo grifado não pode ser considerado um único NC: além do traço separando dois grupos de termos, os formativos **S.A.**, sigla de **Sociedade Anônima**, são, normalmente, os últimos formativos no nome de uma instituição, aparecem duas vezes. Dessa forma, há dois Nomes Complexos, e esses têm a mesma redução. Estes são variantes e, assim, a sigla **PPSA** é redução de **Pré-Sal Petróleo S.A** e, ao mesmo tempo, de **Empresa Brasileira de Administração de Petróleo S.A.**. Esse tipo de relacionamento entre um NC e uma forma reduzida derivada de outro NC é verificado com mais frequência na língua japonesa, como veremos na seção seguinte.

5.5 VARIANTES POR REDUÇÃO EM LÍNGUA JAPONESA

Na linguagem de especialidade de Administração Pública da língua japonesa as reduções por siglas e acrônimos ocorrem quase sem exceção, com a redução de denominação da língua inglesa. Ao invés de ocorrer a redução do

nome em japonês, segundo os princípios de formação de reduções da língua, é utilizada a denominação em inglês da instituição, que é reduzida, de modo a formar siglas e acrônimos, segundo mecanismos de formação semelhantes ao português. A seguir apresentamos casos de redução da denominação em inglês de instituição japonesa que resultam em sigla ou acrônimo, respectivamente:

(12)	bunka 文化	chō 庁				[FBA] R1
	Cultura	agência				
12a	Agency for Cultural Affairs					[ABCF] R1
12b	ACA					[ABCF] R2
(116)	uchū 宇宙	kōkū 航空	kenkyū 研究	kaihatsu 開発	kikō 機構	[FDCBBA] R1
	Espaço	Aeronavegação	Pesquisa	Desenvolvimento	Organização	
116a	Japan Aerospace Exploration Agency					[DCBAF]R1
116b	JAXA					[DCBAF]R2

Da mesma forma que na língua portuguesa, identificamos 23 casos de reduções com apagamento da base ou de argumentos:

(67)	kokuritsu 国立	gan がん	kenkyū 研究	sentā センター		[FDCBA] R1		
	Nacional	câncer	pesquisa	centro				
67a	National Cancer Center Japan					[BCADF] R1		
67b	NCC					[BCAØF] R2		
(108)	sekiyu 石油	ten'nen 天然	gasu ガス	kinzoku 金属	kōbutsu 鉱物	shigen 資源	kikō 機構	[FDCDCBA] R1
	Petróleo	natural	gás	metálico	minério	recurso natural	organização	
108a	Japan Oil, Gas and Metals National Corporation					[DCCCBAF] R1		
108b	JOGMEC					[DCCCØAF] R2		

Verificamos três ocorrências de reduções moraicais, típicas da língua japonesa, mas em duas delas houve a transliteração para o alfabeto, enquanto na outra, transliteração para o silabário *hiragana*.

(76)	kokuritsu 国立	kôtô 高等	senmon 専門	gakkô 学校	kikô 機構	[FEDCBA] R1
	Nacional	nível superior	especializada	escola	organização	
76a		こう	せん			[ØDCØØ] R2
76b	KOSEN ¹⁷³					[ØDCØØ] R2
(99)	nôgyôsha 農業者	nenkin 年金	kikin 基金			[FCBA] R1
	Agricultor	Pensão	Fundo			
99a	のう	ねん				[FCBØ] R2
(102)	rikagaku 理化学	kenkyûjo 研究所				[FBA] R1
	Ciências Físico-químicas	Centro de Pesquisa				
102a	り	けん				[FBA] R2
102b	RIKEN					[FBA] R3

Por último, identificamos discrepâncias entre a sigla ou acrônimo e o nome, indicativo de mudança do NC, como vemos a seguir:

(98)	Nôgyô 農業	Shokuhin 食品	Sangyô 産業	Gijutsu 技術	Sôgô 総合	Kenkyû 研究	Kikô 機構	[FFFEDCBA] R1
98a	National Agriculture and Food Research Organization						[BCDCAF]	
	R1							
98b	National Agriculture Reseach Organization						[BDCAF] R1	
98c	NARO						[BCDAF] R2	

¹⁷³ Ou seja, a forma original, kokuritsu kôtô senmon gakkô kikô 国立 高等 専門 学校 機構, é transliterada para o silabário *hiragana*, resultando em Kokuritsu Kô t ô SeNmoN Gakkô Kikô こくりつ こうとう せんもん がっこう きこう. Esta estrutura é reduzida para as duas primeiras moras da segunda e terceira palavras, resultando em こうせん. Essa estrutura final é transliterada para alfabeto, resultando na denominação KOSEN, utilizada pela instituição em maiúsculas.

No caso em questão, tanto o NC em japonês quanto sua denominação em inglês sofreram adição do termo *food* 'alimento' em decorrência da alteração de suas atribuições. Essa mudança, entretanto, não afetou a sigla, que permaneceu inalterada.

5.6 CARACTERÍSTICAS DA FORMAÇÃO DE NOMES COMPLEXOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Com base nos casos apresentados acima, conseguimos identificar as seguintes características dos Nomes Complexos da linguagem de especialidade de administração pública brasileira e japonesa, que servirão de referência para elaboração de denominações harmonizadas. Na linguagem de especialidade da Administração Pública do Brasil, a formação de Nomes Complexos ocorre da esquerda para a direita, sendo a base o primeiro formativo. Há casos de formativos coordenados, ou seja, que se referem a um mesmo argumento ou base. A estrutura de formação coordenada utiliza vírgulas e conjunção 'e'. Formativos adjetivais e preposicionais também são muito frequentes. Para formativos que são topônimos e antropônimos os diversos elementos que constituem o nome do lugar são considerados em conjunto. Há casos de formativos não predicadores, como o caso de nomes de indivíduos, que não afetam a carga semântica do contínuo conceitual do nome da instituição.

Na linguagem de especialidade da Administração Pública do Japão, a formação de Nomes Complexos ocorre da direita para a esquerda, sendo a base o último formativo à direita. Há casos de formativos coordenados, que podem ou não ser intermediados pelo sinal gráfico *nakaguro* (・). Formativos adjetivais são comuns e não há ocorrências de partículas posicionadas entre formativos. Há formativos que são topônimos e não foram verificados formativos não predicadores.

Em relação à redução, na língua portuguesa ocorrem tanto siglas quanto acrônimos, que podem sofrer ou não elipse de um ou mais formativos.

Dentro da área de Administração Pública, verificamos que a redução em língua japonesa ocorreu, com frequência, intermediada pela denominação na língua inglesa. Assim como na língua portuguesa, pode ocorrer elipse de um ou mais formativos. São raros os casos de redução moraica.

Tendo em vista essas características, é possível traçar um paralelo entre estruturas, como sintetizado a seguir:

Quadro 45 - Formativos de Nomes Complexos brasileiros e japoneses

Nomes Complexos brasileiros	Nomes Complexos japoneses
Formativo preposicionado	Formativo sem intercalação de partícula
Formativo adjetival	Formativo adjetival
Formativo coordenado separado por vírgula ou conjunção 'e'	Formativo coordenado intercalado por sinal gráfico <i>nakaguro</i> Formativo coordenado sem intercalação
Formativo referente à base (A), coordenado, separado por vírgula ou conjunção 'e'	Formativo coordenado intercalado por sinal gráfico <i>nakaguro</i> Formativo coordenado sem intercalação

(elaboração própria)

5.7 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo apresentamos os mecanismos de formação de Nomes Complexos em Administração Pública brasileira e japonesa. Para cada língua, identificamos, com base no Constructo de Faulstich, os mecanismos de formação verificados em estudos anteriores e evidenciamos mecanismos de formação característicos da linguagem de especialidade de administração pública.

Na língua portuguesa, identificamos os formativos: a) formativo zero Ø; b) formativo preposicionado; c) formativo adjetival; d) formativo com base (A) nominalizada; e) formativo marcado por determinante e f) formativo com predicado representado por sigla. Os formativos de (a) a (e) são descritos por Faulstich (2003) e o restante por Siqueira (2004) e Cruz (2013).

Além disso, identificamos cinco tipos característicos de NCs da administração pública brasileira: a) formativo em que a base é sigla ou acrônimo; b) formativo coordenado separado por vírgula ou conjunção 'e'; c) formativo com base coordenada; d) formativo topônimo e e) formativo não predicador.

Na língua japonesa, identificamos os formativos: a) formativo zero Ø e b) formativo adjetival, ambos descritos por Faulstich (2003). Também identificamos seis formativos característicos da linguagem de especialidade de

administração pública japonesa: a) formativo coordenado intercalado por sinal gráfico *nakaguro*; b) formativo com partícula de caso elipsada; c) formativo com sufixo ideográfico de equivalência; d) formativo com palavra em *katakana*; e) formativo com base coordenada e f) formativo topônimo. É muito frequente o caso de formativo em que há a elipse da partícula de caso, com ocorrência em quase todos NCs. O encadeamento de palavras de mesma categoria ocorre com o apagamento da partícula posposicionada de caso *no* (の), que tem função de adjunto adnominal ou posse – análogo ao **de** em língua portuguesa – ou com a intermediação de sinal gráfico *nakaguro* (・), que desempenha a função de partícula enumerativa *to* (と) – análoga ao ‘e’ em língua portuguesa. O primeiro caso não é exclusivo da linguagem de especialidade da administração pública e ocorre na língua comum (OTA, 2011). Confirmamos a predominância de palavras de origem chinesa, com casos raros de palavras estrangeiras de outras origens, registradas no silabário *katakana*.

Todos os Nomes Complexos brasileiros têm reduções como variantes, com ocorrências de siglas e acrônimos. No caso brasileiro, há 66 siglas e 56 acrônimos.

Verificamos seis casos de discrepância entre nome e redução, para a língua portuguesa, e cinco casos para a língua japonesa, devido à mudança do nome da instituição e persistência da redução – sigla ou acrônimo – do nome anterior, indicando sua capacidade de fixação no léxico. Há a ressalva de que a alteração ocorre entre a denominação em língua inglesa e a redução, tendo em vista que quase todas as siglas e os acrônimos na administração pública japonesa são criados a partir das denominações em língua inglesa. O mecanismo da redução intermediada por denominação em outra língua é explicado na seção 2.4 desta tese.

Nem todos os NCs japoneses têm reduções variantes e, quase na sua totalidade, são derivadas das denominações na língua inglesa.

Com base nas características da formação de NCs de cada língua, traçamos linhas gerais que poderão guiar o processo de elaboração de denominações harmonizadas entre as línguas, para os casos em tais denominações não tenham sido estabelecidas.

CAPÍTULO 6 — PROPOSTA DE GLOSSÁRIO

6.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentaremos a proposta de Glossário de Administração Pública, com título provisório 'Glossário de Entidades de Administração Pública Português-Japonês/Japonês Português 日和・和日行政機関辞典'.

Os dados dos verbetes foram registrados em dois tipos de fichas terminológicas: ficha em português e ficha em japonês. As fichas são apresentadas, respectivamente, nos Apêndices de 1 e 2. A estrutura do Glossário foi apresentada no capítulo 4, e é como se vê a seguir:

Estrutura do glossário

A macroestrutura do glossário é constituída por:

- 1) Notas introdutórias:** contém informações ao usuário sobre objetivo e constituição do Glossário e instruções de consulta;
- 2) Símbolos e abreviações;**
- 3) Corpo principal:** é estruturado como se vê a seguir:

Quadro 46 - Estrutura do Glossário

Tomo I: Português-Japonês (Usuário-alvo: brasileiro, texto em português)

- Parte I: Instituições brasileiras federais: Ministérios, Agências, Fundações, etc., separadas por pasta ministerial, compondo seções principais. Órgãos subordinados são subseções, com numeração da seção adicionada de letra.

- Parte II: Instituições japonesas nacionais: Ministérios, Agências Externas, Entidades Administrativas Independentes, separadas por pasta ministerial, compondo seções principais. Órgãos subordinados são subseções, com numeração da seção adicionada de letra..

Tomo II: Japonês-Português (Usuário-alvo: japonês, texto em japonês)

- Parte I: Instituições brasileiras federais: Ministérios, Agências, Fundações, etc. separadas por pasta ministerial, compondo seções principais. Órgãos subordinados são subseções, mantendo a numeração principal, adicionada de letra.

- Parte II: Instituições japonesas nacionais: Ministérios, Agências Externas, Entidades Administrativas Independentes, separadas por pasta ministerial, compondo seções principais. Órgãos subordinados são subseções, mantendo a numeração principal, adicionada de letra.

(elaboração própria)

Cada seção é iniciada pelo verbete correspondente ao nome da seção em questão, destacada em um quadro.

4) Índice de fontes: inclui leis e sites de instituições utilizadas como fontes de dados.

Em nossa proposta, apresentamos as seguintes instituições, seguindo a numeração apresentada na seção metodológica:

Quadro 47 - Instituições incluídas no glossário

<p>Instituições brasileiras: (Tomo I, parte I e Tomo II, parte I)</p> <ul style="list-style-type: none">• Seção 12 Ministério de Minas e Energia• Seção 12-A Agência Nacional de Energia Elétrica• Seção 12-B Agência Nacional de Mineração• Seção 16 Ministério do Turismo• Seção 16-A Instituto Brasileiro de Turismo <p>Instituições japonesas: (Tomo I, parte II e Tomo II, parte II)</p> <ul style="list-style-type: none">• Seção 6 Ministério da Economia, Comércio e Indústria• Seção 6-A Agência de Recursos Naturais e Energia• Seção 11 Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo• Seção 11-A Agência de Turismo do Japão

(elaboração própria)

Em nosso glossário proposto, incluímos as informações que visamos apresentar ao público-alvo. Assim, parte das informações incluídas nos capítulos anteriores são repetidas neste capítulo. No início de cada Tomo, incluímos um quadro que apresenta as seções que o compõem.

6.2 GLOSSÁRIO PROPOSTO

**GLOSSÁRIO DE INSTITUIÇÕES DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****PORTUGUÊS/JAPONÊS****JAPONÊS/PORTUGUÊS****(PROPOSTA)****ポ和・和ポ****行政機関辞典****(案)****FAUSTO PINHEIRO PEREIRA**

Prefácio

Na versão final do glossário, será incluído prefácio, escrito por autoridade em lexicografia. Nesta proposta de glossário, apenas apresentamos o espaço onde ele será incluído.

6.2.1 Notas introdutórias

6.2.1.1 O propósito do glossário

Este glossário foi criado com o intuito de preencher uma lacuna existente no campo da terminologia que envolve as línguas portuguesa e japonesa. O autor, em anos de experiência como tradutor, verificou não haver obras de referência específicas à administração pública. Devido a isso, verificou grande diversidade de interpretações – mesmo em traduções institucionais – para designar uma mesma instituição.

Enfatizamos, entretanto, que nos fixamos nas tendências mais atuais da Terminologia, em nosso caso na Teoria da Variação em Terminologia, uma abordagem descritiva, em que a linguagem de especialidade é considerada, passível assim de variação. Isso implica dizer que há mais de uma palavra para designar uma mesma entidade. Verificamos que mesmo em línguas de especialidade, há a variação, como afirma Faulstich (1995).

Neste glossário, especificamente, trabalhamos com siglas e acrônimos como a principal fonte de variação. Siglas e acrônimos são extremamente significativas na comunicação diária. A necessidade de comunicação dinâmica e concisa é cada vez maior e a comunicação abreviada está presente não só em nossas mensagens em redes sociais, mas também na comunicação oficial. A diferença entre siglas e acrônimos está no fato de as sílabas serem formadas apenas pela primeira letra inicial de cada palavra da qual se origina, enquanto acrônimos são formados por combinações de mais de uma letra da palavra original.

Mas por que um glossário? Glossário é uma obra de delimitação específica dos dados utilizados. A área abrangida é, como se pode inferir, pelo título, a administração pública. Mas a Administração Pública é um domínio de conhecimento vasto, pois interfere em todas as esferas da vida de uma população, pela atuação do Poder Executivo do país. Dada nossa perspectiva de atender a uma necessidade mais específica e imediata, elaboramos um glossário, sem excluir, de perspectivas futuras, a possibilidade de criar uma obra com maior quantidade de dados, que poderá vir a ser um dicionário.

6.2.1.2 O público alvo

O glossário tem como público-alvo aqueles que atuam diretamente na interface entre Brasil e Japão, ou seja, funcionários e especialistas envolvidos na comunicação entre os dois países. Apesar de não serem o público imediato, tradutores e intérpretes também podem se beneficiar desse glossário. Afinal, para estes profissionais, dicionários e glossários são as fontes primárias de referência.

6.2.1.3 A abrangência do glossário

O público-alvo primário é constituído de especialistas que atuam na interface Brasil-Japão nas esferas maiores de governo. Assim, nos limitamos ao governo federal do Brasil e ao governo central do Japão. No Brasil, há, na Esfera Federal, mais de 20 entidades que constituem a administração direta (Presidência da República e ministérios) e mais de 200 entidades que constituem a administração indireta (autarquias, agências, fundações, etc.). Já no Japão, há 11 ministérios, além do Gabinete do Primeiro-Ministro (excluindo-se mais de 20 pastas para atender demandas específicas designadas pelo Gabinete, lideradas por ministros nomeados para sua execução), mais de 20 entidades de administração indireta e quase 90 entidades administrativas independentes.

São estas instituições e suas subdivisões que constituem o corpo do glossário.

6.2.1.4 Fontes de dados do glossário

Consideramos que os funcionários e especialistas que atuam na interface Brasil-Japão têm necessidade de informações concisas e de caráter oficial. Dessa forma, a melhor fonte de informação é a própria legislação que define as funções e atribuições das instituições pesquisadas, além das páginas de internet destas instituições, que disponibilizam, entre outras informações, os organogramas institucionais e a legislação vigente em relação às atribuições das respectivas instituições.

6.2.1.5 Dados inclusos no glossário

O glossário é constituído de nomes de instituições administrativas. Os nomes de instituições são parte significativa da terminologia de Administração Pública. Em termos de estrutura, por serem encadeamentos semânticos de termos (muitas vezes originados da língua geral), são considerados na Terminologia como Nomes Complexos, o que implica que abrigam significado distinto dos termos que as constituem individualmente.

Além disso, a organização hierárquica das instituições de administração pública brasileira e japonesa, assim como a visão de mundo que as orienta, são bastante distintas. Consideramos, assim, que, em muitos casos, a mera indicação da denominação na outra língua não será suficiente para que o consulente consiga apreender adequadamente o que a instituição consultada faz. Assim, justificamos a inclusão da definição.

Além da definição, incluímos a fonte da definição, possíveis variantes, remissivas e a denominação em outra língua. Na seção **Como utilizar o glossário**, ilustramos detalhadamente a estrutura de cada verbete em português e em japonês.

6.2.2 Sobre a escrita japonesa

A língua japonesa utiliza concomitantemente três sistemas distintos de escrita, um ideográfico, *kanji*, e dois silabários, *hiragana* e *katakana*.

O primeiro sistema, *kanji*, é composto de ideogramas de origem chinesa e o repertório oficial conta com 2136 ideogramas, muitos possuindo mais de uma leitura. Este sistema é utilizado para a composição de palavras lexicais e prefixos. O segundo sistema, *hiragana*, é composto de 46 sílabas desprovidas de sentido, utilizado na maioria para flexão de verbos e predicadores de qualidade, partículas e marcadores posicionados de relação palavra-verbo e palavra-palavra. O último sistema, *katakana*, também é composto por 46 sílabas igualmente desprovidas de sentido, sendo utilizado em palavras de origem estrangeira, onomatopeias, advérbios onomatopeicos e como recurso de ênfase.

Além dos três sistemas de uso oficial no Japão para a língua japonesa, verificamos também a utilização do alfabeto para a transliteração da língua japonesa. Em seção posterior, discutiremos sobre os sistemas de transliteração.

A seguir, apresentamos este modelo, em que cada primeira sílaba está no sistema Hiragana, seguida de seu equivalente no sistema Katakana e de sua transliteração para o alfabeto.

Quadro 48 - Ordem de escrita das sílabas em japonês

あア a	いイ i	うウ u	えエ e	おオ o
かカ ka	きキ ki	くク ku	けケ ke	こコ ko
さサ sa	しシ shi	すス su	せセ se	そソ so
たタ ta	ちチ chi	つツ tsu	てテ te	とト to
なナ na	にニ ni	ぬヌ nu	ねネ ne	のノ no
はハ ha	ひヒ hi	ふフ fu	へヘ he	ほホ ho
まマ ma	みミ mi	むム mu	めメ me	もモ mo
やヤ ya		ゆユ yu		よヨ yo
らラ ra	りリ ri	るル ru	れレ re	ろロ ro
わワ wa		をヲ o		
んン n				

(Elaboração própria)

As sílabas, após a primeira linha, seguem a ordem de vogal a i u e o, na combinação consoante-vogal CV, em que as consoantes são: **k s t n h m y r w**. O grupo ‘y’ é iniciado por semivogal ao invés de consoante, mas é posicionado nesta estrutura. Este grupo é utilizado na composição de sílabas na combinação consoante-semivogal-vogal CJV, como しよ (/ʃjo/), que se diferencia de しよ (/ʃjjo/). Da mesma forma o grupo ‘w’ é composto por uma semivogal, mas só é utilizado para composição de sílabas CJV em casos de palavras de origem estrangeira. Dentre os grupos iniciados por ‘y’ e ‘w’, **ye, wi e we** foram eliminados por serem substituídos por e, i e e, respectivamente. As palavras são compostas por combinações das 46 sílabas de estrutura V, CV ou CJV

Rômaji, a escrita em alfabeto

Como dissemos, os sistemas de escrita oficiais da língua japonesa são *kanji*, *hiragana* e *katakana*. Houve, entretanto, propostas de abolição destes sistemas de escrita, favorecendo o uso do *rômaji*, que é a escrita em alfabeto, principalmente no séc. XIX. Tais iniciativas não tiveram sucesso. Não obstante, o alfabeto ainda é visto cotidianamente no Japão, em siglas e acrônimos de origem estrangeira, assim como em placas de trânsito, nomes de estações de trem e metrô. A transliteração de palavras japonesas para alfabeto segue diversos sistemas, como o *hebonshiki* ‘sistema Hepburn’, *nihonshiki* ‘sistema japonês’ e *kunreishiki* ‘sistema legal’.

O *kunreishiki* é uma derivação com pequenas modificações do *nihonshiki* e é ensinado nas escolas japonesas. Os sistemas diferem pelo fato de o primeiro diferenciar sílabas de mesma pronúncia, tais como じ zi e ぢ di, enquanto o segundo as unifica (zi para ambas). Por outro lado, o *hebonshiki* é utilizado no ensino da língua japonesa no exterior, em fases iniciais, devido à maior facilidade de compreensão por parte dos alunos.

No que se refere ao uso por instituições governamentais, com o sentido de unificar a transliteração do japonês, foi criado um modelo de uso oficial, estabelecido por portaria do Ministério da Educação japonês de 21 de setembro de 1937, recomendando o uso do *kunreishiki*, apresentado no Quadro 1 da mesma portaria, disponibilizada atualmente no site da Agência de Assuntos Culturais do governo japonês. Este modelo se aplica ao uso comum do alfabeto

dentro do Japão. Entretanto, para uso internacional ou em circunstâncias excepcionais, a mesma portaria recomenda o uso do Quadro 2, que abrange o *hebonshiki* e o *nihonshiki*.

Apesar oficialização de uso do *kunreishiki*, no pós-Guerra, com o maior contato com a língua inglesa, passou-se a utilizar mais o *hebonshiki*, ou variações deste. Por exemplo, os nomes de estações de trem são mostrados em

Quadro 50 - Quadro de uso oficial do rômaji 1

A	i	u	e	o			
ka	ki	ku	ke	ko	kya	kyu	kyo
sa	si	su	se	so	sya	syu	syo
ta	ti	tu	te	to	tya	tyu	tyo
na	ni	nu	ne	no	nya	nyu	nyo
ha	hi	hu	he	ho	hya	hyu	hyo
ma	mi	mu	me	mo	mya	my	myo
ya	(i)	yu	(e)	yo			
ra	ri	ru	re	ro	rya	ryu	ryo
wa	(i)	(u)	(e)	(o)			
ga	gi	gu	ge	go	gya	gyu	gyo
za	zi	zu	ze	zo	zya	zyu	zyo
da	(zi)	(zu)	de	do	(zya)	(zyu)	
ba	bi	bu	be	bo		(zyo)	
pa	pi	pu	pe	po	bya	byu	byo
					pya	pyu	pyo

Obs: Os casos entre parênteses não são usados

Fonte: Agência de Assuntos Culturais (trad. Nossa)

Quadro 49 - Quadro de uso oficial do rômaji 2

sha	shi	shu	sho
cha	chi	tsu	cho
		chu	
		fu	
ja	ji	ju	jo
	di	du	
	dya	dya	dyo
kwa			
gwa			
			wo

Fonte: Agência de Assuntos Culturais (trad. Nossa)

ideograma acompanhados da transliteração para alfabeto segundo o *hebonshiki*. Os passaportes japoneses, seguindo determinação da Lei de Passaportes, utiliza também este método, por se configurar como um dos casos de uso internacional. Este glossário aplica o *hebonshiki*, revisado, utilizando o acento circunflexo no lugar do macron para indicar sílabas de vogal longa. O sistema *hebonshiki* é como se vê abaixo (em parênteses estão as sílabas resultantes de alteração por diacrítico):

Quadro 51 - Sistema *Hebonshiki*

a	i	u	e	o
ka (ga)	ki (gi)	ku (gu)	ke (ge)	ko (go)
sa (za)	shi (ji)	su (zu)	se (ze)	so (zo)
ta (da)	chi (ji)	tsu (zu)	te (de)	to (do)
na	ni	nu	ne	no
ha (ba/pa)	hi (bi/pi)	fu (bu/pu)	he (be/pe)	ho (bo/po)
ma	mi	mu	me	mo
ya		yu		yo
ra	ri	ru	re	ro
wa				o
n				

Fonte: Agência de Assuntos Culturais (adaptado)

6.2.3 Estrutura da Administração Pública brasileira

O Brasil é uma República Federativa, com o Poder Executivo chefiado pelo Presidente da república, auxiliado pelos Ministros de Estado. Desde o advento da República, todas as Constituições, desde a de 1891, primeira Constituição do Brasil como república, preservaram o princípio da divisão dos três poderes: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário (BONAVIDE, 2005). A administração brasileira é executada pelo ramo Executivo dos três poderes, e opera em três níveis: federal, estadual e municipal.

No Brasil, o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado. Há, entretanto, Ministros de Estado que não são vinculados ao Poder Executivo, como o Advogado-Geral da União. A estrutura da administração federal é definida pelo Art. 4º do Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e compreende a administração direta, “que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios” e indireta, que compreende entidades dotadas de

personalidade jurídica própria: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas e “vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade”. Neste glossário, delimitamos a Administração Indireta apenas aos órgãos e entidades apresentadas pelos próprios Ministérios.

A base principal para a delimitação das atribuições e limitações do Poder Executivo é a legislação, em especial a Constituição Federal de 1988 e leis complementares específicas que regulamentam ministérios e agências governamentais relacionadas. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Poder Executivo é controlado pelo presidente da república, que é auxiliado pelos ministros de estado, por ele designados:

Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

Art. 87. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;

II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

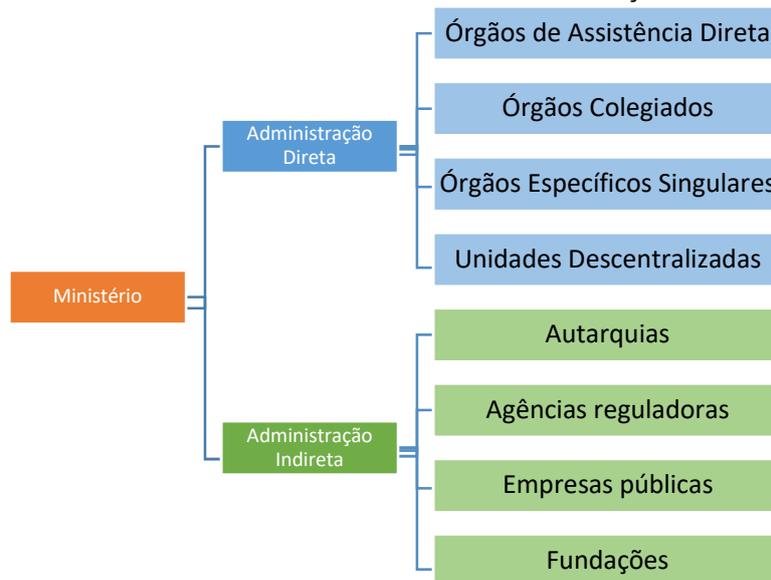
Art. 88. A lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios. (BRASIL, 1988, passim).

A Constituição não delimita o número ou nome dos Ministérios, e a criação ou extinção destes é determinada por leis específicas para esse fim. Da mesma forma, a denominação, a estruturação e as atribuições dos Ministérios e das agências vinculadas a estes, tanto da administração direta ou indireta, são definidas por leis federais. Quando necessário, a organização interna é definida complementarmente por regimento interno elaborado pelo ministério em questão.

A administração direta “se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios”. A administração direta, é assim, a especificada no art. 76º da Constituição Federal de 1988.

A administração indireta é composta por “órgãos de personalidade jurídica própria, mas que desempenham funções do Estado de maneira descentralizada e em todas as esferas – federal, estadual, distrital e municipal” (BRASIL, 2017). Entre as entidades que compõem a administração indireta temos autarquias, fundações públicas, empresas públicas e agências executivas e reguladoras, cujos funcionários são servidores públicos. A estrutura da administração direta e indireta pode ser sintetizada como se vê a seguir:

Figura 18 - Ministérios brasileiros e estrutura de administração direta e indireta



(Elaboração própria)

Na administração atual – ano de 2019 – há dezesseis ministérios, que constituem a parte superior da administração direta. Dentro dos ministérios, há órgãos e conselhos vinculados diretamente. Há também agências externas, subordinadas aos ministérios, que executam ou coordenam a administração indireta.

Na administração direta, temos, sob o comando de um ministério, órgãos de assistência direta, órgãos colegiados, órgãos específicos singulares e unidades descentralizadas. Na administração indireta temos, subordinadas a um ministério, autarquias, empresas públicas e fundações.

Nosso glossário será elaborado respeitando essa relação de subordinação, incluindo as agências como subseções dos ministérios. Assim, as

seções relacionadas ao Brasil serão divididas em ministérios, alfabeticamente ordenados:

Quadro 52 - Seções do Glossário: Ministérios do Brasil

Seção 1	CGU	Controladoria Geral da União
Seção 2	MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Seção 3	MC	Ministério da Cidadania
Seção 4	MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Comunicação e Inovações
Seção 5	MD	Ministério da Defesa
Seção 6	MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
Seção 7	ME	Ministério da Economia
Seção 8	MEC	Ministério da Educação
Seção 9	MI	Ministério da Infraestrutura
Seção 10	MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
Seção 11	MMA	Ministério do Meio Ambiente
Seção 12	MME	Ministério de Minas e Energia
Seção 13	MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Seção 14	MRE	Ministério das Relações Exteriores
Seção 15	MS	Ministério da Saúde
Seção 16	MTUR	Ministério do Turismo

(Elaboração própria)

Dentro de cada seção, as agências subordinadas serão incluídas em subseções alfabeticamente ordenadas, como se vê no exemplo abaixo:

Quadro 53 Subseções do Glossário: entidades subordinadas ao MMA

Seção 12	MMA	Ministério de Minas e Energia
Subseção 1	ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
Subseção 2	ANM	Agência Nacional de Mineração

(Elaboração própria)

6.2.4 Estrutura da Administração Pública japonesa

O Japão é uma Monarquia Constitucional, com o poder executivo chefiado pelo Primeiro Ministro. Antes da Era Meiji (1867-1912) o Japão fechou as fronteiras ao mundo exterior, com exceção de pontos de acesso em Nagasaki, onde se manteve comércio com holandeses e chineses (JANSEN, 2008). Em 1853, Mathew Perry, Comodoro da Marinha dos Estados Unidos, chegou ao Japão conduzindo uma frota de navios e coagiu o governo japonês à abertura

do país. Assim, em 1854, foram abertos os portos, fechados desde 1639 e, em 1859, reiniciou-se o comércio com o exterior (BEASLEY, 2008).

Com o advento da Era Meiji, o Japão adentrou abruptamente na era moderna. Foi um período de grandes mudanças, em que o país buscou modernizar-se rapidamente com o objetivo de se integrar à Comunidade Internacional sem estar em posição de desvantagem em relação às nações mais poderosas da época, temeroso de que ocorresse o mesmo que a China, que na época foi forçada a firmar acordos comerciais com a Grã-Bretanha em termos desiguais (BEASLEY, 2008). Para isso, alterou drasticamente o sistema de administração e incorporou conhecimentos obtidos por emissários enviados a diversas partes da Europa, que apresentaram diversos modelos. O modelo constitucional que mais interessou ao Japão foi o da Prússia (QUIGLEY, 1947). A partir desse, foi elaborada a primeira constituição moderna do Japão, a Constituição Meiji, de 1889. Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão adotou uma nova Constituição, atualmente vigente. Em ambas as Constituições, foi respeitado o princípio da divisão dos três poderes: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

A administração japonesa é executada pelo ramo Executivo dos três poderes, e opera em três níveis: nação, províncias e cidades. As atribuições do Poder Executivo japonês são determinadas por leis, em especial a Constituição do Japão, de 1947, além de leis específicas a ministérios e agências governamentais relacionadas.

De acordo com a Constituição japonesa, o Poder Executivo é controlado pelo Primeiro-Ministro, que é auxiliado pelos ministros de estado, por ele designados:

Art. 65°. O Poder Executivo será investido ao Gabinete.

Art. 66°. O Gabinete Oficial consistirá do Primeiro-Ministro, que será seu chefe, e outros Ministros de Estado, como estabelecido em Lei.

O Primeiro-Ministro e outros Ministros devem ser civis. O Gabinete, no exercício do Poder Executivo, deve ser coletivamente responsável perante a Dieta.

[...]

Art. 68°. O Primeiro-Ministro deve nomear os Ministros de Estado. Entretanto, a maioria de seu número deve ser escolhido dentre os membros da Dieta.

O Primeiro-Ministro pode remover os Ministros de Estado como decidir.

(JAPÃO, Constituição do Japão, 1947, passim)

O número de ministérios foi limitado pela Reforma da Administração Central de 2001 a 12 ministérios sob o controle do Gabinete Oficial, órgão central comandado pelo primeiro-ministro (JAPÃO, 2014).

Na estrutura atual, os ministérios são:

Quadro 54 - Ministérios do Japão

Nome em japonês	Nome em português
内閣府 Naikaku Fu	Gabinete Oficial
総務省 Sômu Shô	Ministério de Assuntos Internos e Comunicações
法務省 Hômu Shô	Ministério da Justiça
外務省 Gaimu Shô	Ministério de Assuntos Estrangeiros
財務省 Zaimu Shô	Ministérios das Finanças
文部科学省 Monbu kagaku Shô	Ministério da Educação, Cultura, Desporte, Ciência e Tecnologia
厚生労働省 Kôsei Rôdô Shô	Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social
農林水産省 Nôrin Suisan Shô	Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas
経済産業省 Keizai Sangyô Shô	Ministério das Economia, Comércio e Indústria
国土交通省 Kokudô Kôtsu Shô	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo
環境省 Kankyô Shô	Ministério do Meio Ambiente
防衛省 Bôei Shô	Ministério da Defesa

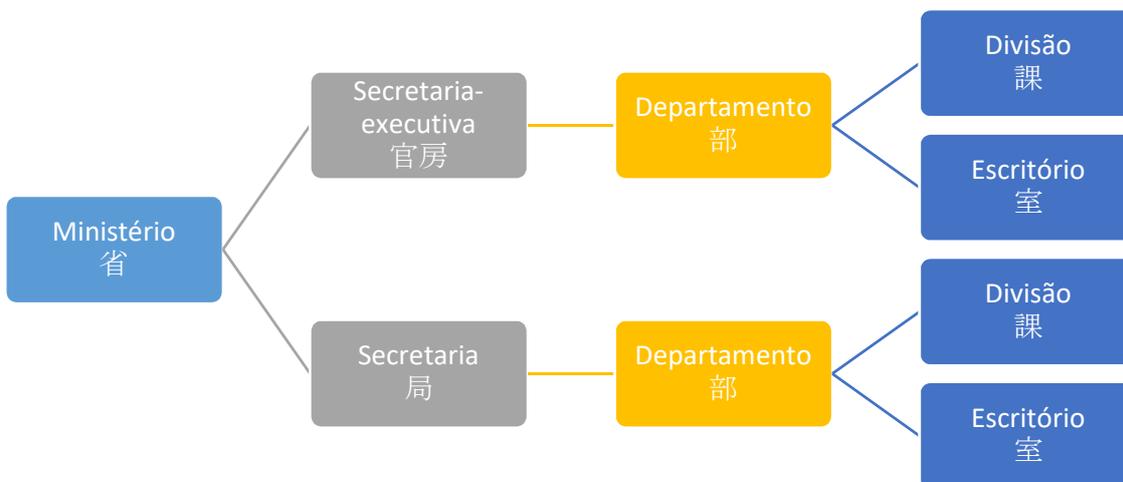
Fonte: Gabinete Oficial do Primeiro Ministro do Japão (2019)

Na administração atual (no ano de 2019), há 11 ministérios além do gabinete, este sob controle direto do primeiro-ministro e há diversas pastas

ministeriais especiais, delegadas a Ministros de Estado responsáveis por funções especiais. Essas pastas ministeriais são, em geral, confiadas a ministros que já chefiavam outros ministérios e também não implicam na criação de órgãos específicos. Dessa forma, as Pastas Ministeriais Especiais não serão abrangidas neste estudo.

A administração direta é realizada por pelo primeiro-ministro, encabeçando o Gabinete Oficial, e pelos ministérios. Os órgãos internos de ministérios e agências japoneses são: Secretaria-Executiva, Comissões, Secretarias, Departamentos, Divisões e Escritórios, como determinado pelo artigo 7 e parágrafos seguintes da Lei 120 de 1948 – Lei da Organização Governamental Nacional. Há uma relação de hierarquia entre alguns desses: divisões e escritórios são subordinados a departamentos que, por sua vez, são subordinados a secretarias, como ilustrado a seguir:

Figura 19 - Subdivisão da administração direta japonesa

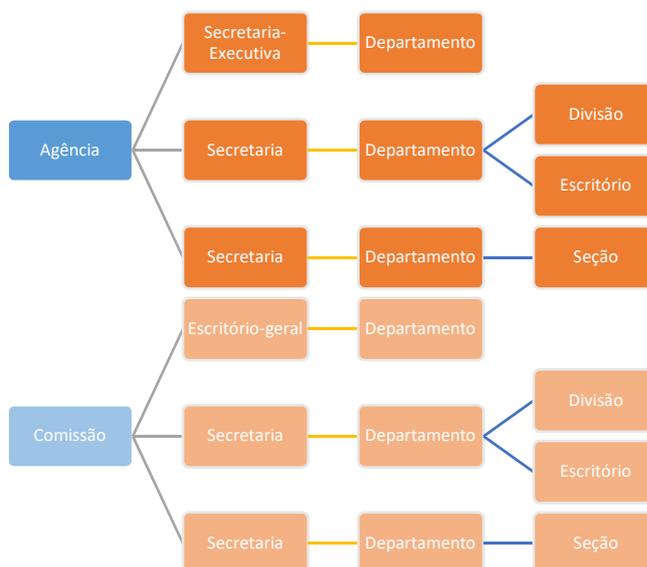


Fonte: JAPÃO, Lei nº120 de 1948, art. 7º, parágrafos 2-7 (1948)

Há também agências externas, subordinadas aos ministérios: comissões e agências, que executam ou coordenam parte da administração indireta. A figura do órgão externo é determinada pela Lei 120 de 1948 – Lei da Organização Governamental Nacional e a Lei 103 de 10 de junho de 1998, artigo 10º – Lei Base da Reforma dos Ministérios Centrais. Assim como ministérios, as

agências são internamente constituídas de Secretaria-Executiva, Departamentos, Divisões e Escritórios:

Figura 20 - Subdivisão da administração indireta japonesa



Fonte: JAPÃO, Lei nº120 de 1948, art. 7º, parágrafos 2-7 (1948)

Na administração indireta, diversas atribuições passaram a ser cumpridas por uma nova modalidade de agência, não mais integrada à administração direta, mas ainda subordinada a ministérios: as Entidades administrativas Independentes.

A figura das Entidades administrativas Independentes é estabelecida por lei (Lei 103 de 1999), com definição de nome, objetivos e atribuições (art. 1) identificados em leis próprias (art. 1, §2º), como a Lei da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Lei nº 136 de 2002). Os objetivos individuais destas entidades são orientados pelo propósito maior de atuarem em “assuntos públicos”, ou seja, em benefício dos cidadãos japoneses e da estabilidade da sociedade econômica japonesa, em que não seja imprescindível o governo nacional atuar diretamente, mas que haja o risco de entidades da sociedade civil não atuarem espontaneamente ou de ocorrer monopólio (Lei 103, de 1999, art. 2º). São classificadas em ‘entidades de gestão de metas de médio prazo’, ‘entidades nacionais de pesquisa e desenvolvimento’ e ‘entidades de execução administrativa’. Atualmente há 87 Entidades administrativas independentes, sob a jurisdição do Gabinete Oficial e dos Ministérios.

A seção japonesa do glossário será elaborada respeitando essa relação de subordinação, incluindo as agências, comissões e Entidades administrativas independentes como subseções dos ministérios. Assim, as seções relacionadas ao Japão serão divididas em ministérios, alfabeticamente ordenados:

Quadro 55 - Seções do Glossário: Ministérios do Japão

Seção	Sigla/ Acrônimo	Nome em português
Seção 1	MAFF	Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas
Seção 2	MOFA	Ministério de Assuntos Estrangeiros
Seção 3	MIC	Ministério de Assuntos Internos e Comunicações
Seção 4	MOE	Ministério do Ambiente
Seção 5	MOD	Ministério da Defesa
Seção 6	METI	Ministério das Economia, Comércio e Indústria
Seção 7	MEXT	Ministério da Educação, Cultura, Desporte, Ciência e Tecnologia
Seção 8	MOF	Ministérios das Finanças
Seção 9	MOJ	Ministério da Justiça
Seção 10	MHLW	Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social
Seção 11	MLIT	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo

(Elaboração própria)

Dentro de cada seção, as agências subordinadas serão incluídas em subseções alfabeticamente ordenadas:

Quadro 56 - Subseções do Glossário: Dois ministérios do Japão

Seção/Subseção	Sigla/ Acrônimo	Nome em português
Seção 6	METI	Ministério da Economia, Comércio e Indústria
Subseção 1	ANRE	Agência de Recursos Naturais e Energia
Seção 11	MLIT	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo
Subseção 1	JNTO	Agência de Turismo do Japão

(Elaboração própria)

6.2.5 Como utilizar o glossário

Este glossário contém verbetes em português e em japonês. A seguir, apresentamos em detalhes, a estrutura de cada um.

1) O verbete em português tem como estrutura:

Entrada do verbete, em negrito e fonte maior

Categoria gramatical e gênero, em itálico e fonte menor

Definição

Agência Nacional de Energia Elétrica *s.f.* Autarquia especial do Ministério de Minas e Energia, que atua na regulação e fiscalização da produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, na implementação de políticas federais de exploração de energia elétrica, na outorga e concessão para o fornecimento de energia elétrica, na defesa da concorrência no setor de energia elétrica, na definição de tarifas de energia elétrica, na definição de metas de fornecimento de energia elétrica e no controle da comercialização de energia elétrica. Fonte: D2335:1; L9427:3. ● ANEEL. ■ Ministério de Minas e Energia. 国家電力庁 Kokka Denryoku Chō

Variantes: outras denominações, incluindo-se siglas e acrônimos, em negrito.

Fonte da definição: lei ou página de internet. A lista de fontes é apresentada após o Tomo II, Parte II.

Remissivas: A instituição à qual está subordinada.

Denominação em japonês, com escrita ideográfica seguida da transliteração para alfabeto, no sistema *Hebonshiki*.

Observação: As siglas e os acrônimos são apresentadas como entradas individuais. Nesse caso, a seta à direita (➡) indica outra entrada, que, no exemplo abaixo, é a instituição à qual o acrônimo se refere, como se vê a seguir::

ANEEL. *s.f.* ➡ Agência Nacional de Energia Elétrica.

2) O verbete em japonês tem como estrutura:

→ **Entrada do verbete** em alfabeto e ideograma, em negrito e fonte maior

→ **Definição**

Shigen Enerugî Chô 資源エネルギー庁 経済産業省所属外局。鉱物・エネルギーの安定かつ効率的な供給の確保、輸出・輸入・生産・流通・消費基本政策の調整、企画・立案、燃料の安定な供給の確保、石油のパイプラインの整備並びに原子力に関する技術開発及び政策の企画・立案を事務とする。出典:Fonte: LJP 99/1999:4. ●ANRE ■経済産業省 Agência de Recursos Naturais e Energia

→ **Variantes:** outras denominações, incluindo-se siglas e acrônimos, em negrito.

→ **Fonte da definição:** legislação e sites de internet. A lista de fontes é apresentada após o Tomo II, Parte II.

→ **Remissivas:** a instituição à qual está subordinada.

Denominação em português →

Observação: As siglas e os acrônimos são apresentadas como entradas individuais. Nesse caso, a seta à direita (➡) indica outra entrada, que, no exemplo abaixo, é a instituição à qual a sigla se refere, como se vê a seguir:

ANRE ➡ Shigen Enerugî Chô 資源エネルギー庁

6.2.6 Símbolos e abreviações

s.m. Substantivo masculino • 男性名詞

s.f. Substantivo feminino • 女性名詞

● Variante (ou sigla, acrônimo, abreviação) • 異称 (或いは略称)

■ Remissiva • 参照項目

➔ Ir para a entrada indicada • 表示項目を参照

6.3 TOMO I – PARTE I DO GLOSSÁRIO

Tomo I

第一卷

Português – Japonês ポ和

Parte I Instituições Brasileiras

第一部 ブラジル機関

Seção 12 Ministério de Minas e Energia	167
Seção 12-A Agência Nacional de Energia Elétrica.....	170
Seção 12-B Agência Nacional de Mineração	171
Seção 16 Ministério do Turismo	173
Seção 16-A Instituto Brasileiro de Turismo	175

6.3.1. Primeira subdivisão da Parte I (Seção 12)

Seção 12

Ministério das Minas e Energia

Ministério das Minas e Energia. *s.m.* Órgão da administração federal direta que atua na execução de políticas nacionais de recursos minerais e energéticos, de políticas nacionais de produção, exploração e de aproveitamento de recursos energéticos, hídricos, eólicos e fotovoltaicos, na gestão de políticas nacionais de mineração, petróleo, combustível e energia, na gestão de políticas nacionais de desenvolvimento e de sustentabilidade de recursos minerais e energéticos e no fomento para o desenvolvimento de novas tecnologias de nos setores de minas e de energia. Fonte: D9675:1 ● MME. 鉱物・エネルギー省
Kôbutsu Enerugî Shô.

Agência Nacional de Energia Elétrica *s.f.* ➔ Seção 12-A

Agência Nacional de Mineração *s.f.* ➔ Seção 12-B

Secretaria de Energia Elétrica. *s.f.* Órgão do Ministério de Minas e Energia que atua na garantia de oferta e de demanda de sistemas elétricos, no monitoramento do desempenho da distribuição elétrica, no acompanhamento de ações de integração elétrica com países vizinhos, na formulação de políticas tarifárias, na comercialização nacional e internacional de energia elétrica, na integração setorial da distribuição elétrica, na formulação de políticas do setor elétrico, na universalização do acesso à energia elétrica e na assistência técnica ao CNPE. Fonte: RI108:IX. ● SEE. ■ Ministério de Minas e Energia. 電力局
Denryoku Kyoku

Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral *s.f.* Órgão do Ministério de Minas e Energia que atua na implementação, na orientação e na coordenação de políticas de geologia, de mineração e de transformação mineral, em estudos e ações para o desenvolvimento sustentável

da mineração, na promoção da articulação de setores geológicos e energéticos, na pesquisa e desenvolvimento em geologia, na promoção da mineração racional e sustentável, na articulação para o suprimento mineral, no estabelecimento de políticas e procedimentos para concessão para o setor mineral, na concessão de direitos minerários e na supervisão da exploração mineral. Fonte: RI108:XI. ●SGM. ■ Ministério de Minas e Energia. 地質・鉱物開発・鉱物加工局 **Chishitsu - Kôbutsu Kaihatsu - Kôbutsu Kakô Kyoku**

Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. *s.f.* Órgão do Ministério de Minas e Energia que atua na promoção de estudos e na proposição de diretrizes para exploração e para a produção de petróleo e gás natural, na proposição do plano plurianual, na coordenação de estudos de planejamento dos setores de petróleo, gás natural e biocombustíveis, na articulação interinstitucional, no monitoramento, na coordenação de estudos, na promoção da participação da indústria nacional e atração de investimentos para o setor de combustíveis, no monitoramento do abastecimento de combustíveis, no monitoramento do uso racional de hidrocarbonetos, na garantia do abastecimento de combustíveis, na assistência técnica à CNPE e na coordenação do processo de outorga para o setor de combustíveis. Fonte: RI108:X. ● SPG. ■ Ministério de Minas e Energia. 石油・天然ガス・バイオ燃料局 **Sekiyu - Ten'nen Gasu – Baionenryô Kyoku**

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético *s.f.* Órgão do Ministério de Minas e Energia, que atua na definição de políticas energéticas de longo prazo, na promoção da integração setorial, na coordenação de estudos de planejamento energético, na articulação e estabelecimento de políticas de concessão para o setor energético, na promoção do desenvolvimento energético e de energias renováveis, no estudo e pesquisa de tecnologias de energia, na assistência técnica ao CNPE, no reconhecimento, autorização e incentivo fiscal a projetos de energia, no estudo de modelos de integração elétrica e no apoio à ANEEL para leilões de concessão. Fonte: RI108:VIII. ● SPE. ■ Ministério de Minas e Energia. 発電企画・開発局 **Hatsuden Kikaku - Kaihatsu Kyoku.**

SGM *s.f.* ➔ Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

SPE. *s.f.* ➔ Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético

SPG. *s.f.* ➔ Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

SEÇÃO 12-A

Agência Nacional de Energia Elétrica

Agência Nacional de Energia Elétrica. *s.f.* Autarquia especial do Ministério de Minas e Energia, que atua na regulação e na fiscalização da produção, da transmissão, da distribuição e da comercialização de energia elétrica, na implementação de políticas federais de exploração de energia elétrica, na outorga e concessão para o fornecimento de energia elétrica, na defesa da concorrência no setor de energia elétrica, na definição de tarifas de energia elétrica, na definição de metas de fornecimento de energia elétrica e no controle da comercialização de energia elétrica. Fonte: D2335:I; L9427:3. ● ANEEL. ■ Ministério de Minas e Energia. 国家電力庁 **Kokka Denryoku Chô**

ANEEL. *s.f.* → Agência Nacional de Energia Elétrica

SFE. *s.f.* → Superintendência da Fiscalização dos Serviços de Eletricidade

Superintendência da Fiscalização dos Serviços de Eletricidade.

s.f. Órgão da Agência Nacional de Energia Elétrica que atua na fiscalização dos serviços e instalações de transmissão de energia elétrica, do cumprimento de obrigações de contratos de concessão e permissão de distribuição, de programas de governo de transmissão e distribuição, de laudos de avaliação de ativos imobilizados em serviço e do Operador Nacional do Sistema Elétrico. Fonte: PMME349:23X; ANEELHP. ● Agência Nacional de Energia Elétrica. 電力供給業検査監督局 **Denryoku Kyôkyûgyô Kensa Kantoku Kyoku**

SEÇÃO 12-B

Agência Nacional de Mineração

Agência Nacional de Mineração. *s.f.* Autarquia especial do Ministério de Minas e Energia que atua na regulação da exploração de recursos minerais, na outorga e na fiscalização de títulos minerários e na articulação institucional relacionada ao setor mineral. Fonte: RANM2:1. ● ANM. ■ 国家鉱物開発庁
Kokka Koubutsu Kaihatsu Chô

ANM. *s.f.* ➔ Agência Nacional de Mineração

SPM. *s.f.* ➔ Superintendência de Produção Mineral

SRDM. *s.f.* ➔ Superintendência de Regulação e Desenvolvimento da Mineração

SRM. *s.f.* ➔ Superintendência de Pesquisa e Recursos Minerais

Superintendência de Pesquisa e Recursos Minerais. *s.f.* Órgão da Agência Nacional de Mineração que atua para a outorga de autorização de pesquisas, na gestão de habilitação da extração mineral, na gestão de procedimentos para a concessão de títulos minerários, na supervisão de unidades regionais de controle, na normatização do Sistema Brasileiro de Certificação de Reservas e Recursos Minerais, na análise do impacto regulatório, na gestão de bancos de dados de títulos minerários, na supervisão e aprimoramento de unidades administrativas regionais, no fomento da capacitação profissional e na análise de recursos de multas. Fonte: RANM2:52.
● SRM. ■ Agência Nacional de Mineração. 鉱物資源・研究監督局 **Kôbutsu Shigen – Kenkyû Kantoku Kyoku.**

Superintendência de Produção Mineral *s.f.* Órgão da Agência Nacional de Mineração que atua na fiscalização da produção mineral e da extração de

fósseis, na análise do impacto regulatório, na promoção e fiscalização do aproveitamento racional de jazidas, na emissão de certificados do Processo de Kimberley, na normatização do direito minerário, na operacionalização de acordos técnicos de cooperação para a CFEM, na análise de recurso de multas e na supervisão de Unidades Administrativas Regionais. Fonte: RANM2:59. ● SPM. ■ 鉱物生産監督局 **Kôbutsu Seisan Kantoku Kyoku**

Superintendência de Regulação e Desenvolvimento da Mineração *s.f.* Órgão da Agência Nacional de Mineração que atua na regulação da indústria do setor mineral, na definição de conceitos técnicos para o setor de mineração, na disseminação de recomendações metodológicas sobre a análise do impacto regulatório, na gestão de banco de dados sobre cadeias de produção e de comércio de recursos minerais, no monitoramento do mercado de bens minerais, na supervisão de transferências de titularidade e na supervisão de unidades administrativas regionais. Fonte: RANM2:68. ● SRDM. ■ Agência Nacional de Mineração. 鉱業規則・開発監督局 **Kôgyô Kisoku - Kaihatsu Kantoku Kyoku.**

6.3.2 Segunda subdivisão da Parte I (Seção 16)

Seção 16

Ministério do Turismo

Ministério do Turismo. *s.m.* Órgão da administração federal direta que atua na gestão da Política Nacional de Desenvolvimento do Turismo, na promoção e divulgação do turismo nacional, no Brasil e no exterior, no estímulo à iniciativa pública e privada para a atividade turística, na gestão de planos e programas de incentivo ao turismo e no incentivo à formalização e certificação do serviço turístico. Fonte: PMTUR36:1. ● MTur. 観光省 **Kankô Shô**.

CNT. *s.m.* ➔ Conselho Nacional de Turismo.

Conselho Nacional de Turismo. *s.m.* Órgão colegiado subordinado ao Ministério do Turismo que atua no assessoramento do Ministro de Estado de Turismo; na formulação da Política Nacional de Turismo, na supervisão do Turismo Nacional, na promoção da democratização, da geração de renda; do desenvolvimento regional, da sustentabilidade ambiental, social e cultural através da atividade turística; na proposição de normas de defesa ao consumidor de turismo e na promoção do aumento da produtividade do setor turístico. Fonte: D6705:1. ● CNT. ■ Ministério do Turismo. 国家観光委員会 **Kokka Kankô I'inkai**.

Instituto Brasileiro de Turismo. *s.m.* ➔ Seção 16-1.

MTur. *s.m.* ➔ Ministério do Turismo.

Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade. *s.f.* Órgão do Ministério do Turismo, que atua na regulamentação, aperfeiçoamento, qualificação, certificação e capacitação de prestadores de serviço turístico; na gestão e apoio à certificação de empreendimentos e equipamentos do serviço turístico; no apoio a programas de fortalecimento do turismo responsável e

sustentável; no controle de programas de promoção e incentivo ao turismo no mercado interno; no apoio e participação de eventos de promoção turística e na promoção da competitividade de produtos e destinos turísticos. Fonte: PMTUR36a:66. ●SNDTur. ■Ministério do Turismo. 観光開発・競争力促進局 **Kankô Kaihatsu – Kyôryoku Sokushin Kyoku.**

Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo. *s.f.* Órgão do Ministério do Turismo, que atua no fortalecimento do Sistema Nacional de Turismo, na gestão do Fundo Geral do Turismo, na gestão descentralizada do turismo, no fomento da participação de todas esferas da administração pública para o financiamento e desenvolvimento do turismo, no subsídio de formulação de planos e programas de fortalecimento do turismo nacional e na gestão da captação de investimentos nacionais e internacionais para o turismo. Fonte: PMTUR36:48. ●SNETur. ■Ministério do Turismo. 観光整備局 **Kankô Seibi Kyoku.**

Secretaria Nacional de integração Interinstitucional. *s.f.* Órgão do Ministério do Turismo, que atua na promoção da cooperação e da articulação em todas as esferas da Administração Pública para o fortalecimento e o desenvolvimento do turismo nacional; no apoio técnico a planos, a programas e a projetos federais para fortalecimento do turismo nacional; na promoção da melhoria da infraestrutura e da segurança de destinos turísticos; na promoção e valorização de patrimônio natural e cultural através da articulação interinstitucional e na promoção do apoio técnico e administrativo ao Comitê Interministerial de Facilitação Turística. Fonte: PMTUR36a:87. ● SNINT. ■ Ministério do Turismo. 機関間連携局 **Kikankan Renkei Kyoku.**

SNDTur *s.f.* ➔ Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade.

SNETUR. *s.f.* ➔ Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo.

SNINT. *s.f.* ➔ Secretaria Nacional de Integração Interinstitucional.

Seção 16-A

Instituto Brasileiro de Turismo

Instituto Brasileiro de Turismo. *s.m.* Autarquia especial do Ministério do Turismo que atua na execução da Política Nacional de Turismo, na proposição de normas e medidas necessárias a esse fim, na promoção internacional do mercado turístico nacional, na análise e planejamento do mercado turístico e no fomento e financiamento de ações que visem o desenvolvimento da indústria do turismo. Fonte: EMBRATURHP, DBR8181/1991:3. ● **EMBRATUR.** ■ Ministério do Turismo. **ブラジル観光局 Burajiru Kankô Kyoku**

DIPRO. *s.f.* ➔ Diretoria de Inteligência Competitiva e Promoção Turística.

Diretoria de Inteligência Competitiva e Promoção Turística. *s.f.* Órgão do Instituto Brasileiro de Turismo, que atua na gestão de informação e análise de competitividade de destinos turísticos brasileiros, na identificação de segmentos turísticos a serem promovidos internacionalmente, na identificação de estratégias de inserção, participação e promoção de destinos turísticos brasileiros no mercado internacional, na identificação e monitoramento de estratégias de comercialização de destinos turísticos brasileiros e na articulação com atores da cadeia produtiva de turismo. Fonte: P36Embratur:32 ● **DIPRO.** ■ Instituto Brasileiro de Turismo. 競走的知能・観光促進部 **Kyôsôteki Chinô – Kankô Sokushin Bu.**

Diretoria de Marketing e Relações Públicas. *s.f.* Órgão do Instituto Brasileiro de Turismo que atua na definição de estratégias de turismo, na supervisão, coordenação, proposição e controle da promoção nacional e internacional do turismo e no planejamento, coordenação, supervisão e monitoramento de relações públicas. Fonte: P36Embratur:32 ● **DMARK.** ■ Instituto Brasileiro de Turismo. マーケティング・広報部 **Mâketingu – Kôhō Bu.**

DMARK. *s.f.* ➔ Diretoria de Marketing e Relações Públicas.

EMBRATUR. *s.f.* → Instituto Brasileiro de Turismo. Nota: Sigla da antiga denominação Empresa Brasileira de Turismo.

6.4 TOMO I – PARTE II DO GLOSSÁRIO

Tomo I

第一卷

Português - Japonês 平和**Parte II Instituições Japonesas**

第二部 日本機関

Seção 6 Ministério da Economia, Comércio e Indústria	178
Seção 6-A Agência de Recursos Naturais e Energia	180
Seção 11 Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo	182
Seção 11-A Agência de Turismo do Japão	185
Seção 11-B Organização Nacional de Turismo do Japão	187

6.4.1 Primeira subdivisão da Parte II (Seção 6)

Seção 6

Ministério da Economia, Comércio e Indústria

Ministério da Economia, Comércio e Indústria *s.f.* Órgão da administração direta que atua na promoção da reforma estrutural da economia, no aprimoramento da estrutura produtiva, na estruturação de padrões para transações econômicas, na proteção da propriedade industrial, na estruturação para o desenvolvimento tecnológico privado, na promoção da indústria de produção local, na ampliação, aprimoramento e coordenação da importação, da exportação, do comércio, da produção e da logística, na gestão e coordenação do mercado de câmbio e na proteção ao comércio exterior. Fonte: LJP 99/1999:4. ●METI. ■ 経済産業省 **Keizai Sangyô Shô**

METI. *s.f.* ➔ Ministério da Economia, Comércio e Indústria. Nota: Sigla de *Ministry of Economy, Trade and Industry*.

Secretaria de Políticas para Economia e Indústria. *s.f.* Órgão do Ministério da Economia, Comércio e Indústria que atua na promoção da reforma da estrutura econômica, no planejamento e elaboração de diretrizes para aprimorar a produtividade econômica do setor privado, na elaboração de normas e de padrões para transações econômicas, na promoção da estruturação e da revitalização de empresas privadas e na gestão da Câmara de Indústria e Comércio do Japão. Fonte: E-Gov(SPIE). ■Ministério da Economia, Comércio e Indústria. 経済産業政策局 **Keizai Sangyô Seisaku Kyoku**

Secretaria de políticas de comércio exterior. *s.f.* Órgão do Ministério da Economia, Comércio e Indústria, que atua na elaboração de políticas e na cooperação internacional para o comércio exterior, na criação de acordos internacionais sobre produtos, na gestão da Organização da Promoção do Comércio Exterior e na comunicação com as embaixadas do Japão. Fonte: E-

Gov(SPCE). ■ Ministério da Economia, Comércio e Indústria. 通商政策局
Tsûshô Seisaku Kyoku

Secretaria de ambiente para Ciências Industriais e Políticas

Tecnológicas *s.f.* Órgão do Ministério da Economia, Comércio e Indústria que atua na estruturação de ambiente para o desenvolvimento tecnológico privado, no planejamento, na proposição e na coordenação de políticas de tecnologias industriais e de mineração e na articulação com organismos internacionais para tecnologias de produção industrial. Fonte: E-Gov (SATP). ■Ministério da Economia, Comércio e Indústria. 産業技術環境局 **Sangyô Gijutsu Kankyô Kyoku**

Seção 6-A

Agência de Recursos Naturais e Energia

Agência de Recursos Naturais e Energia. *s.f.* Agência Externa do Ministério da Economia, Comércio e Indústria, que atua na garantia da utilização eficaz, da ampliação, da coordenação e da melhoria da exportação, da importação, da produção, do transporte e do consumo de recursos minerais, na elaboração de políticas gerais de energia e recursos minerais, na garantia da distribuição segura e eficiente de combustíveis, no desenvolvimento de linhas de transporte de petróleo e no desenvolvimento tecnológico e estabelecimento de políticas sobre energia nuclear. Fonte: LJP 99/1999:4. ●ANRE. ■Ministério da Economia, Comércio e Indústria. 資源エネルギー庁 **Shigen Enerugî Chô**

ANRE *s.f.* ➔ Agência de Recursos Naturais e Energia. Nota: Sigla de *Agency for Natural Resources and Energy*

Departamento de Recursos Naturais e Combustíveis. *s.f.* Órgão da Agência de Recursos Naturais e Energia que atua na promoção de políticas básicas para distribuição eficiente de combustíveis, na promoção de políticas básicas, na definição de preços e do financiamento para petróleo e derivados, na regulação sobre compensações por danos decorrentes da poluição por mineração e na gestão da Corporação Nacional de Óleo, Gás e Metais do Japão. Fonte: E-Gov (DRNC) ■ Agência de Recursos Naturais e Energia. 資源・燃料部

Shigen – Nenryô Bu

Divisão de recursos naturais e minerais. *s.f.* Órgão da Agência de Recursos Naturais e Energia que atua na garantia da distribuição segura e eficiente de minérios e derivados. Fonte: METIHP. ■ Agência de Recursos Naturais e Energia. 鉱物資源課 **Kôbutsu Shigen Ka**

Divisão de Infraestrutura de Energia Elétrica. *s.f.* Órgão da Agência de Recursos Naturais e Energia que atua no planejamento e implementação de políticas básicas sobre fontes de energia, na regulação e na promoção à pesquisa e no desenvolvimento sobre geração hidrelétrica, no planejamento da distribuição elétrica e na regulação para demanda energética. Fonte: E-Gov (SEBEE). ■ Agência de Recursos Naturais e Energia. 電力基盤整備課
Denryoku Kiban Seibi Ka

6.4.2 Segunda subdivisão da Parte II (Seção 11)

Seção 11

Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo

Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo *s.m.*

Órgão da administração nacional direta que atua para a utilização abrangente e estruturada, para o desenvolvimento e preservação do território nacional, na consolidação de capital social, na promoção de políticas de tráfego e de políticas de turismo, no desenvolvimento e no fortalecimento de serviços meteorológicos e na garantia da segurança interna e marítima. LJP100/1999:3; MLITHP. ● MLIT. 国土交通省 **Kokudo Kôtsû Shô**.

MLIT. *s.m.* ➔ Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo. Nota. Sigla de *Ministry of Land, Infrastructure, Transportation and Tourism*.

Organização Nacional de Turismo do Japão. *s.f.* ➔ Seção 11-B.

Secretaria de Políticas Nacionais e Regionais. *s.f.* Órgão do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo, que atua na coordenação de políticas de terra, no planejamento e promoção de políticas de utilização, segurança e desenvolvimento da terra e na participação do Conselho de Terras Nacionais. Fonte: E-Gov (SPNR); MLITHP. ■ Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo. 国土政策局 **Kokudo Seisaku Kyoku**

Secretaria da Terra e da Indústria de Construção. *s.f.* Órgão do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo que atua na coordenação do sistema de aquisição de terras públicas, no estabelecimento de diretrizes para a aquisição de terras públicas, na gestão do patrimônio para uso comum de terras, na aquisição de terras para uso comum, na provisão de recursos para o fundo de desenvolvimento urbano e na participação do Conselho de Terras Nacionais. Fonte: E-Gov (STIC); MLITHP. ■ Ministério da Terra,

Infraestrutura, Transporte e Turismo. 土地・建設産業局 **Tochi – Kensetsu Sangyô Kyoku**

Secretaria das Cidades. *s.f.* Órgão do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo que atua na promoção da renovação e da diversidade urbana, do desenvolvimento regional; no planejamento e na implementação de políticas gerais de desenvolvimento urbano, na participação do Conselho de Implementação de Capital Social e Planejamento Urbano. Fonte: E-Gov (SC); MLITHP. ■ Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo. 都市局 **Toshi Kyoku.**

Secretaria das Estradas. *s.f.* Órgão do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo que atua no planejamento, na implementação de políticas rodoviárias e do planejamento rodoviário de médio e longo prazo; na provisão de fundos de desenvolvimento urbano privado, na gestão de rodovias nacionais, na participação da Subseção de rodovias do Conselho de Implementação de Capital Social e do Conselho de Construção de Rodovias Nacionais. Fonte: E-Gov (SE); MLITHP. ■ Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo. 道路局 **Dôro Kyoku.**

Secretaria de Habitação. *s.f.* Órgão do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo que atua no planejamento e na implementação de políticas do fundo habitacional, na provisão de seguro de dívidas para financiamento habitacional e na elaboração das diretrizes de políticas de formação de propriedade do trabalhador. Fonte: E-Gov (SH). MLITHP. ■ Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo. 住宅局 **Jûtaku Kyoku**

Secretaria de Ferrovias. *s.f.* Órgão do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo que atua na aceleração de ferrovias, na implementação de ferrovias urbanas, no planejamento e na implementação de políticas ferroviárias, na coordenação da tributação ferroviária e na participação do Conselho de

Tráfego de Superfície. Fonte: E-Gov (SF); MLITHP. ■ Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo. 鉄道局 **Tetsudô Kyoku**

Seção 11-A

Agência de Turismo do Japão

Agência de Turismo do Japão. *s.f.* Órgão externo do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo, que atua na promoção da criação de destinos turísticos, na promoção, no planejamento e na promoção de políticas básicas e na coordenação institucional para o turismo **Kankô Chô** internacional, na coordenação da capacitação de guia turístico tradutor e no registro de instalações de hotéis e outros tipos de hospedagem. Fonte: LJP100/1999:43. ● JTA. ■ Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo. 観光庁

Divisão de Estratégias Turísticas. *s.f.* Órgão da Agência de Turismo do Japão que atua na coleta, na organização e na análise de informações turísticas; na pesquisa e no estudo sobre turismo e na elaboração de relatório estatístico anual sobre turismo. Fonte: PMLIT71/2011:2,2. ■ Agência de Turismo do Japão. 観光戦略課 **Kankô Senryaku Ka.**

Divisão da indústria do turismo. *s.f.* Órgão da Agência de Turismo do Japão que atua na orientação de planos de gestão de serviço de viagens, na avaliação de segurança para o registro de agências de viagens, no planejamento para a dinamização da hospedagem, no registro de hotéis e pensões, no planejamento e na coordenação para a promoção de novos serviços turísticos e planejamento e na orientação para a adequação da hospedagem residencial e serviços de intermediação de hospedagem residencial. Fonte: PMLIT71/2011:2,3. ■ Agência de Turismo do Japão. 観光産業課 **Kankô Sangyô Ka.**

Divisão de turismo internacional *s.f.* Órgão da Agência de Turismo do Japão, que atua na promoção do ingresso de turistas estrangeiros e do segmento MICE, no planejamento para implementação do ambiente de recepção de turistas estrangeiros e na coordenação do planejamento e do fornecimento de informações para o fomento do ingresso de turistas estrangeiros. Fonte:

PMLIT71/2011:2,4. ■ Agência de Turismo do Japão. 国際観光課 **Kokusai Kankô Ka.**

JTA. *s.f.* ➔ Agência de Turismo do Japão. Nota: Sigla de *Japan Tourism Agency.*

Seção 11-B

Organização Nacional de Turismo do Japão

Organização Nacional de Turismo do Japão. *s.f.* Entidade de gestão de metas de médio prazo, subordinada ao Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo, que atua na divulgação turística do Japão no exterior, através da apresentação de destinos turísticos japoneses e realização de publicidade que promova a vinda de turistas estrangeiros, gestão de centros de informação ao turista, realização de estudos e pesquisas, geração de publicações sobre turismo internacional, e fornecimento de apoio de pessoal para a realização de exames de guia intérprete. Fonte: JNTOHP; LJP181/2002:3,9. • **JNTO.** ■ Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo. 国際観光振興機構 **Kokusai Kankô Shinkô Kikô**

JNTO *s.f.* ➔ Organização Nacional de Turismo do Japão. Nota: sigla de *Japan National Tourism Organization*.

6.5 TOMO II – PARTE I DO GLOSSÁRIO (EM JAPONÊS)

Tomo II

第二卷

Japonês – Português 和ポ

Parte I Instituições Brasileiras

第一部 ブラジル機関

第 12 章 鉱山エネルギー省.....	189
第 12 章 A 国家電力庁.....	191
第 12 章 B 国家鉱業庁.....	192
第 16 章 観光省.....	194
第 16 章 A ブラジル観光公社.....	196

6.5.1 Primeira subdivisão da Parte I (Seção 12, em japonês)

第 12 章

鉱山エネルギー省

Kôbutsu Enerugî Shô. 鉱物・エネルギー省 連邦政府の機関。国家鉱物資源及び風力・水力・光エネルギー資源の生産・搾取・利用政策管理、国家鉱業、石油、燃料およびエネルギー政策の管理、鉱物・エネルギー資源の持続性利用政策の開発並びに鉱物エネルギー分野における新技術開発の促進を事務とする。出典：D9675:1 ●MME **Ministério de Minas e Energia**

Chishitsu – Kôbutsu Kaihatsu – Kôbutsu Kakô Kyoku 地質・鉱物開発・鉱物加工局 鉱山エネルギー省所属機関。地質学・鉱業・鉱物加工政策の立案・指導・調整、持続可能な鉱業の開発、地質学部門とエネルギー部門の促進・連携、鉱物資源供給の管理、鉱業部門での事業譲渡の政策・手続きの立案、鉱業権権利の譲渡及び鉱業の事業監督を事務とする。出典 RI108:XI. ●SGM. ■ 鉱山エネルギー省 **Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral**

Denryoku Kyoku 電力局 鉱山エネルギー省所属機関。電気システムの需要と供給の確保、配電パフォーマンスの監視、近隣諸国との電気統合の管理、関税政策の策定、電力の国内外の商業化政策の作成、配電部門の統合、発電部門政策の作成、電気へのアクセスの普遍化及び CNPE (国家エネルギー政策委員会)への技術援助を事務とする。出典:RI108:IX。●SEE ■ 鉱山エネルギー省 **Secretaria de Energia Elétrica**

Hatsuden Kikaku - Kaihatsu Kyoku 発電企画・開発局 鉱山エネルギー省所属機関。エネルギー長期政策、発電部門の統合、エネルギー企画研究の調整、エネルギー部門の事業譲渡政策の連携・立案、再生可能エネルギーの開発・振興、エネルギー研究の促進、CNPE (国家エネルギー政策委員会)の技

術援助、エネルギー計画への認可・税制恩典、発電統合モデルの研究及び ANEEL への事業譲渡への援助を事務とする。出典：RI108:VIII. ●SPE. ■鉱山エネルギー省 **Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético**

Kokka Denryoku Chô 国家電力庁 → 第 12 章 A

Kokka Kôgyô Chô 国家鉱業庁 → 第 12 章 B

Sekiyu - Ten' nen Gasu - Baionenryô Kyoku 石油・天然ガス・バイオ燃料局 鉱山エネルギー省所属機関。石油と天然ガスの探査と生産に関する研究推進・方針立案、多年度計画の立案、石油・天然ガス・バイオ燃料分野の計画研究の調整、機関間調整、国内産業の参加率の増加、燃料分野への投資の誘致、炭化水素の合理的利用、燃料供給の確保、**CNPE** (国家エネルギー政策委員会)の技術援助及び燃料部門への事業譲渡過程の調整を事務とする。出典：RI108 : X。●SPG ■鉱山エネルギー省 **Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**

MME → Kôzan Enerugi Shô. 鉱山・エネルギー省

SEE → Denryoku Kyoku 電力局

SGM → Chishitsugaku - Kôgyô - Kôbutsu Kakô Kyoku 地質学・鉱業・鉱物加工局

SPE → Hatsuden Kaihatsu - Kikaku Kyoku. 発電開発・企画局

SPG → Sekiyu - Ten' nen Gasu - Baionenryô Kyoku 石油・天然ガス・バイオ燃料局

第 12 章 A

国家電力庁

Kokka Denryoku Chô 国家電力庁 鉱山エネルギー省所属連邦独立政府機関。電力供給の生産・配電・商業化の規則作成・監視、電力事業に関する連邦政策の実施、配電の事業譲渡、発電部門の競争性の確保、電力料金の定義及び電力商業化の管理を事務とする。出典:D2335:I・LBR9427:3 ●ANEEL。■鉱山エネルギー省。**Agência Nacional de Energia Elétrica**

ANEEL ➔ Kokka Denryoku Chô 国家電力庁

Denryoku Kyôkyûgyô Kensa Kantoku Kyoku 電力供給業検査監督局 国家電力庁所属機関。配電サービス・整備の監督、配電事業譲渡・契約実施の監督、政府の配電プログラム実施の監督、配電財産の使用審査及び国家発電システム事業の監督を事務とする。出典:PMME349:23X; ANEELHP。●SFE ■国家電力庁 **Superintendência da Fiscalização dos Serviços de Eletricidade**

SFE ➔ Denryoku Kyôkyûgyô Kensa Kantoku Kyoku 電力供給業検査監督局

第 12 章 B

国家鉱物開発庁

Kokka Kôbutsu Kaihatsu Chô 国家鉱業庁 鉱山エネルギー省所属連邦独立政府機関。鉱山資源搾取事業の管理、鉱業事業権利の譲渡・監視及び鉱業部門における機関間調整を事務とする。出典：RANM2:1. ●ANM. ■鉱山エネルギー省 Agência Nacional de Mineração

ANM → Kokka Kôgyô Chô 国家鉱業庁

Kôbutsu Seisan Kantoku Kyoku 鉱物生産監督局 国家鉱業庁所属機関。鉱業・化石搾取の監督、規則影響の分析、鉱床の合理的利用の監督、キンバリー・プロセス証明書の発行、鉱業法の正規化、CFEM 運営・技術協力の実施、罰金控訴の分析及び地域管理局の監督を事務とする。出典：RANM2:59. ●SPM. ■鉱業庁 **Superintendência de Produção Mineral**

Kôbutsu Shigen – Kenkyû Kantoku Kyoku 鉱物資源・研究監督局 国家鉱業庁所属機関。鉱物研究許可の管理、鉱物昨秋事業許可の付与、鉱業権利譲渡手続きの管理、地域管理局の監督、ブラジル鉱物認定システムの規則の立案、規則影響の分析、鉱業権利証明書データベースの管理、地域管理局の監督・改良、人材育成の促進及び罰金控訴の審査を事務とする。出典：RANM2:52. ●SRM. ■国家鉱業庁 **Superintendência de Pesquisa e Recursos Minerais**

Kôgyô Kisoku - Kaihatsu Kantoku Kyoku 鉱業規則・開発監督局 国家鉱業庁所属機関。鉱業部門の規則、鉱業部門における技術概念の定義、規則影響分析のための方法論の提案、鉱物資源の商業・生産連鎖に関するデータベースの管理、鉱物市場のモニタリング、鉱業事業権利の転移の監督及び地域管理局の監督を事務とする。出典：RANM2:68. ●SRDM. ■鉱業庁 **Superintendência de Regulação e Desenvolvimento da Mineração**

SPM ➔ Kôbutsu Sangyô Kantoku Kyoku 鉱物産業監督局

SRDM ➔ Kôgyô Kisoku - Kaihatsu Kantoku Kyoku 鉱業規則・開発監督局

SRM ➔ Kôbutsu Shigen - Kenkyû Kantoku Kyoku 鉱物資源・研究監督局

6.5.2 Segunda subdivisão da Parte I (Seção 16, em japonês)

第 16 章

観光省

Kankô Shô 観光省 連邦行政の機関。国家観光開発政策の管理、ブラジル国内外観光の広報・促進、観光業公私企業の推進、観光促進プログラム・企画の管理、観光産業の認定の促進を事務とする。出典：PMTUR36:1 ● MTUR Ministério do Turismo

CNT ➔ **Kokka kankô l'inkai** 国家観光委員会

Kokka Kankô Kaihatsu Kyôsôryoku Kyôka Kyoku 国家観光開発

競争力強化局 観光省所属機関。観光業者の規定・育成・資格認定・承認の管理、観光業機材・企画の認定の管理・支援、持続可能な観光業強化プログラムの支援、国内観光促進プログラムの管理、観光促進イベントへの参加及び観光製品・観光地の競争力強化推進を事務とする。出典：PMTUR36a:66。●

SNDTur ■ 観光省 **Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade**

Kokka Kankô Seibi Kyoku 国家観光整備局

観光省所属機関。国家観光システムの強化、観光総合基金の管理、観光分権型管理の振興、観光連邦・州・市政府を連携による観光融資・開発、国内観光強化プログラム・企画の立案への振興及び国内外観光投資呼びかけの管理を事務とする。出典：PMTUR36a48 ● SNETur ■ 観光省 **Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo**

Kokka Kikankan Renkei Kyoku 国家機関間連携局

観光省所属機関。国内観光開発のための連邦・州・市政府の連携、国内観光強化向けの連邦政府企画・プログラムの支援、観光地の治安・インフラ整備の向上の振興、政

府機関連携による自然・文化財産促進の振興及び省庁間観光推進委員会への支援を事務とする。出典: PMTUR36a87 ● SNINT ■ 観光省 **Secretaria Nacional de Integração Interinstitucional**

Kokka kankô l'inkai 国家観光委員会 観光大臣直接勧告機関。国家観光政策の立案、観光業による収入増加、地域開発、社会・観光・文化の持続性維持並びに民主化の促進、観光消費者保護及び観光業の生産性の向上の促進を事務とする。出典：D6705:1。●CNT ■観光省 **Conselho Nacional de Turismo**

MTUR ➡ **Kankô Shô** 観光省

SNDTur ➡ **Kokka Kankô Kaihatsu Kyôsôryoku Kyôka Kyoku** 国家観光開発競争力強化局

SNETur ➡ **Kokka Kankô Seibi Kyoku** 国家観光整備局

SNINT ➡ **Kokka Kikankan Renkei Kyoku** 国家機関間連携局

第 16 章 A

ブラジル観光公社

Burajiru Kankô Kyoku **ブラジル観光局**。ブラジル観光省所属連邦独立政府機関。ブラジル国家観光政策の実施のため必要な規則・政策の企画実地、ブラジル観光市場の促進、観光市場に関する分析・計画及び観光業の向上のための政策の振興・支援し、ブラジルへの観光の振興を事務とする。出典：EMBRATURHP・LBR8181/1991:3。● EMBRATUR ■ 観光省 **Instituto Brasileiro de Turismo**。

DIPRO ➡ **Kyôsôteki Chinô – Kankô Sokushin Bu** 競走的知能・観光促進部

DMARK ➡ **Mâketingu – Kôhō Bu** マーケティング・広報部

Embratur ➡ **Burajiru Kankô Kyoku** **ブラジル観光局**

Kyôsôteki Chinô – Kankô Sokushin Bu 競走的知能・観光促進部
 ブラジル観光公社所属機関。ブラジル観光地の情報・競争力分析、国際市場に対して推進可能な観光セグメント及び国際市場にたいするブラジル観光地の導入・促進戦略の識別、ブラジル観光地の製品化戦略の識別・モニタリング及び観光生産連鎖のアクターとの連携を事務とする。出典：P36Embratur:32 ●
DIPRO ■ **ブラジル観光公社** **Diretoria de Inteligência Competitiva e Promoção Turística**

Mâketingu – Kôhō Bu マーケティング・広報部 **ブラジル観光公社** 所属機関。観光戦略、国内外に対し観光促進のための監督・調整・立案・広報活動の企画・調整・監督・モニタリングを事務とする。出典: P36Embratur:32。

● DMARK ■ ブラジル観光公社 **Diretoria de Marketing e Relações
Públicas**

6.6 TOMO II – PARTE II DO GLOSSÁRIO (EM JAPONÊS)

Tomo II**第二卷****Japonês — Português 和ポ****Parte II Instituições Japonesas****第二部 日本機関**

第 6 章 経済産業省	198
第 6 章 A 資源エネルギー庁	199
第 11 章 国土交通省	200
第 11 章 A 観光庁	202
第 11 章 B 国際観光振興機構	203

6.6.1 Primeira subdivisão da Parte II (Seção 6, em japonês)

第 6 章

経済産業省

Keizai Sangyô Shô 経済産業省 中央政府機関。経済改革推進、産業産業改革、経済取引基準の整備、工業所有権の保護、民間技術開発環境の整備、地域産業の推進、輸出・輸入・通商・流通・消費の増進・改良・調整、貿易保険を事務とする。出典：LJP 99/1999:4. ●METI. ■ **Ministério da Economia, Comércio e Indústria**

Keizai Sangyô Seisaku Kyoku 経済産業政策局 経済産業省所属機関。経済構造改革、民間企業の生産性の向上方針の企画・立案、経済取引の基準の整備、民間事業の能力の活用の推進並びに日本商工会議所の運営を事務とする。出典：E-Gov(SPIE). ■ 経済産業省 **Secretaria de Políticas para Economia e Indústria**

METI ➡ Keizai Sangyô Shô 経済産業省

Sangyô Gijutsu Kankyô Kyoku 産業技術環境局 経済産業省所属機関。民間事業の技術開発環境の整備、鉱工科学技術政策の企画・立案・推進並びに鉱工科学技術に係る国際機関との調整を事務とする。出典：E-Gov (SATP). ■ 経済産業省 **Secretaria de ambiente para Ciências Industriais e Políticas Tecnológicas**

Shigen Enerugî Chô 資源エネルギー庁 ➡ 第 6 章 A

Tsûshô Seisaku Kyoku 通商政策局 経済産業省所属機関。通商政策・通商協力の企画・立案、国際商品協定の実施、日本貿易振興会の運営並びに在外公館と

の連絡を事務とする。出典:E-Gov(SPCE). ■経済産業省 **Secretaria de políticas de comércio exterior**

第6章 A 資源エネルギー庁

Shigen Enerugî Chô 資源エネルギー庁 経済産業省所属外局。鉱物・エネルギーの安定かつ効率的な供給の確保、輸出・輸入・生産・流通・消費基本政策の調整、企画・立案、燃料の安定な供給の確保、石油のパイプラインの整備並びに原子力に関する技術開発及び政策の企画・立案を事務とする。出典:Fonte: LJP 99/1999:4.

●ANRE ■経済産業省 **Agência de Recursos Naturais e Energia**

ANRE → Shigen Enerugî Chô 資源エネルギー庁

Denryoku Kiban Seibi Ka 電力基盤整備課 資源エネルギー庁所属機関。電源開発の基本的政策の企画・立案、水力発電の研究調整・推進、電気供給の計画並びに電気供給の調整を事務とする。出典:E-Gov (SEBEE). ■資源エネルギー庁

Divisão de Infraestrutura de Energia Elétrica

Kôbutsu Shigen Ka 鉱物資源課 資源エネルギー庁所属機関。鉱物・鉱物製品の安定かつ効率的な供給の確保を事務とする。出典:METIHP ■資源エネルギー庁 **Divisão de recursos naturais e minerais**

Shigen – Nenryô Bu 資源・燃料部 資源エネルギー庁所属機関。燃料の効率的な供給の基本政策の推進、石油・石油製品の資金・価格設定、鉱業による賠償の調整並びに石油公団の組織・運営を事務とする。出典:E-Gov (DRNC)■資源エネルギー庁 **Departamento de Recursos Naturais e Combustíveis**

6.6.2 Segunda subdivisão da Parte II (Seção 11, em japonês)

第 11 章

国土交通省

Kokudo Kôtsû Shô 国土交通省 中央政府の機関。国土の統合・体系的利用、開発・保全のための社会資本の整備、交通政策の推進、交通・観光政策の推進、気象業務の強化並びに海上安全・治安の確保を事務とする。出典：LJP100/1999:3; MLITHP. ●MLIT **Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo**

Dôro Kyoku 道路局 国土交通省所属機関。道路政策・中長期計画の企画・立案、民間都市開発の資金の貸付、高速道路の管理並びに社会資本整備審議会道路分科会・国土開発幹線自動車道建設会議の庶務を事務とする。出典：E-Gov (SE)・MLITHP. ■国土交通省 **Secretaria das Estradas**

Jûtaku Kyoku 住宅局 国土交通省所属機関。住宅資金政策の企画・立案、住宅融資保険、労働者財産形成政策基本方針の策定を事務とする。出典：E-Gov (SH)・MLITHP ■国土交通省 **Secretaria de Habitação**

Kankô Chô 観光庁 ➔ 第 11 章 A

Kokusai Kankô Shinkô Kikô 国際観光振興機構 ➔ 第 11 章 B 参照。

Kokudo Seisaku Kyoku 国土政策局 国土交通省所属機関。国土政策の調整、国土の利用・安全・開発に関する政策の企画・推進及び国土審議会の庶務。出典：e-Gov (SPNR)・MLITHP. ■国土交通省。 **Secretaria de políticas nacionais e regionais**

Tetsudô Kyoku 鉄道局 国土交通省所属機関。鉄道の高速度化、都市鉄道の整備、鉄道政策の企画・立案、鉄道税制の調整並びに交通政策審議会陸上交通分科

会の庶務を事務とする。出典：E-Gov (SF) ■国土交通省 **Secretaria de Ferrovias**

Tochi - Kensetsu Sangyô Kyoku 土地・建設産業局 国土交通省所属機関。公共用地取得制度の調整、公共用地取得の企画・立案・調整、公共用地に取得した財産の管理、都市開発資金の貸付及び国土審議会土地政策分科会の庶務を事務とする。出典：E-Gov (STIC)・MLITHP. ■国土交通省 **Secretaria da terra e da indústria de construção**

Toshi Kyoku 都市局 国土交通省所属機関。都市の再生・多様性の推進、都市開発の総合政策の企画・立案並びに移社会資本整備審議会都市計画・歴史的風土分科会の庶務を事務とする。出典：E-Gov (SC)・MLITHP ■国土交通省 **Secretaria das cidades**

第 11 章 A

観光庁

Kankô Chô 観光庁 国土交通省所属外局。観光地の形成、国際観光振興への基本政策の企画・立案、機関間調整、ホテル・旅館の登録、通訳案内士認定の援助を事務とする。出典: LJP100/1999:43. ●JTA. ■国土交通省 **Agência de Turismo do Japão.**

JTA → Kankô Chô 観光庁

Kankô Sangyô Ka 観光産業課 観光庁所属機関。旅行業務運営適正化指導、旅行業者の登録の安全審査、宿泊業の活性化の計画立案、ホテル・旅館の登録、新規観光分野の企画・調整・推進並びに民泊業・民泊仲介業の適正化の指導・企画を事務とする。出典: PMLIT71/2011:2,3. ■観光庁 **Divisão da Indústria do Turismo**

Kankô Senryaku Ka 観光戦略課 観光庁所属機関。観光情報・調査・研究の収集・整理・分析並びに観光の状況及び施策に関する年次報告を事務とする。出典: PMLIT71/2011:2,2. ■観光庁 **Divisão de Estratégias Turísticas**

Kokusai Kankô Ka 国際観光課 観光庁所属機関。国際観光者・MICE 関係の参加者の来訪を促進、外国人観光旅客の受入環境の整備の計画並びに外国人観光者の来訪の招致のための情報の整理・提供を事務とする。出典: PMLIT71/2011:2,4 ■観光庁 **Divisão de Turismo Internacional**

第 11 章 B

国際観光振興機構

Kokusai Kankô Shinkô Kikô 国際観光振興機構 中期目標管理機関。海外における観光宣伝、国内観光に関する情報の提供、海外案内所の運営、国際観光に関する研究及び国際観光に対する出版物の刊行、通訳案内士試験の実施の事務代行を行うことによって、海外旅客の来訪の促進を事務とする。出典：JNTOHP・LJP181/2002:3,9。●**JNTO**■国土交通省 **Organização Nacional de Turismo do Japão**

JNTO ➡ Kokusai Kankô Shinkô Kikô 国際観光振興機構

6.7 Índice de Fontes

Índice de Fontes 出典一覧表

Leis

(ANEEL)

D2335:l Decreto nº 2.335 de 06/10/1997, anexo I

LBR9427:3.....Lei 9.427, de 26/12/1996, art. 3º

(ANM)

RANM2:1 Resolução ANM 2, 12/12/2018, art. 1º

(ANRE)

LJP 99/1999:4 Lei 99 de 16/07/1999, Art 4. 1,14-16,27-29,31,32,40,43,47-51,52,53-55-58

(CNT)

D6705:1 Decreto nº6.705, de 19/12/2008, art. 1º

(Departamento de Recursos Naturais e Combustíveis)

E-Gov (DRNC) <https://search.e-gov.go.jp/servlet/Organization?class=1050&objcd=100620&dispgrp=0030>

(DIPRO)

P6Embratur Portaria MTUR, 18/04/2017, anexo I, art. 32º

(Divisão da indústria do turismo)

PMLIT71/2011:2,3 Portaria MLIT nº1 de 2011,art.2º inciso 3º

(Divisão de Estratégias Turísticas)

PMLIT71/2011:2,2 Portaria MLIT nº1 de 2011,art.2º inciso 2º

(Divisão de Infraestrutura de Energia Elétrica)

E-Gov (SEBEE) <https://search.e-gov.go.jp/servlet/Organization?class=1050&objcd=100620&dispgrp=0030>

(Divisão de turismo internacional)

PMLIT71/2011:2,4 Portaria MLIT nº1 de 2011,art.2º inciso 4º

(DMARK)

P36Embratur:32 Portaria MTUR, 18/04/2017, anexo I, art. 32º

(EMBRATUR)

P36Embratur Portaria MTUR nº 36. 18/04/2017, anexo I

(JTA)

LJP100/1999:43 Lei nº 100, de 16/07/1999, art. 43º

(METI)

LJP 99/1999:4 Lei nº 99, de 16/07/1999, art. 4º

(MLIT)

LJP100/1999:3 Lei nº 100, de 16/07/1999, art. 3º

(MME)

D9675:1	Decreto 9.675 de 02/01/2019, art. 1º
(MTur)	
PMTUR36a1	Portaria nº 36, de 29/01/2019, anexo 1 art. 1º
(Secretaria da Terra e da Indústria de Construção)	
E-GOV(STIC)	http://search.e-gov.go.jp/servlet/Organization?class=1050&objcd=100155&dispgrp=0110
(Secretaria das Cidades)	
E-GOV(SC)	http://search.e-gov.go.jp/servlet/Organization?class=1050&objcd=100155&dispgrp=0120
(Secretaria das Estradas)	
E-GOV(SE)	http://search.e-gov.go.jp/servlet/Organization?class=1050&objcd=100155&dispgrp=0140
(Secretaria de ambiente para tecnologias da produção)	
E-Gov (SATP)	https://search.e-gov.go.jp/servlet/Organization?class=1050&objcd=100595&dispgrp=0050
(Secretaria de Ferrovias)	
E-GOV(SF)	http://search.e-gov.go.jp/servlet/Organization?class=1050&objcd=100155&dispgrp=0160
(Secretaria de Habitações)	
E-GOV(SH)	http://search.e-gov.go.jp/servlet/Organization?class=1050&objcd=100155&dispgrp=0150
(Secretaria de políticas de comércio exterior)	
E-Gov(SPCE)	https://search.e-gov.go.jp/servlet/Organization?class=1050&objcd=100595&dispgrp=0030
(Secretaria de Políticas Nacionais e Regionais)	
E-GOV(SP NR)	https://search.e-gov.go.jp/servlet/Organization?class=1050&objcd=100155&dispgrp=0100
(Secretaria de Políticas para Economia e Indústria)	
E-Gov(SPIE)	https://search.e-gov.go.jp/servlet/Organization?class=1050&objcd=100595&dispgrp=0020
(SEE)	
RI108:IX	Decreto nº 2335, 06.10.1997, anexo I
(SFE)	
PMME349:23,X	PORTARIA MME Nº 349, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1997
(SGM)	
RI108:XI	Regimento Interno Portaria 108, 14.03.17 Anexo XI
(SNDTur)	
PMTUR36a66	Portaria nº 36, de 29 de 29/01/2019, anexo 1 art. 66º
(SNETur)	
PMTUR36:48	Portaria nº 36, de 29/01/2019, anexo 1 art. 48º
(SNINT)	
PMTUR36a:87	Portaria nº 36, de 29/01/2019, anexo 1 art. 87º
(SPE)	

RI108:VIII.....	Regimento Interno Portaria 108, 14.03.17 anexo VIII (SPG)
RI108:X.....	Regimento Interno Portaria 108, 14.03.17 Anexo X (SPM)
RANM2:59.....	Resolução ANM 2, 12/12/2018, art. 59° (SRDM)
RANM2:68.....	Resolução ANM 2, 12/12/2018, art. 68° (SRM)
RANM2:52.....	Resolução ANM 2, 12/12/2018, art. 52°

Homepages

ANEELHP.....	http://www.aneel.gov.br/estrutura-organizacional
JNTOHP.....	https://www.jnto.go.jp/jpn/about_us/service.html
METIHP.....	https://www.meti.go.jp/intro/data/akikou31_1j.html
MLITHP.....	http://www.mlit.go.jp/page/kanbo01_hy_002569.html

6.8 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, apresentamos a proposta de glossário de Administração Pública para o par linguístico português-japonês. Seguimos, para a elaboração do glossário, a abordagem socioterminológica, apresentada no Capítulo 4, que é orientada principalmente pelo perfil do usuário ao qual se destina a obra lexicográfica em questão. Assim, tanto a coleta e análise de dados quanto a configuração dos verbetes foram definidas com objetivo de atender às demandas de informação que consideramos necessária ao público-alvo.

O público-alvo, funcionários públicos da esfera superior da administração pública do Brasil e do Japão tem, como foi discutido no capítulo metodológico, a característica dual de especialista e leigo, por conhecer a estrutura administrativa de seu país, mas não a do outro. Assim, a mera apresentação das denominações em outra língua não é suficiente para a compreensão do significado dos nomes das instituições. Nesse sentido, esses nomes, que consideramos Nomes Complexos, apenas fecham completamente seu significado com a apresentação da equivalência entre o NC e suas definições canônica e pragmática, que constam no texto definitório, o que justifica, a nosso ver, sua inclusão em nosso glossário.

A estruturação desta proposta de glossário é coerente com uma versão impressa, mas a organização dos dados permite a fácil conversão para mídia eletrônica, o que possibilita, assim, a criação de versões para diversas plataformas, como computadores, dispositivos móveis, ou mesmo a disponibilização de uma versão online.

Com nosso glossário, consideramos suprir uma lacuna existente em dicionários de especialidade no par linguístico português-japonês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de pesquisa, demonstramos que a denominação dada a instituições da administração pública faz parte da linguagem de especialidade. Constitui uma categoria que denominamos Nomes Complexos. Sua configuração as insere na subclasse do que a literatura denomina crematônimos.

Crematônimos são, portanto, uma categoria de nomes, de natureza distinta de antropônimos e topônimos, e tem sido objeto de estudo nas últimas quatro décadas, nos países de línguas eslavas e germânicas. A crematonomástica é uma disciplina autônoma, que tem por objeto coisas materiais e imateriais produzidas como resultado da ação humana, que, para Galkowski (2014a, 2014b, 2016) são de três tipos, a saber, crematônimos de marketing, crematônimos ideativos, que são títulos de obras de arte e crematônimos sociais, relativos a nomes de associações, de fundações, de comunidades diversas (GALKOWSKI, 2014b). Essa última categoria abrange os nomes de instituições da administração pública.

Mesmo com o entendimento da categoria dos crematônimos, a denominação Nomes Complexos aos nomes de instituições de administração pública se justifica por suas características idiossincráticas. A denominação de cada instituição da administração pública encerra um conceito específico, em que as palavras que constituem o nome se relacionam semanticamente. Há, assim, a relação de univocidade entre denominação e conceito.

Em relação à estrutura, os Nomes Complexos, necessariamente formados por mais de um elemento lexical, apresentam uma palavra principal, denominada base, sobre a qual incide a predicação das outras palavras, denominadas argumentos, que modificam o conteúdo semântico da base. De acordo com a tipologia da língua, muda a posição da base e dos argumentos. No português, a base é a primeira expressão à esquerda do conjunto, enquanto no japonês, a base é a primeira à direita.

Os dois aspectos supracitados, univocidade entre denominação e conceito e o encadeamento semântico entre base e argumentos, justificam o tratamento terminográfico dos nomes de instituições de administração pública. Além disso, os mecanismos de relacionamento entre base e argumentos podem

ser identificados e descritos pela aplicação do constructo de Faulstich, criado originalmente para a análise de Unidades Terminológicas Complexas (FAULSTICH, 2003).

Na situação de contato entre as línguas português e japonês, há denominações já estabelecidas entre as administrações públicas dos dois países. É o caso da instituição japonesa Fundação Japão, cuja denominação original, 国際交流基金 *Kokusai kôryû Kikin*, pode ser traduzida como Fundação de Intercâmbio Internacional. Em um cenário de comunicação interinstitucional entre dois países, usamos denominações já estabelecidas.

Há, entretanto, casos de lacunas, onde não foi criada uma denominação de uma instituição em outra língua. Para essas situações, aplica-se o princípio da harmonização linguística de Faulstich (2015b), que implica a “combinação de sistemas de línguas envolvidas no ato interlocutório, de tal forma que, no léxico e na gramática, o resultado apareça no bilinguismo explícito, em conformidade conceitual entre os níveis estruturais” (FAULSTICH, 2015b, p.64).

Para o preenchimento de lacunas de denominação, é necessário compreender os mecanismos de formação de nomes complexos nas duas línguas, de modo a produzir denominações coerentes com os sistemas de formação. Isso não implica apenas conhecer as características morfossintáticas de outra língua, mas também identificar os mecanismos de formação de Nomes Complexos nessa língua. O Constructo de Faulstich (2003), complementado por estudos posteriores (SIQUEIRA, 2004; CRUZ, 2013; ABREU, 2014) foi utilizado para identificar e descrever quais mecanismos ocorrem na formação de nomes complexos nas línguas estudadas.

Para a língua portuguesa, além dos formativos preposicionados e formativos adjetivais, foram identificados, ainda, 1) formativo com base coordenada; 2) formativos coordenados; 3) formativos em que a base é sigla ou acrônimo; 4) formativo topônimo e 5) formativo não predicador.

Alguns dos resultados curiosos são formativos em que a base é sigla ou acrônimo, verificados em situações como **Nuclebrás Equipamentos Pesados**, em que a base é o acrônimo **Nuclebrás**; formativos topônimos como **Companhia Docas do Rio de Janeiro**, em que **Rio de Janeiro** é formativo

topônimo; formativos não predicadores, constituídos por nomes de indivíduos, como **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**, em que o nome **Chico Mendes** é somente um denominador de homenagem.

Para a língua japonesa, foram identificados 1) formativos coordenados, intercalados por sinal gráfico *nakaguro* (・); 2) formativo com base coordenada; 3) formativos com partícula de caso elipsada; 4) formativo com palavra em *katakana*; 5) formativos com sufixo ideográfico de equivalência e 6) formativo topônimo.

Alguns resultados idiossincráticos da língua japonesa são formativo coordenado, com a intercalação do sinal gráfico *nakaguro* (・), como em 海上・港湾・航空 技術 研究所 *Kaijô Kôwan Kôkû Gijutsu Kenkyûjo* ‘Instituto de Tecnologia Marítima, Aérea e Portuária’, formativo coordenado sem o sinal gráfico, que pode ocorrer em formativo com base coordenada, como em 労働 政策 研究 研修 機構 *Rôdô Seisaku Kenkyû Kenshû Kikô* ‘Organização para treinamento e pesquisa sobre políticas trabalhistas’; formativo com partícula de caso elipsado, ocorrência frequente na linguagem de especialidade de administração pública, mas também visto na língua japonesa como um todo (OTA, 2011), como em 自動車技術総合機構 *Jidôsha Gijutusu Sôgô Kikô* ‘Organização Nacional de Tecnologia Automobilística’, em que 自動車技術 *jidôsha gijutsu* ‘tecnologia automobilística’ poderia ser intercalada com の no sem modificação semântica: 自動車 の 技術 *jidôsha no gijutsu* ‘tecnologia automobilística’; formativos em *katakana*, escritos no silabário *katakana*, normalmente utilizado para a escrita de palavras de origem ocidental, como em 資源エネルギー庁 *Shigen Enerugî Chô* Agência de Energia e Recursos Naturais, em que エネルギー *enerugî* ‘energia’ está no silabário *katakana*; formativos com o sufixo ideográfico de equivalência, em que o ideograma 等 *tô* ‘equivalente’ indica algo de natureza semelhante ao elemento que o precede, como em 公害 等調査委員会 *Kôgai Tô Chôsa l’inkai* ‘Comissão de Investigação de Poluentes e Semelhantes’.

Os Formativos topônimos são, como no caso da língua portuguesa, nomes de lugares, cidades, províncias, regiões, sendo considerados integralmente. Nos dados, entretanto, são na maioria o topônimo **Japão**.

Inferimos que a ausência de formativos com nomes de pessoas nas instituições de administração japonesa pode ser reflexo de características de uma visão de mundo que não preconiza a valorização de um indivíduo, em detrimento de um grupo.

Da mesma forma que Unidades Terminológicas Complexas, os Nomes Complexos também podem ter variantes resultantes da redução de partes das palavras que formam o nome. A redução do termo “não simplifica o significado, nem perturba a compreensão, porque a base e outros itens de predicação remanescentes preservam o conceito inerente” (FAULSTICH, 2015a, p. 353).

A redução de Nomes Complexos pode levar à formação de siglas e acrônimos. Siglas são reduções que utilizam as letras iniciais da expressão composta, enquanto acrônimos são reduções que utilizam sílabas inicial ou final de palavras.

Para a linguagem de especialidade da administração pública, as reduções são relevantes. Inicialmente, a comunicação interinstitucional constantemente usa formas reduzidas, especialmente no Brasil. Essas formas reduzidas, siglas ou acrônimos, ultrapassam a fronteira da comunicação especializada, porque são normalmente integradas no léxico comum. Além disso, há casos em que a forma reduzida de uma denominação de instituição sobrevive a mudanças da forma, como é o caso de Embratur, que era redução de Empresa Brasileira de Turismo e agora é acrônimo de Instituto Brasileiro de Turismo.

Há casos, na língua portuguesa, em que ocorre o apagamento parcial do NC original na formação da redução, como no caso de **Serviço Federal de Processamento de Dados**, que resulta no acrônimo **SERPRO**, com o apagamento de **Federal** e **de Dados**.

No caso da língua japonesa, a redução pode ocorrer pelo apagamento de uma ou mais sílabas das palavras que formam a denominação cujo resultado mantém uma ou duas moras das palavras originais. É o caso de Riken, redução de 理化学研究所 *Rikagaku Kenkyūjo*. ‘Centro de Pesquisas Físico-Químicas’.

Entretanto, é um modelo de redução com poucas ocorrências, se comparado com a redução originada da denominação da instituição em inglês. Nesse caso, ocorre a redução de elementos da denominação em inglês, como em 文化庁 Bunka Chô, que tem denominação **Agência de Assuntos Culturais** em português. A sigla da instituição, ACA, é redução da denominação em inglês *Agency for Cultural Affairs*.

O registro onomatográfico de nomes de instituições da administração pública do Brasil e do Japão, configurado em um glossário bilíngue dessa linguagem de especialidade, permite suprir lacunas existentes em fontes lexicográficas e auxiliar a comunicação interinstitucional entre os dois países. Para isso, os dados, obtidos da análise da formação de nomes de instituição e da elaboração de uma base harmonizada de denominações da administração pública entre línguas distantes como o português e japonês, tornaram-se uma realidade no estudo que desenvolvemos durante o doutoramento.

O usuário principal do glossário proposto são funcionários da administração pública brasileira e japonesa, assim sendo, para atender às necessidades de consulta desse tipo de usuário, foi necessário incluir na microestrutura o texto definitório, que apresenta as funções e atribuições das instituições, bem como outras informações, a saber, variantes – em especial siglas e acrônimos, a denominação em outra língua e o relacionamento hierárquico com outras instituições.

Assim, além da descrição dos nomes de instituições de administração pública, que se configuram como Nomes Complexos, um glossário deve incluir o conteúdo semântico expresso em definições terminográficas. Para caso de situações de contato entre línguas, a linguagem de especialidade de administração pública possui a característica de não possuir um universo conceitual unificado, compartilhado entre culturas distintas. Isso porque cada país constitui a sua própria estrutura administrativa, obedecendo a prioridades percebidas por cada sociedade. Assim, um funcionário da administração pública de um país possui conhecimento especializado sobre a estrutura da administração pública de seu país, mas não necessariamente de outros. Nesse sentido, considera-se que possui característica dual de especialista e leigo. Dessa

forma, apenas a denominação das instituições é insuficiente para a compreensão do conteúdo de denominações.

Em vista de explicitar melhor as informações de ‘mundos’ diferentes, a macroestrutura foi organizada em dois níveis. No primeiro nível, há o agrupamento de acordo com a estrutura hierárquica da administração, a divisão por língua, o que implica a estruturação em dois Tomos, um para atender a falantes da língua portuguesa e outro para atender a falantes da língua japonesa. Em cada Tomo, há a divisão em duas partes, uma para instituições brasileiras e outra para instituições japonesas. Como os ministérios coordenam as instituições sublocadas da administração pública, estas se subdividem em seções. Há, atualmente, 16 ministérios brasileiros e 12 ministérios japoneses. Assim, a parte referente a instituições brasileiras é dividida em 16 seções, enquanto a referente a instituições japonesas é dividida em 12 seções. Cada seção abrange as instituições que são subordinadas a cada ministério.

O segundo nível de organização ocorre nessas subdivisões, que são ordenadas alfabeticamente. A justificativa para dois níveis de organização foi evidenciada na análise de obras anteriores. O dicionário *Japanese-English Comprehensive Dictionary of Civil Service Terms* (SENDAI, 1995) é o único que trata especificamente da área de administração pública. As entradas são ordenadas apenas alfabeticamente e não há nenhuma inclusão de marcas de uso ou domínio de especialidade, o que dificulta, a nosso ver, a consulta pelo usuário. Portanto, a estruturação, baseada na organização hierárquica das instituições, permite ao usuário identificar o relacionamento entre as instituições.

Por fim, consideramos que tanto o objetivo principal quanto os específicos pretendidos nesta tese foram atendidos, porque demonstramos os mecanismos de formação de Nomes Complexos e comprovamos o enquadramento epistemológico destes como subclasse dos crematônimos e aprofundamos o tratamento técnico terminográfico, sob uma proposta de glossário bilíngue, que permite a consulentes falantes de língua portuguesa e japonesa identificar nomes de instituições da administração pública do Brasil e do Japão, suas atribuições, siglas e acrônimos, assim como a relação hierárquica com outras instituições de línguas diferentes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. P. Unidades terminológicas complexas com formativos preposicionados: valores relacionais e padrões de formação. In: ISQUERDO, A. N.; CORNO, G. O. M. D. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. V. VI. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014, p. 487-515.
- ATKINS, B.T.; RUNDELL, M. *The Oxford Guide to Practical Lexicography*. Oxford: Oxford Press, 2008, 540p.
- AULETE, C. *Aulete Digital* – Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete, versão online. Disponível em: www.aulete.com.br. Acesso em 15/03/2019.
- AUROUX, Sylvain. Instrumentos linguísticos e políticas linguísticas: a construção do francês. In: *Revista Argentina de Historiografia Linguística*, I, 2, 2009, pp. 137-149.
- BARROS, L. *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: Edusp, 2004, 296 p.
- BEASLEY, W. G. The foreign threat and the opening of the ports. In: JANSEN, M. B (ed.). *The Cambridge History of Japan*. Cambridge: Editora Cambridge University Press, 2008, p. 259-307.
- BONAVIDE, P. *Ciência política*. 10ª edição, São Paulo: Ed. Malheiros, 2005, p. 134-148.
- BOUTIN-QUESNEL, R. *Vocabulaire systématique de la terminologie*. Quebec: Publications du Quebec, 1985, 40p.
- BRASIL. *Autarquias integram a administração pública indireta*. 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/autarquias>. Acesso em 16/10/2018.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 16/10/2018.
- _____. *Constituição Federal, de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de setembro de 2017.
- _____. *Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm. Acesso em 20 de setembro de 2017.
- _____. *Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5161.htm. Acesso em 15/03/2019.

_____. *Lei nº 6.189 de 16 de dezembro de 1974*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6189.htm. Acesso em 15/03/2019

_____. *Lei nº 6.618, de 16 de dezembro de 1978*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6618.htm. Acesso em 15/03/2019.

_____. *Lei Nº 8.181, de 28 de março de 1991*. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8181.htm. Acesso em 20 de setembro de 2017.

_____. *Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12304.htm. Acesso em 10/04/2019.

_____. *Lei Nº 13.502, de 1º de novembro de 2017*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13502.htm. Acesso em 05 de janeiro de 2018.

CABRÉ, M. T. *Terminology: Theory, methods and applications*. Filadélfia: John Benjamins, 1998, 248p.

CARDOSO, E. A. Composição. In: RODRIGUES, A; ALVES, I. M (Org.) *A construção morfológica da palavra – gramática do português culto falado no Brasil*. São Paulo: editora Contexto, 2015, p. 111-122.

CRUZ, Cleide Lemes da Silva. *(Re) Aplicação do Constructo de Faulstich: regras de formação das Unidades Terminológicas Complexas na área da Engenharia Civil*. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – Programa de Pós-Graduação em Linguística. 178p.

DOI, E. T. O papel da sílaba e da mora na organização rítmica do japonês. Tese (Doutorado em linguística) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 182p. 1997.

EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL. *Estrutura Governamental*. Disponível em: http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/pdf/estrutura_governamental.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2017.

FAULSTICH, E. *Para uma análise estrutural de campos semânticos – lexicologia: a linguagem do noticiário policial*. Brasília: Horizonte, 1980, 184p.

_____. *Metodologia para projeto terminográfico*. UnB/IBICT, Brasília, 1990.

_____. Rede de remissivas em um glossário técnico. In: MACIEL, A. M. B. (org.) *Cadernos do Instituto de Letras*, n. 10, Porto Alegre, UFRGS, jul. 1993a, p. 91-98.

_____. Metodologia para projeto terminográfico. In: *Léxico e Terminologia (Coletânea de textos)*. Centro LexTerm, Universidade de Brasília, 1993b, p. 142-173.

_____. Natureza epistemológica do lexema e do termo. In: *Estudos Lingüísticos XXIII*, São Paulo, 1994. p.313-319.

_____. Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e variação. Brasília: Centro LexTerm, 1995a. 31p.

_____. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. In: *Ciência da Informação*, v. 24, n. 3. 1995b.

_____. Terminologia: o projeto Brasilterm e a formação de recursos humanos. In: *Ciências da Informação*. Brasília, v. 24, n.3 p. 356-363, 1995c.

_____. Spécificités linguistiques de la lexicologie et la terminologie. Nature épistémologique. In : *Meta : journal des Tracteurs*. Vol. 41, n. 2, 1996a, pp. 237-246

_____. Variantes terminológicas: princípios lingüísticos de análise e método de recolha. In: *Réflexions méthodologiques sur le travail en terminologie et en terminotique dans les langues latines*, 1996, Nice. Actes Réflexions méthodologiques sur le travail en terminologie et en terminotique dans les langues latines. Nice: Realiter/Université de Nice Sophia-Antipolis, 1996b. p. 15-20.

_____. Da lingüística histórica à terminologia. In: *Investigações* (UFPE. Impresso), Recife, v. 7, p. 71-101, 1997.

_____. Principes formels et fonctionnels de la variation en terminologie. In : *Terminology*, v. 5, p. 93-106, 1998a.

_____. Variação terminológica. Algumas tendências no português do Brasil. In: BAYÀ, M. Rosa. (Org.). *Léxic, corpus i dictionaris*. 1ed.Barcelona: IULA, 1998b, v. 96-97, p. 141-154.

_____. Entre a sincronia e a diacronia:variação terminológica no código e na língua. In: *VI Simpósio Ibero-Americano de Terminologia*, 1998, Havana. Terminologia, Desenvolvimento e Identidade Nacional. Lisboa: Colibri, 1998c. p. 61-74.

_____. Perspectivas da atividade terminológica no Brasil. In: MATEUS, M.H.; CORREIA, M. (Org.). *Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1998d. p. 225-256.

_____. Planificação linguística e problemas de normalização. In: *Alfa*. São Paulo, v.42 n.esp. p. 247-268, 1998e.

_____. *À propos de la catégorisation de la variation en terminologie*. 1999a. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

_____. A função social da terminologia. In: *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*, 1999b, São Paulo. p. 167-183.

_____. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. In: *Tradterm*, São Paulo, v. 7, p. 11-40, 2001a.

_____. *Proposta metodológica para a elaboração de léxicos, dicionários e glossários*. LIV/IL/UnB/Centro LexTerm. Brasília, 2001b.

_____. Variação em terminologia. Aspectos de socioterminologia. In: RAMOS, Glória Guerrero e PÉREZ LAGOS, M. Fernando. (Org.). *Panorama Actual de la Terminología*. 1ed. Granada-ES: Comares, 2002, v. 30, p. 65-91.

_____. Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas. In: Enilde Faulstich; Sabrina Pereira de Abreu. (Org.). *Linguística Aplicada à Terminologia e à Lexicografia*. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003, v. 1, p. 11-31.

_____. Na extensão de uma UTC, elipse ou categoria vazia? In: ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. B. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 1ed. Campo Grande - MS: UFMS; UFRGS, 2010, v. IV, p. 449-461.

_____. Para gostar de ler um dicionário. In: RAMOS, C. M. A. *Pelos caminhos da Dialetolegia e da Sociolinguística: entrelaçando saberes e vidas*. São Luís: Editora EDUFMA, 2010, p. 166-185.

_____. Avaliação de dicionários: uma proposta metodológica. In: *Organon* (UFRGS), v. 25, p. 181-220, 2011.

_____. Diferenças entre 'termo profundo' e 'termo de superfície' e mecanismos da variação nas linguagens de especialidade. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. 1ed. Campo Grande - MS: UFMS, 2012, v. VI, p. 429-444.

_____. Características conceituais que distinguem o que é de para que serve nas definições de terminologias científica e técnica. In: ISQUERDO, A., DAL CORNO, G. O. M. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. 1ed. Campo Grande - MS: UFMS, 2014, v. VII, p. 377-393.

_____. Variante terminológica lexical – um estudo das reduções. In: ALMEIDA, A. SANTOS, E, SOLEDADE, J (Orgs). *Saberes lexicais – mundos, mentes e usos*. Salvador: EUFBA, 2015a, pp. 351-366.

_____. Harmonização entre línguas como um mecanismo de política linguística no Brasil. Conferência plenária. In: *Língua Portuguesa: Unidade na diversidade*. Lublin, Polônia, 2015b.

_____. Nova categoria de terminologia técnica: crematônimos (inédito; artigo a sair).

FAULSTICH, E., ROCHA, S. L. R. A função pragmática do contexto lingüístico em obras lexicográficas e terminográficas. In: *Travaux du Lilla* n. 2. Nice: Université de Nice-Sophia Antipolis, 1997, p.22-32

FAULSTICH, E.; CABRE, M. T.; DEPECKER, L; AUGER, P. Pertencimento em terminologia: diferenças entre 'termo profundo' e 'termo de superfície' e discussão do lugar da variação na expressão e no conteúdo. In: *7ème Journée scientifique REALITER*, 2011, Québec. Multilinguïsme et pratiques terminologiques. Paris: Realiter, 2011.

FISHERIES RESEARCH AND EDUCATION AGENCY. *Research and education agency History*. Disponível em <https://www.fra.affrc.go.jp/english/enkaku.html>. Acesso em 15/03/2019.

FUNDAÇÃO JAPÃO. Kana – uma introdução ao silabário japonês. Tóquio: The Japan Foundation, 1980, 83p.

GALKOWSKI, A. La nature idiosyncrasique des chrématonymes. **Els noms en la vida quotidiana. Actes del XXIV Congrés Internacionald'ICOS sobre Ciències Onomàstiques**. Barcelona, 2014a, p. 150-158. Disponível em: <http://www.gencat.cat/llengua/BTPL/ICOS2011/019.pdf>. Acesso em 10 set. 2019

GALKOWSKI, A. Quelques remarques sur le statut de la chrématonomastique dans les études onomastiques. **Onomastica**, LVIII, 2014b, p. 79-88. Disponível em: <http://journals.pan.pl/Content/98475/url-publication.xml?handler=pdf>. Acesso em 11 set. 2019.

GALKOWSKI, A. La crematonimia come classe 'non convenzionale' dell'onimia. **Rivista Italiana di Onomastica**, vol. XXII, Anno XXII, no 1–2. 2016, p. 25-35. Disponível em: <http://journals.pan.pl/Content/108493/PDF/13E.pdf?handler=pdf>. Acesso em 11 set. 2019.

GIRALDO ORTIZ, J. J. *Análisis y descripción de las siglas en el discurso especializado de genoma humano y medio ambiente*. Tese de doutorado. Unstitut Universitari de Lingüística Aplicada, Barcelona, 2008. Disponível em: www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/7507/tjgo.pdf.

GRANNIER, D. M. Uma proposta heterodoxa para o ensino de português a falantes do espanhol. In JÚDICE, N. (Org.) PLE: perspectivas de quem ensina. Niterói: Intertexto, 2002. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/334220146/proposta-heterodoxa-pdf>. Acesso em 11 set. 2019.

HAENSCH, G. La Lexicografia: de la lexicografía teórica a la lexicografía práctica. Madrid: Gredos, 1982.

HARTMANN, R.R.K; JAMES, G. *Dictionary of Leicography*. Londres: Routledge, 2001, 193p.

HAYASHI, F. Kodaigo no In'on / In'onshi (Fonética do japonês antigo/ história da fonética). In: KUDO, S. Et al. *Nihongo yôsetsu* (Linhas gerais da língua japonesa). 1ª edição, Tóquio: ed. Hitsuji Kôbô, 2004, p. 169-194.

HIDA, Yi. *Gendai Nihongo bunshô hyôgen hô* (Expressão escrita em língua japonesa). Tóquio: Hakuteisha, 1998, p. 67-70.

HIRAMATSU, Y. Kigô no yomikata jiten (Dicionário de leitura de símbolos). 1998. Disponível em: <https://hiramatu-hifuka.com/onyak/onyak2/kigo-1.html>. Acesso em 10 de março de 2017.

ITÔ, J. Prosodic Minimality in Japanese. In: *Papers from the Parasession on the Syllable in Phonetics and Phonology*. CLS 26-II, 1990, p. 213-239.

JACKSON, Howard. *Lexicography: An Introduction*. Londres: Routledge, 2001, 141p.

JANSEN, M.B. Japan in the Early Nineteenth Century. In: JANSEN, M. B (ed.). *The Cambridge History of Japan*. Cambridge: Editora Cambridge University Press, 2008, p. 259-307.

JAPAN ORGANIZATION FOR EMPLOYMENT OF THE ELDERLY, PERSONS WITH DISABILITIES AND JOB SEEKERS. History of JEED. Disponível em: https://www.jeed.or.jp/english/about_jeed/history.html. Acesso em 15/03/2019.

JAPÃO. *Dokuritsu Gyôsei Hôjin Tsûsoku Hô* (Lei da regulamentação comum às Entidades Administrativas Independentes) (Lei 103 de 1999). Disponível em: http://elaws.e-gov.go.jp/search/elawsSearch/elaws_search/lsg0500/viewContents?lawId=411AC0000000103_20150801 Acesso em 10 de agosto de 2017.

JAPÃO. *Gist of the Central Government Reform*. 2014. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/about/hq/central_gov/gist.html. Acesso em: 20/02/2019.

JAPÃO. *Kokka Gyôsei Soshiki Hô* (Lei das Organizações do Poder Executivo Nacional) (Lei Nº 120 de 1948). Disponível em: http://elaws.e-gov.go.jp/search/elawsSearch/elaws_search/lsg0500/viewContents?lawId=323AC0000000120_20160401

JAPÃO. *Naikakufu Secchi .Hô* (Lei de criação do Gabinete Oficial) (Lei Nº 89 de 1999). Disponível em: http://elaws.e-gov.go.jp/search/elawsSearch/elaws_search/lsg0500/viewContents?lawId=411AC0000000089_20180201 Acesso em 10 de agosto de 2017.

JAPÃO. *Nihonkoku Kenpô* (Constituição do Japão). Disponível em: <http://www.houko.com/00/01/S21/000.HTM#s5> Acesso em 10 de agosto de 2017.

JOKO, A. T. Repensando o ensino de fonologia num curso de formação de professores de língua japonesa. In: MUKAI, Y; JOKO, A. T.; PEREIRA, F. P (orgs.) *A língua japonesa no Brasil: reflexões e experiências de ensino e aprendizagem*. São Paulo: Editora Pontes, 2012. P. 173-204.

KIKUCHI, T. Kôyôbun Yôgo 'tô' to kaku ka 'nado' to kaku ka? (Terminologia de documentação oficial Escreve-se *tô* ou *nado*?). 2017. Disponível em: <https://mbp-japan.com/okayama/kikuchi/column/3307558/>. Acesso em 03 de março de 2019.

KIKUCHI, W. Formação de Palavras (I): prefixos. In: MORALES, Leiko M.. (Org.). *Tópicos de Gramática da Língua Japonesa*. 1ed. São Paulo: Fundação Japão, 2011, v , p. 105-111.

LIN, H. Gairaigo no fukugôgo ni okeru ryakugo no gokôsei (Formação de palavras na redução de palavras compostas de empréstimos). In: *Gobun Kenkyû*, Universidade de Kyûshu, v. 97, 2004. p. 1-16.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO JAPÃO. *Joyôkanjiyô* (Tabela de ideogramas de uso corrente). Disponível em: http://kokugo.bunka.go.jp/kokugo_nihongo/joho/kijun/naikaku/kanji. Acesso em: 5 out. 2015.

_____. *Gendai Kanazukai* (Utilização atual dos silabários japoneses). Disponível em: http://www.mext.go.jp/b_menu/hakusho/nc/t19850222001/t19850222001.html. Acesso em: 5 out. 2015

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Organograma*. Disponível em: <http://mi.gov.br/organograma-mi>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

MATSUMURA, A. (Org.) *Daijirin*, 2ª ed., Tóquio, Sanseido, 1988.

MORI, S.; NINOMIYA, M. *Ponichi Hôritsu Yôgoshû*: Glossário Português-Japonês de Termos Jurídicos. Tóquio: Yuhikaku, 2001, 473p.

MURAKI, S. Gendaigo no goi-goiron (Vocabulário e lexicologia do japonês contemporâneo). In: KUDO, S. Et al. *Nihongo yôsetsu* (Linhas gerais da língua japonesa). 1ª edição, Tóquio: ed. Hitsuji Kôbô, 2004, p. 94-98.

NADIN, O. A variação denominativa em terminologia; a problemática das siglas. In: MURAKAWA, C, NADIN, O. (Org). *Terminologia: uma ciência interdisciplinar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Pp. 167-184.

NATIONAL AGRICULTURE AND FOOD RESEARCH ORGANIZATION. *Naro History*. Disponível em: <http://www.naro.affrc.go.jp/english/about-naro/history.html>. Acesso em 15/03/2019.

NATIONAL INSTITUTION FOR ACADEMIC DEGREES AND QUALITY ENHANCEMENT OF HIGHER EDUCATION. *Historical Sketch*. Disponível em: <https://www.niad.ac.jp/english/en-about/historical-sketch.html>. Acesso em 15/03/2019.

NEW ENERGY AND INDUSTRIAL TECHNOLOGY DEVELOPMENT ORGANIZATION. About NEDO. Disponível em: https://www.nedo.go.jp/english/introducing_index.html. Acesso em 15/03/2019.

NOMURA, M. Kango (Palavras chinesas). In: NAKAMURA, A (Org.) *Gendai nihongo hikkei* (Manual do japonês contemporâneo). Tóquio: Gakutôsha, 2001, p. 37-42.

NUCLEBRAS. *EQUIPAMENTOS PESADOS*. Linha do tempo. Disponível em: <http://www.nuclep.gov.br/pt-br/linha-tempo>. Acesso em 15/03/2019.

OKADA, M. TAKAHASHI, Mikihiro. Kanji o chûshin to shita fukugôgo no ryakugo no jidôseisei – onkun o kôryo shita ruuru o mochiite (constituição automática de reduções de palavras complexas baseadas em ideogramas – utilizando regras baseadas na leitura ideográfica). In: *Gengo shori gakkai* n.14. 2008.

OTA, J. Formação de palavras e as palavras compostas da língua japonesa. In: MORALES, L. M. (Org.) *Tópicos de gramática da língua japonesa*. São Paulo: Fundação Japão, 2011, p. 79-103.

ÔTA, S. Tanshukugo Keisei Kanken (Notas sobre a redução de palavras). In: *Journal of Cross-cultural Studies*, Universidade de Yamaguchi, n. 8, 2014, p. 63-80.

ÔTSUKI, M. Goshu to ryakugo – hosetu (Tipo de palavra e redução – complemento) In: *The Ohtani Studies*, n. 33, 2003, p. 78-65.

PAVEL, S.; NOLET, D. *Manual de terminologia*. Québec: Translation Bureau: 2002, 156p.

QUIGLEY, H. *Constituições do Japão: 1890 e 1947*. Revista de Direito Administrativo. 1947, n. 10, p. 74-84.

RADU, A.; COTOC, A.. Foreign chrematonyms in a globalised society. A case study. **The Proceedings of the International Conference Globalization, Intercultural Dialogue and National Identity. Section: Language and Discourse**, 3, p. 111-123, 2016. Disponível em: <http://www.diacronia.ro/indexing/details/V3955/pdf>. Acesso em 10 set. 2019.

RODRIGUES, A; ALVES, I. M. (Org.) *A construção morfológica da palavra – gramática do português culto falado no Brasil*. São Paulo: editora Contexto, 2015, 400p.

SAKAMA, C. K.; LUQUE, E. (Org.) *Hôritsu Yôgoshû: Glossário de Termos Jurídicos*. Tóquio: PWC, 2015

SANDMANN, A. J. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, 185p.

SCHMITZ, J. R. A problemática dos dicionários bilíngües. In: OLIVEIRA, A. M. P. P; ISQUERDO, A. N.(Org). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS 2001, p. 161-170.

SENDAI S. K. E. K. *Gyôsei Yôgo Eiwa Jiten: Japanese-English Comprehensive Dictionary of Civil Service Terms*. Sendai: Gyôsei, 1995, 502p.

SHIBATANI, M. Japanese. In: COMRIE, B. (Org.) *The World's Major Languages*. Oxford: Oxford Press, 1987, p. 855-880.

_____. *The Languages of Japan*. Cambridge: Ed. Cambridge University Press, 1990, p. 257-272, 307-332.

SHIDA, S. Goi (Vocabulário). In: SAEKI, T; YAMAUCHI, Y. *Kokugo Gaisetsu* (Linhas gerais da língua japonesa). Tóquio: Izumi Shoin, 1995, p. 146-165.

SIQUEIRA, E. *O Constructo de Faulstich (2003): Um estudo dos formativos no léxico da análise sensorial enológica*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 2004, 174p.

STEPÁNKOVÁ, A. Les dérivés des noms propres dans la presse française. (Mémoire de licence). 2018. – Fakulta filozofická, Západočeská univerzita v Plzni. Pilsen, Universidade da Bohemia Ocidental. 2018, 62p.

TANAKA, A. Goi (Vocabulário) In: NAKAMURA, A. (Org.) *Gendai nihongo hikkei* (Manual do japonês contemporâneo). Tóquio: Gakutōsha, 2001, p. 24-30.

TERAMURA, H. *Nihongo no shintakusu to imi (I)* (Sintaxe e semântica do japonês (I)). Tóquio: Kuroshio, 1982. 326p.

VAXELAIRE, J. *Les Noms Propres – une analyse lexicologique et historique*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2005, 942p.

WELKER, H. A. *Dicionários – uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Tesaurus, 2004.

XATARA, C. M. Os dicionários bilíngues e o problema da tradução. In: OLIVEIRA, A. M. P. P; ISQUERDO, A. N.(Org). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS 2001, p. 181-188

Sumário de apêndices

Apêndice 1 Fichas terminológicas em português

Apêndice 2 Fichas terminológicas em japonês

Apêndice 3 Fichas de avaliação de dicionários

Apêndice 4 Nomes Complexos da língua portuguesa

Apêndice 5 Nomes Complexos da língua japonesa

APÊNDICE 1 — FICHAS TERMINOLÓGICAS EM PORTUGUÊS

Número	P0007
Data	
Entrada	Instituto Brasileiro de Turismo
Cat. Gram. e Gênero	s.m.
País	Brasil
Área	Turismo
Subárea	Promoção turística
Definição	Autarquia especial do Ministério do Turismo que atua na execução da Política Nacional de Turismo, na proposição de normas e medidas necessárias a esse fim, na promoção internacional do mercado turístico nacional, na análise e planejamento do mercado turístico e no fomento e financiamento de ações que visem o desenvolvimento da indústria do turismo.
Fonte da definição	Fonte: Lei 8181, 28 de março de 1991 www.embratur.gov.br
Remissivas	Ministério do Turismo
Hiperônimo	Autarquia Especial
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	EMBRATUR
Denominação em japonês	ブラジル観光公社
Transcrição em alfabeto	Burajiru Kankô Kôsha
Autor	
Nota	Acrônimo da antiga denominação Empresa Brasileira de Turismo

Número	P0011
Data	
Entrada	Ministério do Turismo
Cat. Gram. e Gênero	s.m.
País	Brasil
Área	Turismo
Subárea	Turismo
Definição	Órgão da administração federal direta que atua na gestão da Política Nacional de Desenvolvimento do Turismo, na promoção e divulgação do turismo nacional, no Brasil e no exterior, no estímulo à iniciativa pública e privada para a atividade turística, na gestão de planos e programas de incentivo ao turismo e no incentivo à formalização e certificação do serviço turístico.
Fonte da definição	PMTUR36:1
Remissivas	Governo Federal
Hiperônimo	Órgão da administração federal direta
Variante	
Siglas	
Acrônimos	MTUR
Denominação em japonês	観光省
Transcrição em alfabeto	Kankô Shô
Autor	FP
Nota	

Número	P0012
Data	
Entrada	Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Brasil
Área	Turismo
Subárea	Turismo
Definição	Órgão do Ministério do Turismo, que atua no fortalecimento do Sistema Nacional de Turismo, na gestão do Fundo Geral do Turismo, na gestão descentralizada do turismo, no fomento da participação de todas esferas da administração pública para o financiamento e desenvolvimento do turismo, no subsídio de formulação de planos e programas de fortalecimento do turismo nacional e na gestão da captação de investimentos nacionais e internacionais para o turismo.
Fonte da definição	PMTUR36:48
Remissivas	Ministério do Turismo
Hiperônimo	Órgão específico singular
Variante	
Siglas	
Acrônimos	SNETur
Denominação em japonês	国家観光整備局
Transcrição em alfabeto	Kokka Kankô Seibi Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0013
Data	
Entrada	Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Brasil
Área	Turismo
Subárea	Competitividade
Definição	Órgão do Ministério do Turismo, que atua na regulamentação, aperfeiçoamento, qualificação, certificação e capacitação de prestadores de serviço turístico; na gestão e apoio à certificação de empreendimentos e equipamentos do serviço turístico; no apoio a programas de fortalecimento do turismo responsável e sustentável; no controle de programas de promoção e incentivo ao turismo no mercado interno; no apoio e participação de eventos de promoção turística e na promoção da competitividade de produtos e destinos turísticos.
Fonte da definição	PMTUR36a:66
Remissivas	Ministério do Turismo
Hiperônimo	Órgão específico singular
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	SNDTur
Denominação em japonês	国家観光開発競争力強化局
Transcrição em alfabeto	Kokka Kankô Kaihatsu Kyôsôryoku Kyôka Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0014
Data	
Entrada	Secretaria Nacional de integração Interinstitucional
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Brasil
Área	Turismo
Subárea	Articulação institucional
Definição	Órgão do Ministério do Turismo, que atua na promoção da cooperação e da articulação em todas as esferas da Administração Pública para o fortalecimento e o desenvolvimento do turismo nacional; no apoio técnico a planos, a programas e a projetos federais para fortalecimento do turismo nacional; na promoção da melhoria da infraestrutura e da segurança de destinos turísticos; na promoção e valorização de patrimônio natural e cultural através da articulação interinstitucional e na promoção do apoio técnico e administrativo ao Comitê Interministerial de Facilitação Turística.
Fonte da definição	PMTU36a:87
Remissivas	Ministério do Turismo
Hiperônimo	Órgão específico singular
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	SNINT
Denominação em japonês	国家機関間連携局
Transcrição em alfabeto	Kokka Kikankan Renkei Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0015
Data	
Entrada	Conselho Nacional de Turismo
Cat. Gram. e Gênero	s.m.
País	Brasil
Área	Turismo
Subárea	Controle
Definição	Órgão colegiado subordinado ao Ministério do Turismo que atua no assessoramento do Ministro de Estado de Turismo; na formulação da Política Nacional de Turismo, na supervisão do Turismo Nacional, na promoção da democratização, da geração de renda; do desenvolvimento regional, da sustentabilidade ambiental, social e cultural através da atividade turística; na proposição de normas de defesa ao consumidor de turismo e na promoção do aumento da produtividade do setor turístico.
Fonte da definição	D6705:1
Remissivas	Ministério do Turismo
Hiperônimo	Órgão colegiado de assessoramento
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	
Transcrição em alfabeto	
Autor	
Nota	

Número	P0016
Data	
Entrada	Diretoria de Inteligência Competitiva e Promoção Turística
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Brasil
Área	Turismo
Subárea	Inteligência
Definição	Órgão do Instituto Brasileiro de Turismo, que atua na gestão de informação e análise de competitividade de destinos turísticos brasileiros, na identificação de segmentos turísticos a serem promovidos internacionalmente, na identificação de estratégias de inserção, participação e promoção de destinos turísticos brasileiros no mercado internacional, na identificação e monitoramento de estratégias de comercialização de destinos turísticos brasileiros e na articulação com atores da cadeia produtiva de turismo.
Fonte da definição	P36Embratur:32
Remissivas	Instituto Brasileiro de Turismo
Hiperônimo	Órgão específico singular
Variante	
Siglas	
Acrônimos	DIPRO
Denominação em japonês	競走の知能・観光促進部
Transcrição em alfabeto	Kyôsôteki Chinô – Kankô Sokushin Bu
Autor	FP
Nota	

Número	P0017
Data	
Entrada	Diretoria de Marketing e Relações Públicas
Cat. Gram. e Gênero	s.f
País	Brasil
Área	Turismo
Subárea	Marketing
Definição	Órgão do Instituto Brasileiro de Turismo que atua na definição de estratégias de turismo, na supervisão, coordenação, proposição e controle da promoção nacional e internacional do turismo e no planejamento, coordenação, supervisão e monitoramento de relações públicas.
Fonte da definição	P36Embratur:32
Remissivas	Instituto Brasileiro de Turismo
Hiperônimo	Órgão específico singular
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	DMARK
Denominação em japonês	マーケティング・広報部
Transcrição em alfabeto	Mâketingu – Kôhō Bu
Autor	FP
Nota	

Número	P0018
Data	
Entrada	Ministério de Minas e Energia
Cat. Gram. e Gênero	s.m.
País	Brasil
Área	Minas e Energia
Subárea	Minas e Energia
Definição	Órgão da administração direta que atua na execução de políticas nacionais de recursos minerais e energéticos, de políticas nacionais de produção, exploração e aproveitamento de recursos energéticos, hídricos, eólicos e fotovoltaicos, na gestão de políticas nacionais de mineração, petróleo, combustível e energia, na gestão de políticas nacionais de desenvolvimento e sustentabilidade de recursos minerais e energéticos e no fomento para o desenvolvimento de novas tecnologias de nos setores de minas e de energia.
Fonte da definição	D9675:1
Remissivas	Governo Federal
Hiperônimo	
Variantes	
Siglas	MME
Acrônimos	
Denominação em japonês	鉱山・エネルギー省
Transcrição em alfabeto	Kôzan – Enerugî Shô
Autor	FP
Nota	

Número	P0019
Data	
Entrada	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Brasil
Área	Minas e Energia
Subárea	Planejamento
Definição	Órgão do Ministério de Minas e Energia, que atua na definição de políticas energéticas de longo prazo, na promoção da integração setorial, na coordenação de estudos de planejamento energético, na articulação e estabelecimento de políticas de concessão para o setor energético, na promoção do desenvolvimento energético e de energias renováveis, no estudo e pesquisa de tecnologias de energia, na assistência técnica ao CNPE, no reconhecimento, autorização e incentivo fiscal a projetos de energia, no estudo de modelos de integração elétrica e no apoio à ANEEL para leilões de concessão.
Fonte da definição	RI108:VIII
Remissivas	Ministério de Minas e Energia
Hiperônimo	Órgão Específico Singular
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	SPE
Denominação em japonês	発電開発・企画局
Transcrição em alfabeto	Hatsuden Kaihatsu – Kikaku Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0020
Data	
Entrada	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Brasil
Área	Minas e Energia
Subárea	Geologia
Definição	Órgão do Ministério de Minas e Energia que atua na implementação, na orientação e na coordenação de políticas de geologia, de mineração e de transformação mineral, em estudos e ações para o desenvolvimento sustentável da mineração, na promoção da articulação de setores geológicos e energéticos, na pesquisa e desenvolvimento em geologia, na promoção da mineração racional e sustentável, na articulação para o suprimento mineral, no estabelecimento de políticas e procedimentos para concessão para o setor mineral, na concessão de direitos minerários e na supervisão da exploração mineral.
Fonte da definição	RI108:XI
Remissivas	Ministério de Minas e Energia
Hiperônimo	Órgão Específico Singular
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	SGM
Denominação em japonês	地質学・鉱業・鉱物加工局
Transcrição em alfabeto	Chishitsugaku – Kôgyô – Kôbutsu Kakô Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0021
Data	
Entrada	Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Brasil
Área	Minas e Energia
Subárea	Combustíveis
Definição	Órgão do Ministério de Minas e Energia que atua na promoção de estudos e na proposição de diretrizes para exploração e para a produção de petróleo e gás natural, na proposição do plano plurianual, na coordenação de estudos de planejamento dos setores de petróleo, gás natural e biocombustíveis, na articulação interinstitucional, no monitoramento, na coordenação de estudos, na promoção da participação da indústria nacional e atração de investimentos para o setor de combustíveis, no monitoramento do abastecimento de combustíveis, no monitoramento do uso racional de hidrocarbonetos, na garantia do abastecimento de combustíveis, na assistência técnica à CNPE e na coordenação do processo de outorga para o setor de combustíveis.
Fonte da definição	RI108:X
Remissivas	Ministério de Minas e Energia
Hiperônimo	Órgão Específico Singular
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	SPG
Denominação em japonês	石油・天然ガス・バイオ燃料局
Transcrição em alfabeto	Sekiyu - Ten'nen Gasu – Baionenryô Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0022
Data	
Entrada	Secretaria de Energia Elétrica
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Brasil
Área	Minas e Energia
Subárea	Energia Elétrica
Definição	Órgão do Ministério de Minas e Energia que atua na garantia de oferta e de demanda de sistemas elétricos, no monitoramento do desempenho da distribuição elétrica, no acompanhamento de ações de integração elétrica com países vizinhos, na formulação de políticas tarifárias, na comercialização nacional e internacional de energia elétrica, na integração setorial da distribuição elétrica, na formulação de políticas do setor elétrico, na universalização do acesso à energia elétrica e na assistência técnica ao CNPE.
Fonte da definição	RI108:IX
Remissivas	Ministério de Minas e Energia
Hiperônimo	Órgão Específico Singular
Variantes	
Siglas	SEE
Acrônimos	
Denominação em japonês	電力局
Transcrição em alfabeto	Denkryoku Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0023
Data	
Entrada	Agência Nacional de Energia Elétrica
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Brasil
Área	Minas e Energia
Subárea	Energia Elétrica
Definição	Autarquia especial do Ministério de Minas e Energia, que atua na regulação e na fiscalização da produção, da transmissão, da distribuição e da comercialização de energia elétrica, na implementação de políticas federais de exploração de energia elétrica, na outorga e concessão para o fornecimento de energia elétrica, na defesa da concorrência no setor de energia elétrica, na definição de tarifas de energia elétrica, na definição de metas de fornecimento de energia elétrica e no controle da comercialização de energia elétrica.
Fonte da definição	D2335:I; L9427:3
Remissivas	Ministério de Minas e Energia
Hiperônimo	Autarquia Especial
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	ANEEL
Denominação em japonês	国家連力庁
Transcrição em alfabeto	Kokka Denryoku Chô
Autor	FP
Nota	

Número	P0024
Data	
Entrada	Superintendência da Fiscalização dos Serviços de Eletricidade
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Brasil
Área	Minas e Energia
Subárea	Energia Elétrica
Definição	Órgão da Agência Nacional de Energia Elétrica que atua na fiscalização dos serviços e instalações de transmissão de energia elétrica, do cumprimento de obrigações de contratos de concessão e permissão de distribuição, de programas de governo de transmissão e distribuição, de laudos de avaliação de ativos imobilizados em serviço e do Operador Nacional do Sistema Elétrico.
Fonte da definição	PMME349:23X; ANEELHP
Remissivas	Ministério de Minas e Energia
Hiperônimo	Órgão Específico Singular
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	SFE
Denominação em japonês	電力供給業検査監督局
Transcrição em alfabeto	Denryoku Kyôkyûgyô Kensa Kantoku Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0025
Data	
Entrada	Agência Nacional de Mineração
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Brasil
Área	Minas e Energia
Subárea	Mineração
Definição	Autarquia especial do Ministério de Minas e Energia que atua na regulação da exploração de recursos minerais, na outorga e na fiscalização de títulos minerários e na articulação institucional relacionada ao setor mineral.
Fonte da definição	RANM2:1
Remissivas	Ministério de Minas e Energia
Hiperônimo	Autarquia Especial
Variantes	
Siglas	ANM
Acrônimos	
Denominação em japonês	国家鉱業庁
Transcrição em alfabeto	Kokka Kôgyô Chô
Autor	FP
Nota	

Número	P0026
Data	
Entrada	Superintendência de Pesquisa e Recursos Minerais
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Brasil
Área	Minas e Energia
Subárea	Pesquisa
Definição	Órgão da Agência Nacional de Mineração que atua para a outorga de autorização de pesquisas, na gestão de habilitação da extração mineral, na gestão de procedimentos para a concessão de títulos minerários, na supervisão de unidades regionais de controle, na normatização do Sistema Brasileiro de Certificação de Reservas e Recursos Minerais, na análise do impacto regulatório, na gestão de bancos de dados de títulos minerários, na supervisão e aprimoramento de unidades administrativas regionais, no fomento da capacitação profissional e na análise de recursos de multas.
Fonte da definição	RANM2:52
Remissivas	Agência Nacional de Mineração
Hiperônimo	Órgão Específico Singular
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	SEM
Denominação em japonês	鉱物資源・研究監督局
Transcrição em alfabeto	Kôbutsu Shigen – Kenkyû Kantoku Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0027
Data	
Entrada	Superintendência de Produção Mineral
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Brasil
Área	Minas e Energia
Subárea	Produção Mineral
Definição	Órgão da Agência Nacional de Mineração que atua na fiscalização da produção mineral e da extração de fósseis, na análise do impacto regulatório, na promoção e fiscalização do aproveitamento racional de jazidas, na emissão de certificados do Processo de Kimberley, na normatização do direito minerário, na operacionalização de acordos técnicos de cooperação para a CFEM, na análise de recurso de multas e na supervisão de Unidades Administrativas Regionais.
Fonte da definição	RANM2:59
Remissivas	Agência Nacional de Mineração
Hiperônimo	Órgão Específico Singular
Variante	
Siglas	SPM
Acrônimos	
Denominação em japonês	鉱物産業監督局
Transcrição em alfabeto	Kôbutsu Sangyô Kantoku Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0028
Data	
Entrada	Superintendência de Regulação e Desenvolvimento da Mineração
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Brasil
Área	Minas e Energia
Subárea	Regulação
Definição	Órgão da Agência Nacional de Mineração que atua na regulação da indústria do setor mineral, na definição de conceitos técnicos para o setor de mineração, na disseminação de recomendações metodológicas sobre a análise do impacto regulatório, na gestão de banco de dados sobre cadeias de produção e de comércio de recursos minerais, no monitoramento do mercado de bens minerais, na supervisão de transferências de titularidade e na supervisão de unidades administrativas regionais.
Fonte da definição	RANM2:68
Remissivas	Agência Nacional de Mineração
Hiperônimo	Órgão Específico Singulas
Variantes	
Siglas	SRDM
Acrônimos	
Denominação em japonês	鉱業規則・開発監督局
Transcrição em alfabeto	Kôgyô Kisoku - Kaihatsu Kantoku Kyoku.
Autor	FP
Nota	

Número	P0029
Data	
Entrada	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo
Cat. Gram. e Gênero	s.m.
País	Japão
Área	Terra, Infraestrutura, Transporte, Turismo
Subárea	Terra, Infraestrutura, Transporte, Turismo
Definição	Órgão da administração direta que atua para a utilização abrangente e estruturada, para o desenvolvimento e preservação do território nacional, na consolidação de capital social, na promoção de políticas de tráfego e de políticas de turismo, no desenvolvimento e no fortalecimento de serviços meteorológicos e na garantia da segurança interna e marítima.
Fonte da definição	LJP100/1999:3; MLITHP
Remissivas	Governo Nacional
Hiperônimo	
Variante	
Siglas	MLIT
Acrônimos	
Denominação em japonês	国土交通省
Transcrição em alfabeto	Kokudo Kôtsû Shô
Autor	FP
Nota	Sigla de Ministry of Land, Infrastructure, Transport and Tourism.

Número	P0030
Data	
Entrada	Secretaria de políticas nacionais e regionais
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Terra
Subárea	Políticas governamentais
Definição	Órgão do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo, que atua na coordenação de políticas de terra, no planejamento e promoção de políticas de utilização, segurança e desenvolvimento da terra e na participação do Conselho de Terras Nacionais.
Fonte da definição	e-Gov (SPNR); MLITHP
Remissivas	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo
Hiperônimo	Órgão específico
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	国土政策局
Transcrição em alfabeto	Kokudo Seisaku Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0031
Data	
Entrada	Secretaria da terra e da indústria de construção
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Terra
Subárea	Política pública
Definição	Órgão do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo que atua na coordenação do sistema de aquisição de terras públicas, no estabelecimento de diretrizes para a aquisição de terras públicas, na gestão do patrimônio para o uso comum de terras, na aquisição de terras para uso comum, na provisão de recursos para o fundo de desenvolvimento urbano e na participação do Conselho de Terras Nacionais.
Fonte da definição	E-Gov (STIC); MLITHP
Remissivas	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo
Hiperônimo	Órgão específico
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	土地・建設産業局
Transcrição em alfabeto	Tochi – Kensetsu Sangyô Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0032
Data	
Entrada	Secretaria das cidades
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Terra
Subárea	Desenvolvimento urbano
Definição	Órgão do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo que atua na promoção da renovação e da diversidade urbana, do desenvolvimento regional, no planejamento e implementação de políticas gerais de desenvolvimento urbano, na participação do Conselho de Implementação de Capital Social e Planejamento Urbano
Fonte da definição	E-Gov (SC); MLITHP
Remissivas	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo
Hiperônimo	Órgão específico
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	都市局
Transcrição em alfabeto	Toshi Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0033
Data	
Entrada	Secretaria das estradas
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Infraestrutura
Subárea	Estradas
Definição	Órgão do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo que atua no planejamento e implementação de políticas rodoviárias e do planejamento rodoviário de médio prazo, na provisão de fundos de desenvolvimento urbano privado, na gestão de rodovias nacionais e na participação da Subseção de rodovias do Conselho de Implementação de Capital Social e do Conselho de Construção de Rodovias Nacionais.
Fonte da definição	E-Gov (SE); MLITHP
Remissivas	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo
Hiperônimo	Órgão específico
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	道路局
Transcrição em alfabeto	Dôro Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0034
Data	
Entrada	Secretaria de Habitação
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Terras
Subárea	Habitação
Definição	Órgão do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo que atua no planejamento e implementação de políticas do fundo habitacional, na provisão de seguro de dívidas para financiamento habitacional e na elaboração das diretrizes de políticas de formação de propriedade do trabalhador
Fonte da definição	E-Gov (SH). MLITHP
Remissivas	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo
Hiperônimo	Órgão específico
Variante	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	住宅局
Transcrição em alfabeto	Jûtaku Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0035
Data	
Entrada	Secretaria de ferrovias
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Infraestrutura
Subárea	Ferrovias
Definição	Órgão do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo que atua na aceleração de ferrovias, na implementação de ferrovias urbanas, no planejamento e na implementação de políticas ferroviárias, na coordenação da tributação ferroviária e na participação do Conselho de Tráfego de Superfície.
Fonte da definição	E-Gov (SF)
Remissivas	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo
Hiperônimo	Órgão específico
Variante	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	鉄道局
Transcrição em alfabeto	Tetsudô Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0036
Data	
Entrada	Agência de Turismo do Japão
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Turismo
Subárea	Promoção turística
Definição	Órgão externo do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo, que atua na promoção da criação de destinos turísticos, na promoção, planejamento e promoção de políticas básicas e na coordenação institucional para o turismo internacional, na coordenação da capacitação de guia turístico tradutor e no registro de instalações de hotéis e outros tipos de hospedagem.
Fonte da definição	LJP100/1999:43
Remissivas	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo
Hiperônimo	Órgão externo
Variante	
Siglas	JTA
Acrônimos	
Denominação em japonês	観光庁
Transcrição em alfabeto	Kankô Chô
Autor	FP
Nota	Sigla de Japan Tourism Agency

Número	P0037
Data	
Entrada	Divisão de Estratégias Turísticas
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Turismo
Subárea	Estratégia turística
Definição	Órgão da Agência de Turismo do Japão que atua na coleta, na organização e na análise de informações turísticas; na pesquisa e no estudo sobre turismo e na elaboração de relatório estatístico anual sobre turismo.
Fonte da definição	PMLIT71/2011:2,2
Remissivas	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo
Hiperônimo	Órgão específico
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	観光戦略課
Transcrição em alfabeto	Kankô Senryaku Ka
Autor	FP
Nota	

Número	P0038
Data	
Entrada	Divisão da indústria do turismo
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Turismo
Subárea	Indústria do Turismo
Definição	Órgão da Agência de Turismo do Japão que atua na orientação de planos de gestão de serviço de viagens, avaliação de segurança para o registro de agências de viagens, planejamento para a dinamização da hospedagem, registro de hotéis e pensões, planejamento e coordenação para a promoção de novos serviços turísticos e planejamento e orientação para a adequação da hospedagem residencial e serviços de intermediação de hospedagem residencial.
Fonte da definição	PMLIT71/2011:2,3
Remissivas	Agência de Turismo do Japão
Hiperônimo	Órgão específico
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	観光産業課
Transcrição em alfabeto	Kankô Sangyô Ka
Autor	FP
Nota	

Número	P0039
Data	
Entrada	Divisão de turismo internacional
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Turismo
Subárea	Turismo Internacional
Definição	Órgão da Agência de Turismo do Japão, que atua na promoção do ingresso de turistas estrangeiros e do segmento MICE, no planejamento para implementação do ambiente de recepção de turistas estrangeiros e na coordenação do planejamento e do fornecimento de informações para o fomento do ingresso de turistas estrangeiros.
Fonte da definição	PMLIT71/2011:2,4.
Remissivas	Agência de Turismo do Japão
Hiperônimo	Órgão específico
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	国際観光課
Transcrição em alfabeto	Kokusai Kankô Ka
Autor	FP
Nota	

Número	P0040
Data	
Entrada	Ministério da Economia, Comércio e Indústria
Cat. Gram. e Gênero	s.m.
País	Japão
Área	Economia, Comércio e Indústria
Subárea	Economia, Comércio e Indústria
Definição	Órgão da administração direta que atua na promoção da reforma estrutural da economia, no aprimoramento da estrutura produtiva, na estruturação de padrões para transações econômicas, na proteção da propriedade industrial, na estruturação para o desenvolvimento tecnológico privado, na promoção da indústria de produção local, na ampliação, aprimoramento e coordenação da importação, da exportação, do comércio, da produção e da logística, na gestão e coordenação do mercado de câmbio e na proteção ao comércio exterior.
Fonte da definição	LJP 99/1999:4
Remissivas	Governo nacional
Hiperônimo	Ministério
Variantes	経産省
Siglas	METI
Acrônimos	
Denominação em japonês	経済産業省
Transcrição em alfabeto	Keizai Sangyô Shô
Autor	FP
Nota	Sigla de Ministry of Economy, Trade and Industry

Número	P0041
Data	
Entrada	Secretaria de Políticas para Economia e Indústria
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Economia, Comércio e Indústria
Subárea	Políticas públicas
Definição	Órgão do Ministério da Economia, Comércio e Indústria que atua na promoção da reforma da estrutura econômica, no planejamento e elaboração de diretrizes para aprimorar a produtividade econômica do setor privado, na elaboração de normas e de padrões para transações econômicas, na promoção da estruturação e da revitalização de empresas privadas e na gestão da Câmara de Indústria e Comércio do Japão.
Fonte da definição	E-Gov(SPIE)
Remissivas	Ministério da Economia, Comércio e Indústria
Hiperônimo	Órgão específico
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	経済産業政策局
Transcrição em alfabeto	Keizai Sangyô Seisaku Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0042
Data	
Entrada	Secretaria de políticas de comércio exterior
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Comércio
Subárea	Comércio Exterior
Definição	Órgão do Ministério da Economia, Comércio e Indústria, que atua na elaboração de políticas e na cooperação internacional para o comércio exterior, na criação de acordos internacionais sobre produtos, na gestão da Organização da Promoção do Comércio Exterior e na comunicação com as embaixadas do Japão.
Fonte da definição	E-Gov(SPCE)
Remissivas	Ministério da Economia, Comércio e Indústria
Hiperônimo	Órgão específico
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	通商政策局
Transcrição em alfabeto	Tsûshô Seisaku Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0043
Data	
Entrada	Secretaria de ambiente para Ciências Industriais e Políticas Tecnológicas
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Economia
Subárea	Tecnologia de produção
Definição	. Órgão do Ministério da Economia, Comércio e Indústria que atua na estruturação de ambiente para o desenvolvimento tecnológico privado, no planejamento, na proposição e na coordenação de políticas de tecnologias industriais e de mineração e na articulação com organismos internacionais para tecnologias de produção industrial.
Fonte da definição	E-Gov (SATP)
Remissivas	Ministério da Economia, Comércio e Indústria
Hiperônimo	Órgão específico
Variante	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	産業技術環境局
Transcrição em alfabeto	Sangyô Gijutsu Kankyô Kyoku
Autor	FP
Nota	

Número	P0044
Data	
Entrada	Agência de Recursos Naturais e Energia
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Economia e Indústria
Subárea	Recursos Naturais e Energia
Definição	Agência Externa do Ministério da Economia, Comércio e Indústria, que atua na garantia da utilização eficaz, da ampliação, da coordenação e da melhoria da exportação, da importação, da produção, do transporte e do consumo de recursos minerais, na elaboração de políticas gerais de energia e recursos minerais, na garantia da distribuição segura e eficiente de combustíveis, no desenvolvimento de linhas de transporte de petróleo e no desenvolvimento tecnológico e estabelecimento de políticas sobre energia nuclear.
Fonte da definição	Fonte: LJP 99/1999:4
Remissivas	Ministério da Economia, Comércio e Indústria
Hiperônimo	Agência Externa
Variantes	
Siglas	ANRE
Acrônimos	
Denominação em japonês	資源エネルギー庁
Transcrição em alfabeto	Shigen Enerugî Chô
Autor	FP
Nota	Sigla de Agency for Natural Resources and Energy

Número	P0045
Data	
Entrada	Departamento de Recursos Naturais e Combustíveis
Cat. Gram. e Gênero	s.m.
País	Japão
Área	Recursos Naturais e energia
Subárea	Recursos Naturais e energia
Definição	Órgão da Agência de Recursos Naturais e Energia que atua na promoção de políticas básicas para distribuição eficiente de combustíveis, na promoção de políticas básicas, na definição de preços e do financiamento para petróleo e derivados, na regulação sobre compensações por danos decorrentes da poluição por mineração e na gestão da Corporação Nacional de Óleo, Gás e Metais do Japão.
Fonte da definição	E-Gov (DRNC)
Remissivas	Agência de Recursos Naturais e Energia
Hiperônimo	Órgão específico
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	資源・燃料部
Transcrição em alfabeto	Shigen – Nenryô Bu
Autor	FP
Nota	

Número	P0046
Data	
Entrada	Divisão de recursos naturais e minerais
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Recursos Naturais e Energia
Subárea	Recursos Minerais
Definição	Órgão da Agência de Recursos Naturais e Energia que atua na garantia da distribuição segura e eficiente de minérios e derivados.
Fonte da definição	METIHP
Remissivas	Agência de Recursos Naturais e Energia
Hiperônimo	Órgão Específico
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	鉱物資源課
Transcrição em alfabeto	Kôbutsu Shigen Ka
Autor	FP
Nota	

Número	P0047
Data	
Entrada	Divisão de Infraestrutura de Energia Elétrica
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Energia
Subárea	Energia Elétrica
Definição	Órgão da Agência de Recursos Naturais e Energia que atua no planejamento e implementação de políticas básicas sobre fontes de energia, na regulação e na promoção à pesquisa e no desenvolvimento sobre geração hidrelétrica, no planejamento da distribuição elétrica e na regulação para demanda energética.
Fonte da definição	E-Gov (SEBEE)
Remissivas	Agência de Recursos Naturais e Energia
Hiperônimo	Órgão Específico
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em japonês	電力基盤整備課
Transcrição em alfabeto	Denryoku Kiban Seibi Ka
Autor	FP
Nota	

Número	P0048
Data	
Entrada	Organização Nacional de Turismo do Japão
Cat. Gram. e Gênero	s.f.
País	Japão
Área	Turismo
Subárea	Turismo
Definição	Entidade de gestão de metas de médio prazo, subordinada ao Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo, que atua na divulgação turística do Japão no exterior, através da apresentação de destinos turísticos japoneses e realização de publicidade que promova a vinda de turistas estrangeiros, gestão de centros de informação ao turista, realização de estudos e pesquisas, geração de publicações sobre turismo internacional, e fornecimento de apoio de pessoal para a realização de exames de guia intérprete.
Fonte da definição	LJP181/2002:3,9; JNTOHP
Remissivas	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo
Hiperônimo	Entidade de gestão de metas de médio prazo
Variantes	
Siglas	JNTO
Acrônimos	
Denominação em japonês	国際観光振興機構
Transcrição em alfabeto	Kokusai Kankô Shinkô Kikô
Autor	FP
Nota	Sigla de Japan National Tourism Organization

APÊNDICE 2 — FICHAS TERMINOLÓGICAS EM JAPONÊS

Número	J0007
Data	
Entrada em japonês	ブラジル観光公社
Entrada em alfabeto	Burajiru Kankô Kôsha
País	ブラジル
Área	観光
Subárea	観光促進
Definição	ブラジル観光省に所属する連邦独立政府機関。ブラジル全国観光政策の実施のため、必要な規則・政策の企画実施、ブラジル観光市場の促進、観光市場に関する分析・計画及び観光業の向上を目的とする政策の振興・支援をすることによって、ブラジルへの観光を促進する。
Fonte da definição	Fonte: Lei 8181, 28 de março de 1991 www.embratur.gov.br
Remissivas	ブラジル観光省
Hiperônimo	連邦独立政府機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	EMBRATUR
Denominação em português	Instituto Brasileiro de Turismo
Autor	
Nota	旧名称 Empresa Brasileira de Turismo の略称

Número	J0011
Data	
Entrada em japonês	観光省
Entrada em alfabeto	Kankô Shô
País	ブラジル
Área	観光
Subárea	観光
Definição	連邦行政の機関。国家観光開発政策の管理、ブラジル国内外観光の広報・促進、観光業公私企業の推進、観光促進プログラム・企画の管理、観光産業の認定の促進を事務とする。
Fonte da definição	PMTUR36:1
Remissivas	連邦政府
Hiperônimo	連邦行政機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	MTUR
Equivalente	Ministério do Turismo
Autor	FP
Nota	

Número	J0012
Data	
Entrada em japonês	国家観光整備局
Entrada em alfabeto	Kokka Kankô Seibi Kyoku
País	ブラジル
Área	観光
Subárea	観光
Definição	観光省所属機関。国家観光システムの強化、観光総合基金の管理、観光分権型管理の振興、観光連邦・州・市政府を連携による観光融資・開発、国内観光強化プログラム・企画の立案への振興及び国内外観光投資呼びかけの管理を事務とする。
Fonte da definição	PMTUR36:48
Remissivas	観光省
Hiperônimo	個別特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	SNETur
Denominação em português	Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo
Autor	FP
Nota	

Número	J0013
Data	
Entrada em japonês	国家観光開発競争力強化局
Entrada em alfabeto	Kokka Kankô Kaihatsu Kyôsôryoku Kyôka Kyoku
País	ブラジル
Área	観光
Subárea	競争力
Definição	観光省所属機関。観光業者の規定・育成・資格認定・承認の管理、観光業機材・企画の認定の管理・支援、持続可能な観光業強化プログラムの支援、国内観光促進プログラムの管理、観光促進イベントへの参加及び観光製品・観光地の競争力強化推進を事務とする。
Fonte da definição	PMTUR36a:66
Remissivas	観光省
Hiperônimo	個別特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	SNDTur
Denominação em português	Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade
Autor	FP
Nota	

Número	J0014
Data	
Entrada em japonês	国家機関間連携局
Entrada em alfabeto	Kokka Kikankan Renkei Kyoku
País	ブラジル
Área	観光
Subárea	機関連携
Definição	観光省所属機関。国内観光開発のための連邦・州・市政府の連携、国内観光強化向けの連邦政府企画・プログラムの支援、観光地の治安・インフラ整備の向上の振興、政府機関連携による自然・文化財産促進の振興及び省庁間観光推進委員会への支援を事務とする。
Fonte da definição	PMTU36a:87
Remissivas	観光省
Hiperônimo	個別特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	SNINT
Denominação em português	Secretaria Nacional de integração Interinstitucional
Autor	FP
Nota	

Número	J0015
Data	
Entrada em japonês	国家観光審議会
Entrada em alfabeto	
País	ブラジル
Área	観光
Subárea	管理
Definição	観光大臣直接勧告機関。国家観光政策の立案、観光業による収入増加、地域開発、社会・観光・文化の持続性維持並びに民主化の促進、観光消費者保護及び観光業の生産性の向上の促進を事務とする。
Fonte da definição	D6705:1
Remissivas	観光省
Hiperônimo	観光大臣直接勧告委員会。
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Conselho Nacional de Turismo
Autor	
Nota	

Número	J0016
Data	
Entrada em japonês	競走的知能・観光促進部
Entrada em alfabeto	Kyôsôteki Chinô – Kankô Sokushin Bu
País	ブラジル
Área	観光
Subárea	情報分析
Definição	ブラジル観光公社所属機関。ブラジル観光地の情報・競争力分析、国際市場に対して推進可能な観光セグメント及び国際市場にたいするブラジル観光地の導入・促進戦略の識別、ブラジル観光地の製品化戦略の識別・モニタリング及び観光生産連鎖のアクターとの連携を事務とする。
Fonte da definição	P36Embratur:32
Remissivas	ブラジル観光公社
Hiperônimo	個別特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	DIPRO
Denominação em português	Diretoria de Inteligência Competitiva e Promoção Turística
Autor	FP
Nota	

Número	J0017
Data	
Entrada em japonês	マーケティング・広報部
Entrada em alfabeto	Mâketingu – Kôhō Bu
País	ブラジル
Área	観光
Subárea	マーケティング
Definição	ブラジル観光公社所属機関。観光戦略、国内外に対し観光促進のための監督、調整、立案、及び広報活動の企画、調整、監督並びにモニタリングを事務とする。
Fonte da definição	P36Embratur:32
Remissivas	ブラジル観光公社
Hiperônimo	個別特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	DMARK
Denominação em português	Diretoria de Marketing e Relações Públicas
Autor	FP
Nota	

Número	J0018
Data	
Entrada em japonês	鉱山・エネルギー省
Entrada em alfabeto	Kôzan – Enerugî Shô
País	ブラジル
Área	鉱山・エネルギー
Subárea	鉱山・エネルギー
Definição	連邦政府の機関。国家鉱物資源及び風力・水力・光力エネルギー資源の生産・搾取・利用政策管理、国家鉱業、石油、燃料およびエネルギー政策の管理、鉱物・エネルギー資源の持続性利用政策の開発並びに鉱物エネルギー分野における新技術開発の促進を事務とする。
Fonte da definição	D9675:1
Remissivas	連邦政府
Hiperônimo	
Variantes	
Siglas	MME
Acrônimos	
Denominação em português	Ministério de Minas e Energia
Autor	FP
Nota	

Número	J0019
Data	
Entrada em japonês	発電開発・企画局
Entrada em alfabeto	Hatsuden Kaihatsu – Kikaku Kyoku
País	ブラジル
Área	鉱山・エネルギー
Subárea	企画
Definição	鉱山エネルギー省所属機関。エネルギー長期政策、発電部門の統合、エネルギー企画研究の調整、エネルギー部門の事業譲渡政策の連携・立案、再生可能エネルギーの開発・振興、エネルギー研究の促進、CNPEの技術支援、エネルギー計画への認可・税制恩典、発電統合モデルの研究及びANEELへの事業譲渡への支援を事務とする。
Fonte da definição	RI108:VIII
Remissivas	鉱山・エネルギー省
Hiperônimo	個別特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	SPE
Denominação em português	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
Autor	FP
Nota	

Número	J0020
Data	
Entrada em japonês	地質学・鉱業・鉱物加工局
Entrada em alfabeto	Chishitsugaku – Kôgyô – Kôbutsu Kakô Kyoku
País	ブラジル
Área	鉱山・エネルギー
Subárea	Geologia
Definição	鉱山エネルギー省所属機関。地質学・鉱業・鉱物加工政策の立案・指導・調整、持続可能な鉱業の開発、地質学部門とエネルギー部門の促進・連携、鉱物資源供給の管理、鉱業部門での事業譲渡の政策・手続きの立案、鉱業権権利の譲渡及び鉱業の事業監督を事務とする。
Fonte da definição	RI108:XI
Remissivas	鉱山・エネルギー省
Hiperônimo	個別特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	SGM
Denominação em português	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Autor	FP
Nota	

Número	J0021
Data	
Entrada em japonês	石油・天然ガス・バイオ燃料局
Entrada em alfabeto	Sekiyu - Ten'nen Gasu – Baionenryô Kyoku
País	ブラジル
Área	鉱山・エネルギー
Subárea	Combustíveis
Definição	鉱山エネルギー省所属機関。石油と天然ガスの探査と生産に関する研究推進・方針立案、多年度計画の立案、石油・天然ガス・バイオ燃料分野の計画研究の調整、機関間調整、国内産業の参加率の増加、燃料分野への投資の誘致、炭化水素の合理的利用、燃料供給の確保、CNPE の技術援助及び燃料部門への事業譲渡過程の調整を事務とする。
Fonte da definição	RI108:X
Remissivas	鉱山・エネルギー省
Hiperônimo	個別特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	SPG
Denominação em português	Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Autor	FP
Nota	

Número	J0022
Data	
Entrada em japonês	電力局
Entrada em alfabeto	Denkryoku Kyoku
País	ブラジル
Área	鉱山・エネルギー
Subárea	Energia Elétrica
Definição	鉱山エネルギー省所属機関。電気システムの需要と供給の確保、配電パフォーマンスの監視、近隣諸国との電気統合の管理、関税政策の策定、電力の国内外の商業化政策の作成、配電部門の統合、発電部門政策の作成、電気へのアクセスの普遍化及び CNPE への技術援助を事務とする。
Fonte da definição	RI108:IX
Remissivas	鉱山・エネルギー省
Hiperônimo	個別特定機関
Variantes	
Siglas	SEE
Acrônimos	
Denominação em português	Secretaria de Energia Elétrica
Autor	FP
Nota	

Número	J0023
Data	
Entrada em japonês	国家連力庁
Entrada em alfabeto	Kokka Denryoku Chô
País	ブラジル
Área	鉱山・エネルギー
Subárea	電力
Definição	鉱山エネルギー省所属連邦独立政府機関。電力供給の生産・配電・商業化の規則作成・監視、電力事業に関する連邦政策の実施、配電の事業譲渡、発電部門の競争性の確保、電力料金の定義及び電力商業化の管理を事務とする。
Fonte da definição	D2335:I; L9427:3
Remissivas	鉱山・エネルギー省
Hiperônimo	連邦政府独立機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	ANEEL
Denominação em português	Agência Nacional de Energia Elétrica
Autor	FP
Nota	

Número	J0024
Data	
Entrada em japonês	電力供給業検査監督局
Entrada em alfabeto	Denryoku Kyôkyûgyô Kensa Kantoku Kyoku
País	ブラジル
Área	鉱山・エネルギー
Subárea	Energia Elétrica
Definição	国家電力庁所属機関。配電サービス・整備の監督、配電事業譲渡・契約実施の監督、政府の配電プログラム実施の監督、配電財産の使用審査及び国家発電システム事業の監督を事務とする。
Fonte da definição	PMME349:23X; ANEELHP
Remissivas	鉱山・エネルギー省
Hiperônimo	個別特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	SFE
Denominação em português	Superintendência da Fiscalização dos Serviços de Eletricidade
Autor	FP
Nota	

Número	J0025
Data	
Entrada em japonês	国家鉱業庁
Entrada em alfabeto	Kokka Kôgyô Chô
País	ブラジル
Área	鉱山・エネルギー
Subárea	鉱業
Definição	国家鉱山エネルギー省所属機関。鉱山資源搾取事業の管理、鉱業事業権利の譲渡・監視及び鉱業部門における機関間調整を事務とする。
Fonte da definição	RANM2:1
Remissivas	鉱山・エネルギー省
Hiperônimo	連邦政府独立機関
Variantes	
Siglas	ANM
Acrônimos	
Denominação em português	Agência Nacional de Mineração
Autor	FP
Nota	

Número	J0026
Data	
Entrada em japonês	鉱物資源・研究監督局
Entrada em alfabeto	Kôbutsu Shigen – Kenkyû Kantoku Kyoku
País	ブラジル
Área	鉱山・エネルギー
Subárea	研究
Definição	国家鉱業庁所属機関。鉱物研究許可の管理、鉱物昨秋事業許可の付与、鉱業権利譲渡手続きの管理、地域管理局の監督、ブラジル鉱物認定システムの規則の立案、規則影響の分析、鉱業権利証明書データベースの管理、地域管理局の監督・改良、人材育成の促進及び罰金異議申立ての審査を事務とする。
Fonte da definição	RANM2:52
Remissivas	国家鉱業庁
Hiperônimo	個別特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	SEM
Denominação em português	Superintendência de Pesquisa e Recursos Minerais
Autor	FP
Nota	

Número	J0027
Data	
Entrada em japonês	鉱物産業監督局
Entrada em alfabeto	Kôbutsu Sangyô Kantoku Kyoku
País	ブラジル
Área	Minas e Energia
Subárea	Produção Mineral
Definição	鉱業庁所属機関。鉱業・化石搾取の監督、規則影響の分析、鉱床の合理的利用の監督、キンバリー・プロセス証明書が発行、鉱業法の正規化、CFEM 運営・技術協力の実施、罰金控訴の分析及び地域管理局の監督を事務とする。
Fonte da definição	RANM2:59
Remissivas	国家鉱業庁
Hiperônimo	個別特定機関
Variantes	
Siglas	SPM
Acrônimos	
Denominação em português	Superintendência de Produção Mineral
Autor	FP
Nota	

Número	J0028
Data	
Entrada em japonês	鉱業規則・開発監督局
Entrada em alfabeto	Kôgyô Kisoku - Kaihatsu Kantoku Kyoku.
País	ブラジル
Área	鉱山・エネルギー
Subárea	調整
Definição	国家鉱業庁所属機関。鉱業部門の規則、鉱業部門における技術概念の定義、規則影響分析のための方法論の提案、鉱物資源の商業・生産連鎖に関するデータベースの管理、鉱物市場のモニタリング、鉱業事業権利の転移の監督及び地域管理局の監督を事務とする。
Fonte da definição	RANM2:68
Remissivas	国家鉱業庁
Hiperônimo	個別特定機関
Variantes	
Siglas	SRDM
Acrônimos	
Denominação em português	Superintendência de Regulação e Desenvolvimento da Mineração
Autor	FP
Nota	

Número	J0029
Data	
Entrada em japonês	国土交通省
Entrada em alfabeto	Kokudo Kôtsû Shô
País	日本
Área	Terra, Infraestrutura, Transporte, Turismo
Subárea	Terra, Infraestrutura, Transporte, Turismo
Definição	中央政府の機関。国土の統合・体系的利用、開発・保全のための社会資本の整備、交通政策の推進、交通・観光政策の推進、気象業務の強化並びに海上安全・治安の確保を事務とする。
Fonte da definição	LJP100/1999:3; MLITHP
Remissivas	中央政府
Hiperônimo	
Variantes	
Siglas	MLIT
Acrônimos	
Denominação em português	Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo
Autor	FP
Nota	Sigla de Ministry of Land, Infrastructure, Transport and Tourism.

Número	J0030
Data	
Entrada em japonês	国土政策局
Entrada em alfabeto	Kokudo Seisaku Kyoku
País	日本
Área	国土
Subárea	政策
Definição	国土交通省所属機関。国土政策の調整、国土の利用・安全・開発に関する政策の企画・推進及び国土審議会の庶務を事務とする。
Fonte da definição	e-Gov (SPNR); MLITHP
Remissivas	国土交通省
Hiperônimo	特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Secretaria de políticas nacionais e regionais
Autor	FP
Nota	

Número	J0031
Data	
Entrada em japonês	土地・建設産業局
Entrada em alfabeto	Tochi – Kensetsu Sangyô Kyoku
País	日本
Área	国土
Subárea	政策
Definição	国土交通省所属機関。公共用地取得制度の調整、公共用地取得の企画・立案・調整、公共用地に取得した財産の管理、都市開発資金の貸付及び国土審議会土地政策分科会の庶務を事務とする。
Fonte da definição	E-Gov (STIC); MLITHP
Remissivas	国土交通省
Hiperônimo	特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Secretaria da terra e da indústria de construção
Autor	FP
Nota	

Número	J0032
Data	
Entrada em japonês	都市局
Entrada em alfabeto	Toshi Kyoku
País	日本
Área	国土
Subárea	都市開発
Definição	国土交通省所属機関。都市の再生・多様性の推進、都市開発の総合政策の企画・立案並びに移社会資本整備審議会都市計画・歴史的風土分科会の庶務を事務とする。
Fonte da definição	E-Gov (SC); MLITHP
Remissivas	国土交通省
Hiperônimo	特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Secretaria das cidades
Autor	FP
Nota	

Número	J0033
Data	
Entrada em japonês	道路局
Entrada em alfabeto	Dôro Kyoku
País	日本
Área	インフラ整備
Subárea	道路
Definição	国土交通省所属機関。道路政策・中長期計画の企画・立案、民間都市開発の資金の貸付、高速道路の管理並びに社会資本整備審議会道路分科会・国土開発幹線自動車道建設会議の庶務を事務とする。
Fonte da definição	E-Gov (SE); MLITHP
Remissivas	国土交通省
Hiperônimo	特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Secretaria das estradas
Autor	FP
Nota	

Número	J0034
Data	
Entrada em japonês	住宅局
Entrada em alfabeto	Jûtaku Kyoku
País	日本
Área	国土
Subárea	住宅
Definição	国土交通省所属機関。住宅資金政策の企画・立案、住宅融資保険、労働者財産形成政策基本方針の策定を事務とする。
Fonte da definição	E-Gov (SH). MLITHP
Remissivas	国土交通省
Hiperônimo	特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Secretaria de Habitação
Autor	FP
Nota	

Número	J0035
Data	
Entrada em japonês	鉄道局
Entrada em alfabeto	Tetsudô Kyoku
País	日本
Área	インフラ整備
Subárea	鉄道
Definição	国土交通省所属機関。鉄道の高速化、都市鉄道の整備、鉄道政策の企画・立案、鉄道税制の調整並びに交通政策審議会陸上交通分科会の庶務を事務とする。
Fonte da definição	E-Gov (SF)
Remissivas	国土交通省
Hiperônimo	特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Secretaria de ferrovias
Autor	FP
Nota	

Número	J0036
Data	
Entrada em japonês	観光庁
Entrada em alfabeto	Kankô Chô
País	日本
Área	観光
Subárea	観光振興
Definição	国土交通省所属外局。観光地の形成、国際観光振興への基本政策の企画・立案、機関間調整、ホテル・旅館の登録、通訳案内士認定の援助を事務とする。
Fonte da definição	LJP100/1999:43
Remissivas	国土交通省
Hiperônimo	外局
Variantes	
Siglas	JTA
Acrônimos	
Denominação em português	Agência de Turismo do Japão
Autor	FP
Nota	Sigla de Japan Tourism Agency

Número	J0037
Data	
Entrada em japonês	観光戦略課
Entrada em alfabeto	Kankô Senryaku Ka
País	日本
Área	観光
Subárea	観光戦略
Definição	観光庁所属機関。観光情報・調査・研究の収集・整理・分析並びに観光の状況及び施策に関する年次報告を事務とする。
Fonte da definição	PMLIT71/2011:2,2
Remissivas	国土交通省
Hiperônimo	特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Divisão de Estratégias Turísticas
Autor	FP
Nota	

Número	J0038
Data	
Entrada em japonês	観光産業課
Entrada em alfabeto	Kankô Sangyô Ka
País	日本
Área	観光
Subárea	観光業
Definição	観光庁所属機関。旅行業務運営適正化指導、旅行業者の登録の安全審査、宿泊業の活性化の計画立案、ホテル・旅館の登録、新規観光分野の企画・調整・推進並びに民泊業・民泊仲介業の適正化の指導・企画を事務とする。
Fonte da definição	PMLIT71/2011:2,3
Remissivas	観光庁
Hiperônimo	特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Divisão da indústria do turismo
Autor	FP
Nota	

Número	J0039
Data	
Entrada em japonês	国際観光課
Entrada em alfabeto	Kokusai Kankô Ka
País	日本
Área	観光
Subárea	国際観光
Definição	観光庁所属機関。国際観光者・MICE 関係の参加者の来訪を促進、外国人観光旅客の受入環境の整備の計画並びに外国人観光者の来訪の招致のための情報の整理・提供を事務とする。
Fonte da definição	PMLIT71/2011:2,4.
Remissivas	観光庁
Hiperônimo	特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Divisão de turismo internacional
Autor	FP
Nota	

Número	J0040
Data	
Entrada em japonês	経済産業省
Entrada em alfabeto	Keizai Sangyô Shô
País	日本
Área	経済工産業
Subárea	経済工産業
Definição	中央政府機関。経済改革推進、産業産業改革、経済取引基準の整備、工業所有権の保護、民間技術開発環境の整備、地域産業の推進、輸出・輸入・通商・流通・消費の増進・改良・調整、貿易保険を事務とする。
Fonte da definição	LJP 99/1999:4
Remissivas	中央政府
Hiperônimo	省庁
Variantes	経産省
Siglas	METI
Acrônimos	
Denominação em português	Ministério da Economia, Comércio e Indústria
Autor	FP
Nota	Sigla de Ministry of Economy, Trade and Industry

Número	J0041
Data	
Entrada em japonês	経済産業政策局
Entrada em alfabeto	Keizai Sangyô Seisaku Kyoku
País	日本
Área	経済工産業
Subárea	政策
Definição	経済産業省所属機関。経済構造改革、民間企業の生産性の向上方針の企画・立案、経済取引の基準の整備、民間事業の能力の活用の推進並びに日本商工会議所の運営を事務とする。
Fonte da definição	E-Gov(SPIE)
Remissivas	経済産業省
Hiperônimo	特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Secretaria de Políticas para Economia e Indústria
Autor	FP
Nota	

Número	J0042
Data	
Entrada em japonês	通商政策局
Entrada em alfabeto	Tsûshô Seisaku Kyoku
País	日本
Área	通商
Subárea	通商
Definição	経済産業省所属機関。通商政策・通商協力の企画・立案、国際商品協定の実施、日本貿易振興会の運営並びに在外公館との連絡を事務とする。
Fonte da definição	E-Gov(SPCE)
Remissivas	経済産業省
Hiperônimo	特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Secretaria de políticas de comércio exterior
Autor	FP
Nota	

Número	J0043
Data	
Entrada em japonês	産業技術環境局
Entrada em alfabeto	Sangyô Gijutsu Kankyô Kyoku
País	日本
Área	経済
Subárea	産業技術
Definição	経済産業省所属機関。民間事業の技術開発環境の整備、鉱工科学技術政策の企画・立案・推進並びに鉱工科学技術に係る国際機関との調整を事務とする。
Fonte da definição	E-Gov (SATP)
Remissivas	経済産業省
Hiperônimo	特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Secretaria de ambiente para tecnologias da produção
Autor	FP
Nota	

Número	J0044
Data	
Entrada em japonês	資源エネルギー庁
Entrada em alfabeto	Shigen Enerugî Chô
País	日本
Área	商工
Subárea	資源エネルギー庁
Definição	経済産業省所属外局。鉱物・エネルギーの安定かつ効率的な供給の確保、輸出・輸入・生産・流通・消費基本政策の調整、企画・立案、燃料の安定な供給の確保、石油のパイプラインの整備並びに原子力に関する技術開発及び政策の企画・立案を事務とする。
Fonte da definição	Fonte: LJP 99/1999:4
Remissivas	経済産業省
Hiperônimo	外局
Variantes	
Siglas	ANRE
Acrônimos	
Denominação em português	Agência de Recursos Naturais e Energia
Autor	FP
Nota	Sigla de Agency for Natural Resources and Energy

Número	J0045
Data	
Entrada em japonês	資源・燃料部
Entrada em alfabeto	Shigen – Nenryô Bu
País	日本
Área	資源エネルギー
Subárea	資源エネルギー
Definição	資源エネルギー庁所属機関。燃料の効率的な供給の基本政策の推進、石油・石油製品の資金・価格設定、鉱業による賠償の調整並びに石油公団の組織・運営を事務とする。
Fonte da definição	E-Gov (DRNC)
Remissivas	資源エネルギー庁
Hiperônimo	特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Departamento de Recursos Naturais e Combustíveis
Autor	FP
Nota	

Número	J0046
Data	
Entrada em japonês	鉍物資源課
Entrada em alfabeto	Kôbutsu Shigen Ka
País	日本
Área	資源エネルギー
Subárea	鉍物
Definição	資源エネルギー庁所属機関。鉍物・鉍物製品の安定かつ効率的な供給の確保を事務とする。
Fonte da definição	METIHP
Remissivas	資源エネルギー庁
Hiperônimo	特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Divisão de recursos naturais e minerais
Autor	FP
Nota	

Número	J0047
Data	
Entrada em japonês	電力基盤整備課
Entrada em alfabeto	Denryoku Kiban Seibi Ka
País	日本
Área	エネルギー
Subárea	電力
Definição	資源エネルギー庁所属機関。電源開発の基本的政策の企画・立案、水力発電の研究調整・推進、電気供給の計画並びに電気供給の調整を事務とする。
Fonte da definição	E-Gov (SEBEE)
Remissivas	資源エネルギー庁
Hiperônimo	特定機関
Variantes	
Siglas	
Acrônimos	
Denominação em português	Divisão de Infraestrutura de Energia Elétrica
Autor	FP
Nota	

Número	J0048
Data	
Entrada em japonês	国際観光振興機構
Entrada em alfabeto	Kokusai Kankô Shinkô Kikô
País	日本
Área	観光
Subárea	観光
Definição	中期目標管理機関。海外における観光宣伝、国内観光に関する情報の提供、海外案内所の運営、国際観光に関する研究及び国際観光に対する出版物の刊行、通訳案内士試験の実施の事務代行を行うことによって、海外旅客の来訪の促進を事務とする。
Fonte da definição	JNTOHP・LJP181/2002:3,9
Remissivas	国土交通省
Hiperônimo	中期目標管理機関
Variantes	
Siglas	JNTO
Acrônimos	
Denominação em português	Organização Nacional de Turismo do Japão
Autor	FP
Nota	

APÊNDICE 3 — FICHAS DE AVALIAÇÃO DE DICIONÁRIOS

Ficha de Avaliação de dicionário 1

Título: 行政用語和英辞典 Japanese-English Comprehensive Dictionary of Civil Service Terms

Autor: Sendai Shiyakusho Koumu Eigo Kenkyukai (Ass. De estudos da língua inglesa em serviço público da prefeitura da cidade de Sendai)

Editora/ edição/ data: Gyôsei 1ª ed. 1995.

Local de publicação: Sendai, Japão

1. Sobre o autor

1.1. Trata-se de pessoa reconhecida na área de dicionarística ou de terminologia?

Não. O livro é de autoria de uma associação de estudos de língua inglesa para o serviço público de Sendai, e os trabalhos foram revisados pelo tradutor James Ozminskyj

1.2. Fez parte de grupo de pesquisa da área de dicionarística ou de terminologia?

Não

1.3. Qual a formação acadêmica do autor principal e dos participantes do grupo de pesquisa?

Não especificado. Especula-se que seja um grupo de funcionários públicos de carreira sem formação específica em terminologia, mas com algum domínio da língua inglesa

1.4. Qual a profissão exercida na época da publicação da obra em análise?

Funcionário público da prefeitura da cidade de Sendai

2. Sobre a apresentação da obra pelo autor

2.1. Há introdução na qual apareçam claramente:

a) os objetivos da obra?

Sim. Atender três demandas: 1) Falta de dicionário específico para administração pública bilíngue inglês-japonês. 2) Suprir demanda por material de referência adequada para a língua inglesa. 3) Unificar diversas subáreas de conhecimento da administração pública em um único documento.

b) o público para o qual o conteúdo se dirige?

Funcionários públicos.

c) as informações sobre como consultar o dicionário ou vocabulário?

Há uma breve seção intitulada 'Kono jiho no tsukai kata' (Como utilizar este dicionário), nas páginas iii-v

d) referências à bibliografia de onde foi extraído o *corpus*?

Nas página 497-501 há a lista de obras consultadas divididas por área de conhecimento.

2.2. Há bibliografia de consulta justificada pelo autor?

Sim. Indicou glossários que utilizou como base para compilação.

3. Sobre a apresentação material da obra

3.1. Há prefácio redigido por personalidade reconhecida na área de dicionarística?

Científica, técnica?

Não.

3.2. A família tipográfica empregada é adequada à faixa etária do usuário?

Sim. Utiliza fontes legíveis e de tamanho adequado. Estipula-se que seja MS Gothic para japonês e Courier para alfabeto.

3.3. As ilustrações, se houver, estão adequadas à microestrutura informacional?

Não há ilustrações.

3.4. A utilização de negrito, de itálico e de outros recursos gráficos está de acordo com o equilíbrio visual da obra?

Sim. As entradas estão em japonês e negrito. As equivalentes em inglês são apresentadas alinhadas numa coluna separadas por um caractere de espaço. Há duas colunas separadas por uma linha vertical.

- 3.5. Os verbetes são apresentados em ordem alfabética? Em ordem sistemática?
Apresentados em ordem gojûon.
- 3.6. A obra contempla uma só língua? Mais de uma?
Japonês e inglês. Entrada em japonês e equivalente em inglês.
- 3.7. O formato do dicionário ou vocabulário permite manuseio prático e fácil?
Parcialmente. O formato é de bolso, mas não há nenhum critério evidente para a seleção dos verbetes.
- 3.8. A obra está editada em suporte informatizado?
Apenas em versão impressa.
- 3.9. A qualidade do acabamento garante a sua durabilidade?
O livro é em capa fina, flexível, plástica. Há uma sobrecapa de papel fina. As folhas são de resistência e espessura adequada ao manuseio constante.
- 3.10. O sistema de abreviações e de símbolos aparece corretamente no corpo do texto?
Não há quase nenhum tipo de abreviação ou símbolo. Há eventuais explicações em japonês após alguns equivalentes em inglês. Em poucos casos há o ideograma para Japão (日) ou Estados Unidos (米) para identificar origem.
- 3.11. A obra possui ampla divulgação?
Dada a dificuldade em localizar o exemplar em mãos, não consideramos adequadamente divulgado.
- 3.12. A obra possui ampla aceitação?
Não há informações, entretanto, o fato de o livro não ter novas edições e só ser disponível como livro usado indica não haver demanda por novas tiragens.

4. Sobre o conteúdo

- 4.1. As entradas cobrem de maneira exaustiva a língua oral e escrita, inclusive neologismos, palavras derivadas, etc.?
De acordo com o prefácio, as entradas abrangem 21 áreas relacionadas à administração pública: 1) Comum, 2) Geral e planejamento, 3) Finanças, 4) Tributos, 5) Bem-estar social, 6) Saúde e saneamento, 7) Meio ambiente e poluição, 8) Comércio, economia, finanças e turismo, 9) Trabalho, 10) Florestas e aquicultura 11) Planejamento urbano e desenvolvimento urbano, 12) Engenharia, parques e estrada, 13) Polícia e legislação, 14) Bombeiros, desastres naturais, transporte aéreo e atmosfera, 15) Educação, 16) Fornecimento de água, 17) Trânsito, 18) Gás 19) Hospitais, 20) Legislativo, 21) Esgoto.
- 4.2. Há entradas que se referem a áreas de especialidade?
As entradas incluem as diversas subáreas acima citadas, mas não há indicação que permita identificar qual.
- 4.3. Os verbetes apresentam:
- categoria gramatical?
 - gênero?
 - sinonímia?
 - variante(s) da entrada?
 - variante(s) da definição?
 - existem critérios para distinguir homonímia de polissemia? Quais?
 - há emprego de marcas de uso? Como se classificam?
 - indicação de área ou subárea de especialidade?
 - contexto (exemplo ou abonação)?

- j) equivalente(s)?
- k) formação da palavra?
- l) indicação de pronúncia?
- m) origem e etimologia?
- n) divisão silábica?
- o) nomenclatura científica?
- p) remissivas úteis entre conceitos?
- q) fontes?
- r) notas?

O verbete consiste apenas de equivalente em inglês e eventuais notas em parênteses, especialmente quando há mais de um equivalente.

待遇 treatment (取り扱い); pay; remuneration(給料); service(客扱い)

Taigû treatment (tratamento); pay; remuneration (salário); service (atendimento)

4.4. A definição é constituída de um enunciado de uma só frase?

Não há frase de enunciado.

4.5. A definição leva em conta o nível de discurso do usuário?

Apesar de constar apenas de equivalente, considera-se que o nível de vocabulário utilizado é coerente com o público-alvo

5. Sobre a edição e publicação

5.1. Recomenda-se a reedição, e, se for nova, a publicação da obra?

A obra necessita de melhorias em diversos aspectos. 1) Não há indicação de qual das 21 subáreas de conhecimento está utilizada. 2) A ausência de contexto de utilização torna difícil identificar o correto uso das palavras. A utilização de notas ocasionais mostrou-se insuficiente para identificar o uso adequado. 3) No mesmo sentido, a não utilização de classificação sistêmica leva a verbetes drasticamente diferentes estarem muito próximos. Sugerimos a classificação temática e, dentro dela, a classificação alfabética para facilitar a consulta.

5.2. Quais serão os principais pontos de difusão da obra (escolas, livrarias)?

A versão atual busca um público-alvo extremamente específico. Neste sentido, a difusão direta a instituições e em livrarias especializadas nos parece ser suficiente.

Ficha de avaliação de dicionário 2
 ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DE DICIONÁRIOS DE LÍNGUA COMUM
 E DE DICIONÁRIOS OU GLOSSÁRIOS CIENTÍFICOS E TÉCNICOS
 Baseado em Faulstich, 2011
 Avaliador: Fausto Pinheiro Pereira

Título: 邦日法律用語集 Glossário Português-Japonês de Termos Jurídicos
 Autor: Seiichi Mori, Masato Ninomiya
 Editora/ edição/ data: Yûhikaku, 1ª ed., 2ª tiragem 2001.
 Local de publicação: Sendai, Japão

1. Sobre o autor

- 1.1. Trata-se de pessoa reconhecida na área de dicionarística ou de terminologia?
 Não.
- 1.2. Fez parte de grupo de pesquisa da área de dicionarística ou de terminologia?
 Não
- 1.2. Qual a formação acadêmica do autor principal e dos participantes do grupo de pesquisa?
 Os autores são especializados em direito, ambos doutores com publicações na área.
- 1.3. Qual a profissão exercida na época da publicação da obra em análise?
 Professor universitário, lecionando na pós-graduação

2. Sobre a apresentação da obra pelo autor

- 2.1. Há introdução na qual apareçam claramente:
- b) os objetivos da obra?
 Sim. Atender à demanda de obra de referência da área específica de direito, tendo em vista o crescente número de imigrantes entre os dois países.
 - c) o público para o qual o conteúdo se dirige?
 Não há indicação explícita, mas por se tratar de terminologia específica e o prefácio indicar a necessidade de material de referência específico à área jurídica, considera-se que sejam profissionais de direito envolvidos em casos relacionados ao Brasil e Japão.
 - d) as informações sobre como consultar o dicionário ou vocabulário?
 Há uma breve seção chamada ‘Hanrei’, que apresenta o número de entradas e estrutura do glossário. Após isso apresenta sobre a leitura dos verbetes: entrada, equivalente em japonês, transliteração para alfabeto.
 - d) referências à bibliografia de onde foi extraído o *corpus*?
 Não. Apenas apresenta que buscou utilizar terminologia jurídica atual, sem restrição por subárea de conhecimento. “用語の選定にあたっては、分野を限定せず、あらゆる法分野から必要不可欠な基本語を選ぶように心がけた。” (No que se refere à seleção de termos, buscamos selecionar palavras básicas imprescindíveis de todos os campos jurídicos, sem limitações).
- 2.2. Há bibliografia de consulta justificada pelo autor?
 Não.

3. Sobre a apresentação material da obra

- 3.1. Há prefácio redigido por personalidade reconhecida na área de dicionarística?
 Científica, técnica?
 Não. O prefácio e o posfácio são escrito pelos autores. Há também a introdução na obra por Eiichi Hoshino, representante da Academia Japonesa.
- 3.2. A família tipográfica empregada é adequada à faixa etária do usuário?

Sim. Utiliza fontes legíveis e de tamanho adequado. Estipula-se que seja MS Mincho para japonês e Arial para alfabeto.

- 3.3. As ilustrações, se houver, estão adequadas à microestrutura informacional?
Não há ilustrações.
- 3.4. A utilização de negrito, de itálico e de outros recursos gráficos está de acordo com o equilíbrio visual da obra?
Sim. As entradas estão em português e negrito. As equivalentes em japonês são apresentadas alinhadas numa coluna separadas por espaço. Cada linha contém uma entrada, ou seja, não há divisão de colunas nas páginas.
- 3.5. Os verbetes são apresentados em ordem alfabética? Em ordem sistemática?
Apresentados em ordem alfabética. Abaixo de cada verbete chave há entradas em locução, e ordem alfabética.
- 3.6. A obra contempla uma só língua? Mais de uma?
Português e japonês. Entrada em português e equivalente em japonês, escrito em japonês seguido da transliteração em alfabeto.
- 3.7. O formato do dicionário ou vocabulário permite manuseio prático e fácil?
Parcialmente. O livro é de pouco mais de páginas de extensão, com dimensões de 15x22 cm. O formato é de bolso, mas não há nenhum critério evidente para a seleção dos verbetes. Dividido em três seções: glossário português-japonês, índice pesquisa reversa japonês-português, índice temático português.
- 3.8. A obra está editada em suporte informatizado?
Apenas em versão impressa.
- 3.9. A qualidade do acabamento garante a sua durabilidade?
O livro é em capa fina, flexível, de tecido. Há uma sobrecapa de papel fina. As folhas são de resistência e espessura adequada ao manuseio constante.
- 3.10. O sistema de abreviações e de símbolos aparece corretamente no corpo do texto?
Não há quase nenhum tipo de abreviação ou símbolo. Há eventuais explicações após alguns equivalentes em japonês.
- 3.11. A obra possui ampla divulgação?
Dada a dificuldade em localizar o exemplar na internet, não consideramos adequadamente divulgado.
- 3.13. A obra possui ampla aceitação?
O livro é pioneiro e ainda hoje uma das poucas publicações na área. Consideramos que especialistas na área ainda tenham grande demanda por este livro.

4. Sobre o conteúdo

- 4.1. As entradas cobrem de maneira exaustiva a língua oral e escrita, inclusive neologismos, palavras derivadas, etc.?
De acordo com a seção Hanrei, o livro possui 921 entradas em português, sem tratar do direito português, de onde se originou o brasileiro. Também há informação de 9975 entradas de índice em japonês para pesquisa reversa e 14.435 para pesquisa por índice em português.
- 4.2. Há entradas que se referem a áreas de especialidade?
As entradas incluem diversas subáreas, mas não há indicação que permita identificar qual.
- 4.3. Os verbetes apresentam:
- b) categoria gramatical?
 - c) gênero?
 - d) sinonímia?

- d) variante(s) da entrada?
- e) variante(s) da definição?
- f) existem critérios para distinguir homonímia de polissemia? Quais?
- g) há emprego de marcas de uso? Como se classificam?
- h) indicação de área ou subárea de especialidade?
- i) contexto (exemplo ou abonação)?
- j) equivalente(s)?
- k) formação da palavra?
- l) indicação de pronúncia?
- m) origem e etimologia?
- n) divisão silábica?
- o) nomenclatura científica?
- p) remissivas úteis entre conceitos?
- q) fontes?
- r) notas?

O verbete consiste apenas de equivalente em japonês. No caso de mais de um equivalente, são separados por vírgula sem explicação.

4.6. A definição é constituída de um enunciado de uma só frase?

Não há frase de enunciado.

4.7. A definição leva em conta o nível de discurso do usuário?

Apesar de constar apenas de equivalente, considera-se que o nível de vocabulário utilizado é coerente com o público-alvo

5. Sobre a edição e publicação

5.1. Recomenda-se a reedição, e, se for nova, a publicação da obra?

A obra necessita de melhorias em diversos aspectos. O ordenamento de entradas na ordem alfabética, em que as locuções são alinhadas abaixo da palavra-base das locuções é útil para visualização, mas a falta de indicativo de área dificulta a adequada seleção de equivalentes. Em especial no caso de múltiplos equivalentes consideramos que o conteúdo apresentado como está não fornece insumos para compreender o uso. Neste sentido, recomendar-se-ia a adição de contextualização de uso e marcação de uso por subárea do direito. Por exemplo:

Decisão arbitral 裁定 saitei, 仲裁判断 chûsai handan

A falta de contextualização impede distinguir a adequada situação de uso.

5.2. Quais serão os principais pontos de difusão da obra (escolas, livrarias)?

A versão atual busca um público-alvo extremamente específico. Neste sentido, a difusão em livrarias especializadas nos parece ser suficiente.

Ficha de avaliação de dicionário 3
 ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DE DICIONÁRIOS DE LÍNGUA COMUM
 E DE DICIONÁRIOS OU GLOSSÁRIOS CIENTÍFICOS E TÉCNICOS
 Baseado em Faulstich, 2011
 Avaliador: Fausto Pinheiro Pereira

Título: 法律用語集 Glossário de Termos Jurídicos
 Autor: Carolina Kazuko Sakama, Eduardo Luque (orgs.)
 Editora/ edição/ data: PWC, 1ª ed., 2015.
 Local de publicação: São Paulo

1. Sobre o autor

1.1. Trata-se de pessoa reconhecida na área de dicionarística ou de terminologia?
 Não.

1.2. Fez parte de grupo de pesquisa da área de dicionarística ou de terminologia?
 Não

1.2. Qual a formação acadêmica do autor principal e dos participantes do grupo de pesquisa?

Os autores atuam na área de direito, com diversos níveis de formação.

1.3. Qual a profissão exercida na época da publicação da obra em análise?
 Estudantes de graduação e pós-graduação em direito, advogados

2. Sobre a apresentação da obra pelo autor

2.1. Há introdução na qual apareçam claramente:

c) os objetivos da obra?

Sim. Atender à demanda comunicação cotidiana de empresários e profissionais da área jurídica e atualizar a obra de 2001 de Masato Ninomiya.

d) o público para o qual o conteúdo se dirige?

Empresários e profissionais de direito.

e) as informações sobre como consultar o dicionário ou vocabulário?

Há apenas um guia de pronúncia de língua japonesa.

d) referências à bibliografia de onde foi extraído o *corpus*?

Não, há apenas a indicação de que há 5000 entradas.

2.2. Há bibliografia de consulta justificada pelo autor?

Não.

3. Sobre a apresentação material da obra

3.1. Há prefácio redigido por personalidade reconhecida na área de dicionarística?
 Científica, técnica?

Não. O prefácio é escrito pelo sócio-presidente da editora da obra e o posfácio é escrito por Masato Ninomiya, que integrou a equipe de compilação.

3.2. A família tipográfica empregada é adequada à faixa etária do usuário?

Sim. Utiliza fontes legíveis e de tamanho adequado. Estipula-se que seja MS Mincho para japonês e Times New Roman para alfabeto.

3.3. As ilustrações, se houver, estão adequadas à microestrutura informacional?

Não há ilustrações.

3.4. A utilização de negrito, de itálico e de outros recursos gráficos está de acordo com o equilíbrio visual da obra?

Sim. As entradas em português são apresentadas nas páginas pares, à esquerda e equivalente em japonês nas páginas ímpares, à direita, escrito em transliteração em alfabeto seguida da escrita japonesa. Cada linha contém uma entrada e as entradas são organizadas em ordem alfabética.

- 3.5. Os verbetes são apresentados em ordem alfabética? Em ordem sistemática?
Apresentados em ordem alfabética.
- 3.6. A obra contempla uma só língua? Mais de uma?
Português e japonês. Entrada em português e equivalente em japonês, escrito em japonês seguido da transliteração em alfabeto.
- 3.7. O formato do dicionário ou vocabulário permite manuseio prático e fácil?
Sim. O livro é de 320 páginas de extensão, no formato é de bolso.
- 3.8. A obra está editada em suporte informatizado?
Apenas em versão impressa.
- 3.9. A qualidade do acabamento garante a sua durabilidade?
O livro é de capa fina, flexível, de papel semi brilhante de alta densidade. As folhas são do mesmo material, mas densidade menor, de resistência e espessura adequada ao manuseio constante.
- 3.10. O sistema de abreviações e de símbolos aparece corretamente no corpo do texto?
Não há quase nenhum tipo de abreviação ou símbolo nem explicações após equivalentes em japonês.
- 3.11. A obra possui ampla divulgação?
Dada a dificuldade em localizar o exemplar na internet, não consideramos adequadamente divulgado.
- 3.14. A obra possui ampla aceitação?
O livro é uma das poucas publicações na área. Consideramos que especialistas na área ainda tenham grande demanda por este livro.
- 4. Sobre o conteúdo**
- 4.1. As entradas cobrem de maneira exaustiva a língua oral e escrita, inclusive neologismos, palavras derivadas, etc.?
De acordo com o posfácio, o livro possui 5000 entradas em português, com equivalente em japonês.
- 4.2. Há entradas que se referem a áreas de especialidade?
Não há indicação de área.
- 4.3. Os verbetes apresentam:
- c) categoria gramatical?
 - d) gênero?
 - e) sinonímia?
 - d) variante(s) da entrada?
 - e) variante(s) da definição?
 - f) existem critérios para distinguir homonímia de polissemia? Quais?
 - g) há emprego de marcas de uso? Como se classificam?
 - h) indicação de área ou subárea de especialidade?
 - i) contexto (exemplo ou abonação)?
 - j) equivalente(s)?
 - k) formação da palavra?
 - l) indicação de pronúncia?
 - m) origem e etimologia?
 - n) divisão silábica?
 - o) nomenclatura científica?
 - p) remissivas úteis entre conceitos?
 - q) fontes?
 - r) notas?

O verbete consiste apenas de equivalente em japonês. No caso de mais de um equivalente, são separados por vírgula sem explicação.

4.8. A definição é constituída de um enunciado de uma só frase?

Não há frase de enunciado.

4.9. A definição leva em conta o nível de discurso do usuário?

Apesar de constar apenas de equivalente, considera-se que o nível de vocabulário utilizado é coerente com o público-alvo

5. Sobre a edição e publicação

5.1. Recomenda-se a reedição, e, se for nova, a publicação da obra?

A obra necessita de melhorias em diversos aspectos. O ordenamento de entradas na ordem alfabética, em que as locuções são alinhadas abaixo da palavra-base das locuções é útil para visualização, mas a falta de indicativo de área dificulta a adequada seleção de equivalentes e a falta de contextualização impede distinguir a adequada situação de uso. Em especial no caso de múltiplos equivalentes consideramos que o conteúdo apresentado como está não fornece insumos para compreender o uso.

Como a falta de contextualização impede distinguir a adequada situação de uso, considera-se necessária a adição de contextualização de uso e marcação de uso por subárea do direito.

5.2. Quais serão os principais pontos de difusão da obra (escolas, livrarias)?

A versão atual busca um público-alvo extremamente específico. Neste sentido, a difusão em livrarias especializadas nos parece ser suficiente.

APÊNDICE 4 — NOMES COMPLEXOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

1.	Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.	ABGF
2.	Agência Espacial Brasileira	AEB
3.	Agência Nacional de Águas	ANA
4.	Agência Nacional de Aviação Civil.....	ANAC
5.	Agência Nacional de Energia Elétrica.....	ANEEL
6.	Agência Nacional de Saúde Suplementar	ANS
7.	Agência Nacional de Telecomunicações	ANATEL
8.	Agência Nacional de Transportes Aquaviários.....	Antaq
9.	Agência Nacional de Transportes Terrestres	ANTT
10.	Agência Nacional de Vigilância Sanitária.....	ANVISA
11.	Agência Nacional do Cinema.....	ANCINE
12.	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.....	ANP
13.	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA.....	Amazul
14.	Autoridade de Governança do Legado Olímpico	AGLO
15.	Banco Central do Brasil	BCB
16.	Banco da Amazônia S.A.	BASA
17.	Banco do Brasil S.A.	BB
18.	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	BNB
19.	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.....	BNDES
20.	Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha	CCCPM
21.	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	CFIAE
22.	Caixa Econômica Federal.....	CEF
23.	Casa da Moeda do Brasil	CMB
24.	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.	CEASA-MINAS
25.	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Eletrobrás
26.	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	CFET-RJ
27.	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CFET-MG
28.	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.	CEITEC
29.	Comissão de Valores Mobiliários	CVM
30.	Comissão Nacional de Energia Nuclear.....	CNEN
31.	Companhia Brasileira de Trens Urbanos.....	CBTU
32.	Companhia das Docas do Estado da Bahia	Codeba
33.	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais S.A.	CASEMG
34.	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.....	Codevasf
35.	Companhia de entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo	CEAGESP
36.	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.....	CPRM
37.	Companhia Docas do Ceará	CDC
38.	Companhia Docas do Espírito Santo	Codesa
39.	Companhia Docas do Estado de São Paulo	Codesp
40.	Companhia Docas do Maranhão	Codemar
41.	Companhia Docas do Pará	CDP
42.	Companhia Docas do Rio de Janeiro.....	CDRJ
43.	Companhia Docas do Rio Grande do Norte	Codern
44.	Companhia Nacional de Abastecimento.....	CONAB
45.	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	Cade

46.	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	CNPq
47.	Controladoria-Geral da União	CGU
48.	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	CAPES
49.	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	DNIT
50.	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	Dnocs
51.	Departamento Nacional de Produção Mineral	DNPM
52.	Empresa Brasil de Comunicação	EBC
53.	Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.	PPSA
54.	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.....	ECT
55.	Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia	HEMOBRÁS
56.	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	Infraero
57.	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA
58.	Empresa de Pesquisa Energética.....	EPE
59.	Empresa de Planejamento e Logística	EPL
60.	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência.....	DATAPREV
61.	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.	Trensurb
62.	Empresa Gerencial de Projetos Navais	Emgrepron
63.	Empresa Gestora de Ativos	EMGEA
64.	Financiadora de Estudos e Projetos	Finep
65.	Fundação Alexandre de Gusmão	FUNAG
66.	Fundação Biblioteca Nacional	FBN
67.	Fundação Casa de Rui Barbosa	FCRB
68.	Fundação Cultural Palmares	FCP
69.	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo	Funpresp-Exe
70.	Fundação Escola Nacional de Administração Pública	Enap
71.	Fundação Habitacional do Exército.....	FHE
72.	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
73.	Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Ipea
74.	Fundação Joaquim Nabuco	FUNDAJ
75.	Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho	Fundacentro
76.	Fundação Nacional de Artes.....	Funarte
77.	Fundação Nacional de Saúde	FUNASA
78.	Fundação Nacional do Índio.....	Funai
79.	Fundação Osório	FO
80.	Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ
81.	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	FUB
82.	Indústria de Material Bélico do Brasil	Imbel
83.	Indústrias Nucleares do Brasil	INB
84.	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	IPHAN
85.	Instituto Brasileiro de Museus	IBRAM
86.	Instituto Brasileiro de Turismo.....	Embratur
87.	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis....	IBAMA
88.	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	ICMBio
89.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial.....	INPI
90.	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	INCRA
91.	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.....	INEP
92.	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	Inmetro
93.	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	ITI
94.	Instituto Nacional do Seguro Social	INSS
95.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	MAPA

96.	Ministério da Cidadania	MC
97.	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	MCTIC
98.	Ministério da Defesa	MD
99.	Ministério da Educação	MEC
100.	Ministério da Infraestrutura	MI
101.	Ministério da Justiça e Segurança Pública	MJ
102.	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	MDH
103.	Ministério da Saúde	MS
104.	Ministério das Relações Exteriores	MRE
105.	Ministério do Desenvolvimento Regional	MDR
106.	Ministério do Turismo	MTUR
107.	Ministério da Economia	ME
108.	Ministério de Minas e Energia	MME
109.	Ministério do Meio Ambiente	MMA
110.	Nuclebrás Equipamentos Pesados	Nuclep
111.	Pré-sal Petróleo S.A.	PPSA
112.	Petróleo Brasileiro S.A.	Petrobrás
113.	Serviço Federal de Processamento de Dados	SERPRO
114.	Superintendência da Zona Franca de Manaus	Suframa
115.	Superintendência de Seguros Privados	SUSEP
116.	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	SUDAM
117.	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste	SUDECO
118.	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	SUDENE
119.	Superintendência Nacional de Previdência Complementar	Previc
120.	Telecomunicações Brasileiras S.A.	Telebrás
121.	Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	VALEC

APÊNDICE 5 — NOMES COMPLEXOS DA LÍNGUA JAPONESA

1. Bôei Shô 防衛省	MOD
2. Gaimu Shô 外務省	MOFA
3. Hômu Shô 法務省	MOJ
4. Kankyô Shô 環境省	Moe
5. Keizai Sangyô Shô 經濟産業省	Meti
6. Kokudo Kôtsû Shô 国土交通省	Mlit
7. Kôsei Rôdô Shô 厚生労働省	Mhlw
8. Monbu Kagaku Shô 文部科学省	Mext
9. Nôrinsuisan Shô 農林水産省	Maff
10. Zaimu Shô 財務省	Mof
11. Bôei Sôbichô 防衛装備庁	Atla
12. Bunka Chô 文化庁	Aca
13. Chûe Rôdô Iinkai 中央労働委員会	Clrc
14. Chûshôkigyô Chô 中小企業庁	Sme
15. Kaijôhoan Chô 海上保安庁	Jcg
16. Kankô Chô 観光庁	Jta
17. Kin'yû Chô 金融庁	Fsa
18. Kishô Chô 気象庁	Jma
19. Kôan Shinsa Iinkai 公安審査委員会	Psec
20. Kôan Chôsa Chô 公安調査庁	Psia
21. Kôgai Tô Chôsa Iinkai 公害等調査委員会	Edc
22. Kojin Jôhō Hogo Iinkai 個人情報保護委員会	Ppc
23. Kokka Kôan Iinkai 国家公安委員会	Npsc
24. Kokuzei Chô 国税庁	Nta
25. Rin'ya Chô 林野庁	Fa
26. Shigen'enerugi Chô 資源エネルギー庁	Anre
27. Shôbô Chô 消防庁	Fdma
28. Shôhisha Chô 消費者庁	Caa
29. Suisan Chô 水産庁	Jfa

30. Tokkyo Chô 特許庁	Tpo
31. Un'yu Anzen Iinkai 運輸安全委員会	Jtsb
32. Amami Guntô Shinkô Kaihatsu Kikin 奄美群島振興開発基金	
33. Bôσαι Kagaku Gijutsu Kenkyûjo 防災科学技術研究所	Nied
34. Busshitsu Zairyô Kenkyû Kikô 物質・材料研究機構	Nims
35. Chiiki Iryô Kinô Suishin Kikô 地域医療機能推進機構	Jcho
36. Chûryûguntô Rôdôsha Rômu Kanri Kikô Xx 駐留軍等労働者労務管理機構	Lmo
37. Chûshô Kigyô Kiban Seibi Kikô 中小企業基盤整備機構	Sme Support
38. Daigaku Kaikaku Shien Gakui Juyo Kikô 大学改革支援・学位授与機構	
.....	Niad-Qe
39. Daigakunyûshisentâ 大学入試センター	Ncuee
40. Doboku Kenkyûjo 土木研究所	Pwri
41. Fukushi Iryô Kikô 福祉医療機構	Wam
42. Hoppôryôdo Mondai Taisaku Kyôkai 北方領土問題対策協会	
43. Iyaku Kiban Kenkô Eiyô Kenkyûjo 医薬基盤・健康・栄養研究所	Nibiohn
44. Iyakuhin Iryô Kiki Sôgô Kikô 医薬品医療機器総合機構	Pmda
45. Jidôsha Gijutsu Sôgô Kikô 自動車技術総合機構	Naltec
46. Jidôsha Jiko Taisaku Kikô 自動車事故対策機構	Nasva
47. Jôhō Tsûshin Kenkyû Kikô 情報通信研究機構	Nict
48. Jôhōshori Suishin Kikô 情報処理推進機構	Ipa
49. Jûtaku Kin'yû Shien Kikô 住宅金融支援機構	Jhf
50. Kachikukairyôsentâ 家畜改良センター	NIbc
51. Kagaku Gijutsu Shinkô Kikô 科学技術振興機構	Jst
52. Kaigi Kyôiku Kikô 海技教育機構	Jmets
53. Kaijô Kôwan Kôkû Gijutsu Kenkyûjo 海上・港湾・航空技術研究所	Mpat
54. Kaikeikensain 会計検査院	
55. Kaiyô Kenkyû Kaihatsu Kikô 海洋研究開発機構	Jamstec
56. Kankyô Saisei Hozen Kikô 環境再生保全機構	Erca
57. Keizai Sangyô Kenkyûjo 経済産業研究所	Rieti
58. Kenchiku Kenkyûjo 建築研究所	Bri
59. Kinrôsha Taishokukin Kyôsai Kikô 勤労者退職金共済機構	
60. Kôgyô Shoyûken Jôhō Kenshûkan 工業所有権情報・研修館	Inpit

61. Kôkûdaigakkô 航空大学校 Cac
62. Kokumin Seikatsu Sentâ 国民生活センター Ncac
63. Kokuritsu Bijutsukan 国立美術館
64. Kokuritsu Bunkazai Kikô 国立文化財機構 Nich
65. Kokuritsu Byôin Kikô 国立病院機構 Nho
66. Kokuritsu Chôjiryôkenkyûsentâ 国立長寿医療研究センター Ncgg
67. Kokuritsu Gan Kenkyû Sentâ 国立がん研究センター Ncc
68. Kokuritsu Insatsukyoku 国立印刷局 Npb
69. Kokuritsu Josei Kyôiku Kaikan 国立女性教育会館 Nwec
70. Kokuritsu Jûdo Chiteki Shôgaisha Sôgô Shisetsu Nozomi No En 国立重度知的障害者総合施設のぞみの園
71. Kokuritsu Junkankibyô Kenkyû Sentâ 国立循環器病研究センター Ncvc
72. Kokuritsu Kagaku Hakubutsukan 国立科学博物館 Nmns
73. Kokuritsu Kankyô Kenkyûjo 国立環境研究所 Nies
74. Kokuritsu Kôbunshokan 国立公文書館 Naj
75. Kokuritsu Kokusai Iryô Kenkyû Sentâ 国立国際医療研究センター Ncgm
76. Kokuritsu Kôtô Senmon Gakkô Kikô 国立高等専門学校機構 Kosen
77. Kokuritsu Seiiku Iryô Kenkyû Sentâ 国立成育医療研究センター Ncchd
78. Kokuritsu Seishin Shinkei Iryô Kenkyû Sentâ 国立精神・神経医療研究センター
..... Ncnp
79. Kokuritsu Seishônen Kyôiku Shinkô Kikô 国立青少年教育振興機構 Niye
80. Kokuritsu Tokubetsu Shien Kyôiku Sôgô Kenkyûjo 国立特別支援教育総合研究所
..... Nise
81. Kokusai Kankô Shinkô Kikô 国際観光振興機構 Into
82. Kokusai Kôryû Kikin 国際交流基金 Jpf
83. Kokusai Kyôryoku Kikô 国際協力機構 Jica
84. Kokusai Nôrin Suisangyô Kenkyû Sentâ 国際農林水産業研究センター Jircas
85. Kôrei Shôgai Kyûshokusha Koyô Shien Kikô 高齢・障害・求職者雇用支援機構
..... Jeed
86. Kûkô Shûhen Seibi Kikô 空港周辺整備機構 Oeia
87. Kyôin Kenshû Sentâ 教員研修センター Nits
88. Mizu Shigen Kikô 水資源機構 Jwa

89. Nenkin Tsumitatekin Kanri Un'yô 年金積立金管理運用 Gpif
90. Nippon Bôeki Shinkô Kikô 日本貿易振興機構 Jetro
91. Nippon Gakujutsu Shinkôkai 日本学術振興会 Jsps
92. Nippon Gakusei Shien Kikô 日本学生支援機構 Jasso
93. Nippon Genshiryoku Kenkyû Kaihatsu Kikô 日本原子力研究開発機構 Jaea
94. Nippon Iryô Kenkyû Kaihatsu Kikô 日本医療研究開発機構 Amed
95. Nippon Kôsoku Dôro Hoyû Saimu Hensai Kikô 日本高速道路保有・債務返済機構
..... Jehdra
96. Nippon Supôtsu Shinkô Sentâ 日本スポーツ振興センター Jsc
97. Nô Chikusangyô Shinkô Kikô 農畜産業振興機構 Alic
98. Nôgyô Shokuhin Sangyô Gijutsu Sôgô Kenkyû Kikô 農業・食品産業技術総合研究機構 Naro
99. Nôgyôsha Nenkin Kikin 農業者年金基金 のうねん
100. Nôrin Gyogyô Shin'yô Kikin 農林漁業信用基金
101. Nôrin Suisan Shôhi Anzen Gijutsu Sentâ 農林水産消費安全技術センター
..... Famic
102. Rikagakukenkyûsho 理化学研究所 Riken
103. Rôdô Seisaku Kenkyû Kenshû Kikô 労働政策研究・研修機構 Jilpt
104. Rôdôsha Kenkô Anzen Kikô 労働者健康安全機構 Jniosh
105. Ryôshi Kagaku Gijutsu Kenkyû Kaihatsu Kikô 量子科学技術研究開発機構 . Qst
106. Sangyô Gijutsu Sôgô Kenkyûjo 産業技術総合研究所 Aist
107. Seihin Hyôka Gijutsu Kiban Kikô 製品評価技術基盤機構 Nite
108. Sekiyu Tennen Gasu Kinzoku Kôbutsu Shigen Kikô 石油天然ガス・金属鉱物資源機構 Jogmec
109. Shin Enerugî Sangyô Gijutsu Sôgô Kaihatsu Kikô 新エネルギー・産業技術総合開発機構 Nedo
110. Shinrin Sôgô Kenkyûjo 森林総合研究所 Frmo
111. Shurui Sôgô Kenkyûjo 酒類総合研究所 Nrib
112. Suisan Kenkyû Kyôiku Kikô 水産研究・教育機構 Fra
113. Tetsudô Kensetsu Un'yu Shisetsu Seibi Shien Kikô 鉄道建設・運輸施設整備支援機構 Jrft
114. Tôkei Sentâ 統計センター Nstac
115. Toshi Saisei Kikô 都市再生機構 Ur

116. Uchû Kôkû Kenkyû Kaihatsu Kikô 宇宙航空研究開発機構 Jaxa
117. Yûbin Chokin Kan'i Seimei Hoken Kanri Kikô 郵便貯金・簡易生命保険管理機構
.....
118. Zôheikyoku 造幣局 Mint